Relatório e Contas

Banco BPI 2002

Relatório

Índice

RELATÓRIO

Principais indicadores 4
Apresentação do relatório 6
Órgãos Sociais 11
Marcos históricos 12
A identidade do BPI 14
A Marca BPI 15
Governo do Grupo BPI 16
Responsabilidade Pública 18
Estrutura financeira e negócio 20
Canais de distribuição 21
Recursos humanos 22
Tecnologia 25
Operações 35
Principais acontecimentos em 2002 38
Enquadramento 40
Actividade doméstica de Banca Comercial 48
Banca Comercial – actividade no estrangeiro 62
Seguros 65
Gestão de activos 66
Banca de Investimento 72
Private Equity 75
Análise financeira 77
Gestão de riscos 108
Rating 120
Acções BPI 122
Accionistas 125
Criação de valor para o Accionista 126
Referências finais 127
Proposta de aplicação de resultados 128

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E NOTAS

Demonstrações financeiras consolidadas 130
Notas às demonstrações financeiras consolidadas 137
Certificação Legal de Contas e Relatório de Auditoria 195
Relatório dos Auditores 197
Relatório e Parecer do Conselho Fiscal 198

ANEXOS

Relatório sobre o Governo da Sociedade 202
Informação sobre participações de capital 223

Apêndices

Conceitos, siglas, abreviaturas e expressões estrangeiras 226
Glossário 228
Formulário 230
Notas metodológicas 231
Índice de figuras, quadros, gráficos e caixas 232
Índice geral 234
Informações gerais 237

Principais indicadores

(Montantes consolidados em milhões de euros, excepto quando indicado de outra forma)

	1998	1999	2000	2001	2002	Δ% 01 / 02
Activo total	15 579.9	16 550.5	21 907.4	24 792.9	25 669.1	3.5%
Activo total mais desintermediação	19 885.2	20 758.0	26 335.8	29 127.7	29 605.6	1.6%
Situação líquida	566.4	650.7	930.0	908.7	1 168.9	28.6%
Crédito sobre Clientes (bruto) e garantias	9 903.6	12 023.4	16 542.8	18 768.9	19 738.0	5.2%
Depósitos de Clientes	9 053.6	9 458.5	10 463.7	11 494.3	12 224.6	6.4%
Recursos totais de Clientes	13 909.8	14 806.0	16 507.8	17 402.9	17 647.5	1.4%
Activos financeiros de terceiros sob gestão	7 009	7 249	7 639	7 545	7 513	(0.4%)
Cash flow corrente	227.2	207.2	278.6	327.0	310.4	(5.1%)
Resultado corrente	159.2	139.6	152.5	190.6	192.1	0.7%
Lucro líquido	137.0	124.8	152.4	133.3	140.1	5.1%
Cash flow após impostos	205.0	192.3	278.5	269.6	258.4	(4.2%)
Rendibilidade do activo total médio (ROA)	0.8%	0.8%	0.8%	0.6%	0.6%	
Rendibilidade dos capitais próprios (ROE)	25.6%	22.4%	21.6%	14.7%	13.5%	
Cost-to-income[1]	61.7%	65.0%	60.7%	58.1%	58.7%	
Rácio de eficiência[2]	74.5%	79.6%	71.9%	68.3%	67.1%	
Rácio de requisitos de fundos próprios[3]	11.1%	11.6%	9.8%	9.2%	10.2%	
Tier I[3]	6.0%	6.8%	6.7%	5.9%	7.3%	
Crédito vencido há mais de 90 dias em % do crédito a Clientes	1.8%	1.4%	1.0%	0.9%	1.3%	
Cobertura do crédito vencido por provisões	141.0%	157.3%	194.2%	210.0%	153.0%	
Financiamento das responsabilidades com pensões[4]	101.7%	102.4%	101.6%	100.0%	100.1%	
Valores por acção ajustados (euros)[5]						
Cash flow após impostos	0.35	0.32	0.45	0.40	0.36	(10.7%)
Lucro líquido	0.24	0.21	0.24	0.20	0.19	(2.0%)
Dividendo	0.07	0.09	0.09	0.08	0.08	(2.4%)
Valor contabilístico	0.97	1.05	1.37	1.34	1.54	14.9%
N.º médio ponderado de acções (em milhões)[5]	584.0	603.8	626.3	679.0	728.3	7.3%
Cotação de fecho ajustada[5] (euros)	3.86	3.86	3.18	2.15	2.18	1.5%
Rendibilidade total do Accionista	31.2%	2.5%	(16.0%)	(30.4%)	3.0%	
Capitalização bolsista em final do ano	2 252.7	2 390.0	2 156.4	1 459.1	1 656.8	13.5%
Dividend yield	2.5%	2.4%	2.4%	2.7%	3.9%	
Balcões de retalho[6] (número)	487	592	592	584	564	(3.4%)
Centros de Empresas e Institucionais[7] (número)	53	54	63	63	61	(3.2%)
Colaboradores do Grupo BPI[8] (número)	7 695	8 239	8 359	8 106	7 576	(6.5%)

Quadro 1

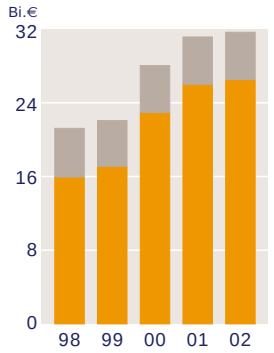
1) Custos de funcionamento (custos com pessoal e fornecimentos e serviços de terceiros) em % do produto bancário.
2) Custos de estrutura (custos com pessoal, fornecimentos e serviços de terceiros e amortizações) em % do produto bancário, excluindo lucros em operações financeiras.
3) Calculado de acordo com as regras do Banco de Portugal sobre requisitos mínimos de fundos próprios (Aviso n.° 7 / 96).
4) Responsabilidades com pensões reconhecidas no balanço.
5) Ajustados por aumentos de capital, redenominação e renominalização do capital.
6) Inclui balcões tradicionais (508 em 2001 e 483 em 2002), lojas habitação, balcões *in-store*, centros de investimento e lojas automáticas.
7) Rede vocacionada para servir empresas de média dimensão (44 Centros de Empresas), de grande dimensão (7 Centros de Empresas), 4 Centros de *Wholesale*, 1 Centro de *Project Finance* e Institucionais (5 Centros).
8) Colaboradores do Grupo na actividade doméstica e internacional. Inclui trabalho a termo e temporário.

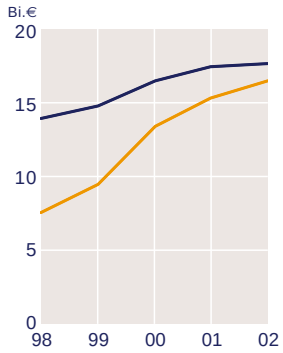
CRESCIMENTO, RENDIBILIDADE, SOLIDEZ E VALORIZAÇÃO

Activo total líquido e desintermediação

Activo total[1]
Desintermediação[2]

1) Corrigido de duplicações de registo.
2) Recursos de Clientes, com registo fora do balanço.



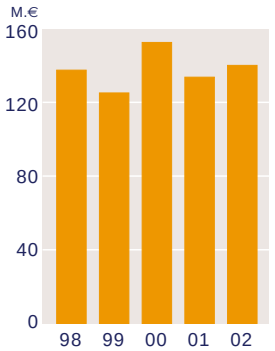


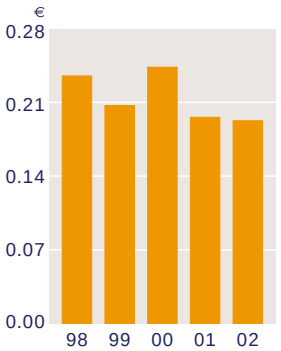
Crédito e recursos

Recursos totais de Clientes[1]
Crédito a Clientes

1) Corrigidos de duplicações de registo.

Lucro líquido



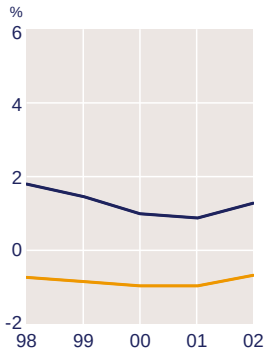


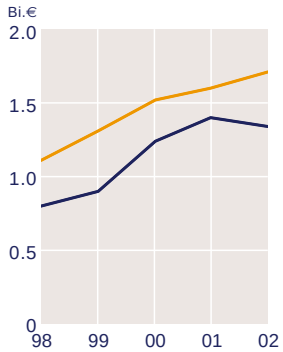
Lucro líquido por acção

Qualidade do crédito

Ratio de crédito vencido[1]
Crédito vencido[1] líq. de provisões em % do crédito a Clientes

1) Crédito vencido há mais de 90 dias.

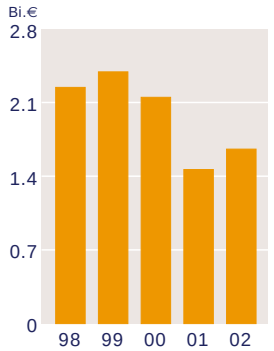




Fundos próprios e requisitos de fundos próprios

Fundos próprios
Requisitos de fundos próprios

Capitalização bolsista



Ratings do BPI

Emitente

A+ Estável	Fitch Ratings 13 Jan. 03*
A2 Estável	Moody's 7 Jan. 03*
A- Estável	Standard & Poor's 20 Dez. 02*

Notações de longo prazo
* última revisão

Figura 1

Apresentação do relatório

NO RUMO CERTO

O desempenho do Grupo BPI no exercício de 2002, marcado por uma importante reorganização do seu sistema de governo, confirma a boa execução da estratégia estabelecida para o triénio 2002-2004, baseada num programa de crescimento selectivo e mais eficiente, quer do ponto de vista dos custos operativos, quer na perspectiva da alocação do capital. Em 2002, o BPI conseguiu superar as metas propostas no âmbito da redução de custos e evidenciou, simultaneamente, um forte ritmo de crescimento da sua actividade doméstica, continuando a apresentar dos melhores indicadores de risco e solidez no sistema bancário nacional. O lucro líquido registou um crescimento de 5%, apesar da pressão sobre a margem financeira, imposta pela redução das taxas de juro.

Os objectivos para os exercícios de 2003 e 2004, revistos à luz do previsível impacto da conjuntura negativa no crescimento da procura e do Produto, estabelecem um crescimento nulo, em ambos os anos, dos custos de estrutura, definidos como a soma dos custos com pessoal, outros gastos administrativos e amortizações, o que representa um reforço de exigência, a partir da redução de 2.8% já verificada no exercício de 2002. Mantém-se, por outro lado, a meta para o produto bancário excluindo lucros líquidos em operações financeiras, que deverá crescer a uma taxa de 5% em 2003 e 2004, depois de ter registado uma ligeira descida (1%) no exercício findo. Em consequência desta evolução dos custos e proveitos, o novo objectivo para o rácio custos de estrutura / produto bancário excluindo lucros líquidos em operações financeiras é de 61% em 2004, contra 67% em 2002; por sua vez, o rácio *cost-to--income*, medido através dos custos com pessoal e outros gastos administrativos em percentagem do produto bancário, deverá cair de 58.7% em 2002 para 53% em 2004, o que confirma o forte compromisso do Banco com a melhoria da eficiência e rendibilidade da sua operação.

Crescimento selectivo

O lucro líquido da actividade doméstica, incluindo a sucursal de Madrid e os serviços bancários prestados junto das comunidades de emigrantes, subiu 17% em 2002 e representou 87% do lucro consolidado do Grupo, que é explicado em cerca de 103% pela Banca Comercial, que apresentou um ROE de 15% e ajudou a compensar o contributo negativo das participações de capital. A quota-parte da Banca de Investimento situou-se em 6%, a que corresponde uma rendibilidade do capital de 33%.

A margem financeira estrita da actividade doméstica registou um aumento de 3% e as comissões da Banca Comercial cresceram mais de 7%, com subidas muito significativas dos proveitos líquidos associados à intermediação de seguros (+80%), transferências e ordens de pagamento (+11%), operações relativas a crédito e garantias (+9%) e cartões (+7.5%).

Sublinha-se também o ligeiro decréscimo (-4%) das comissões de Gestão de Activos, resultado que deve considerar-se favorável perante a situação dos mercados e a redução importante das comissões de Banca de Investimento (-27%), muito influenciada pelo recuo das comissões de corretagem e operações de mercado de capitais, que caíram 48%, em consequência da conjuntura negativa das principais bolsas de valores.

O bom desempenho operacional do Grupo, em especial na actividade de Banca Comercial, reflectiu-se na evolução dos depósitos, que evidenciaram uma taxa de crescimento de 6.4%, superior à média do mercado, e do crédito global, que aumentou 7.2%. Este índice reflecte comportamentos muito díspares entre os grandes segmentos de Clientes e produtos: enquanto a carteira de crédito a grandes empresas regista uma queda homóloga de 9%, em função de uma estratégia determinada por critérios de rendibilidade do capital alocado, o crédito a particulares e pequenos negócios subiu 19%, com um forte impulso proveniente do crédito à habitação, que cresceu 26%, quando o crescimento homólogo do mercado se estima em 16%, o que traduz um novo ganho de quota, a exemplo do que acontece desde 1999. Em três anos, a carteira de crédito hipotecário do BPI aumentou em mais de 50% a sua quota de mercado, que atingiu cerca de 10% no final de 2002. Este resultado ilustra a capacidade competitiva que o Grupo tem vindo a construir nos principais mercados especializados da Banca Comercial, depois da fusão de 1998, com posições claramente acima da sua quota natural no financiamento ao investimento, crédito à habitação, financiamento automóvel, cartões de crédito e fundos mobiliários.

Merece ainda relevo a evolução da actividade no mercado angolano, que constitui a mais importante área de intervenção do Grupo ao nível internacional. O Banco de Fomento de Angola, detido a 100% pelo BPI, passou a banco de direito local em Julho de 2002 e realizou ao longo do ano um importante programa de expansão, tornando-se a segunda maior rede bancária do País, com 17 agências, o que permitiu atingir igualmente a segunda posição no âmbito da captação de depósitos e a terceira no que respeita à concessão de crédito, actividades completadas por uma expressiva participação nas transacções externas da economia angolana. A presença internacional do BPI, que inclui ainda o Banco de Fomento de Moçambique

Presidente do Conselho de Administração

Artur Santos Silva

e uma participação de 17% no Banc Post da Roménia, teve um contributo de 13% para os resultados consolidados, absorvendo aproximadamente 6% dos capitais próprios do Grupo.

Eficiência e modernização

O crescimento da competitividade do Grupo tem sido permanentemente acompanhado por um esforço qualitativo centrado em três domínios: redução absoluta dos custos de operação, através da eliminação de redundâncias, melhoria da capacidade de automação, por via do investimento tecnológico, e desenvolvimento dos recursos humanos, induzido pelo rejuvenescimento das equipas e pela formação profissional.

A execução rigorosa do programa de racionalização operativa, anunciado para o triénio 2002-2004, permitiu atingir, em 2002, uma redução de 3% nos custos de estrutura do Grupo (pessoal, fornecimentos e serviços de terceiros e amortizações), com descidas de 1% nos custos com pessoal, 6% nos outros custos administrativos e 3.2% nas amortizações – o que permitiu uma melhoria de 68.3 para 67% no indicador de eficiência, expresso pelo quociente dos custos de estrutura sobre os proveitos recorrentes, definidos como o produto bancário, excluindo lucros em operações financeiras. Contribuiu para este resultado uma combinação de factores, na qual merecem evidência a intensificação da migração de transacções para os canais virtuais, a automatização de processos operativos, a gestão activa da rede de balcões, reflectida na redução líquida de 25 pontos de venda, a integração das actividades de *leasing* e *factoring* na estrutura do Banco comercial e um ambicioso plano de reformas antecipadas, que envolveu 22% da alta direcção do Grupo, e tornou possível reduzir, em cerca de 9%, o número global de Colaboradores. É importante acentuar que o impacto nos custos, proveniente desta redução é progressivo, ou seja, não foi integralmente repercutido no exercício findo; e que, apesar de aparentemente escassa, em relação ao número de reformas antecipadas, a quebra dos encargos totais com pessoal mais do que anula o aumento decorrente da contratação colectiva, cujo efeito global se aproximou de 4%.

No âmbito dos processos de modernização com reflexos na racionalização operativa, na automação e na capacidade de melhorar a capacidade de geração de proveitos futuros merecem relevo especial as intervenções estruturais que começaram a ser introduzidas no sistema de distribuição do Grupo e que se organizam em dois eixos principais:

– a renovação da imagem e do espaço dos balcões, concebidos para valorizar a capacidade de venda e relacionamento com os Clientes, em detrimento do fluxo transaccional, crescentemente dirigido para os canais remotos e para zonas automáticas disponíveis 24 horas por dia, onde é possível realizar todas as operações bancárias que não exigem contacto pessoal;

– a especialização do serviço, por segmento e por produto, decorrente do reforço da equipa de pequenos negócios, da abertura de Centros de Investimento – destinados a servir os Clientes de segmento alto no banco comercial – e do alargamento da capacidade de atendimento dedicado, com a consolidação das Lojas Habitação e dos espaços próprios nos balcões destinados ao crédito hipotecário e à Internet.

Até ao final de 2003, deverão estar abertos pelo menos oito Centros de Investimento e 18 Lojas Habitação, prevendo-se que 100 balcões possam beneficiar do novo *layout*, com o consequente alargamento dos métodos e equipamentos que têm viabilizado elevadas taxas de migração de transacções e operações simples para a banca automática, através de um projecto específico, com objectivos específicos, gerido por um responsável próprio.

Um factor decisivo para o êxito deste processo de mudança tem sido a capacidade de rejuvenescimento e formação dos recursos humanos, em especial os que estão afectos às redes da Banca de Particulares e Pequenos Negócios. Em 2002, este universo beneficiou de um programa de formação comportamental, orientado para a qualidade do atendimento, que envolveu mais de três mil Colaboradores. A média de idades nestas redes, cujos Colaboradores são maioritariamente formados no Banco, baixou de 43 para 40 anos, no período 1999-2002.

Comissão Executiva do Conselho de Administração

Manuel Ferreira da Silva
(Vice-Presidente) Fernando Ulrich
(Presidente) Artur Santos Silva
António Domingues

António Farinha Morais
Maria Celeste Hagatong
José Pena do Amaral

Solidez e confiança

A racionalização e renovação do BPI tem vindo a fazer-se sem nunca perder de vista os elementos fundamentais que asseguram a solidez financeira do Grupo. Numa conjuntura económica – interna e externa – reconhecidamente depressiva e com tendência de agravamento, a qualidade da carteira de crédito evidencia uma ligeira deterioração, mas continua a apresentar os melhores indicadores do mercado: em 31 de Dezembro de 2002 o rácio consolidado de crédito vencido há mais de 90 dias situava-se em 1.3%, com um nível de provisionamento de 153%. Globalmente, as provisões específicas para crédito mais do que duplicaram em 2002. Cerca de metade deste aumento destinou-se a cobrir uma única situação de incumprimento, sem a qual o crédito vencido há mais de 90 dias desceria para 1.1%.

No final de 2002, o rácio de solvabilidade situava-se em 11.4%, segundo o critério do *Bank of International Settlements* (BIS), e em 10.2%, de acordo com o Banco de Portugal, com o Tier I calculado em 7.4 e 7.3%, respectivamente, o que confirma a confortável situação financeira do Banco. No mesmo sentido concorre a rendibilidade de 3.3% obtida pelos Fundos de Pensões do Grupo, que compara muito favoravelmente com o mercado e preserva uma margem não utilizada de 25 milhões de euros no "corredor" de 10% previsto pelo Banco de Portugal, para acomodar desvios actuariais e de rendimento, sem afectar os resultados.

Na história do BPI o exercício de 2002 ficará sobretudo marcado pela importante reorganização societária concretizada no final do ano, com efeitos relevantes no sistema de governação do Grupo. A principal e mais visível alteração consistiu na incorporação do Banco BPI no BPI SGPS, que simultaneamente assumiu o objecto social de um banco comercial e adoptou a designação da instituição incorporada – Banco BPI – e passou a ser a entidade de topo do Grupo, cotada em Bolsa. No mesmo passo, extinguiram-se as sociedades que titulavam algumas importantes actividades especializadas, agora integradas nos dois bancos do Grupo: *Leasing* e *Factoring* no banco comercial, Corretagem e Capital de Desenvolvimento no banco de investimento. A reestruturação assim sintetizada implicou uma inequívoca simplificação do organograma do Grupo, tornando possível a importante redução da estrutura dirigente anteriormente referida e a obtenção de ganhos relevantes ao nível da eficácia e dos custos de funcionamento.

Este potencial foi reconhecido pelas agências de *rating* Moody's, Standard & Poor's e Fitch, que confirmaram as anteriores notações do BPI e mantiveram o *outlook* na classificação de estável, o melhor resultado relativo, no conjunto dos bancos portugueses. O êxito alcançado em 2002 ao nível da eficiência operacional, a capacidade comercial novamente demonstrada e os principais indicadores de solidez financeira confirmam que o BPI está no rumo certo para assegurar as melhores condições de competitividade e rendibilidade, num futuro que se antevê cada vez mais exigente.

Órgãos sociais

Mesa da Assembleia Geral		
Presidente	Rui Manuel Chancerelle de Machete	
Vice-Presidente	Vasco Manuel Airão Marques	
Secretários	Galucho – Indústrias Metalomecânicas, S.A.	Vitalina Justino Antunes
	Produtos Sarcol, Lda.	Estela M. Barbot
Secretário da Sociedade	Rui de Faria Lélis	
Conselho de Administração		
Presidente	Artur Santos Silva	
Vice-Presidentes	Carlos da Câmara Pestana	
	Fernando Ulrich	
	Ruy Octávio Matos de Carvalho	
Vogais	Alfredo Rezende de Almeida	
	António Domingues	
	António Farinha Morais[1]	
	Armando Leite de Pinho	
	Caixa Holding, S.A., Sociedad Unipersonal[2]	Fernando Ramirez
	Isidro Fainé Casas	
	João Sanguinetti Talone	
	José Pena do Amaral	
	Klaus Dührkop	
	Manuel de Oliveira Violas	
	Manuel Ferreira da Silva	
	Maria Celeste Hagatong	
	Riunione Adriática di Sicurtá	Diethart Breipohl
	Roberto Egydio Setúbal	
	Tomaz Jervell	
Comissão Executiva do Conselho de Administração		
Presidente	Artur Santos Silva	
Vice-Presidente	Fernando Ulrich	
Vogais	António Domingues	
	José Pena do Amaral	
	Maria Celeste Hagatong	
	Manuel Ferreira da Silva	
	António Farinha Morais	
Conselho Fiscal		
Presidente	Jorge de Figueiredo Dias	
Vogais	José Ferreira Amorim	
	Magalhães, Neves e Associados, SROC	Augusta Francisco
	António Dias & Associados, SROC (suplente)	António Dias
Comissão de Remunerações		
Presidente	Itaúsa Portugal – Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A.	
Vogais	Cotesi – Companhia de Têxteis Sintéticos, S.A.	
	Arsopi – Indústrias Metalúrgicas Arlindo Soares de Pinho, S.A.	
Comité de Controlo Interno		
Presidente	Ruy Octávio Matos de Carvalho	
Vogais	Carlos da Câmara Pestana	
	Alfredo Rezende de Almeida	
	Caixa Holding, S.A., Sociedad Unipersonal[2]	Fernando Ramirez

1) Cooptado para preencher a vaga deixada em aberto pela renúncia de António Seruca Salgado, estando em curso o processo de registo junto das entidades competentes.
2) Sucedeu à Corporació de Participacions Estrangeres, S.L., que detinha a 100%, em resultado de fusão.

Figura 2

Marcos históricos

LIDERANÇA, INOVAÇÃO E CRESCIMENTO

A **Sociedade Portuguesa de Investimentos** nasceu em **1981** com um projecto claro para a década que então começava: financiar projectos de investimento do sector privado, contribuir para o relançamento do mercado de capitais e para a modernização das estruturas empresariais portuguesas. Contava com uma estrutura accionista diversificada, que incluía uma forte componente nacional – constituída por 100 das mais dinâmicas empresas portuguesas – e um conjunto de cinco das mais importantes instituições financeiras internacionais.

Em **1985**, a SPI transformava-se em **Banco de Investimento** e adquiria a possibilidade de captar depósitos à ordem e a prazo, conceder crédito a curto prazo, intervir nos mercados interbancários e praticar operações cambiais. Um ano depois, em 1986, a trajectória do Banco foi marcada pela abertura do capital e pela admissão das acções à cotação nas Bolsas de Valores de Lisboa e do Porto.

Em **1991**, uma década depois da sua criação, o BPI conquistara já uma clara liderança nas principais áreas da Banca de Investimento e assumia a vontade de consolidar a sua posição como um dos principais grupos financeiros portugueses. Foi neste sentido que empreendeu a **aquisição do Banco Fonsecas & Burnay (BFB)**, a qual lhe assegurou a entrada na Banca Comercial e lhe proporcionou um ganho de dimensão, preparando-o para o processo de concentração no sistema financeiro português. O Grupo pretendia, assim, ser capaz de assegurar a oferta do espectro completo de serviços financeiros a empresas e particulares. Foi então estabelecida uma parceria com o Grupo Itaú, que foi iniciada com a participação no BFB e que, em 1994, foi convertida numa participação no próprio BPI, do qual passou a ser um dos Accionistas de referência.

Em **1995**, a Instituição viu a respectiva composição reorganizada: o BPI foi transformado numa ***holding* bancária** sob a forma de SGPS, que passou a ser a única sociedade do Grupo cotada na Bolsa de Valores, controlando o Banco Fonsecas & Burnay e o Banco Português de Investimento, criado por trespasse dos activos e passivos afectos à actividade característica deste tipo de instituição e, até então, detidos pelo BPI.

Esta reorganização conduziu à especialização das unidades do Grupo e foi acompanhada de um importante reforço da sua estrutura accionista, com a entrada de dois novos parceiros estratégicos de grande dimensão, que vieram juntar-se ao Grupo Itaú: La Caja de Ahorros y Pensiones de Barcelona (La Caixa), e o grupo segurador alemão Allianz.

Um ano depois, em **1996**, dava-se início, com **a aquisição do Banco de Fomento e do Banco Borges**, ao processo de integração dos três bancos do Grupo BPI, que culminaria, dois anos depois, na criação do Banco BPI. Este passaria a deter a maior rede de balcões de marca única em Portugal. Com efeito, em **1998**, a **fusão do Banco Fonsecas & Burnay, do Banco de Fomento e Exterior e do Banco Borges & Irmão deu origem ao Banco BPI**, tendo também sido absorvido, no final desse ano, o Banco Universo, um banco *in-store*. Depois da fusão, a estrutura simplificou-se significativamente, pois o BPI SGPS passou a integrar apenas duas instituições bancárias: o Banco Português de Investimento, designado por BPI – Investimentos, e um novo Banco Comercial, o Banco BPI.

No triénio **1999-2001**, o BPI confirmou o potencial de **crescimento, modernização e reforço estrutural** que fundamentou a operação de fusão executada em 1998: conquistou quota de mercado em todas as áreas relevantes da Banca Comercial, alargou e actualizou a estrutura de distribuição, transformando-se rapidamente num banco multicanal, renovou profundamente a sua base tecnológica e construiu uma das marcas com maior vitalidade do sistema financeiro.

Em **2002**, o BPI concluiu um importante **programa de reorganização interna** que alterou de forma substancial a estrutura societária e o modo como é governado. O programa envolveu, no essencial, a centralização no Banco BPI do negócio de Banca Comercial e a concentração no Banco de Investimento do respectivo negócio natural. O BPI SGPS incorporou o Banco BPI e, simultaneamente, o seu objecto social passou a ser a Banca Comercial, adoptando a designação Banco BPI e assumindo o papel de entidade de topo do Grupo. Estas alterações dotaram o BPI de uma configuração jurídica simplificada, mais conforme com o seu modelo de negócios actual, que permitirá alcançar, no decorrer dos próximos anos, economias de custos e ganhos de eficiência no funcionamento do Grupo.

O BPI intensificou, em simultâneo, o programa de **racionalização, rejuvenescimento e qualificação** dos seus recursos humanos que se encontra permanentemente em vigor. Este programa destina-se a dotar o Banco de um quadro de Colaboradores, dimensionado de forma adequada e apetrechado com as competências essenciais à afirmação dos objectivos que constituem o programa do Banco para o futuro: eficiência, qualidade e serviço.

Crescimento via consolidação de activos

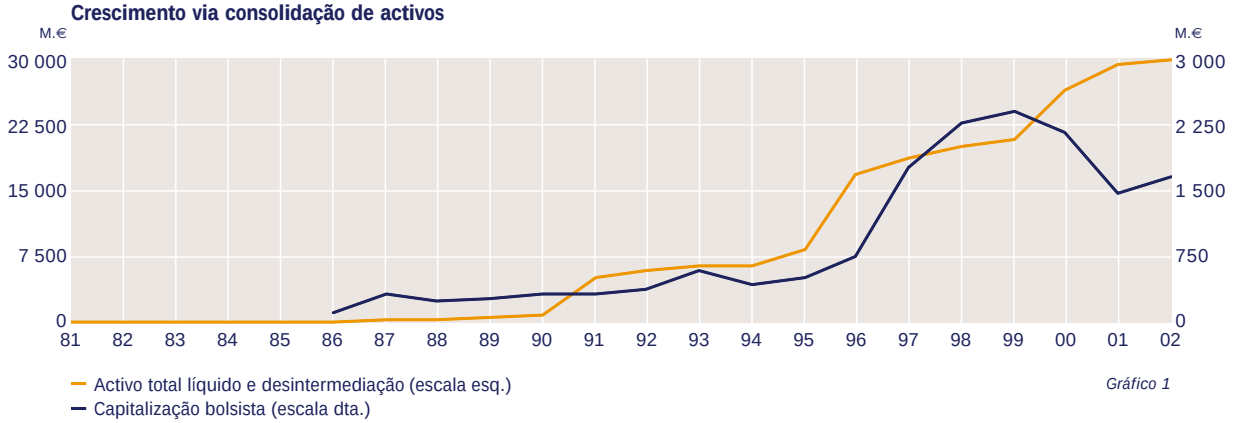


Gráfico 1

A identidade do BPI

Uma Empresa é como um indivíduo: tem identidade e personalidade, distingue-se pelo seu carácter, pelos seus princípios, pela sua forma de agir, pelos seus objectivos.

A identidade do Banco BPI é marcada pela cultura financeira e empresarial do Banco Português de Investimento. Os traços essenciais dessa cultura são a independência da gestão, a flexibilidade organizativa, o trabalho de equipa, a distinção do mérito, a capacidade de antecipação,
a rigorosa administração de riscos e a segura criação de valor.

A adequada rendibilidade do Banco, através das melhores práticas de gestão e de serviço, constituem um objectivo essencial da nossa actividade. A protecção dos interesses dos Clientes, com dedicação, lealdade e sigilo, é um dos primeiros princípios da ética empresarial e das normas de conduta dos Colaboradores do Banco.

A Personalidade de uma Instituição afirma-se através de atributos próprios, que ganham consistência e credibilidade na relação que todos os dias se estabelece com os Clientes e com a Comunidade.
O BPI valoriza especialmente dois desses atributos:
a Experiência e a Harmonia.

A Experiência é o reflexo da formação das nossas equipas e do importante património profissional acumulado ao longo da história de cada uma das Instituições que deram origem ao Banco. Traduz se na dimensão da sua presença comercial, na solidez dos seus indicadores financeiros, na segurança do seu crescimento e numa comprovada capacidade de realização e liderança.

À Experiência queremos associar a Harmonia, que exprime a permanente ambição de servir os Clientes e a Comunidade com os mais elevados padrões de ética e qualidade. É um propósito projectado para o futuro, sempre em aberto, determinado pela constante vontade de aperfeiçoamento que nos permitirá fazer melhor. É o nosso objectivo mais exigente e, em última análise, o que justifica todos os outros.

A Marca BPI

A Marca BPI manteve a terceira posição no *ranking* das marcas bancárias portuguesas, de acordo com o indicador de notoriedade espontânea incluído no Estudo Base sobre o Sistema Financeiro (Basef), publicado pela Marktest – empresa privada especializada em estudos e análises de mercado. Este resultado é confirmado por estudos do próprio Banco e pelos inquéritos Publivaga realizados pela Marktest, que avaliam o impacto das campanhas de publicidade realizadas ao longo do ano.

Notoriedade

Os resultados alcançados permitiram cumprir, pelo terceiro ano consecutivo, um dos principais objectivos da política de gestão da Marca: estar entre os três primeiros lugares no indicador de notoriedade espontânea (primeira referência). O resultado do Banco reforça-se ligeiramente em valor absoluto e melhora em relação ao segundo e ao quarto classificados. Confirma-se, assim, a consistência da posição conquistada neste domínio, num ano novamente marcado por uma significativa redução do volume de investimento publicitário. Em comparação com o exercício anterior, o BPI baixou para um terço o valor do investimento publicitário e caiu de quinto para sétimo lugar na classificação dos anunciantes do sistema financeiro.

Eficiência

A única campanha multimédia realizada pelo Banco em 2002 – BPI Automóvel – alcançou os mais elevados níveis de recordação espontânea e comprovada em 2002, no que respeita à publicidade financeira, de acordo com os dados da Publivaga. A mesma fonte atribui ao Banco a primeira posição na classificação do ano relativa à recordação comprovada em televisão e a segunda no âmbito da recordação espontânea total, considerando todos os media. Além do elevado grau de eficácia, reflectido nestes indicadores, o BPI voltou também a apresentar o melhor índice de eficiência do investimento publicitário no conjunto do sistema financeiro, expresso através da relação entre o valor do espaço comprado, a preços de mercado, e o nível de recordação alcançado.

Satisfação

Num outro plano, merecem relevo os resultados muito positivos observáveis nos estudos realizados pelo próprio Banco e por entidades independentes sobre a evolução da qualidade do serviço, referência essencial no posicionamento estratégico da Marca. Merece evidência, neste âmbito, o primeiro lugar obtido pelo BPI entre os maiores bancos do sistema no Índice Nacional de Satisfação do Cliente, que se baseou num inquérito realizado no último trimestre de 2002. Este índice, construído regularmente desde 1999, com periodicidade anual, fundamenta-se num modelo europeu, gerido por duas organizações internacionais – *European Foundation for Quality Management* e *European Organization for Quality*. Em Portugal, o índice é elaborado por uma parceria de entidades independentes do sector financeiro, onde se incluem o Instituto Português da Qualidade, a Associação Portuguesa para a Qualidade e o Instituto Superior de Estatística e Gestão de Informação da Universidade Nova de Lisboa.

Governo do Grupo BPI

No final de 2002, o Grupo BPI concluiu um importante processo de reorganização interna cujos principais objectivos foram a simplificação da estrutura jurídica e o aperfeiçoamento do modelo de governo. Os princípios, as políticas e a prática do BPI, relativamente a um conjunto de temas associados ao modo como é gerido e fiscalizado, encontram-se descritos no relatório sobre o Governo do Grupo BPI, apresentado em anexo[1] ao Relatório do Conselho de Administração.

Reorganização societária e da gestão

Em Dezembro de 2002, o Grupo BPI finalizou um extenso programa de reorganização interna que envolveu, no essencial:

– a concentração, no Banco BPI e no Banco Português de Investimento, das actividades típicas de Banca Comercial e de Banca de Investimento, respectivamente. Com este propósito, foram incorporados, na estrutura dos Bancos, alguns negócios específicos, tendo sido extintas as sociedades que até então levavam a cabo as referidas actividades;

– o posicionamento do Banco BPI como entidade de topo do Grupo (o Banco BPI foi incorporado pelo BPI SGPS que, simultaneamente, assumiu o objecto social de um banco comercial e adoptou a designação Banco BPI);

– a criação, modificação e extinção de um número considerável de direcções, com a consequente redistribuição das áreas de responsabilidade e mudança de administradores e directores associados às mesmas.

Relatório sobre o Governo do Grupo BPI

O conjunto de práticas e de princípios orientadores – cuja aplicação assegura uma gestão diligente, eficaz e equilibrada dos interesses da Sociedade e de todos os seus Accionistas – encontra-se detalhadamente descrito no Relatório sobre o Governo do Grupo BPI. Neste âmbito, destacam-se:

– o equilíbrio, no órgão de administração, entre o número de Administradores representantes dos Accionistas de referência, o número de Administradores não executivos independentes e o número de Administradores executivos;

– a vinculação dos membros dos órgãos de gestão e dos Colaboradores das diversas sociedades do Grupo a um conjunto de regras internas, expressas em códigos de conduta, que suplantam, em certos casos, o exigido por lei e pelas associações profissionais;

– a existência, desde 1999, de um Comité de Controlo Interno que, sendo constituído por membros sem funções executivas, reforça a respectiva independência e o cumprimento efectivo dos objectivos a que se propôs;

– o funcionamento, desde 1993, de uma estrutura exclusivamente dedicada às relações com os investidores e com o mercado.

No que diz respeito à participação dos Accionistas na vida da Sociedade e, muito em especial, ao exercício do direito de voto, o BPI segue, consistentemente, práticas de informação que visam estimular a participação dos mesmos, consubstanciadas numa ampla divulgação (por correio postal, por correio electrónico e pela Internet) da realização das assembleias gerais, dos temas a serem deliberados e das diferentes formas de exercício do voto.

1) *Vide* páginas 201 a 222.

No âmbito das práticas de *Corporate Governance* do Banco BPI, refira-se ainda:

– a prestação de informação pormenorizada acerca da política e dos montantes de remuneração auferidos pelos membros do Conselho de Administração, incluindo o programa de atribuição de acções e de opções de compra sobre acções a Administradores e Colaboradores;

– a existência de um *site* de natureza institucional (www.bpi.pt), onde se encontra permanentemente disponível, em português e em inglês, a informação prestada ao mercado pelo BPI (comunicados, relatórios e contas, apresentações, etc.), e a informação específica sobre eventos de primordial importância para o Accionista, como sejam as assembleias gerais, as operações de aumento de capital ou as distribuições de dividendos.

Reconhecimento público

No âmbito da XV edição dos prémios para os melhores Relatórios e Contas de sociedades cotadas na Bolsa portuguesa, o BPI foi distinguido em 2002 com o prémio de melhor Relatório e Contas do sector financeiro (distinção obtida pela sétima vez) e com o prémio – instituído pela primeira vez – de melhor relatório sobre *Corporate Governance*, de entre todas as sociedades cotadas na Euronext Lisboa.

Estes prémios constituíram o inequívoco reconhecimento público do modo exaustivo e abrangente como o BPI transmite informação ao mercado, quer sobre a vertente financeira e a gestão, quer sobre o modo como é governado e controlado.

Responsabilidade pública

CULTURA, INVESTIGAÇÃO, ENSINO E SOLIDARIEDADE SOCIAL

No exercício de 2002, o mecenato nas áreas da cultura, educação, investigação e solidariedade social continuou a merecer a atenção do Grupo BPI, em projectos e iniciativas que se apresentaram devidamente estruturados e de mérito inquestionável.

No âmbito cultural o Grupo BPI renovou o Protocolo assinado com a Fundação de Serralves e continuou a apoiar as Fundações António de Almeida, Eugénio de Andrade, Júlio Resende, Luís Miguel Nava e Maria Isabel Guerra Junqueiro.

Com a Fundação Calouste Gulbenkian foi também renovado o protocolo para apoio ao ciclo "Grandes Orquestras Mundiais". Revestiu-se de particular significado a participação para os concertos promovidos pelas Fundações Casa de Mateus e Casas de Fronteira e de Alorna, bem como para os que tiveram lugar na Associação Cultural Monte de Fralães e no Círculo de Cultura Musical do Porto. De salientar o apoio que vem sendo dado, desde 1998, ao Concurso Internacional de Música do Porto.

Na área da cultura destacam-se também, como particularmente relevantes, a aquisição e colocação da obra de Pedro Calapez, oferecida pelo Grupo BPI ao Mosteiro dos Jerónimos, a compra do painel de azulejos concebidos por José de Guimarães, destinado à estação Deutsche Oper, em Berlim e o apoio à exposição de pintura de Francisco Laranjo.

Dando continuidade à colecção de livros de arte que o BPI tem patrocinado sobre artistas portugueses, foi publicada a obra "Mário Botas – o pintor e o mito" edição antológica dos trabalhos do artista. Foi também concedido apoio à edição de "Domingo de Manhã" com fotografias de Jorge Henriques.

O Centro Nacional de Cultura recebeu a participação do Grupo BPI para a publicação do livro "Pensar o Milénio com Edgar Morin", bem como para a Associação Amigos de Yehudi Menuhin em Portugal.

Foram ainda continuados os apoios à CulturPorto – Associação de Produção Cultural; Associação Comercial do Porto, para a publicação de "O Tripeiro"; Associação da Casa Museu Abel Salazar; Ateneu Comercial do Porto; Centro Social Cultural e Recreativo Abel Varzim; CRAT-Centro Regional de Artes Tradicionais, da Câmara Municipal do Porto; Associação Divulgadora da Vida e Obra de Teixeira de Pascoaes – Marãnus.

Na área do ensino e da investigação, o Grupo continuou as intervenções que tem tido em instituições de reconhecido mérito, com especial destaque para as Universidades do Porto e de Coimbra, para a Universidade Católica Portuguesa, quer no Porto, quer em Lisboa, e para a Universidade Técnica de Lisboa.

Na Universidade do Porto mais uma vez foi patrocinada a revista dos antigos alunos – "Uporto" e foram apoiadas a exposição da Dr.ª Beatriz Gentil, na Faculdade de Belas Artes e a publicação do livro de homenagem ao Professor Edgar Cardoso, na Faculdade de Engenharia.

Na Universidade de Coimbra salienta-se a continuação do Prémio Teixeira Ribeiro, a criação do instituto de investigação Jus Gentium Conimbrigae e a participação nas actividades do Instituto de Direito Bancário, Bolsa e Seguros.

Como em anos anteriores, o Grupo BPI teve também intervenções significativas na Universidade Católica, sobretudo para a criação da Fundação da Universidade Católica Portuguesa com um compromisso que irá ser continuado até 2011.

A AR.CO Centro de Arte & Comunicação Visual, o CITEX (Centro de Formação Profissional da Indústria Têxtil) e o Colégio Universitário de Montes Claros, receberam também apoio.

Na área de solidariedade social, igualmente se concederam apoios ao Banco Alimentar contra a Fome, à Abraço, à ASAS, à Cerci, ao Clube Stress, à Liga dos Amigos das Crianças do Hospital Maria Pia, à Liga Portuguesa Contra o Cancro, à Fundação Pro Dignitate e à União das Misericórdias Portuguesas.

Através do Banco de Fomento, em Angola, foi firmado um acordo de parceria para auxílio às actividades previstas no "Projecto de Alfabetização para Crianças, Jovens e Mulheres na Província de Kuanza Norte".

Ainda, em Angola, também o Banco de Fomento contribuiu, com base no protocolo estabelecido com o Ministério da Assistência e Reinserção Social, para o esforço financeiro efectuado com o processo de paz.

Da mesma forma foi importante a participação na campanha "Vencer a Fome, Consolidar a Paz – Angola 2002" que a Fundação Pro Dignitate levou a cabo naquele País.

Foi uma vez mais significativo o apoio concedido a Moçambique, através da Presidência da República e da Comissão Especial de Ajuda Humanitária a Moçambique.

O Banco BPI tem continuado a apoiar as actividades da Fundação Portugal África, de que é principal fundador. O ano de 2002 fica assinalado pela inauguração da nova sede da Fundação, o que estimulou o BPI a atribuir-lhe as obras de arte e o mobiliário que preencheram os espaços de trabalho e de exposição bem como um importante acervo documental escolhido em torno do tema Desenvolvimento Económico. O Banco proporcionou, igualmente, a colaboração de quatro dos seus Colaboradores, equivalente a uma contribuição anual de cerca de 250 mil euros.

O programa de actividades da Fundação Portugal África para 2002 incluiu iniciativas como a reactivação do ensino de artes e ofícios em Moçambique, o *Programa de Desenvolvimento Agrário Integrado da Região do Chóckwè*, os projectos do *Observatório de África e da Diáspora Africana*, o projecto da base de dados *Memória de África*, o programa de divulgação de acções preventivas da sida e o programa de apoio a pequenos projectos de investimento, em Cabo Verde.

Foi também dado um importante contributo para o projecto de ensino de português, em Timor, na Diocese de Baucau.

Também no âmbito da solidariedade social, foi dado apoio ao Bazar do Corpo Diplomático, com o alto patrocínio da Presidência da República.

Estrutura financeira e negócio

O Grupo BPI – liderado pelo Banco BPI – é um grupo financeiro universal, multiespecializado, predominantemente focalizado no negócio de Banca Comercial e na actividade doméstica, à qual estão alocados 94% do capital.

O Banco BPI serve mais de 1.3 milhões de Clientes – particulares, empresas e institucionais –, através de uma rede de distribuição multicanal composta por aproximadamente 500 balcões de retalho, serviço de *homebanking* (BPI Net), banca telefónica (BPI Directo), balcões especializados e estruturas dedicadas ao segmento das empresas e dos Clientes institucionais.

O Banco Português de Investimento, matriz original do Grupo BPI, desenvolve a actividade de Banca de Investimento – Acções, *Corporate Finance* e *Private Banking* –, na qual o BPI detém uma posição de liderança. A actividade de *Private Equity* é conduzida por uma sociedade detida em 84%.

O BPI detém, na Gestão de Activos, posições muito relevantes na gestão de fundos de investimento, fundos de pensões e seguros de vida-capitalização.

No exterior, o negócio de Banca Comercial do BPI, ao qual estão afectos 6% do capital do grupo, é desenvolvido, essencialmente, pelo Banco de Fomento de Angola e pelo Banco de Fomento de Moçambique.

No que diz respeito a seguros, o BPI tem uma parceria com a Allianz para os seguros não vida, consubstanciada numa participação de 35% na Allianz Portugal e num acordo de distribuição de seguros através da rede comercial do Banco. O BPI detém ainda 50% de uma companhia de seguros de crédito.

Principais entidades do Grupo BPI[1]

Banca Comercial doméstica e participações financeiras

Banco BPI

Banca de Investimento	Banca Comercial no estrangeiro	Gestão de Activos	Private Equity	Seguros
Banco Português de Investimento 100%	Banco BPI Cayman 100%	BPI Fundos 100%	Inter-risco 84%	Allianz Portugal 35%
	Banco de Fomento Angola 100%	BPI Pensões 100%		Cosec 50%
	Banco de Fomento Moçambique 100%	BPI Vida 100%		
	Banc Post 17%			

1) Participações efectivas, directas e / ou indirectas.

Figura 3

Canais de distribuição

Redes de distribuição do Banco BPI em Portugal Continental

Banca de Particulares e Pequenos Negócios

Clientes

Particulares	Pequenos negócios
	Turnover até 2.5 M. euros

Redes físicas

Balcões tradicionais	483	Centros de investimento	3
Espaços habitação	64	Lojas Habitação	18
Espaços BPI Net	228	Lojas automáticas	47
In-store	13	Banco Automático (ATM)	1 007

Canais de acesso remoto

BPI Directo (banca telefónica) 808 200 500 350 mil aderentes	BPI Imobiliário www.bpiimobiliario.pt 200 mil imóveis anunciados
BPI Net (homebanking) www.bpinet.pt 350 mil aderentes	BPI Online (corretagem) www.bpionline.pt 12 maiores mercados mundiais

Banca de Empresas, Banca Institucional e Project Finance

Wholesale	Grandes empresas	Médias empresas
70 maiores grupos empresariais	Turnover acima de 25 M. euros	Turnover entre 1.25 M. euros e 25 M. euros
Project Finance	Institucional[1]	

Centros de Wholesale	4	Centros de Grandes empresas	7	Centros de Médias empresas	44
Centros de Project Finance	1	Centros institucionais	5		

Banco Electrónico BPI	
BPI Net empresas www.bpinetempresas.pt	

1) Autarquias, regiões autónomas, sistema de segurança social, universidades, associações de utilidade pública e outras entidades com fins não lucrativos.

Redes de distribuição do Grupo BPI no estrangeiro

Banca Comercial

Bancos

Banco de Fomento, SARL (17 balcões) Angola

Banco de Fomento, SARL (7 balcões) Moçambique

Banco BPI Cayman

Banc Post[1]

Sucursais

Paris (9 balcões)

Madrid

S.ta Maria – Açores (Sucursal Financeira Exterior)

Funchal – Madeira (Sucursal Financeira Exterior)

Escritórios de representação

Paris

Genebra

Hamburgo

Newark

Caracas

Joanesburgo

Acordos de distribuição[2]

Canadá (Banco Montreal)*
Luxemburgo*
Bélgica*
Suécia*
Reino Unido*
Austrália
Brasil
Holanda

Banca de Investimento

Santiago de Compostela

Madrid

BPI Suisse (Private Banking)

1) Participação de 17%.
2) Acordos de distribuição com bancos ou correios (assinalados com *) e redes de Agentes.

Figura 4

Recursos humanos

RACIONALIZAÇÃO, REJUVENESCIMENTO E QUALIFICAÇÃO

A política de recursos humanos do Grupo BPI manteve-se concentrada na execução do programa estratégico de redução de custos e aumento de eficiência, para o triénio 2002-2004. A implementação de medidas de racionalização, rejuvenescimento e qualificação contribuiu de forma relevante para a continuada e gradual melhoria qualitativa dos meios humanos.

O processo de reorganização societária, concretizado pelo BPI em 2002, visando simplificar e aumentar a flexibilidade da respectiva organização, e reduzir custos de funcionamento, envolveu a redistribuição das áreas de responsabilidade e mudança de administradores e directores associados às mesmas e originou a redução líquida de 30 Colaboradores (22%) com funções de alta direcção.

No final do ano 2002, o Grupo BPI contava com 7 007 Colaboradores na actividade em Portugal e com um total de 7 576 Colaboradores, dos quais 6 583 afectos ao Banco BPI, 200 ao Banco de Investimento, 224 a diversas empresas subsidiárias e 569 à actividade no estrangeiro.

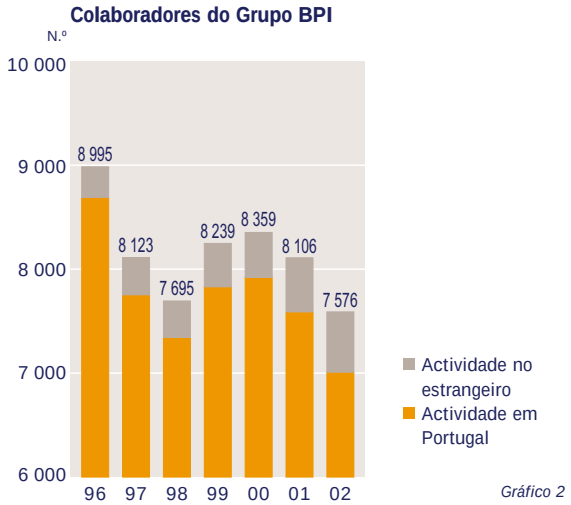


Gráfico 2

Colaboradores[1] do Grupo BPI

	Valores em fim de período				Valores médios do período			
	Dez 2000	Dez 2001	Dez 2002	Δ% 01 / 02	2000	2001	2002	Δ% 01 / 02
Banco BPI	7 035	6 699	6 583	(1.7%)	7 187	6 958	6 494	(6.6%)
Banco Português de Investimento	427	453	200	(55.8%)	398	444	433	(2.5%)
Outras empresas subsidiárias	459	450	224	(50.2%)	474	436	414	(5.0%)
Actividade em Portugal	**7 921**	**7 602**	**7 007**	**(7.8%)**	**8 059**	**7 838**	**7 345**	**(6.3%)**
Sucursais e escritórios de representação no estrangeiro[2]	160	163	162	(0.6%)	161	150	164	9.6%
Bancos no estrangeiro[3]	278	341	407	19.4%	257	314	370	17.8%
Actividade no estrangeiro	**438**	**504**	**569**	**12.9%**	**417**	**464**	**534**	**15.2%**
Total[1]	**8 359**	**8 106**	**7 576**	**(6.5%)**	**8 476**	**8 302**	**7 879**	**5.1%**

Quadro 2

1) Inclui contratos a termo e trabalho temporário de pessoas sem qualquer vínculo de contrato de trabalho. Nota: em 31 de Dezembro de 2000, 2001 e 2002 o número de Colaboradores com contratos a termo em Portugal ascendia a 570, 569 e 359, respectivamente, e, para os mesmos anos, em actividades no estrangeiro, ascendia a 23, 22 e 15, respectivamente. A prestar trabalho temporário, por sua vez, havia 166 Colaboradores em Dezembro de 2000, 111 em Dezembro de 2001 e 46 em Dezembro de 2002.
2) Actividade com não residentes, designadamente comunidades emigrantes; inclui sucursais de França e Espanha e escritórios de representação.
3) Banco de Fomento Angola e Banco de Fomento Moçambique.

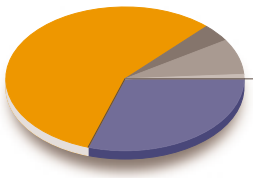
BANCO BPI

A política adoptada quanto aos recursos humanos – sendo o sector bancário um sector com padrões de qualidade sempre mais exigentes, e no qual a competitividade é crescente – teve como principal objectivo, no Banco BPI, a obtenção de ganhos de produtividade.

Após a reestruturação organizativa concluída no ano 2002, do total de 6 583 Colaboradores a exercer funções no Banco BPI no final do ano 2002, 4 605 estavam integrados na actividade comercial e 1 978 nos serviços centrais.

De referir que, dos 385 Colaboradores integrados no Banco BPI em consequência de transferências de entidades do Grupo incorporados por fusão ou cisão, 379 estavam no final do ano 2002 colocados em áreas incluídas em "serviços centrais".

Colaboradores do Banco BPI
Distribuição por áreas



Actividade comercial (70%)
4 605

Serviços centrais (30%)
1 978

Áreas	2002	%
Rede de balcões e centros de empresas	3 697	57
Canais não tradicionais[1]	296	4
Fábricas de produtos[2]	519	8
Marketing	93	1
Serviços Centrais	1 978	30

Gráfico 3

1) Banca telefónica, Internet, Banca de Protocolos e Banca Automática.

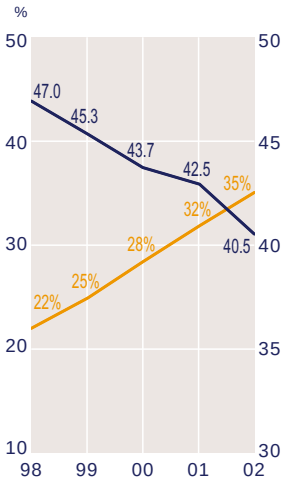
2) Cartões, financiamento imobiliário que inclui 18 lojas habitação, crédito pessoal e financiamento automóvel.

Nota i: o critério de classificação dos Colaboradores por área de actuação foi alterado, passando a considerar como afectos à actividade comercial, para além dos Colaboradores da rede de balcões e centros de empresas (anterior conceito de rede comercial), os dos canais não tradicionais, fábricas de produtos e *marketing*. De acordo com o critério anterior, o número de Colaboradores da rede comercial evoluiria de 3 848 para 3 697 e o dos serviços centrais de 2 851 para 2 886.
Nota ii: não inclui actividade no estrangeiro.
Nota iii: inclui trabalho temporário: 149 em 2000, 92 em 2001 e 43 em 2002.

O esforço para atingir o objectivo de melhoria dos níveis de produtividade e competitividade motivou a admissão de 153 Colaboradores – a grande maioria com habilitações académicas de nível superior –, ao mesmo tempo que se promovia um forte incentivo à mobilidade interna dos recursos humanos.

Por outro lado, saíram, por reforma antecipada ou pré-reforma e por limite de idade, 500 Colaboradores cuja média de idades era de 56.0 anos. A antiguidade bancária destes Colaboradores era de 33 anos, e a respectiva formação era, maioritariamente, a do ensino básico ou secundário.

Colaboradores do Banco BPI
Formação universitária e média de idades[1]



— Colaboradores com formação universitária em % do total (escala esq.)
— Média de idades[1] (escala dta.)

1) Série ajustada pelo n.º de anos decorridos entre cada ano e 2002.

Gráfico 4

Esta evolução, que permitiu aumentar para 34.5% o número de Colaboradores com formação académica superior (28.4% em 2000 e 31.8% em 2001), teve também um impacto relevante na rede de particulares, na qual os Colaboradores com formação académica passaram para 26.5% e, apesar da passagem de mais um ano, a média de idade reduziu, num ano, para 40.1.

Colaboradores do Banco BPI – indicadores seleccionados

	2001	2002
Colaboradores	6 699	6 583
Formação superior	31.8%	34.5%
Média de idades	41.5	40.5
Antiguidade média	16.1	15.4
Homens	53.6%	52.8%
Mulheres	46.4%	47.2%
Colaboradores / Balcão	6.0	6.2

Nota 1: não inclui os balcões automáticos e inclui 3 centros de investimento.
Nota 2: em 2002 inclui 385 Colaboradores integrados no Banco BPI por fusão ou cisão de empresas do Grupo.

Quadro 3

Formação

O BPI continuou, em 2002, a dedicar especial atenção à formação, enquanto ferramenta para o desenvolvimento de competências, para a consolidação de atitudes e comportamentos.

Merece especial destaque, neste contexto, um programa de formação sobre atendimento, vendas e dinamização de equipas de vendas, com o objectivo de melhorar a eficiência operativa e aumentar a qualidade do serviço prestado, no qual participou a totalidade dos Colaboradores da rede de particulares e pequenos negócios, incluindo responsáveis. Realizaram-se 258 acções de formação em que, ao longo de 72 400 horas, participaram 3 036 pessoas. Está prevista a continuidade deste programa para os Colaboradores recém-admitidos e para aqueles cuja evolução na carreira o determine.

A formação comportamental estendeu-se ainda a outras áreas do Banco, com enfoque especial em temas como a gestão de equipas, o trabalho em equipa e o atendimento telefónico, com um total adicional de 2 200 horas de formação.

No âmbito do reforço do quadro de pessoal da rede de particulares, iniciaram-se três bolsas de estágio, cujo programa de 25 semanas compreende uma formação teórico-prática em sala, alternada com formação no posto de trabalho. Neste programa, com conclusão prevista para o primeiro semestre de 2003, estarão envolvidos 74 recém-licenciados, num total de 64 200 horas de formação.

Em síntese, ao longo do ano 2002, participaram em acções de formação 3 857 Colaboradores (60% do efectivo global) num total de 105 mil horas de formação.

De modo a fomentar o desenvolvimento pessoal e profissional dos seus Colaboradores, o Banco BPI prosseguiu com a política de apoio a acções que conferem grau académico. Neste âmbito, o BPI apoiou 140 licenciaturas e 40 pós-graduações e mestrados, entre as quais se destaca a formação nas áreas da gestão e dos sistemas de informação.

Tecnologia

Os sistemas de informação do BPI baseiam-se numa arquitectura multicanal, robusta e escalável, e na integração plena da tecnologia *Web* e das plataformas transaccionais. O Banco dispõe de uma intranet informacional e transaccional, universalmente disponibilizada, constituindo um *interface* comum para um número cada vez mais significativo de processos internos e de negócio. O apoio à gestão do negócio, ao *marketing* e às vendas, ao controlo e gestão de processos, bem como de soluções de "primeira linha" (*front-end*), de gestão do relacionamento com o Cliente, e finalmente soluções aplicativas para a gestão financeira são disponibilizadas de forma tecnologicamente inovadora e integradas com as aplicações tradicionais. Níveis elevados de desempenho e robustez são objectivos centrais no desenho e na manutenção dos sistemas de informação, traduzindo-se deste modo em índices significativos de eficiência e disponibilidade.

Principais indicadores de eficiência, disponibilidade e desempenho	
Capacidade de processamento nos sistemas centrais (em milhões de instruções por segundo)	610 MIPS
Capacidade de armazenamento (em Terabytes)	15.4 Tb
Computadores pessoais por Colaborador	1.2
Colaboradores com acesso à intranet e a e-mail	100%
Número de processos intranetizados	62%
Páginas visualizadas na intranet	330 000 dia
Disponibilidade dos sites transaccionais	99.8%
Colaboradores com acesso à Internet	20%
Páginas visualizadas na Internet (todos os sites BPI)	33 500 dia
Balcões: abertura antes das 8h30	99.2%
Real-time Cartões: das 7h00 às 4h00	100%
Tempo de resposta a transacções nos balcões	99.85% inferior a 3 segundos
Transacções na plataforma multicanal	200 000 / dia
Help desk tecnológico: resolução de problemas	98% inferior a 2h

Quadro 4

A actividade nas áreas de sistemas de informação, desenvolvida durante o ano 2002, desenvolveu-se em torno de cinco vectores principais:

Apoio ao negócio e às vendas

O objectivo central dos sistemas de informação do BPI é dar resposta às necessidades de negócio. Entre as prioridades de 2002, destacam-se a continuação do desenvolvimento de soluções de apoio à venda, nomeadamente, a disponibilização de mais informação integrada sobre Clientes e produtos; a evolução e optimização dos sistemas de gestão de processos de decisão, a resposta às necessidades decorrentes da nova organização da Banca de Empresas no Grupo e a evolução verificada nas soluções aplicativas operacionais, destinadas ao tratamento e controlo de pagamentos nacionais e internacionais.

Disponibilização de soluções estruturais

Entre os trabalhos que se iniciaram em 2001 e que se prolongaram por 2002, merecem destaque a entrada em funcionamento da nova plataforma multicanal na Banca Telefónica (BPI Directo) e na Banca Online (BPI Net, Particulares e Empresas), o desenvolvimento do projecto SIP – Sistema de Informação de Pessoas – do Grupo e do novo modelo global de *interface* e armazenamento de operações, *Operational Data Store*, que envolve todas as aplicações operacionais do Grupo, entendendo-as como fábricas de informação.

Segurança

Mereceu especial atenção, durante este ano, o aprofundamento e consolidação do projecto de *disaster recovery* e continuidade de negócio, bem como a revisão e implementação de mecanismos internos de controlo da utilização de meios informáticos e lançamento do projecto GAS – Gestão de Acessos e Segurança.

Aumento da eficiência interna

Foi dada sequência aos projectos de implementação e consolidação dos programas de racionalização de meios informáticos e de reorganização das equipas internas.

Reestruturação do Grupo BPI

A reorganização operacional de diversas áreas de negócio e, em particular, a fusão de sociedades por incorporação nos bancos do Grupo determinaram um importante ajustamento nos sistemas de informação de suporte desses negócios.

APOIO AO NEGÓCIO E ÀS VENDAS

Gestor de Oportunidades

O Gestor de Oportunidades, um dos principais pilares de apoio à acção comercial do Banco, em funcionamento desde o ano 2000, foi, em 2002, objecto de importantes melhorias no que respeita à informação sobre Clientes e produtos, bem como às funcionalidades disponibilizadas, em especial, no que respeita à integração e actualização de oportunidades.

Gestor de Oportunidades

Centrado no Cliente, o Gestor de Oportunidades é um sistema desenhado para suportar e gerir a actividade comercial do Banco, tanto junto da rede, como através dos canais directos. Em 2002 foram realizados mais de um milhão de contactos com Clientes originados pelo Gestor de Oportunidades.

O Gestor de Oportunidades está construído sobre uma base de dados organizada em função de produtos e serviços que se consideram oportunidades de venda a Clientes. O sistema funciona também como uma ferramenta de gestão de contactos, de controlo da actividade comercial e de apoio geral ao relacionamento com os Clientes. O principal foco é a retenção, a qualidade do serviço e o aumento do relacionamento com os Clientes actuais, embora também seja o instrumento de gestão de contactos com Clientes potenciais.

O Gestor de Oportunidades tem por base a informação disponível, no *data warehouse*, sobre produtos, serviços, transacções e perfil dos Clientes. É efectuada a pesquisa de informação (*data mining*) sobre esta informação, e são definidas regras de negócio automáticas que resultam na identificação de oportunidades.

O acesso a esta informação é feito através da intranet, permitindo seleccionar Clientes para a execução de acções comerciais, registar o resultado das mesmas e controlar o efeito de campanhas e actividades de venda.

Por outro lado, o Gestor de Oportunidades é a fonte e o meio de controlo de resultados de todas as actividades de *marketing* directo e *telemarketing*.

Figura 5

As soluções integradas de atendimento a segmentos especiais de Clientes – Private Banking e Clientes Institucionais – beneficiaram de desenvolvimentos no âmbito da análise e negociação. As referidas áreas contam agora com plataformas que integram toda a informação decorrente do relacionamento com o Banco desde as operações aos contactos, passando pela respectiva exploração. Os sistemas operacionais e de apoio à gestão discricionária e acompanhamento de carteira, foram também objecto de diversas optimizações.

Gestão de processos de negócio

Os sistemas de apoio à gestão de processos de decisão beneficiaram, em 2002, de importantes desenvolvimentos: a eficiência e a qualidade dos processos foram melhoradas, o controlo é maior, as operações resultaram mais normalizadas e simplificadas. Em paralelo, foram lançados novos módulos aplicativos.

GPC Habitação

O GPC Habitação, módulo do BPI pioneiro na área dos gestores de processos de crédito, foi alvo de diversas intervenções com o objectivo de simplificar e optimizar os circuitos, tarefas e procedimentos. A aplicação foi também adaptada do ponto de vista legal e comercial, e os *interfaces* com os sistemas operacionais foram optimizados. As alterações introduzidas permitiram reduzir custos, aumentar a produtividade interna e a qualidade do serviço prestado aos Clientes.

Em 2002, foram disponibilizados os três novos módulos que a seguir se descrevem.

GPC Crédito Pessoal

Este módulo destina-se ao tratamento de toda a oferta de crédito não hipotecário a particulares, Clientes ou não Clientes. Integra um módulo específico de *scoring* interno, e dispõe de interacção directa com as aplicações centrais, possibilitando a gestão de todo o processo, desde a simulação até à libertação dos fundos.

GPC Automóvel

Foi desenvolvido com o objectivo de tratar todos os processos de financiamento de automóvel, quer nos parceiros (via extranet), quer em todas as redes internas. Entrou em funcionamento a componente de simulação / decisão de ALD, *Leasing* e Crédito. Trata-se de uma solução integrada com os diversos parceiros de negócio do Banco, incorporando as características próprias das respectivas marcas e produtos, e os acordos bilaterais existentes. As próximas etapas, em desenvolvimento, visam a implementação do tratamento das propostas até à contratação, a integração nos sistemas operacionais e o alargamento aos restantes canais.

GPC Cartões

Destinado ao tratamento da captação de toda a gama de cartões de Crédito do BPI, tanto dos destinados a particulares como dos destinados a empresas, caracteriza-se pelo grande volume de processos tratados, o que constituiu um desafio adicional na implementação da solução informática, tendo esta que incorporar critérios de decisão automática e filtros de encaminhamento particularmente elaborados.

Gestão de Processos de Crédito

O GPC é um sistema que gere a totalidade do processo de crédito, desde o primeiro contacto do Cliente até à contratação da operação, incluindo as fases de simulação, venda, decisão, tarefas operativas, contratação, registos e controlo global.

Trata-se de um sistema totalmente *Web*, multicanal, integrado com os sistemas operacionais, disponível na intranet dentro do Banco, acedível pelos Clientes na Internet e em extranet para entidades com quem o Banco possua acordos de crédito, no ponto de venda.

A infra-estrutura criada é global, e pretende-se que todos os produtos de crédito sejam tratados por este sistema, de modo a criar um repositório comum de operações, regras de decisão, de negócio e controlo de crédito. Para os produtos padrão (consumo, cartões, habitação, automóvel), o objectivo é que a decisão de crédito seja tomada em tempo real, logo no momento em que a operação é iniciada.

A implementação informática destes conceitos pressupôs uma revisão integral dos processos de negócio e a conceptualização *ex-ante* de todas as regras, elementos e fluxos de decisão, sendo este um desafio de complexidade superior à própria implementação da solução tecnológica.

Actualmente, estão em funcionamento os módulos relativos a Habitação, desde 2000, objecto de permanentes optimizações e novas funcionalidades, Consumo, Cartões e Automóvel, estes lançados durante 2002. A estratégia seguida, desde a concepção do GPC, tem sido confirmada, na medida em que são asseguradas eficiência e qualidade superiores, controlo acrescido, redução de custos, normalização e simplificação operativas.

A generalização deste conceito às Empresas e Pequenos Negócios foi objecto de análise, tendo em conta a especificidade destes segmentos. Ainda em 2002 foi implementado o primeiro sistema que permitirá o arranque deste modelo: a aplicação de Gestão de Limites.

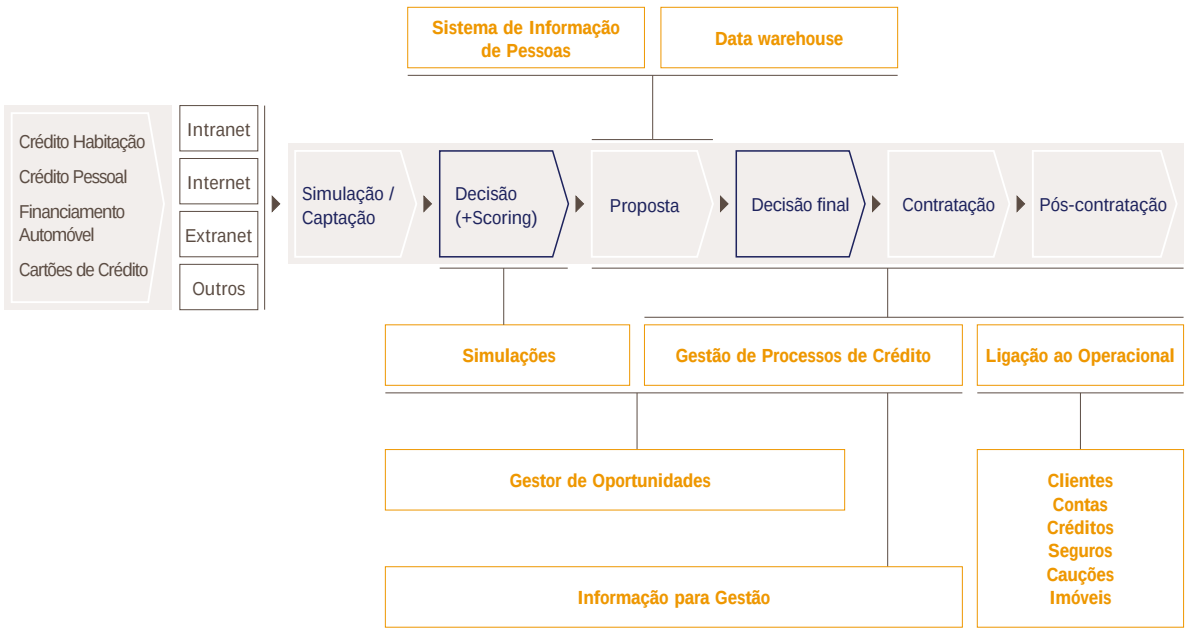


Figura 6

Soluções de apoio ao negócio de empresas

Foram desenvolvidos diversos projectos informáticos, com o objectivo de disponibilizar uma arquitectura aplicacional integrando a análise de risco e a gestão de informação, agilizando o processo de decisão de crédito e melhorando o seu controlo, o acompanhamento de operações e a interacção com os Clientes.

Grupos de Empresas

Este módulo permite definir e gerir Grupos de Empresas, sendo capaz de representar diversos tipos de associação e de relacionamento, com os atributos e características próprias de cada situação.

Limites de crédito

Trata-se de um sistema que permite o registo de limites aprovados por classe de risco relativas a grupos e entidades, a utilização e controlo aos vários níveis respeitando as regras internas do regulamento geral de crédito, a recolha de propostas de utilização e a implementação de *workflow* de decisão, controlo e encaminhamento operacional. Armazena a informação comercial dos Grupos e Empresas e está interligado com o sistema de gestão documental e a informação de Gestão.

Informação de Gestão

Passou a estar disponível informação agregada por grupos de entidades, nomeadamente a respeitante à posição integrada do envolvimento com o Banco, informações de *rating* e notações diversas.

BPI Net Empresas

Novo serviço prestado através da Internet e destinado a empresas. Encontra-se actualmente em fase terminal de testes de qualidade. O objectivo é proporcionar uma plataforma de acesso ao Banco, adaptada às necessidades deste segmento, com vista à execução de operações e consulta. Integra as soluções informáticas existentes, tanto ao nível tecnológico, como aplicativo.

Outras soluções de apoio ao negócio

A rapidez de execução e a capacidade de controlo de ordens de pagamento nacionais, designadamente as recebidas através de canais remotos, beneficiou de importantes desenvolvimentos aplicativos. Por outro lado, o tratamento de ordens de pagamento internacionais foi integralmente automatizado, o que permite maior rapidez de execução, maior rigor e segurança, objectivos que estiveram, igualmente, na base da optimização das aplicações de tratamento de operações documentárias.

DISPONIBILIZAÇÃO DE SOLUÇÕES ESTRUTURAIS

Plataforma multicanal

Trata-se de uma nova plataforma de acesso transaccional aos sistemas do Banco, através dos vários canais remotos, mais robusta e escalável, e com melhor *performance*. O objectivo é, além de garantir a evolução tecnológica das soluções infra-estruturais, assegurar a adaptação ao crescente aumento de interactividade com os Clientes, quer através dos canais remotos, quer, no futuro, através também dos canais tradicionais.

Plataforma multicanal

Objectivos

Desde Fevereiro de 2000 que o Banco BPI dispunha de uma plataforma única para os canais de acesso remoto, *call-centre* e BPI Net. A escolha desta plataforma resultou, entre outros factores, da necessidade de, num curto período de tempo, dar resposta à necessidade de potenciar o negócio tradicional do banco através de canais não tradicionais.

De acordo com a estratégia de evolução das infra-estruturas tecnológicas, foi decidido desenhar e implementar uma solução baseada numa nova arquitectura, mais robusta, escalável e com melhor *performance*, assegurando a adaptação ao crescente aumento de relacionamento dos Clientes com o Banco através de todos os canais remotos e da rede de balcões. A primeira fase de integração dos canais remotos foi concluída com sucesso, estando, neste momento, a ser implementado o protótipo que conduzirá à integração da solução de balcões, na plataforma multi-canal.

Características

Trata-se de uma plataforma que agrega as operações provenientes dos diversos canais de distribuição. Funciona como intermediária entre os *front-ends* e as aplicações operacionais. As principais características desta nova solução são o registo das operações provenientes dos diversos canais, a validação de regras de negócio, a segurança no acesso à informação, a grande disponibilidade, a maior escalabilidade e a arquitectura modular.

A nova plataforma permite:

– responder mais rapidamente às necessidades do negócio;

– obter uma visão integrada das operações efectuadas pelos Clientes, nos vários canais;

– disponibilizar novas funcionalidades sem interrupção do serviço nos diversos canais.

Plano de implementação

Por questões de segurança e no sentido de minimizar o impacto nas soluções existentes, foi estabelecido um plano de migração faseado. O BPI Directo foi o primeiro canal a ser integrado, por corresponder a um ambiente mais controlado e de acesso exclusivamente interno, seguindo-se a integração do BPI Net (Particulares e Pequenos negócios) e do novo canal dedicado a empresas: o BPI Net Empresas.

Figura 7

Resultados

A nova plataforma multi-canal vem proporcionar níveis de eficiência, escalabilidade e serviço muito superiores, preservando patamares elevados de qualidade: em 2002, foi atingido um número de transacções por segundo superior em 100% ao valor do ano anterior, tendo-se registado um volume total diário da ordem das 200 mil transacções.

Parceiros

A Microsoft foi o parceiro de referência no desenho e implementação da plataforma, à semelhança do sucedido em outros projectos envolvendo a infra-estrutura tecnológica do Banco BPI.

Data warehouse

O *data warehouse* do BPI assenta num conjunto de bases de dados estruturado, coerente e integrado, actualizado diariamente, e no qual é reunida a informação relativa às características e fluxos de todos os produtos e de todos os dados relativos a Clientes.

Toda esta informação está depois disponível nos vários canais. É possível analisar, deste modo, a informação, tanto numa óptica estática, como temporal, quando a abordagem se faz pelo Cliente, pelos canais, pelos produtos ou pelas transacções.

O acesso a esta informação é efectuado de três formas:

– as páginas *web*, na intranet, permitem todas as consultas a relatórios permanentes, os quais ficam assim disponíveis para todos os Colaboradores, embora, obviamente, estejam estabelecidos diferentes níveis de acesso;

– as ferramentas de exploração de informação, de *data mining* ou de produção de relatórios, são disponibilizadas a utilizadores especializados, nomeadamente, das áreas do *Marketing* e Planeamento;

– contribuição de informação para outras soluções aplicativas com funções especializadas, entre as quais se salientam as aplicações de análise de rendibilidade e risco, e as aplicações de produção de reportes oficiais.

Entre as páginas da intranet que se encontram permanentemente disponíveis, salientam-se as seguintes:

– **posição integrada de Cliente e grupos de Clientes,** com diferentes níveis de agregação e pormenor, incluindo informação interna sobre os produtos e serviços de várias entidades do Grupo e informação externa (por exemplo, as responsabilidades no Banco de Portugal);

– **informação de gestão**, detalhada nas dimensões tempo (produção diária e evolução temporal), hierarquia comercial, produtos, situações (níveis de cumprimento), montantes e preços;

– **mapas *web* específicos**, para fins determinados, sempre com uma percepção integrada do Cliente, como é o caso do controlo de incumprimentos, do vencimento futuro de aplicações financeiras ou das taxas de penetração de produtos;

– **visões pontuais integradas** de Clientes, grupos, contratos, produtos ou serviços que são disponbilizadas em páginas de outros sistemas como é o caso dos GPC, Gestor de Oportunidades, Limites de Crédito, Cauções e outros.

O *data warehouse* tem ainda um papel decisivo na implementação de novas soluções aplicativas, como é, por exemplo, o caso das áreas de crédito e vendas, bem como o do suporte ao *marketing* directo e *telemarketing*.

Data warehouse

Front-End	Apoio ao negócio	Informação de gestão	Estatísticas, Notação e Controlo
Informação de Cliente	Gestor de Oportunidades	Controlo de gestão	Controlo contabilístico
Informação de Grupos	Plano de Acção Comercial	MIS - Sistema de Informação de Gestão	Informação para Auditores
Informação de Contas	Gestão de Processos de Crédito	EIS – Executive Information System	Estatísticas do Banco de Portugal
Informação de Contratos	Gestão de Limites de Crédito	Análise de rendibilidade	Provisões Económicas
Posição Integrada de Produtos	Rating de Empresas	Gestão de riscos	Informação fiscal
Posição Integrada de Serviços	Rendibilidade de Empresas		

Figura 8

Modelo global de operações bancárias e subsistema de interfaces

O BPI dispõe actualmente de um poderoso *data warehouse*, de actualização diária a partir de todas as aplicações operacionais, que constitui a fonte de informação dos sistemas de gestão de informação, comercial, controlo de risco e informação a Clientes. A crescente concentração de utilização e exigência no pormenor e na profundidade, levaram o Banco a conceptualizar um novo modelo de armazenamento de operações, capaz de responder a todas as necessidades de informação nas ópticas comercial, contabilística e estatística, e criar uma camada de *interface* entre os sistemas operacionais e o modelo de armazenamento.

Sistema de Informação de Pessoas

Um dos elementos centrais da arquitectura aplicacional é o SIP – Sistema de Informação de Pessoas, actualmente em fase de implementação. Este sistema permitirá ao BPI dispor de uma base de dados, única e abrangente, de informação relativa a pessoas, Clientes e demais entidades com quem o Banco já mantenha ou possa vir a estabelecer relações comerciais ou institucionais. A arquitectura deste novo sistema dotará o Banco de maior capacidade de resposta às necessidades crescentes de natureza comercial e de gestão em geral, e lançará os fundamentos para diversas optimizações na arquitectura de sistemas de informação. Alguns módulos do sistema, nomeadamente os destinados ao tratamento de grupos de entidades e hierarquias, no âmbito da remodelação aplicacional relativa à Banca de Empresas, entraram já em funcionamento.

SEGURANÇA

A atenção permanente dedicada à segurança e estabilidade operacionais estiveram na origem de diversas iniciativas que a seguir se enunciam.

– lançamento de um ambicioso projecto na área da Gestão de Acessos, cujo desenho se baseia na implementação de regras capazes de regulamentar o acesso e exploração de todos os sistemas informáticos do BPI, bem com a criação de plataformas informáticas destinadas a suportar a operacionalização do sistema, exploração e auditoria;

– instituição de regras e processos relativos aos recursos informáticos. A título de exemplo, refira-se a filtragem activa de conteúdos de correio electrónico e de acessos à Internet, a racionalização dos dispositivos de leitura de disquetes e CD-ROM, e a elaboração e publicação de normativo respeitante à utilização dos sistemas de informação;

– remodelação e expansão do principal centro de processamento de dados (CPD) do Banco, onde se encontra localizada a maioria das plataformas tecnológicas de suporte aos sistemas de informação. Este projecto visou a obtenção de assinaláveis melhorias nas condições de instalação e funcionamento dos equipamentos, através da duplicação da área disponível e da implementação de novas soluções de alimentação eléctrica, climatização e segurança física;

– revisão e actualização dos processos de contingência dos sistemas informáticos do BPI. Este projecto, com fim previsto para 2003, cobre todas as plataformas tecnológicas, não se limitando aos sistemas centrais, mas abrangendo também os meios de processamento e de telecomunicações residentes nos diversos edifícios do Banco. A interacção com os processos de negócio subjacentes e o planeamento da respectiva continuidade estão naturalmente assegurados.

AUMENTO DA EFICIÊNCIA INTERNA

A implementação e a consolidação do programa de racionalização de meios informáticos, objectivos primordiais da área de sistemas de informação, originaram as diversas iniciativas que a seguir se indicam.

– gestão da capacidade instalada, graças à introdução de métricas que vieram permitir uma avaliação rigorosa da situação actual e a elaboração de estimativas de crescimento com um elevado grau de realismo e exactidão;

– gestão dos postos de trabalho (*desktops*), tendo em vista um mais correcto dimensionamento dos meios disponibilizados aos Colaboradores;

– renegociação de contratos: foram analisados de forma sistemática e aprofundada os principais contratos relativos a fornecimento de bens e serviços; esta análise teve como consequências, em primeiro lugar, a reequação da necessidade e grau de utilização dos bens e serviços, e posteriormente a renegociação de contratos com os respectivos fornecedores, procurando a respectiva optimização nas vertentes financeira e de condições de exploração.

Intimamente ligada ao objectivo de racionalização dos meios informáticos, uma outra iniciativa prendeu-se com a racionalização das equipas internas. Procurou-se obter uma estrutura mais especializada e simultaneamente mais flexível, preparada para responder, de forma pragmática, aos desafios que hoje se lançam numa área tão complexa e em constante mutação como é a de sistemas de informação. Esta restruturação conduziu, assim, à composição e organização das equipas por dois grandes blocos:

– desenvolvimento aplicativo e infra-estrutura tecnológica, numa lógica fabril de análise e desenvolvimento de projectos e de manutenção e suporte às soluções já implementadas;

– planeamento e controlo, agregando horizontalmente funções, nomeadamente as de gestão e de acompanhamento de solicitações informáticas, testes à qualidade, segurança e planeamento.

REESTRUTURAÇÃO DO GRUPO

As operações decorrentes do processo de reestruturação do Grupo BPI tiveram um impacto assinalável nas diversas áreas de sistemas de informação; desde a gestão de infra-estrutura, sistemas e exploração, que foi centralizada, até às soluções aplicativas, adaptadas e desenvolvidas de forma a assegurar a integração com a arquitectura aplicacional do Banco.

Operações

A preocupação com a racionalização de recursos, através da análise dos meios e dos processos, assumiu, em 2002, um caracter prioritário na actividade da área de operações, tendo sido possível a redução de 30% dos efectivos – 114 Colaboradores afectos a estas funções – bem como a libertação de uma área de 5 000 m^2.

A negociação com os principais parceiros e fornecedores do Grupo, aliada a uma forte política de contenção de custos, teve como resultado uma diminuição significativa nos custos de operação, dos quais se destacam:

– a redução de 13% nos custos com impressão e acabamento através da eliminação de listagens consideradas supérfluas e da passagem do extracto integrado de mensal para trimestral;

– a redução de 49% nos custos com comunicações – voz, em resultado da racionalização de acessos à rede telefónica e da implantação de *links* nos edifícios centrais, por forma a transformar as comunicações fixo-móvel em móvel-móvel. Na rede comercial criaram-se mecanismos de redução de custos das comunicações de voz para os diversos operadores móveis;

– a redução de 22% nos custos com aluguer de equipamento informático. A carteira de contratos foi objecto de profunda análise, tendo sido reajustada às reais necessidades do Banco. Em paralelo foram desactivados os contratos cujo custo era superior aos benefícios esperados;

– a redução de 12% nos custos com o economato. Implantou-se um projecto de estandardização da oferta de material de escritório, impressos, artigos de copa e de higiene, evitando-se, assim, gastos em material considerado supérfluo para a actividade do Banco. Simultaneamente adoptou-se o modelo de fornecedor único que garante toda a operativa, desde a produção até à distribuição pelos diversos locais onde o Banco se encontra instalado. Em paralelo, iniciou-se um projecto de racionalização de impressos visando a diminuição da oferta e de selecção de artigos de economato alternativos, menos dispendiosos;

– a redução de 11% nos custos com o correio. O processo de racionalização da correspondência dos extractos integrados, conduziu à diminuição da factura do operador postal.

Continuou-se, igualmente, com o programa de externalização de actividades – *outsourcing* – iniciado em 2000, com o objectivo não só de evitar que o Banco se disperse em actividades que não integram o seu *core business*, mas também por forma a criar condições para a progressiva redução de custos das operativas e para a melhoria da qualidade dos serviços que passam a ser medidos e contratualizados.

Neste âmbito, e através duma iniciativa do sistema interbancário, fortemente apoiada pelo Banco BPI, foi transferida para a SIBS Processos a área de compensação do Banco, o que permitiu libertar um conjunto considerável de recursos, bem como uma área de ocupação significativa, numa zona nobre da cidade de Lisboa.

Não obstante a redução que se tem vindo a operar nos últimos anos na frota de viaturas do Banco – cerca de 27% – em 2002 iniciou-se o processo de transferência para o exterior da gestão do parque automóvel, através da realização de contratos de aluguer operacional de viaturas em vez de aquisições directas por parte do Banco. Esta acção foi precedida pela definição de uma política de grande disciplina e rigor dos gastos associados à frota.

Externalizou-se, ainda, uma parte considerável dos serviços de limpeza – cerca de 50% – deixando-se antever que a sua conclusão poderá ocorrer no próximo ano.

A produção de microfichas foi também uma das actividades transferida para o exterior no decurso do ano, sendo notório o impacto a nível dos meios afectos, com economias estimadas em mais de 40%.

No final do ano, e na sequência do processo de reestruturação do Grupo, integraram-se na fusão de operações do Banco BPI as correspondentes áreas do Banco Português de Investimento e de outras empresas, centralizando-se, assim, estas operativas com evidentes ganhos de produtividade e eficiência. De igual modo, as áreas referentes à gestão de obras, património e segurança passaram a estar integradas no mesmo comando único da área de operações.

Reorganização das áreas de compras

No âmbito de um projecto lançado no primeiro semestre de 2001, o Banco procedeu ao agrupamento das várias áreas de compras que anteriormente existiam no Banco BPI – responsáveis pela aquisição de bens e serviços no mercado e com escassa interligação entre elas – numa nova estrutura, a funcionar na esfera de actuação da Direcção de Operações e Aprovisionamento.

Esta etapa passou previamente pelo desenho da nova estrutura orgânica e funcional, pelo dimensionamento dos recursos humanos afectos e pela elaboração dos descritivos funcionais de suporte à operativa.

Na prática, efectuou-se uma centralização das compras, não só em termos orgânicos mas também em termos geográficos, com poupanças evidentes nos meios afectos e com vantagens no relacionamento com os parceiros e fornecedores do Banco que passaram a ter um único interlocutor na instituição.

Foi definida, posteriormente, a estratégia de aquisição de bens e serviços baseada nos processos previamente analisados e sustentada nas políticas de *sourcing*, *stocks* e distribuição.

Nesse sentido, foi analisada a gama de produtos a adquirir tendo em linha de conta o respectivo grau de risco: i) probabilidade e impacto de uma falha na distribuição; ii) criticidade para o produto final; iii) impacte nos Clientes; e iv) volatilidade do mercado e os gastos anuais.

Dessa análise, concluiu-se existir uma gama de produtos de baixo risco e de gastos elevados, em relação aos quais os aspectos fundamentais são a negociação do preço e os níveis de serviço.

Encaixaram-se, neste modelo, os artigos de mobiliário, de decoração, de economato (material de escritório e impressos), de copa e de higiene e limpeza, os quais foram entregues a fornecedores únicos. A gestão de *stocks* e a distribuição passaram, igualmente, para os referidos fornecedores.

Relativamente aos produtos de risco elevado e com gastos elevados, consideraram-se relevantes as questões relacionadas com o preço, duração do contrato, níveis de serviço e gestão de *stocks* e distribuição, tendo-se optado, tendencialmente, por parcerias estratégicas.

No tocante à política de *stocks*, considerou-se como objectivo do Banco que os *stocks* deveriam ser iguais a zero, já que não acrescentam valor e constituem um peso elevado na estrutura de custos, nomeadamente nos produtos onde o risco é considerado baixo.

O caminho seguido, designadamente para os produtos considerados não críticos, passou pela transferência dos mesmos para os parceiros e fornecedores.

Foram analisados, quanto à distribuição, vários modelos de transporte – directo, *assembly* e *milkrun* –, tendo em consideração o número de fornecedores necessários para responder às solicitações dos produtos.

O Banco funcionava basicamente num modelo de distribuição *assembly*, ou seja, os produtos eram entregues por vários fornecedores num local centralizado do Banco, encarregando-se o mesmo, posteriormente, de efectuar a distribuição pelos diversos órgãos utilizadores.

O modelo adoptado, nomeadamente, para os denominados artigos de economato (impressos e material de escritório), de higiene, de limpeza e de copa, assenta na distribuição pelo próprio parceiro que fornece esta gama de produtos. Relativamente aos restantes artigos, designadamente os referentes às tecnologias de informação, manteve-se, por enquanto, o modelo de distribuição *assembly*.

Paralelamente as estas acções, foram desencadeados outros projectos relacionados com a estandardização da oferta interna, onde se seleccionaram e definiram os produtos básicos a consumir pelo Banco, tendo-se procedido à eliminação do conjunto vastíssimo de artigos, à eliminação e normalização de impressos e à selecção de produtos alternativos menos dispendiosos, que originou a redução em cerca de 20% dos artigos usados.

Para suporte à área de compras equacionou-se, na ocasião, a aquisição de um ERP (*Enterprise Resource Planning*) no sentido de suportar de forma completa e integrada os processos desenhados no decurso do projecto. Posteriormente, face à simplicidade dos processos definidos, optou-se pelo desenvolvimento interno, utilizando-se a plataforma já existente e o recurso à tecnologia *Web*. O desenvolvimento da solução que irá permitir automatizar e integrar um conjunto de tarefas está previsto para 2003, após a conclusão da racionalização e simplificação dos processos.

No período de um ano e meio, a estrutura afecta às compras sofreu uma redução de 58% no seu efectivo, assistindo-se também a uma diminuição de cerca de 4 000 m^2 na área ocupada, nomeadamente em armazéns.

No tocante aos gastos com economato (material de escritório e impressos), artigos de copa e de higiene e limpeza os custos baixaram cerca de 12%.

Principais acontecimentos em 2002

Janeiro, 16	BPI informa o mercado sobre a implementação de programa de remuneraçao e incentivo em acções e opções (designado RVA – Remuneração Variável em Acções), associando por essa forma, uma parte da remuneração dos seus Administradores e Colaboradores à valorização das acções BPI. Aplicável desde o exercício de 2001, o programa abrange os Administradores e um expressivo número de Colaboradores.
Janeiro, 31	Banco BPI adquire ao Estado Português carteira de crédito do Fundo da EFTA para o Desenvolvimento Industrial de Portugal, na sequência da cessação da actividade do fundo, após 25 anos de exemplar contributo para a modernização da estrutura produtiva portuguesa, ao longo dos quais contribuiu para a criação de 15 mil novos empregos e para a estabilização de outros 174 mil.
Fevereiro, 7	BPI divulga os resultados consolidados do exercício de 2001. O lucro líquido ascendeu a 133.3 milhões de euros e o ROE a 14.7%
Março	BPI lança novo *site* dedicado à informação de carácter institucional do Grupo, simultaneamente disponível em Português e inglês e acessível em www.bpi.pt
Março, 13	Comissão Executiva do BPI SGPS realiza, no Centro Cultural de Belém, em Lisboa, a II Conferência Anual para Analistas e Investidores, na qual se debateram a actividade, as perspectivas e a estratégia do Grupo BPI.
Abril, 3	Assembleia Geral Anual, na qual estiveram presentes ou representados accionistas detentores de 57.2% dos direitos de voto aprovou com 99.8% de votos a favor, o relatório e contas, o dividendo, os órgãos sociais para o triénio 2002-2004 e o aumento do capital social de 645 625 000 euros para 760 milhões de euros.
Abril, 24	BPI apresenta resultados do 1.º trimestre. Lucro líquido atinge os 42.3 milhões de euros e o ROE foi de 18.2%
Abril, 26	BPI paga dividendo de 9 cêntimos por acção, idêntico ao do exercício anterior, e ao qual corresponde um *payout* de 43.6% e um *dividend yield* de 4%
Maio	Aumento de capital para 760 milhões de euros, através da emissão de 114 375 000 acções, por subscrição reservada a accionistas ao preço de 1.75 euros por acção, integralmente subscrito e realizado. O encaixe obtido ascendeu a 200.2 milhões de euros. A escritura pública foi outorgada a 3 de Junho.
Julho, 1	BPI abre o primeiro Centro de investimento, no Marquês de Pombal, em Lisboa, baseado num conceito de serviço especializado e personalizado, dirigido a Clientes de elevado património ou com forte potencial de acumulação financeira.
Julho, 1	Constituição do Banco de Fomento, SARL, em Angola, com capital social de 1 305 561 mil kwanzas (30 milhões de euros) integralmente detido pelo Grupo BPI. Esta sociedade resulta da transformação da sucursal de Luanda do Banco BPI em banco de direito angolano.
Julho, 25	BPI apresenta resultados do 1.º semestre. O lucro líquido atingiu os 70.8 milhões de euros e o ROE os 14.9%.

Julho, 25 Conselho de Administração do BPI SGPS informa o mercado sobre o projecto de reestruturação do Grupo a realizar em 2002.

Outubro Banco Português de Investimento absorve por fusão a BPI Dealer – Sociedade Financeira de Corretagem. Para efeitos contabilísticos a fusão produziu efeitos a partir de 1 de Janeiro de 2002.

Constituição da BPI Suisse, S.A., sociedade que presta serviços de Private Banking, detida pelo BPI em 99.9%.

Outubro, 24 BPI apresenta resultados do 3.º trimestre. O lucro líquido ascendeu a 97.6 milhões de euros e o ROE a 13%.

Outubro, 31 Banco BPI apresentou em conferência de imprensa o "Novo Balcão BPI", baseado num novo conceito de serviço aos Clientes que contempla uma zona automática ampla, de fácil acesso e disponível 24 horas por dia, uma área de atendimento personalizado que proporciona ao Cliente maior privacidade e conforto.

Novembro Prémio de melhor Relatório e Contas e de melhor relatório de *Corporate Governance* – O BPI foi distinguido com os prémios de Relatório e contas no sector financeiro pela 7.º vez, segunda consecutiva, e com o prémio – pela primeira vez instituído – de melhor Relatório de *Corporate Governance* de todas as sociedades cotadas no Euronext Lisboa.

Novembro, 8 Assembleia Geral do BPI SGPS na qual estiveram presentes ou representados accionistas detentores de 60.4% dos direitos de voto aprova, por unanimidade, projecto de reestruturação do Grupo BPI com o objectivo de simplificar e ajustar a configuração jurídica do Grupo ao seu modelo de negócios actual, obtendo economias de custos e ganhos de eficiência adicionais através da racionalização e concentração de actividades.

Dezembro Conclusão da reestruturação do Grupo BPI, cuja escritura foi outorgada a 19 de Dezembro, e que culminou com a incorporação do Banco BPI no BPI SGPS que, simultaneamente, assumiu objecto social de um banco comercial e adoptou a designação Banco BPI. Em consequência, a referência das acções do BPI negociadas no mercado de cotações oficiais da Euronext Lisboa é, a partir de 23 de Dezembro, alterada para "Banco BPI".

Standard & Poor's, Moody's e Fitch Ratings confirmam notações de *rating* "A" do BPI e mantêm o "*outlook*" em estável, sublinhando os benefícios de uma estrutura mais simples e o potencial de poupança de custos resultante da reestruturação do Grupo concretizada em 2002.

BPI lança Fundo Caravela – Fundo de Capital de risco, com dotação inicial de capital de 20 milhões de euros, e que tem por objectivo de investir em PME nacionais. O Fundo é gerido pela Inter Risco e conta com a participação do Fundo Europeu de Investimento.

Grupo BPI regista um lucro líquido consolidado do exercício de 140.1 milhões de euro, a que corresponde uma rendibilidade dos capitais próprios de 13.5%.

Enquadramento

Enquadramento macroeconómico

A evolução quer da economia nacional, quer da internacional, ficou, em 2002, muito aquém das expectativas existentes no final do ano anterior. As perspectivas de crescimento económico permaneceram fracas, ao mesmo tempo que a margem de manobra política começou a ficar severamente limitada. Nos EUA, o uso intensivo do expansionismo monetário e fiscal permitiu melhorar a *performance* a curto prazo, mas agravou o desequilíbrio externo, ameaçando a força do Dólar, e fragilizou a posição orçamental. Na Europa, pelo contrário, a posição dominante foi a de oposição ao activismo das políticas económicas de curto prazo, o que conduziu a um crescimento medíocre e mesmo à quebra acentuada da confiança dos agentes económicos e do investimento das empresas.

Crescimento real do PIB
Taxas de variação homóloga

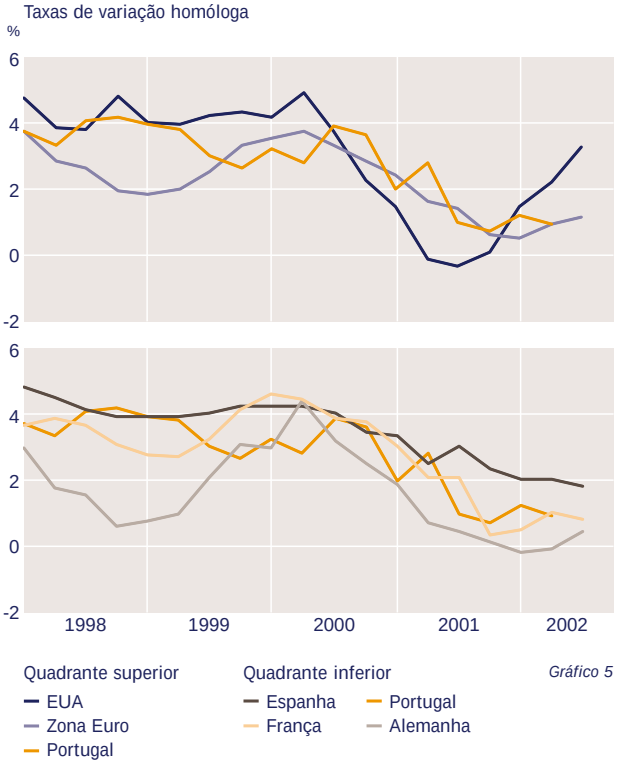


Gráfico 5

No final do ano, agravou-se ainda o clima de incerteza, devido, por um lado, ao acréscimo dos riscos geopolíticos e à subida do preço do petróleo, e, por outro lado, à persistência de expectativas pouco optimistas quanto à consolidação do crescimento económico na Europa. Os espaços económicos que representam mercados importantes para Portugal, como o da Alemanha ou o da França, mantiveram-se quase estagnados. Nestes países, e também em Espanha e no Reino Unido, o crescimento do produto mantinha-se em desaceleração no final de 2002, o que, em particular nos primeiros meses, esteve na origem da deterioração da respectiva situação orçamental, afastando ainda mais a perspectiva de uma política mais incentivadora da actividade económica, para 2003.

Apesar do clima internacional desfavorável, Portugal viu-se obrigado a empreender um profundo ajustamento orçamental, por ter excedido, em 2001, o limite máximo de défice, autorizado pelo Pacto de Estabilidade e Crescimento. A subida de impostos, a redução de despesas (em particular, de investimento) e a perspectiva de manutenção de uma postura não acomodatícia – por exemplo, em matéria de admissões e de salários na função pública – levaram a acentuar o pessimismo dos consumidores e das empresas, ao longo de todo o ano.

A conjugação do referido pessimismo com o efeito negativo do enquadramento externo conduziu a uma nova quebra na formação bruta de capital fixo, tanto em construção, como em equipamento. Ao mesmo tempo, o consumo privado e o investimento em habitação aproximaram-se da estagnação, enquanto as exportações foram sucessivamente revistas em baixa. Na parte final do ano, registou-se a subida da taxa de desemprego, também por efeito do encerramento de empresas estrangeiras dos sectores tradicionais, em busca de maior rendibilidade, em particular nos mercados do Leste Europeu.

Portugal está a enfrentar um período de viragem estrutural, em que as tarefas trabalho intensivas dos ramos da indústria

tradicional tendem a deslocar-se para países com mais baixo rendimento. Em simultâneo, a construção residencial aproximou-se da saturação, e o sector público deixou de poder continuar a oferecer emprego. O investimento em infra-estruturas terá, no entanto, de continuar, em especial nos transportes e nas comunicações. Este investimento é muito necessário para que Portugal se insira adequadamente nas redes transeuropeias e de modo a que tenha, assim, condições de acolhimento de novas actividades industriais e de serviços, ou de desenvolvimento das condições existentes.

Paralelamente, terão de fomentar-se, necessariamente, parcerias publico privadas que permitam ao Estado libertar-se de tarefas que adquiriram um peso excessivo no Orçamento, mas que não podem, por isso, deixar de ser desempenhadas, sendo os casos da saúde e do apoio à terceira idade paradigmáticos nesta matéria.

Tudo isto tem como pressuposto a capacidade da economia para gerar rendimento e riqueza, o que exige a atracção de investimento privado em actividades de elevado valor acrescentado. A estabilização da política orçamental, agora empreendida com determinação, é um factor indispensável para atingir este objectivo. O sector privado, com o apoio do sistema financeiro, terá de responder em áreas como o ensino superior e tecnológico, a investigação científica, o financiamento das pensões, ou com as já referidas parcerias publico privadas.

A verificar-se tudo o que se expôs anteriormente, não deixará de acontecer uma alteração significativa na actividade bancária: uma relativa perda de peso do financiamento imobiliário, maior ênfase no crédito pessoal para finalidades como o financiamento de estudos superiores, a par da importância crescente da captação de fundos a longo prazo, como complemento de pensões. A prevalência de taxas de inflação baixas, assegurada pela moeda única e pela disciplina orçamental, e o desenvolvimento dos mercados financeiros europeus serão os outros dados fundamentais para a evolução do sistema financeiro nos próximos anos.

Expansão do crédito bancário
Taxas de variação homóloga

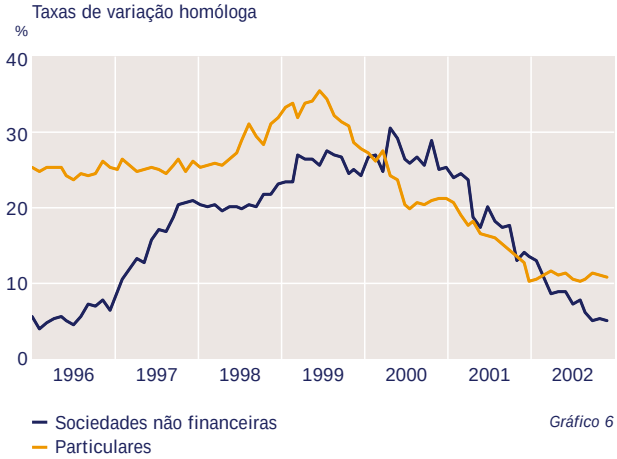


Gráfico 6

Em 2002, a conjuntura desfavorável reflectiu-se sobretudo na forte desaceleração do crédito às empresas que, no final do ano, crescia a uma taxa anual de 5%, contra os 13.3% de Dezembro de 2001. O crédito a particulares, cujo crescimento baixara fortemente em 2001, pelo contrário, manteve ou acelerou, ainda que ligeiramente, o seu ritmo de expansão em 2002 (10.6% em Novembro contra 10.1% no fim do ano anterior).

Expansão dos depósitos bancários
Taxas de variação homóloga

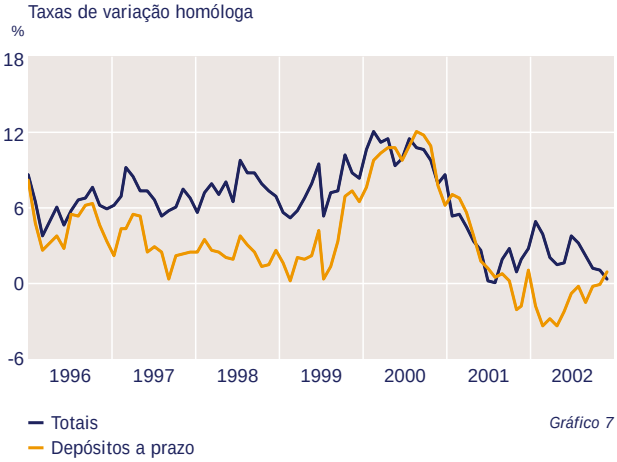


Gráfico 7

Os depósitos totais de residentes tenderam para a estagnação em 2002 (a sua taxa de expansão foi de 0.3% em Novembro), depois de já terem desacelerado fortemente em 2001. Houve, pois, uma nova quebra na poupança das famílias, em consequência da evolução desfavorável do rendimento disponível.

Quer no sector financeiro, quer relativamente à evolução da economia, 2002 e 2003 têm de ser vistos como anos de transição, sujeitos, também, a grandes incertezas ▷ internacionais, pelo que não se pode esperar uma conjuntura fácil. Em Portugal, o crescimento económico será reduzido nos dois anos, a taxa de inflação descerá e o desemprego continuará a subir. A clarificação da situação internacional e as melhores perspectivas em matéria orçamental a partir de 2004 deverão permitir, contudo, que, ao longo de 2003, se comece a desenhar a desejada viragem para um novo período de crescimento, assente em bases mais sólidas.

Previsões pormenorizadas para Portugal e para a zona do euro

Taxas de crescimento em percentagem

	2002			2003		
	Portugal		Zona do euro	Portugal		Zona do euro
	BdP[1]	CE[2]	CE[2]	BdP	CE[2]	CE[2]
Consumo privado	0 : 3/4	1.0	0.6	1/4 : 1 1/4	0.9	1.7
Consumo público	1.5	1.4	2.0	-1.0	0.2	1.4
Investimento fixo	-5 : -3	-3.5	-1.9	-4 1/4 : -1/4	-1.0	2.0
Exportações	1 : 2	2.9	0.7	5 : 6 1/2	5.0	4.9
Importações	-2 1/4 : -1/4	0.2	-0.7	1/4 : 3 1/4	1.8	5.5
PIB	**1/4 : 3/4**	**0.7**	**0.8**	**1/4 : 1 1/4**	**1.2**	**1.8**
Inflação[3]	**3.7**	**3.5**	**2.3**	**2.4 : 3.4**	**2.9**	**2.0**
Balança corrente[4]	-6 1/2 : -5 1/2	-7.8	0.6	-6 : -4	-6.8	0.7

1) Banco de Portugal, *Boletim Económico*, Dezembro, 2002.
2) Comissão Europeia, Previsões do Outono, Novembro 2002. As previsões relativas a exportações e importações referem-se apenas a mercadorias, enquanto as do Banco de Portugal incluem os serviços.
3) Índice Harmonizado de Preços no Consumidor.
4) Em percentagem do PIB. As previsões do Banco de Portugal incluem também a balança de capital, cuja componente mais significativa é o conjunto das transferências comunitárias, anteriormente integradas na balança de transacções correntes.

Quadro 5

Mercado cambial

A recuperação do Euro face ao Dólar americano dominou 2002; a moeda europeia valorizou-se 16%. Observou-se, até meados de Julho, uma forte apreciação do EUR / USD (atingiu 1.014, contra os 0.904 de Janeiro), ditada por expectativas de uma mais rápida retoma económica na UEM, numa altura em que os EUA enfrentavam uma crise de confiança bolsista, o que estava a resultar numa redução da entrada de capitais estrangeiros, essenciais ao financiamento do défice da balança corrente. A pujança da moeda europeia esmoreceu, todavia, no terceiro trimestre (a cotação caiu para 0.968). A degradação das condições económicas mundiais, o reconhecimento da incapacidade da UEM para substituir os EUA no papel de motor do crescimento global, o agravamento dos riscos geopolíticos e o aumento generalizado da aversão ao risco, favoreceram o Dólar, permitindo-lhe beneficiar do estatuto de moeda de refúgio.

Cotações do euro em 2002

Gráfico 8

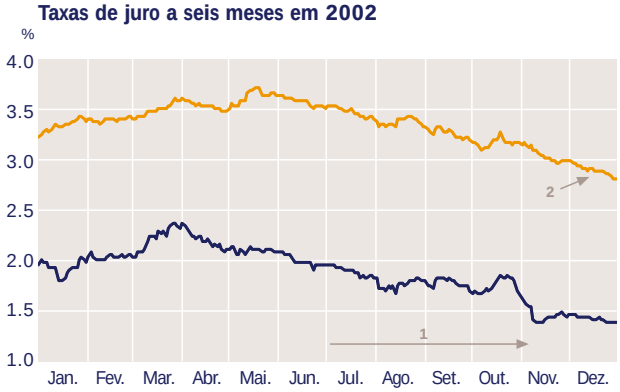
Fonte: BCE, Reuters.
1) Queda do USD auxiliada pela renovada queda das bolsas (0.8578).
2) O euro quebra a paridade sustentadamente (1.0086).
3) O euro retoma uma tendência forte (0.9871).

No final do ano, a postura pró-activa das autoridades norte--americanas mais permeáveis ao progressivo abandono da política do "dólar forte" e as potenciais dificuldades de financiamento do desequilíbrio externo americano, resultantes da diminuição do fluxo de entrada de capitais nos EUA, pesaram definitivamente contra o Dólar americano. A cotação EUR / USD alcandorou-se a níveis superiores a 1.05, no início de 2003, atingindo valores de Outubro de 1999. O empenho das autoridades americanas em garantirem o fortalecimento da recuperação económica, lançando mão de todos os instrumentos de política económica, e o elevado défice externo norte-americano sustentam a consolidação da tendência ascendente da moeda europeia. Apesar de a apreciação do euro favorecer o controlo da inflação, a debilidade das principais economias europeias e a relevância da procura externa para assegurar a retoma obstam, porém, a que as autoridades europeias acolham de bom grado apreciações rápidas do euro, acima de 1.10.

Mercado monetário

Os primeiros meses de 2002 foram condicionados pela perspectiva da conclusão do ciclo de queda das taxas directoras. As taxas a doze meses subiram cerca de 60 pontos-base (p.b.) nos EUA e 45 p.b. na Europa, enquanto as taxas a três meses variaram apenas 15 p.b., descontando movimentos agressivos de subida das taxas de intervenção. Ao longo do ano, porém, a queda das bolsas reavivou expectativas de novas quedas das taxas directoras, agravando a confiança dos consumidores e obrigando à revisão em baixa das expectativas de crescimento num ambiente de inflação controlada. De facto, a Reserva Federal baixou, em Novembro, onze meses após o último corte, a taxa dos *fed funds* em 50 pontos-base, para 1.25%, o que constituiu um mínimo histórico. A fragilidade da economia europeia justificou, em Dezembro, a redução em 50 p.b. da taxa de refinanciamento pelo BCE, fixando-a em 2.75%, treze meses após a descida anterior. As taxas americanas e europeias a seis meses que, em Junho se situavam nos 2% e 3.5%, respectivamente, atingiram, entretanto, os 1.4% e 2.8%, no final do ano.

Taxas de juro a seis meses em 2002



— Euribor
— Libor USD

Gráfico 9

Fonte: BPI, Reuters.
1) A Fed reduz a taxa dos *fed funds* de 1.75% para 1.25%.
2) O BCE desce a taxa refinanciamento de 3.25% para 2.75%.

Importantes factores de risco ensombram o cenário consensual do crescimento económico moderado e da baixa inflação, cobrindo-o de incerteza. Além dos riscos geopolíticos e do elevado preço do petróleo, que induzem o adiamento de decisões de consumo e investimento, a fragilidade da economia europeia, os constrangimentos da política orçamental, a tendência declinante da inflação e a recente apreciação do euro favorecem a imposição de novas quedas da taxa de refinanciamento pelo BCE, durante o primeiro semestre de 2003. As autoridades monetárias tenderão a manter inalterada a sua política nos EUA. Um eventual agravamento das condições económicas e / ou uma intervenção militar no Iraque com consequências inesperadas poderão justificar, porém, a adopção de medidas monetárias adicionais. Concretizando-se as expectativas económicas dominantes para 2003, a inversão do actual ciclo de descida das taxas de juro de curto prazo não deverá concretizar-se antes de final do ano. A antecipação deste movimento tenderá a induzir, todavia, um progressivo aumento relativo das taxas de juro de prazos superiores a seis meses.

Mercado de obrigações

Nos primeiros meses de 2002, observou-se uma significativa subida das taxas de juro de longo prazo ancorada em projecções de aceleração da actividade económica. Mais tarde, porém, a confirmação da fragilidade da retoma económica, os escândalos financeiros e a queda das bolsas catalisaram um importante movimento de fuga para a qualidade. Beneficiando do estatuto de refúgio da dívida pública, as *yields* registaram novas quedas, fixando novos mínimos do ciclo. Nos EUA, as *yields* nos 10 anos, que em Janeiro atingiam 5.13%, ascenderam a 5.5%, em Março, e caíram para 3.6% em Setembro, situando-se em 3.8% no final do ano. Na Europa, o percurso foi semelhante: as taxas a 10 anos oscilaram entre 5.3%, em Janeiro, e 4.2%, em Dezembro. Quanto à inclinação da curva de rendimentos, os primeiros meses do ano caracterizaram-se por um movimento no sentido de maior horizontalidade, mas, progressivamente, as curvas tornaram-se mais inclinadas.

Taxas de juro a dez anos em 2002

Gráfico 10

— Portugal (EUR)
— Alemanha (EUR)
— EUA (USD)

Fonte: BPI, Reuters.
1) Máximo = 5.44%; Expectativas de forte retoma económica.
2) Mínimo = 3.59%; Fraco crescimento, quedas das bolsas e baixa inflação.

O mercado da dívida pública norte-americano encontra-se vulnerável, na medida em que as *yields* para prazos inferiores a cinco anos pressupõem a concretização de um cenário de deflação nos anos mais próximos, situação não prevista no actual cenário central de crescimento modesto. A confirmação de fortalecimento da actividade económica ou a degradação das perspectivas de crescimento tendem a conduzir, adicionalmente, a aumentos de taxas de juro de longo prazo, já que desaparecem, respectivamente, expectativas de novas quedas de taxas de juro de curto prazo ou aumentam as projecções de oferta de dívida por degradação dos défices públicos. Na Europa, o facto de a dívida pública não ter atingido valorizações tão excessivas, aliado à maior probabilidade de novas descidas das taxas directoras, tende a induzir *yields* mais baixas. Assim, poder-se-á observar uma redução ou mesmo inversão do actual *spread* negativo entre dívida norte-americana e europeia, durante 2003. Este diferencial de taxas nos 10 anos, que se encontrava em 17 p.b. no início de 2002, caiu, efectivamente, para -40 p.b., em Dezembro, depois de ter atingido um mínimo de -72 p.b. em Outubro. No que se refere ao diferencial de taxas entre a dívida pública portuguesa e a alemã (nos 10 anos), importa salientar que o *spread*, ao longo de 2002, se reduziu progressivamente de 30 p.b. em Janeiro para 13 p.b. no final do ano, esperando-se a respectiva estabilização ou mesmo uma ligeira redução, durante 2003.

O mercado de dívida diversa tem vindo progressivamente a ganhar maior relevância. Estes instrumentos funcionam como substitutos de aplicações em acções, em períodos de maior aversão ao risco, e beneficiam da vantagem de se auferir um rendimento estável pelo recebimento do cupão e de ganhos de capital, quando se percepcionam melhorias na capacidade de pagamento das empresas. Segundo a Standard & Poor's, registaram-se, em 2002, 194 incumprimentos, e o rácio de crédito (relação entre *downgrades* e *upgrades*) atingiu 4.2, o que compara favoravelmente com 5.1, em 2001. Apesar do considerável número de incumprimentos e dos mediáticos anúncios de falências, porém, os prémios de risco de crédito

reduziram-se consideravelmente no final do ano, devido, essencialmente, à redução da aversão ao risco, à consolidação de expectativas de melhoria de resultados das empresas e às perspectivas de ajustamento das suas estruturas de capitais. Apesar de se prever a possibilidade de manutenção de apreciáveis níveis de incumprimento, as empresas deverão continuar, em 2003, a privilegiar políticas de racionalização de custos e redução de dívida, favorecendo a consolidação do movimento de esmagamento dos prémios de risco de crédito.

Prémios de risco de crédito em 2002
Emissões em euros

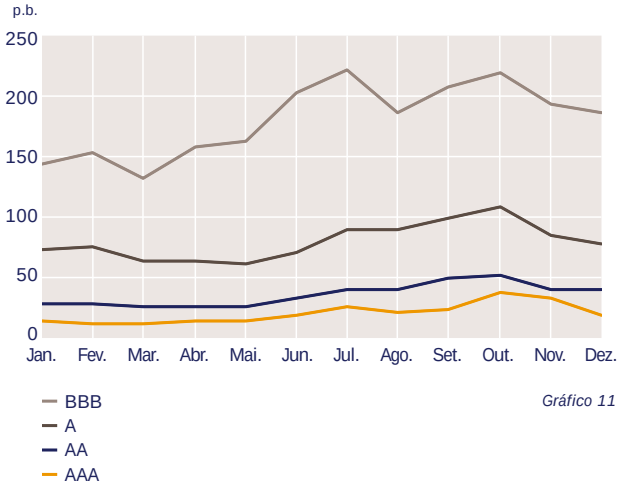


Gráfico 11

Fonte: Goldman Sachs, Bloomberg.

Mercado de acções

À semelhança do ocorrido em 2001, o ano de 2002 foi negativo para os mercados accionistas mundiais, como também para o português. Apesar de um início de ano promissor, em antecipação à recuperação económica mundial de 2002, os principais mercados mundiais fecharam o ano negativos, em resultado de factores como:

– as consecutivas revisões em baixa das expectativas de resultados das empresas;

– a retracção nos indicadores de confiança, quer dos consumidores, quer dos investidores; estes últimos na sequência dos inúmeros casos de fraude financeira, particularmente nos EUA;

– a desvalorização das carteiras de investimento das companhias seguradoras, que levou, em alguns casos, à necessidade da sua recapitalização por meio da injecção de fundos;

– a deterioração das notações de risco da dívida das principais empresas mundiais;

– a contínua instabilidade geopolítica mundial do pós 11 de Setembro de 2001 e o surgimento da crise iraquiana;

– o aumento dos preços das matérias-primas, em particular o do petróleo;

– e, no caso particular da Península Ibérica, a situação na América Latina (crise económica na Argentina e eleições presidenciais no Brasil) a situação macroeconómica vivida em Portugal.

A Bolsa Portuguesa registou, pelo terceiro ano consecutivo, uma evolução negativa. O índice PSI-20 caiu 26% no período. Refira-se que o PSI-20 registava, no final de 2002, um valor apenas 12% acima do respectivo valor em Dezembro de 1996, pelo que a evolução anual média, neste período, foi de apenas 2% (excluindo dividendos). As perdas dos últimos três anos praticamente anularam, portanto, os ganhos dos três anos anteriores. Este fenómeno é em tudo semelhante ao observado em outros mercados desenvolvidos.

Principais índices bolsistas em 2002

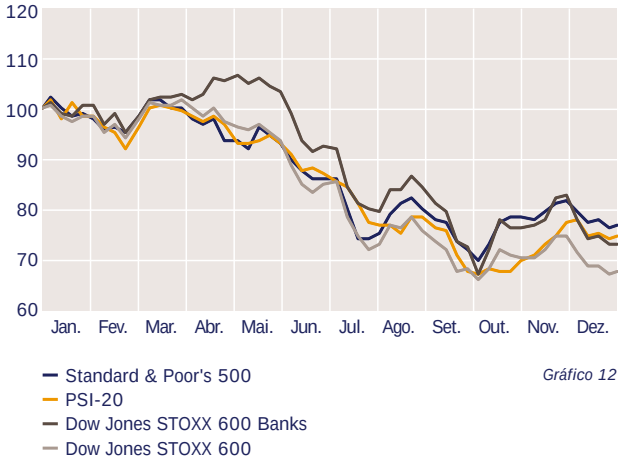


Gráfico 12

Índices accionistas

	1997	1998	1999	2000	2001	2002	TCVA[1] 97 / 02
PSI-20	71%	25%	9%	(13%)	(25%)	(26%)	2%
Ibex 35	41%	36%	18%	(22%)	(8%)	(28%)	3%
Eurostoxx 50	37%	32%	47%	(3%)	(20%)	(37%)	4%
Dow Jones	23%	16%	25%	(6%)	(6%)	(17%)	5%
Nasdaq	22%	40%	86%	(39%)	(20%)	(32%)	1%

Fonte: Bloomberg, BPI.
Nota: Índices expressos em moeda local.
1) Taxa Composta de Variação Anual.

Quadro 6

A liquidez da Bolsa Portuguesa reflectiu o fraco desempenho do mercado. O volume médio diário situou-se nos 87 milhões de euros, uma queda de 32% face à média de 2001. Este facto é ainda mais preocupante dado que o volume médio, em 2001, já tinha sofrido uma queda de 45%, face ao ano de 2000.

Não se verificou nenhuma operação de mercado primário em Portugal durante 2002, o que demonstra a falta de confiança dos investidores e o atraso de alguns processos de privatização, decorrente da mudança do Governo, nomeadamente, os da Portucel e da Galp Energia.

As principais operações de mercado primário visaram, na Europa, o reforço dos capitais de algumas empresas já cotadas e a venda de participações detidas por empresas em dificuldades financeiras. O valor total das operações de mercado primário na Europa diminuiu para 66 mil milhões de euros, ou seja, apresentou uma queda de 28%, relativamente a 2001. Daquele valor, as ofertas secundárias (incluindo aumentos de capital) representaram 78%. Neste ano, apenas ocorreram ofertas públicas iniciais de relevo e em sectores defensivos (a privatização de uma concessionária de auto-estradas em França – ASF, e o IPO de uma empresa de infra-estruturas de gás natural em Espanha – Enagas).

Actividade doméstica de Banca Comercial

BANCA DE PARTICULARES E PEQUENOS NEGÓCIOS

A Banca de Particulares e Pequenos Negócios do Banco BPI era responsável, no final de 2002, por carteiras de 8 956 milhões de euros de crédito e de 13 868.2 milhões de euros de recursos. A taxa de crescimento anual foi, em 2002, de 18.5% para o crédito e de 2.8% para os recursos.

Principais indicadores da Banca de Particulares e Pequenos Negócios

	2001	2002	Δ%
Carteira de Crédito (M. euros)	7 557	8 956	18.5%
Recursos totais de Clientes (M. euros)	13 488	13 868	2.8%
Clientes (milhões)		1.3	
Clientes[1] Internet e Banca Telefónica (milhares)		290	

1) Aderentes com *password* alterada.

Quadro 7

Em 2002, a Banca de Particulares e Pequenos Negócios beneficiou de um conjunto importante de alterações, responsáveis pela melhoria do modelo de funcionamento e do apoio com informações de gestão à rede de balcões, bem como pela intensificação do processo de racionalização da rede comercial.

Alterações estruturais na Banca de Particulares e Pequenos Negócios

A reorganização da rede de particulares e pequenos negócios envolveu o aumento do número de primeiros responsáveis concentrados no tratamento destes negócios e o lançamento, no início do segundo semestre de 2002, dos Centros de Investimento BPI, uma rede especificamente vocacionada para os Clientes com património extenso ou potencial de acumulação financeira – segmento eleito como prioritário para a estratégia de crescimento do Banco BPI. No final do primeiro semestre de 2003, a rede será constituída por, pelo menos, oito Centros: dois em Lisboa, dois no Porto e um, respectivamente, em Aveiro, Braga, Coimbra e Leiria.

Com o objectivo de melhor orientar o processo de venda no sentido das necessidades dos Clientes, a Direcção de *Marketing* de Particulares e Pequenos Negócios foi dividida em duas direcções, a de *Marketing* Estratégico e a de *Marketing* Operacional. A Direcção de *Marketing* Estratégico concentrar-se-á na estratégia de *customer relationship management* do Banco BPI e a Direcção de *Marketing* Operacional assumirá toda a responsabilidade pela coordenação do processo de vendas da Banca de Particulares e Pequenos Negócios.

A gestão dos recursos de Clientes passou a ser assegurada por uma única estrutura em que foram integradas todas as fábricas de produtos de investimento. Os principais objectivos desta nova estrutura são os seguintes:

– gerir de forma dinâmica e integrada a oferta de produtos de passivo do Banco, adaptando-a às condições do mercado e às necessidades dos Clientes;

– melhorar o serviço ao Cliente contribuindo para um aconselhamento mais adequado aos vários perfis de investidores;

– melhorar o apoio prestado à rede de balcões através de uma equipa de formação e apoio à venda com intervenção no conjunto dos produtos sob sua responsabilidade, de modo a garantir a coerência da mensagem comercial;

– optimizar a comunicação interna e externa relativa aos produtos de passivo, a fim de garantir uma maior clareza e transparência na informação destinada aos Clientes e a melhor preparação dos comerciais para a respectiva actividade.

Intensificação dos processos de racionalização

A migração de operações para canais automáticos possibilitou a redução do número de transacções efectuadas nos balcões, o que, a par da simplificação de processos permitiu melhorar a rendibilidade dos processos operativos e incrementar as vendas.

A instalação de máquinas de depósito inteligente em 51 balcões resultou numa média de migração de transacções superior a 50%. As máquinas emissoras de cheques, instaladas em três balcões, proporcionaram uma média de migrações na ordem dos 90%, pelo que se prevê a instalação, até ao final de 2003, de máquinas destas em 50 balcões.

O BPI Net e o BPI Directo contribuíram também para reduzir o volume de operações efectuadas nos balcões, tendo atingido, respectivamente, os cerca de 150 mil e 290 mil Clientes activos.

O esforço de racionalização operativa presidiu também à renovação de mais 24 balcões onde, havendo agora menos barreira físicas entre o Cliente e o Colaborador e consequentemente uma maior interacção, se estimula a melhoria da produtividade e da qualidade do serviço. Por outro lado, em todos estes balcões há zonas, a que os Clientes podem aceder 24 horas por dia, equipadas com ATM, máquinas de depósito inteligente, acesso a todos os *sites* do BPI, via Internet, e acesso ao BPI Directo. Este processo de renovação de balcões começou em Setembro de 2001 e estender-se-á a 100 balcões, até ao final de 2003.

Ao longo de 2002, o programa de racionalização da rede comercial conduziu ao encerramento de 25 balcões, existindo agora 483 balcões tradicionais BPI.

Para a simplificação dos processos contribuíram igualmente a instalação de *cash-dispensers* em 40 balcões e o alargamento do processo de centralização de chamadas telefónicas a 279 balcões, o que corresponde a um aumento de 19% relativamente a 2001.

Melhoria da informação de gestão

Com o objectivo de melhorar a qualidade da informação de gestão transmitida à rede comercial, foi lançado, na intranet do Banco, um *site* para *Informação de Gestão* que permite acompanhar diariamente as carteiras de cada balcão, a colocação de produtos, as campanhas de venda e os resultados obtidos no sistema de incentivos e motivação da Banca de Particulares e Pequenos Negócios.

CRÉDITO A CLIENTES

A carteira de crédito a particulares e pequenos negócios aumentou, em 2002, 18.5% para 8 956 milhões de euros, graças sobretudo à expansão da carteira de crédito hipotecário, que registou um crescimento anual de 26.6%.

Crédito a Clientes na Banca de Particulares e Pequenos Negócios

Valores em milhões de euros

	2001	%	2002	%	Δ%
Crédito hipotecário	5 144.6	68.1%	6 512.1	72.7%	26.6%
Crédito pessoal	493.4	6.5%	451.3	5.0%	(8.5%)
Cartões de crédito[1]	132.5	1.8%	138.1	1.5%	4.2%
Crédito a pequenos negócios[2]	1 284.7	17.0%	1 317.4	14.7%	2.5%
Financiamento Automóvel[3]	194.1	2.6%	215.1	2.4%	10.8%
Leasing mobiliário e imobiliário[3]	307.3	4.1%	321.9	3.6%	4.7%
Total	**7 556.6**	**100.0%**	**8 956.0**	**100.0%**	**18.5%**

1) Inclui o *outstanding* de não Clientes, detentores de cartões de crédito co-emitidos pelo BPI.
2) Inclui crédito comercial e o crédito por assinatura.
3) Os valores referem-se a 20 de Dezembro de 2002.

Quadro 8

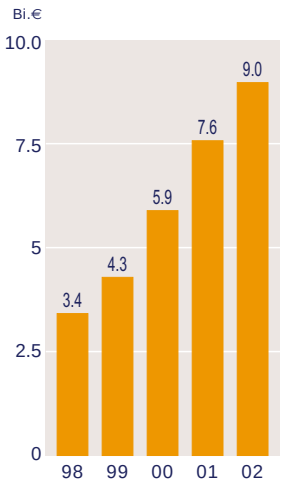
Crédito à habitação

O volume de contratação de crédito hipotecário atingiu, em 2002, 1 934.6 milhões de euros, (7.4% superior ao de 2001), o que permitiu ao BPI alcançar uma quota de mercado de 12.3% no novo negócio e atingir uma quota acumulada de 9.3%, superior em 0.8 p.p. à de Dezembro de 2001.

Importa sublinhar que, em resposta à evolução desfavorável da conjuntura económica, o BPI aumentou a exigência nos critérios de aprovação do crédito, especialmente quanto à relação entre financiamento e garantia, a qual passou a ter o máximo de 90%.

O contributo dos canais especializados em crédito hipotecário – Espaços Habitação em balcões, Lojas Habitação e Canal Mediadores Imobiliários – foi determinante para o desempenho acima referido, pois atingiram percentagens de crescimento da contratação anual, respectivamente, de 39%, 20% e 37%.

Crédito e garantias a Clientes da Banca de Particulares e Pequenos Negócios[1,2]



1) Crédito produtivo.
2) Inclui *leasing* e ALD.

Gráfico 13

Crédito hipotecário a Clientes da Banca de Particulares e Pequenos Negócios

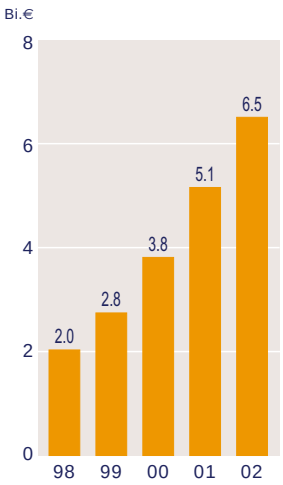


Gráfico 14

Contratação de crédito hipotecário pelos canais especializados

Valores em milhões de euros

	2001	2002	Δ%
Espaços Habitação	247.7	344.0	38.9%
Lojas Habitação	124.1	149.4	20.3%
Mediadores Imobiliários	233.3	320.1	37.2%

Quadro 9

No decurso de 2002, o BPI continuou a reforçar a sua posição como especialista em crédito à habitação, apoiada pela rede especializada de 18 Lojas Habitação e por 64 espaços próprios em balcões (mais 11 do que em 2001).

Também na Internet, o BPI consolidou a sua posição de referência no mercado, através do *site* BPI Imobiliário – a maior base de imóveis e empreendimentos *on-line* do País – que conta agora com 1 200 parceiros e 200 mil anúncios de imóveis, respectivamente, mais 67% e 45%. Em 2002, foram visualizadas, em média, 1.9 milhões de páginas por mês.

No seguimento dos bons resultados obtidos pelos canais especializados em crédito imobiliário, o BPI iniciou, em Setembro, a terceira fase de expansão dos Espaços Habitação em balcões – com abertura prevista de 15 novos espaços –, concretizou a abertura de duas novas Lojas Habitação (em Viseu e no Centro Comercial Almada Forum) e prossegue a celebração de novos protocolos com imobiliárias.

É importante realçar, igualmente, a crescente adesão aos serviços associados ao Crédito Habitação BPI, em especial ao serviço de documentos, ao qual aderiram, em 2002, mais de 60% dos Clientes, beneficiando assim de apoio profissional e rapidez no processo de contratação.

O BPI é, assim, o único Banco em Portugal a disponibilizar uma rede de crédito à habitação constituída por 82 pontos de venda, de acesso fácil e com prestação de serviços especializados e exclusivos em crédito hipotecário.

Para aumentar a rapidez de comunicação da decisão de crédito aos Clientes, consolidou-se a utilização do *scoring* no Sistema de Gestão de Processos de Crédito, GPC-Habitação, o que permite aos Colaboradores dos balcões, banca telefónica e banca virtual (Internet), informar os Cientes, em www.bpinet.pt, sobre se os seus pedidos de financiamento foram aprovados.

Na sequência da alteração do Regime Bonificado e Bonificado Jovem de crédito à habitação, ocorrida em Setembro, ou seja, na sequência da extinção dos subsídios do Estado para crédito contratado a partir de 30 de Setembro, o BPI adaptou a oferta alargando o prazo até 50 anos, impondo embora o limite de 70 anos de idade dos proponentes no final de vida dos empréstimos, fixando ainda limites específicos de relação máxima entre financiamento e garantia. Em Dezembro, cerca de 20% dos pedidos já envolviam prazos superiores a 30 anos.

Crédito automóvel

O financiamento de automóvel concedido a particulares e pequenos negócios atingiu os 215.1 milhões de euros, no final de 2002, mais 10.8% que em Dezembro de 2001. Este resultado é particularmente positivo, se tivermos em consideração que as vendas de automóveis, no mercado nacional, registaram uma queda superior a 13%, no período em análise.

Cartões

O número de cartões colocados em Clientes do Banco BPI ultrapassava, no final de 2002, os 716 mil de débito e os 375 mil de crédito, tendo-se observado um crescimento de 7.8% relativamente a 2001, decorrente de um aumento de 10.1% do número de cartões de débito e de 3.6% do número de cartões de crédito, o que permitiu alcançar uma quota de mercado de 9.4%. Na facturação, registaram-se evoluções também positivas em ambas as categorias de cartões: 2 464 milhões de euros nos cartões de débito, correspondentes a um aumento de 19.3%, e 695 milhões de euros nos cartões de crédito, o que corresponde a um aumento superior a 7%.

RECURSOS DE CLIENTES

O aumento global dos recursos de Clientes foi, em 2002, positivamente influenciado pela evolução dos recursos fora do balanço, que registaram um crescimento anual de 3.9%.

Este fica, por sua vez, a dever-se, principalmente, ao aumento de 21% da carteira de seguros de capitalização.

O volume de subscrições de seguros de capitalização aumentou 106%, relativamente a 2001, tendo a respectiva produção ascendido a 207 milhões de euros, em 2002.

Recursos de Clientes sob a responsabilidade da Banca de Particulares e Pequenos Negócios[1]

Valores em milhões de euros

	2001	%	2002	%	Δ%
Com registo no balanço					
Depósitos à ordem	2 609.4	19.3%	2 594.4	18.7%	(0.6%)
Depósitos a prazo	5 696.3	42.2%	5 904.0	42.6%	3.6%
Obrigações de taxa de juro	491.6	3.6%	585.3	4.2%	19.1%
Produtos estruturados indexados a mercados accionistas	853.4	6.3%	796.1	5.7%	(6.7%)
Subtotal	**9 650.7**	**71.5%**	**9 879.7**	**71.2%**	**2.4%**
Com registo fora do balanço					
Fundos de investimento	1 982.4	14.7%	1 983.0	14.3%	0.0%
Planos de poupança reforma e acções	1 105.9	8.2%	1 095.9	7.9%	(0.9%)
Seguros de capitalização	749.1	5.6%	909.7	6.6%	21.4%
Subtotal	**3 837.4**	**28.5%**	**3 988.5**	**28.8%**	**3.9%**
Recursos totais de Clientes	**13 488.1**	**100.0%**	**13 868.2**	**100.0%**	**2.8%**

1) Não inclui carteiras de títulos.

Quadro 10

A carteira de fundos de investimento mobiliário colocada em Clientes de Banca de Particulares e Pequenos Negócios atingia, em Dezembro de 2002, um montante de perto de 2 biliões de euros, igual à do final de 2001. Este desempenho contribuiu para que o Grupo BPI, no final de 2002, detivesse a quarta maior quota de mercado com 16.9%. Quanto aos fundos de valor acrescentado – fundos com risco taxa de juro, câmbio, ou acções – o BPI atingiu uma quota de mercado de 19.8%, o que lhe permitiu obter segundo lugar no *ranking*.

Recursos de Clientes da Banca de Particulares e Pequenos Negócios

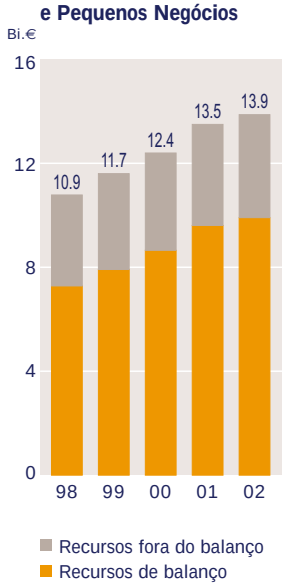


Gráfico 15

BPI Net e BPI Directo particulares

O número de utilizadores do serviço de *homebanking* para Clientes particulares do Banco BPI – BPI Net – e do serviço de banca telefónica BPI Directo continuou a aumentar, e todos beneficiam já do lançamento de novas funcionalidades, nas áreas de cartões e pagamentos. As quantidades registadas no final do ano eram as seguintes:

– 290 mil aderentes activos, em 31 de Dezembro, aos serviços BPI Net / BPI Directo;
– 150 mil utilizadores regulares do BPI Net;
– 650 mil acessos mensais ao BPI Net;
– 1.6 milhões de transacções mensais[1] através do BPI Net; 67% das operações de bolsa do Banco são efectuadas através do BPI Net;
– 2.2 milhões de chamadas recebidas através do BPI Directo;
– 7.8 mil chamadas recebidas em média por dia útil através do BPI Directo;
– 77% das chamadas recebidas foram atendidas em menos de 20 segundos no BPI Directo;
– 66% das solicitações feitas através do BPI Directo receberam resposta pelo modo de atendimento automático.

Disponibilização de informação

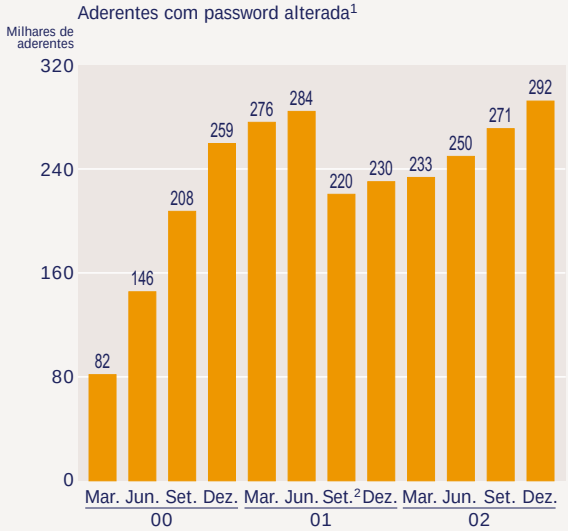
O aumento da informação disponibilizada através de canais remotos – *sites* e linhas de informação – foi outro factor determinante para o incremento do relacionamento com os Clientes em 2002. Destacam-se os seguintes dados:

– 13.2 milhões de páginas vistas na totalidade dos *sites* BPI;
– 200 mil imóveis disponíveis no *site* BPI Imobiliário;
– 735 mil mensagens de *e-mail* enviadas a subscritores do serviço de alerta do *site* BPI Imobiliário;
– 15 mil pedidos de visita a imóveis efectuados através do *site* BPI Imobiliário (ano 2002) e enviados para os parceiros imobiliários, principalmente mediadoras.

Quanto ao serviço BPI Directo importa sublinhar:

– a disponibilização de linhas de informação específicas para produtos de crédito (Crédito à Habitação, Crédito ao Consumo, Crédito Automóvel), para fundos de investimento, produtos de investimento e *sites* na Internet;
– as 83 mil chamadas recebidas nas linhas de informação.

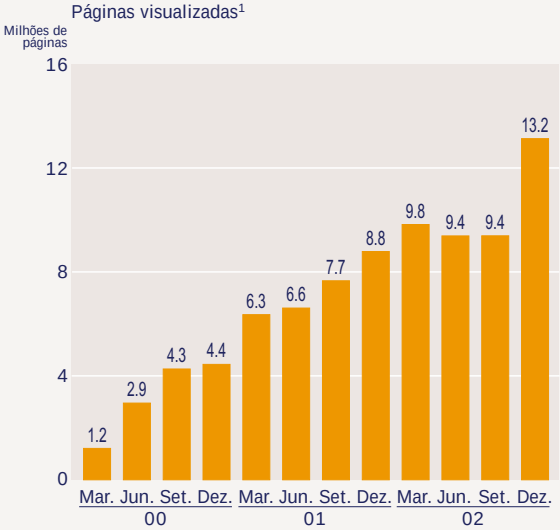
BPI Net e BPI Directo
Aderentes com password alterada[1]



1) Contrato e password únicos, simultâneamente válidos para o BPI Net e para o BPI Directo.
2) Em Agosto de 2001 procedeu-se ao cancelamento automático de todas as adesões de Clientes aderentes que à data de 15 de Março de 2001, nunca tinham utilizado o BPI Net / Directo ou que, tendo-o feito, não realizavam consultas ou operações nestes canais há mais de 6 meses. Encontravam-se nesta situação cerca de 90 mil Clientes.

Gráfico 16

Sites do Grupo
Páginas visualizadas[1]



1) Por mês.

Gráfico 17

1) Dezembro 2002.

Concentração do atendimento de chamadas no call-centre

É importante referir, neste âmbito, a continuação do processo de centralização de chamadas dos balcões e de outras áreas e empresas do BPI no *call-centre* e que se traduziu no:

– alargamento para 279 balcões (mais de 50% do total de balcões do Banco BPI) do sistema de centralização de chamadas. Este sistema reencaminha para o *call-centre* as chamadas dirigidas aos balcões dos Clientes sem gestor de conta, tendo sido transferidas, durante 2002, cerca de 315 mil chamadas. Importa referir que este projecto contribui muito positivamente para o aumento da eficiência da rede comercial, permitindo aos seus Colaboradores dedicar mais tempo ao acompanhamento dos Clientes. Contribuiu também para o desenvolvimento de acções comerciais e, em paralelo, para elevar o grau de satisfação dos Clientes, uma vez que o atendimento é mais rápido;

– alargamento do âmbito de actuação do *call-centre*, ou seja, integração de outros serviços de atendimento, quer internos, quer externos, a saber:
  – integração da equipa de atendimento que apoia os balcões;
  – integração do serviço de atendimento a Clientes do BPI Rent.

Venda de produtos e serviços

Manteve-se, durante o ano de 2002, uma expressiva actividade de venda através de telefone – foram realizados mais de dois milhões de contactos telefónicos com Clientes. A esta acresceu a venda por *e-mail*, a partir do último trimestre, período em que foram contactados, através deste canal, mais de 200 mil Clientes.

Integração de direcções

No âmbito do processo de reorganização do Grupo BPI, realizou-se, no último trimestre de 2002, uma importante racionalização das três direcções responsáveis pela gestão de canais remotos, tendo-se procedido à integração das direcções do BPI Internet, Banca Telefónica e Banca Electrónica numa única unidade: a Direcção de Novos Canais.

Novo Balcão BPI

O novo balcão BPI explora e desenvolve o conceito de local privilegiado de contacto com o Cliente para a actividade de venda. O novo *layout* proporciona condições ideais para um atendimento personalizado, e oferece privacidade e conforto aos Clientes. O novo balcão dispõe, igualmente, de uma zona automática ampla, de fácil acesso e disponível 24 horas por dia, que permite o acesso, com comodidade, facilidade e preçário atractivo, a um conjunto alargado de serviços e operações bancárias, estimulando a migração de transacções de baixo valor acrescentado para os canais alternativos.
A zona de atendimento é desenhada para proporcionar maior interacção com o Cliente – através da redução das barreiras físicas –, um atendimento personalizado nas operações bancárias mais demoradas e / ou complexas, e uma maior privacidade e conforto para o Cliente.
A zona automática é dotada de equipamentos de última geração que permitem o acesso a um conjunto alargado de serviços e operações bancárias:

– um espaço Internet, que proporciona o acesso ao BPI Net – serviço de *homebanking* do Banco BPI – e, consequentemente, a praticamente todos os produtos e serviços oferecidos pelo banco, bem como aos restantes *sites* do Grupo BPI;
– o serviço BPI Directo, serviço de banca telefónica que possibilita a realização de consultas, de transacções mais elaboradas, como o pagamento de serviços, ou a realização de operações de bolsa;
– máquina de distribuição e processamento de cheques, que disponibiliza de imediato cheques cruzados e permite a requisição de cheques; o depósito de cheques, certificados e registados de imediato na conta; a realização de transferências e de consultas de movimentos e do NIB;
– máquina de depósitos inteligente, que certifica e regista imediatamente os movimentos na conta do Cliente;
– caixa multibanco.

O novo modelo de balcão do Banco BPI está a ser implementado de forma gradual. No final de 2002, encontravam-se remodelados 24 balcões, prevendo-se que, até final de 2003, sejam modificadas 100 unidades.

BANCA DE EMPRESAS, BANCA INSTITUCIONAL E PROJECT FINANCE

A evolução da carteira de crédito e garantias da Banca de Empresas, Banca Institucional e Project Finance, em 2002, foi determinada pelo aumento da selectividade na concessão de crédito, subordinada a critérios mais exigentes de rendibilidade de capitais próprios e de risco, a par de uma estratégia de concentração da actividade de crédito no mercado doméstico.

Esta política teve maior impacto na redução da carteira de crédito e garantias dos segmentos de *Wholesale* e Grandes Empresas, em parte compensada por um aumento da actividade de *Project Finance* e da Banca Institucional. A carteira de crédito e garantias diminuiu cerca de 4%, em 2002. O total dos recursos captados pela Banca de Empresas atingiu, em Dezembro de 2002, 1 682 milhões de euros, o que representa uma taxa de crescimento de 1.7%, relativamente a Dezembro de 2001. Importa sublinhar, igualmente, o crescimento em cerca de 12% das comissões recebidas de Clientes.

Crédito e garantias a Clientes da Banca de Empresas, Banca Institucional e Project Finance Valores em milhões de euros

	2001	2002	Δ%
Crédito e garantias			
Wholesale Banking	4 214.0	3 622.6	(14.2%)
Grandes Empresas	2 416.0	2 275.6	(5.8%)
Médias Empresas	2 292.0	2 239.6	(2.3%)
Project Finance	383.7	623.2	62.4%
Banca Institucional	422.0	569.0	34.8%
Crédito e garantias	**9 727.7**	**9 329.9**	**(4.1%)**
Leasing, Factoring e ALD	785.9	810.9	3.2%
Total	**10 513.6**	**10 140.8**	**(3.5%)**

Quadro 11

Crédito e garantias a Clientes da Banca de Empresas, Banca Institucional e Project Finance

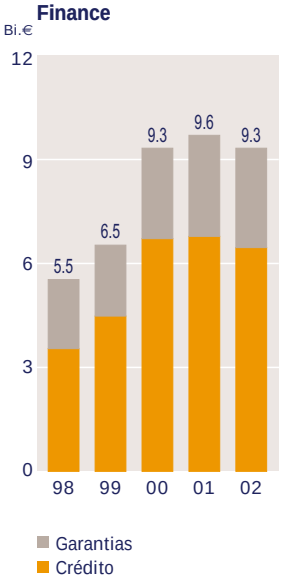


Gráfico 18

Recursos de Clientes da Banca de Empresas, Banca Institucional e Project Finance

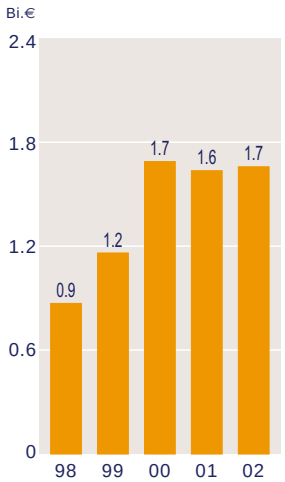


Gráfico 19

Rede física

A Banca de Empresas, a Banca Institucional e o *Project Finance* gerem, de forma integrada, o relacionamento do Banco com os cerca de 14 mil Clientes empresariais e institucionais do BPI e a oferta comercial para os mesmos. Depois da autonomização, no segundo semestre de 2002, da área de *Wholesale Banking*, os Clientes passaram a estar distribuídos por cinco segmentos, de acordo com o respectivo volume de negócios dos Clientes – *Wholesale Banking*, Grandes Empresas e Médias Empresas –, bem como de acordo com a respectiva especificidade – *Project Finance* e Banca Institucional –, por forma a melhor adequar a oferta de produtos e de serviços às características e necessidades de cada segmento. A Banca de Empresas e a Banca Institucional dispõem de redes comerciais dedicadas – centros de empresas e centros institucionais –, que lhe asseguram proximidade, concentração e agilidade no serviço prestado aos Clientes. A área de *Project Finance* dedica-se à organização, montagem e participação em operações de *Project Finance*, parcerias público-privadas assim como em outros financiamentos estruturados.

Canais virtuais

Durante o ano de 2002 o serviço de Banca Electrónica para Empresas, continuou a crescer em termos de utilizadores, tendo atingido cerca de 4 300 Clientes activos e um valor mensal[1] de pagamentos e cobranças de 840 milhões de euros.

Em simultâneo com esse crescimento, o Banco BPI preparou o lançamento de um novo serviço – o BPI Net Empresas – uma solução *Web* que entrará em funcionamento no primeiro trimestre de 2003.

Para os Clientes do Banco BPI o serviço apresenta maior simplicidade de utilização e maior número de funcionalidades.

Para o Banco BPI, porque a nova plataforma é suportada pela mesma infraestrutura do BPI Net e BPI Directo Particulares, permite a criação de sinergias com uma consequente redução de custos a nível de desenvolvimento e manutenção.

Rede física

Clientes	Centros (n.º)
Wholesale[1]	4
Grandes Empresas[2]	7
Médias Empresas[3]	44
Project Finance	1
Institucionais[4]	5

Canais virtuais

BPI Net Empresas
www.bpinetempresas.pt

Banco Electrónico BPI

1) 70 maiores grupos empresariais.
2) Turnover acima de 25 milhões de euros.
3) Turnover entre 1.25 milhões de euros e 25 milhões de euros.
4) Autarquias, regiões autónomas, sistema de segurança social, universidades, associações de utilidade pública e outras entidades com fins não lucrativos.

1) Valor médio mensal do último trimestre de 2002.

WHOLESALE BANKING, GRANDES E MÉDIAS EMPRESAS

Criada no primeiro semestre de 2002, a Direcção de *Wholesale Banking* gere a relação comercial com os 70 maiores grupos empresariais dispondo de 4 centros de empresas. A Banca de Grandes Empresas, dirigida ao segmento dos Clientes com um volume de negócios superior a 25 milhões de euros, é apoiada por uma rede de 7 centros especializados. A Banca de Médias Empresas – cuja rede exclusiva de 32 centros (a que acrescem 12 espaços especializados em balcões de retalho) lhe confere cobertura nacional – está direccionada para as empresas cuja facturação se encontre entre 1.25 e 25 milhões de euros.

No final de 2002, foi criada a Direcção de Riscos de Crédito com o objectivo de dar início ao processo de autonomização da função de gestão de risco para os segmentos de grandes e de médias empresas. Com esta especialização funcional pretendeu-se criar condições para uma maior intensificação da actividade comercial da rede dedicada a estes segmentos.

O abrandamento da actividade económica e a consequente deterioração das condições de exploração das empresas determinaram uma maior selectividade na política de concessão de crédito adoptada pelo Banco, com particular incidência nos maiores grupos empresariais e nas grandes empresas. Esta política privilegiou os Clientes com os quais o Banco pode promover um relacionamento mais aprofundado e abrangente, contribuindo para o aumento de rendibilidade potenciado pela política de crédito mais selectiva adoptada.

O volume da carteira de ALD, *factoring* e *leasing* imobiliário e mobiliário, no segmento de empresas, ascendia a 735.9 milhões de euros, no final de 2002.

Da actividade comercial realizada em 2002, destacam-se as seguintes operações:

– atribuição, pela Carris, de um mandato ao BPI, em conjunto com o Grupo La Caixa e o Depfa Bank, para a montagem, organização e tomada firme de um empréstimo obrigacionista, no valor 100 milhões de euros, com aval do Estado;

– assessoria à REFER na análise de propostas e montagem de financiamento de médio e longo prazo, estruturado, no montante de 500 milhões de euros, incluindo o apoio no processo de "*shadow rating*" com duas das principais agências de *rating* internacionais.

Apoio ao investimento

O BPI manteve, em 2002, a sua posição de destaque no apoio ao investimento produtivo, tendo celebrado protocolos e negociado linhas de crédito destinados a apoiar o financiamento de projectos de investimento e desenvolvimento.

Protocolo no âmbito do Programa Operacional da Economia

O Banco BPI tem tido uma participação muito activa no lançamento e na dinamização do Programa Operacional da Economia (POE). Neste âmbito, foi celebrado um protocolo institucional para o acolhimento e financiamento de candidaturas ao Sistema de Incentivo à Modernização Empresarial (SIME) e foi organizado, com vista à divulgação do Programa, um encontro empresarial, em que participaram cerca de 800 empresários. O Banco BPI foi indicado como Banco de apoio em cerca de 25% das candidaturas ao SIME, apresentadas aos organismos coordenadores, até ao final de 2002.

Protocolo com o Instituto de Financiamento e Apoio ao Turismo

No final do ano, foi celebrado com o IFT – Instituto de Financiamento a Apoio ao Turismo um protocolo institucional que instituiu uma linha de crédito, no valor de 50 milhões de euros, para apoiar as empresas do sector do turismo.

Linhas de Crédito BEI e KFW

Foi contratada uma nova linha de crédito com o BEI – Banco Europeu de Investimento, no montante global de 50 milhões de euros. Foi igualmente contratada uma nova linha com o KFW, no montante de 100 milhões de euros.

Fundo da EFTA

O Fundo da EFTA para o Desenvolvimento Industrial de Portugal encerrou a sua actividade no dia 31 de Janeiro de 2002.

Ao longo dos seus 25 anos de existência o Fundo contribuiu decisivamente para a modernização da estrutura produtiva portuguesa.

A partir de um montante de 100 milhões de dólares, colocados à disposição de Portugal pelos Estados Contribuintes, o Fundo apoiou 1 747 projectos, no Continente e Regiões Autónomas, com cerca de 789 milhões de euros, possibilitando a criação de mais de 14 000 novos postos de trabalho.

Principais indicadores da actividade global do Fundo da EFTA

N.º de projectos financiados	1 747
Montante dos financiamentos (milhões de euros)	789
Montante do investimento (milhões de euros)	3 082
N.º de postos de trabalho criados	14 414
N.º de postos de trabalho estabilizados	174 000
Resultados acumulados (milhões de euros)	150

Quadro 12

Desde o 6.º ano da sua actividade o Fundo da EFTA libertou fundos que permitiram reembolsar e remunerar adequadamente o investimento efectuado pelos Estados Contribuintes. Aquando da sua extinção o Fundo da EFTA, conforme disposição estatutária, entregou ao Estado Português um património valorizado em cerca de 150 milhões de euros.

O Banco BPI adquiriu ao Estado Português, no início do ano, a carteira de crédito do Fundo da EFTA, a qual passou a integrar a carteira de crédito a empresas do Banco.

O encerramento da actividade do Fundo foi assinalado com a última reunião de Steering Committee, em Lisboa e uma cerimónia com a participação de representantes do Governo Português e dos Estados Contribuintes que estiveram ligados à criação do Fundo, em 1977, bem como de outras entidades que contribuíram para o sucesso do seu funcionamento.

PROJECT FINANCE

Em Portugal, o ano de 2002 caracterizou-se por uma redução do ritmo de lançamento de projectos na área das infra-estruturas, decorrente, por um lado, do contexto político e económico interno que levou à realização de eleições em Março e à instituição, pelo novo Governo, de uma política de restrição orçamental e financeira do Estado, e, por outro lado, do fraco crescimento económico verificado.

Não obstante este enquadramento desfavorável, a carteira de crédito contratada em *Project Finance* cresceu 32%, em 2002, atingindo cerca de 950 milhões de euros. O BPI continuou a marcar uma forte presença no mercado em Portugal. Destacam-se a estruturação e a montagem, na qualidade de *lead arranger*, do financiamento necessário à extensão da concessão da Vialitoral, em regime de portagem virtual, na Ilha da Madeira, e o apoio ao Consórcio MTS, constituído pelo Grupo Barraqueiro, Siemens, MotaEngil, Teixeira Duarte e Sopol, adjudicatário do concurso para a construção, exploração e manutenção do Metro Ligeiro da Margem Sul do Tejo e à Ferrovial no concurso do Grande Porto, integrado no Programa Rodoviário Nacional.

O *Project Finance* do BPI reforçou igualmente as suas actividades na área da estruturação de parcerias público--privadas e no desenvolvimento de soluções de financiamento estruturado para o sector público empresarial e administrativo, em estreita colaboração com as áreas da Banca Institucional e de *Wholesale Banking*.

Na vertente das parcerias público-privadas e da administração pública, as acções que se seguem merecem especial destaque:

– a consultoria à Parcerias.Saúde (Ministério da Saúde), com vista à definição e estruturação do modelo de parceria público-privada a adoptar no âmbito do programa de lançamento de dez novos hospitais, aprovado pelo Governo;

– a assessoria financeira ao Governo Regional dos Açores para a estruturação, lançamento e negociação da concessão rodoviária da Ilha de São Miguel, estando actualmente em curso a avaliação das propostas apresentadas no âmbito do respectivo concurso público internacional;

– a assessoria financeira ao IGA – Investimentos e Gestão da Água, entidade responsável pelo fornecimento de água em alta na Região Autónoma da Madeira, a fim de estudar modelos alternativos de organização e estruturação do sector de abastecimento da água na Região;

– a assessoria financeira à Administração do Porto de Lisboa no âmbito do acompanhamento das concessões outorgadas na sua área de jurisdição.

No que se refere ao envolvimento do Banco na estruturação e montagem de reestruturações financeiras e soluções de financiamento no Sector Público Empresarial, destacam-se, pela respectiva importância, a participação, a diversos níveis, nas intervenções no âmbito da organização e montagem do financiamento de novos estádios de futebol integrados no Euro 2004; a consultoria à CLC Madeira (Grupo Galp) para a estruturação e montagem do financiamento do projecto de instalação de um parque logístico de combustíveis na Madeira; e, ainda, os mandatos de assessoria financeira permanente à Transgás (acompanhamento e actualização do modelo económico-financeiro da concessão) e à AdP (apoio na estruturação do financiamento dos sistemas multimunicipais, com destaque para a negociação com o Banco Europeu de Investimento).

Na esfera municipal, o BPI prosseguiu a sua actividade de apoio e assessoria a diversos municípios, designadamente na realização de estudos e no acompanhamento de negociações com concessionárias de serviços municipais, especialmente os do sector da água e saneamento, bem como no apoio à estruturação de programas de requalificação e conservação urbanas.

Destaca-se, na área internacional, a prestação de serviços de consultoria financeira em Angola ao Governo Provincial de Luanda, no âmbito da estruturação de um modelo de parceria público-privada no sector da recolha, transporte e tratamento de resíduos sólidos e saneamento, em associação com a GIBB e a participação do BPI na fase de sindicação dos seguintes financiamentos:

– *Infraspeed B.V.*, concessionária do projecto ferroviário *High Speed Link* (ligação entre Amsterdão e a fronteira com a Bélgica e parte integrante da Rede Trans-Europeia), promovido pelo Estado Holandês em regime de parceria público-privada / *Project Finance*;

– *Tubelines*, concessionária responsável pela renovação e manutenção das infra-estruturas de três linhas do metro de Londres.

BANCA INSTITUCIONAL

A Direcção da Banca Institucional do BPI concentra-se na oferta de produtos e serviços financeiros especialmente desenhados para servir as necessidades das autarquias locais, Regiões Autónomas, serviços e institutos de Administração Central, incluindo Universidades e Segurança Social, associações de utilidade pública e outras entidades sem fins lucrativos, através da rede comercial, alicerçada na actividade dos cinco centros institucionais – Norte, Centro, Sul, Madeira e Açores. Em 2002, o BPI dedicou especial atenção à qualidade dos serviços, o que lhe permitiu consolidar a respectiva imagem no segmento e alargar a base de Clientes. A carteira de crédito, (incluindo *leasing* e *factoring*) e garantias concedidos pela Banca Institucional cresceu, em 2002, 38% para 643.6 milhões de euros, enquanto os recursos captados ascendiam a 198.5 milhões de euros.

No actual contexto de restrição das finanças locais, o Banco conferiu prioridade à identificação de oportunidades de cooperação que permitissem às autarquias manter, tanto quanto possível, uma qualidade adequada nos serviços prestados aos cidadãos, e manter a normal realização dos projectos de investimento em curso.

O crédito concedido e as garantias – associadas, em especial, ao investimento realizado pelas autarquias, no âmbito do 3.º Quadro Comunitário de Apoio e dos programas de habitação social – mantiveram uma evolução positiva, tendo-se verificado um aumento significativo na actividade de *leasing* e *factoring*.

A captação de recursos foi naturalmente afectada pela concretização progressiva das disposições legais que atribuíram à Direcção Geral do Tesouro o papel de "Banco do Estado" na gestão directa dos recursos financeiros da Administração Central e dos fundos e serviços autónomos do Estado. Apesar destes condicionalismos, o movimento manteve-se estável, em comparação com o exercício anterior, dado o crescimento verificado na base de Clientes de Banca Institucional.

O BPI liderou, em 2002, operações de especial relevância, entre as quais se destacam as seguintes:

– empréstimo estruturado a longo prazo, no valor de 80 milhões de euros, à Câmara Municipal de Lisboa feito pelo BPI, em conjunto com a Invercaixa (do Grupo La Caixa), na qualidade de líderes, pelo Depfa Bank e pela Caixa Galicia, que em concurso internacional ganharam a maior operação de crédito municipal do ano de 2002. Este grupo de bancos foi responsável pela montagem, organização e tomada firme da operação;

– assessoria no processo de actualização do *rating* internacional da Câmara Municipal de Lisboa e no processo de atribuição do *rating* internacional à Região Autónoma da Madeira, e recepção de novos mandatos para a assessoria no processo de atribuição de *rating* internacional às Câmaras Municipais do Porto, Sintra e Vila Nova de Gaia;

– operações de crédito de médio e longo prazo de montantes significativos, para financiamento de projectos de habitação social inscritas no III Quadro Comunitário de Apoio e ainda nas obras de âmbito municipal integradas no Euro 2004 – Campeonato Europeu de Futebol, às principais autarquias do País.

Banca Comercial – actividade no estrangeiro

BANCO DE FOMENTO ANGOLA

O Banco de Fomento Angola (BFA) é um banco comercial de direito angolano que resultou da transformação, em Julho de 2002, da sucursal do Banco BPI. O Banco foi constituído com um capital inicial de 30 milhões de dólares, integralmente detido pelo Grupo BPI.

O Banco de Fomento está presente em Angola desde 1993 e pertence ao Grupo BPI desde 1996, ano em que foi adquirido o Banco de Fomento e Exterior.

Em 31 de Dezembro de 2002, os capitais próprios investidos no BFA ascendiam a 40.7 milhões de euros, o que correspondia a 3.5% dos capitais próprios do Grupo BPI.

A actividade do BFA assenta, preponderantemente, no apoio à estrutura empresarial angolana, designamente no suporte ao comércio externo e no acompanhamento de projectos de investimento, reorganização e modernização. A captação de recursos ocupa igualmente um papel muito importante no negócio do Banco. O BFA era, no final de 2002, o segundo banco de Angola, detendo uma quota de mercado superior a 25%.

A rede do BFA – em contínua expansão ao longo dos últimos 10 anos – contava no final de 2002 com 17 balcões, sendo a segunda maior rede bancária do país.

Em 2002, o BFA registou um crescimento do activo e dos recursos de Clientes de 11% e 14%, respectivamente. Contudo, foi ao nível da sua carteira de crédito que se registou um crescimento mais acentuado, na ordem dos 54%, dos quais apenas 1.3% se encontra vencido, o que reflecte a política criteriosa que tem vindo a ser seguida na concessão do crédito.

Principais indicadores do Banco de Fomento Angola

Valores em milhões de euros

	2001	2002	Δ%[1]	Quota[1]	Posição
Activo	503.8	557.4	11%	23.9%	-
Crédito a Clientes (liq.)	53.9	82.8	54%	19.9%	#3
Depósitos de Clientes	353.2	401.8	14%	27.9%	#1
Contributo para o lucro consolidado do Grupo[2]	25.9	16.6	(36%)	-	-
N.º Colaboradores	228	286	25%	-	#2
Balcões	16	17	6%	-	#2

1) Em final de Outubro de 2002, excepto para a rubrica ACTIVO cuja quota de mercado diz respeito a Março de 2002.
2) Contributo da ex-sucursal do Banco BPI em Angola até Junho de 2002 e do Banco de Fomento de Angola no 2.º semestre de 2002.

Quadro 13

O final da guerra em Angola e as inerentes perspectivas de normalização da vida cívica e económica do país, justificam optimismo quanto à evolução da actividade bancária nos próximos anos.

A crescente dimensão da rede comercial do Banco Fomento de Angola – prevê-se a abertura em 2003 de mais 13 balcões, 10 dos quais fora de Luanda – e a experiência técnica acumulada dos seus quadros humanos, posiciona-o particularmente bem para corresponder a essas expectativas.

BANCO DE FOMENTO MOÇAMBIQUE

O Banco de Fomento Moçambique (BFM) é um banco comercial, de direito moçambicano, detido a 100% pelo Grupo BPI desde que em 1996 adquiriu o Banco de Fomento e Exterior.

O BFM está essencialmente focado nos segmentos de empresas e de particulares de médio-alto e de alto rendimento.

No final de 2002, os capitais próprios do BFM ascendiam a 13.3 milhões de euros – o equivalente a 1.1% dos capitais próprios do Grupo BPI – ocupando a 5.ª posição, em termos gerais, no sistema bancário moçambicano.

O volume de depósitos de Clientes ascendia, no final de 2002, a 77 milhões de euros e o valor da carteira de crédito (líquida) cifrava-se em 42 milhões de euros. O BFM detinha na mesma data uma rede de 7 balcões e 121 Colaboradores.

O desempenho do Banco de Fomento Moçambique no exercício de 2002 foi condicionado por um enquadramento macroeconómico desfavorável. Não obstante, o BFM foi capaz de preservar a sua base de proveitos recorrentes a que acresceram proveitos adicionais resultantes de um esforço dirigido à recuperação de créditos em mora. Em resultado, o contributo para o lucro consolidado aumentou de 0.5 milhões de euros em 2001 para 2.3 milhões de euros em 2002.

Principais indicadores do Banco de Fomento Moçambique

Valores em milhões de euros

	2001	2002	Δ%	Quota[1]	Posição[1]
Activo	109.7	102.8	(6%)	6.9%	#5
Crédito a Clientes (liq.)	48.4	42.4	(13%)	9.8%	#4
Depósitos de Clientes	85.0	77.1	(9%)	8.4%	#5
Contributo para o lucro consolidado do Grupo	0.5	2.3	346%	-	-
N.º Colaboradores	113	121	7%	-	#5
Balcões	5	7	40%	-	#5

1) Dados sectoriais relativos a Dezembro de 2002, excepto para o Banco Austral, cujos valores reportam ao final de 2001.

Quadro 14

Em termos da actividade desenvolvida, importa destacar o esforço empreendido na colocação de ATM's e POS junto dos principais locais e comerciantes de Maputo e a participação da BPI Dealer Moçambique – sociedade integralmente detida pelo Grupo BPI – na Operação Pública de Venda da empresa Cervejas de Moçambique e na subscrição de obrigações do tesouro do Estado Moçambicano.

Finalmente, importa sublinhar que a prestigiada revista "The Banker" considerou o Banco de Fomento Moçambique o "Bank of the year" em Moçambique em 2002.

Projecto de fusão entre Banco de Fomento Moçambique e o Banco Comercial e de Investimentos

Os Presidentes do Conselho de Administração do Grupo BPI e do Grupo Caixa Geral de Depósitos, o maior Grupo financeiro português, apresentaram em Fevereiro de 2003 às autoridades Moçambicanas uma proposta de fusão das actividades do Banco de Fomento Moçambique e do Banco Comercial e de Investimentos (BCI), sendo este último a 4.ª maior instituição de crédito a operar actualmente em Moçambique.

A concretização da referida fusão dará lugar a um Banco que passará a dispor de uma rede de 31 agências e de uma quota de mercado de quase 20% convertendo-se, deste modo, na 2.ª maior instituição bancária do sistema bancário moçambicano. A fusão beneficiará da complementaridade que actualmente existe entre as redes comerciais dos Bancos e entre as posições detidas nos diversos segmentos de mercado.

BANC POST

O BPI detém, desde 1999, uma participação de 17% no banco comercial romeno, Banc Post, S.A. O valor do investimento nesta participação é de 17.4 milhões de euros.

Anteriormente um banco público, o Banc Post é desde Novembro de 2002 um banco totalmente privado que conta como principais accionistas, para além do BPI, o Banco Eurobank EFG Ergasias, um dos maiores grupos financeiros gregos.

O Banc Post detém uma posição relevante nos segmentos das pequenas e médias empresas e dos particulares das classes de rendimento médio-alto.

O Banco dispõe de uma rede própria de 151 balcões a que acrescem 748 postos de venda que derivam de uma parceria com os correios romenos. O Banc Post detém ainda a maior rede de ATM e POS da Roménia, existindo no final de 2002, mais de um milhão de cartões de crédito do Banco em circulação.

Principais indicadores do Banc Post[1] Valores em milhões de euros

	2001	2002	Δ%	Quota	Posição
Activo	577.7	623.4	8%	4.1%	#7
Crédito a Clientes	152.0	173.3	14%	3.8%	#7
Depósitos de Clientes	382.7	436.3	14%	4.6%	#7
Contributo para o lucro consolidado do Grupo[2]	3.3	(0.3)	(110%)	-	-
N.º Colaboradores	3 440	3 451	0.3%	-	-
Balcões	126	151	20%	14%	#4

1) Preparado de acordo com os "International Accounting Standards (IAS)".
2) Apropriação do lucro correspondente à participação no capital de 17% detida pelo Grupo BPI.

Quadro 15

A actividade do Banc Post tem vindo a beneficiar do processo de convergência económica da Roménia com a União Europeia, em linha com a sua candidatura de adesão.

Seguros

O BPI dispõe na área dos seguros de uma parceria estratégica com o líder europeu do sector – o grupo alemão Allianz. Esta associação encontra-se consubstanciada numa participação de 35% do BPI no capital da Allianz Portugal e num acordo de distribuição de seguros através da rede comercial do Banco.

Os Clientes do BPI dispõem, assim, de uma extensa oferta de seguros que compreende tanto o ramo não-vida – automóvel, multiriscos habitação, incêndio, obras e montagens, responsabilidade civil e roubo, acidentes pessoais, doença, desemprego, hospitalização e estomatologia – como o ramo vida-risco – morte ou invalidez.

Aumento do nível de satisfação global dos Clientes do BPI

De acordo com os resultados de um estudo sobre satisfação do Cliente Bancassurance realizado pela conceituada empresa multinacional de estudos de *marketing* – sigma.dos – o nível de satisfação global dos Clientes do BPI que subscreveram seguros da Allianz atingiu em 2002 o valor de 74% (69% em 2001). De idêntico modo, a Allianz obteve resultados muito encorajadores na análise individualizada de cada um dos atributos considerados – «Eficiência no serviço prestado», «Rapidez na resolução de processos», «Prestígio da empresa», etc. – tendo evoluído mais favoravelmente do que a concorrência em sete dos oito atributos em estudo.

Nível de satisfação global dos Clientes do BPI

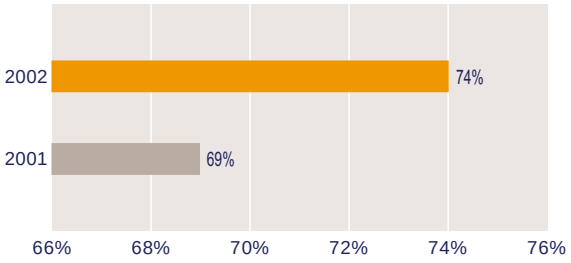


Gráfico 20

Os resultados positivos que têm vindo a ser obtidos encontram-se reflectidos nos níveis de actividade, de proveitos e nas taxas de penetração registadas: em 2002 o valor das comissões aumentou em 75%, para 10.6 milhões de euros. Os prémios de seguros de vida e de não-vida atingiram em 2002, respectivamente, os 24.9 milhões de euros e 24.0 milhões de euros, com taxas de crescimento que comparam muito favoravelmente com o crescimento médio registado no sector, tendo sido superiores em 23 p.p. no segmento dos seguros de vida e em 29 p.p. no segmento dos seguros de não-vida.

A taxa de penetração dos seguros, na base de Clientes particulares do BPI, tem, de igual modo, registado um comportamento positivo, tendo ascendido, em 2002, a 22% no segmento dos seguros de vida (19% em 2001) e a 14% (11% em 2001) no segmento dos seguros de não-vida.

Comissões

Intermediação de seguros

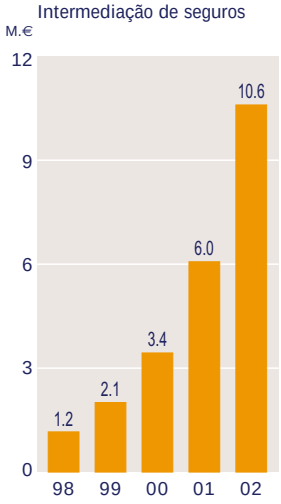


Gráfico 21

Gestão de activos

SÍNTESE DA ACTIVIDADE

O volume de activos gerido pelo BPI manteve-se praticamente inalterado em 2002, apresentando a 31 de Dezembro o valor de 7 513 milhões de euros. Esta evolução é particularmente positiva, tendo em consideração que se manteve, em 2002, o enquadramento desfavorável à Gestão de Activos, em especial aos produtos mais expostos à instabilidade dos mercados de acções. Esta situação levou os investidores a optarem por aplicações mais conservadoras, como seguros de vida ou fundos de tesouraria. Os produtos destinados à constituição de Planos Poupança Reforma / / Educação representavam, no final de 2002, 24% do conjunto dos fundos mobiliários e seguros de capitalização.

Activos sob gestão

Valores em milhões de euros

	1998	1999	2000	2001	2002	Δ% 01/02
Fundos de investimento	3 752	3 776	3 787	3 748	3 505	(6.5%)
Fundos de pensões	1 672	1 795	1 893	1 984	1 980	(0.2%)
Seguros de vida	956	994	1 046	963	1 170	21.5%
Institucionais	339	345	338	316	238	(24.7%)
Private Banking	1 340	1 417	1 546	1 382	1 264	(8.5%)
Activos sob gestão[1]	**7 009**	**7 249**	**7 639**	**7 545**	**7 513**	**(0.4%)**

1) Ajustados através da eliminação de duplicações.

Quadro 16

Criação da área de gestão de risco

Foi criada, em 2002, no âmbito da Gestão de Activos, uma Área de Gestão do Risco com o objectivo de optimizar a utilização de técnicas de adequação do risco ao objectivo comercial dos produtos, criação que resulta num acréscimo de valor ao serviço prestado aos Clientes e à capacidade de gestão. Esta unidade, independente da Área de Gestão de Carteiras, reporta directamente à Administração e tem a missão de apoiar o processo de decisão e contribuir para um melhor conhecimento dos riscos e do seu impacto.

O BPI desenvolveu ferramentas específicas para a análise, classificação e quantificação dos diferentes riscos inerentes às carteiras sob gestão, o que permite à equipa responsável pela gestão das mesmas, bem como à equipa de *compliance*, acompanhar os riscos definidos.

A crescente procura de fundos de investimento com um perfil mais conservador provocou um relativo aumento do peso da classe de obrigações. Neste contexto, a actuação nesta área implicou ainda um reforço do controlo do risco de crédito da componente obrigacionista das carteiras. Recorreu-se, por exemplo, à aferição das probabilidades de falência, fornecidas pela KMV, um dos maiores especialistas mundiais em risco de crédito.

Activos de terceiros sob gestão

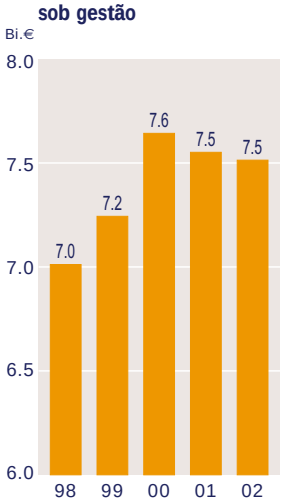


Gráfico 22

FUNDOS DE INVESTIMENTO

Apesar da forte desvalorização dos mercados accionistas (superior na generalidade dos casos a 30%), que teve um forte impacto não só na valorização dos activos sob gestão dos fundos de investimento como na procura pelos investidores de outras alternativas para as suas aplicações, a redução da carteira de fundos de investimento mobiliário do BPI foi limitado a 6.5%, tendo atingido os 3 505 milhões de euros, no final de 2002. Considerando unicamente os fundos domiciliados em Portugal, a BPI Fundos apresentava, no final de 2002, uma quota de mercado de 16.9%, ou seja, ocupava o quarto lugar no *ranking* das sociedades gestoras portuguesas.

Evolução do volume dos fundos de investimento BPI

Valores em milhões de euros

	1998	1999	2000	2001	2002
Obrigações e Tesouraria	1 158	1 253	1 126	1 487	1 631
Valorização (Acções)	435	504	528	334	192
Eficiência Fiscal (PPR/E e PPA)	971	1 089	1 125	1 163	1 142
Diversificação	1 141	893	964	764	541
Total	**3 705**	**3 740**	**3 743**	**3 748**	**3 505**
Fundos de fundos	47	36	43	0	0

Quadro 17

Do total de fundos de investimento BPI, 13% estão colocados junto de Clientes de Private Banking do banco de investimento, enquanto 84% estão nas carteiras de Clientes particulares do Banco BPI.

Distribuição dos fundos de investimento BPI

Valores em milhões de euros

	2000	%	2001	%	2002	%
Particulares Banco BPI	2 955	78%	2 968	79%	2 955	84%
Private Banking	635	17%	580	15%	454	13%
Outros	197	5%	200	6%	96	3%
Total	**3 787**	**100%**	**3 748**	**100%**	**3 505**	**100%**

Quadro 18

Fundos de investimento sob gestão

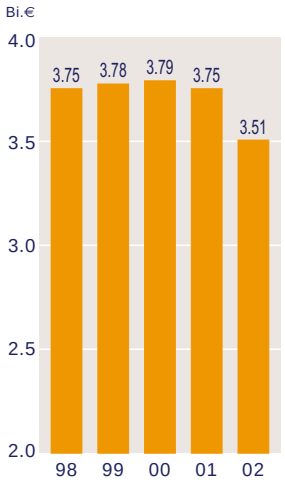


Gráfico 23

Distribuição dos fundos de investimento sob gestão
Em 31 Dezembro 2002

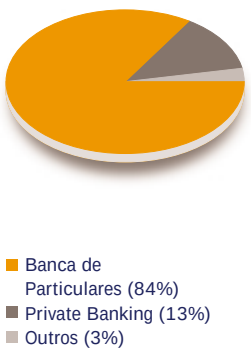


Gráfico 24

CLIENTES INSTITUCIONAIS

Os activos de Clientes institucionais sob gestão, com mandato discricionário ou de aconselhamento, atingiam 238 milhões de euros no final de 2002, o que representa um decréscimo de 24.7%, relativamente ao final de 2001. Esta redução deveu-se por um lado ao comportamento dos mercados accionistas, que provocou uma desvalorização nos activos e por outro, à saída de três Clientes. ▷

Dos Clientes que saíram, dois deles fizeram-no em resultado da alteração na estrutura accionista, tendo passado para o controlo de instituições financeiras concorrentes. Um outro Cliente, Organismo da Administração Pública, foi objecto de reestruturação interna, tendo passado a assegurar a gestão destes fundos, autonomamente.

SEGUROS DE VIDA DE CAPITALIZAÇÃO

A produção da BPI Vida atingiu, no final de 2002, o valor de 211.9 milhões de euros, o que, relativamente a 2001, corresponde a um aumento de 67%. ▷

O comportamento menos atractivo dos mercados accionistas foi favorável à comercialização dos produtos com capital garantido e com participação nos resultados (BPI Novo Aforro Familiar).

Evolução da produção de seguros de vida de capitalização

Valores em milhões de euros

	1998	1999	2000	2001	2002
BPI Taxas Garantidas	2.9	73.0	41.4	40.7	34.8
BPI Novo Aforro Familiar	12.1	21.7	8.5	65.3	130.4
Outros	41.0	6.7	5.9	20.7[1]	46.6
Total	**56.0**	**101.4**	**55.8**	**126.7**	**211.9**

1) Não inclui os reinvestimentos em seguros de capitalização (BPI Taxa Garantida 3 Anos – Prorrogação).

Quadro 19

O aumento na produção da BPI Vida fica a dever-se:

– ao aumento significativo das vendas líquidas de resgates do BPI Novo Aforro Familiar, relativamente ao período homólogo de 2001 (+100%), graças à continuação do trabalho comercial iniciado em 2001 e ao interesse dos Clientes por produtos sem risco, numa altura de forte instabilidade dos mercados accionistas;

– ao alargamento da oferta de seguros em unidades de conta com a possibilidade de os Clientes gerirem de forma flexível os seus investimentos, através da selecção de fundos com diferentes perfis de risco, geridos pela BPI Vida (sete fundos) ou pelas mais conceituadas sociedades gestoras internacionais, nomeadamente a Merrill Lynch, a Goldman Sachs, a UBS, a Schroders e a Fidelity (18 fundos);

– ao início da comercialização do Renda Garantida, um seguro de vida que garante o pagamento de prestações periódicas com valor garantido e constitui um alargamento da oferta da BPI Vida.

Seguros de vida de capitalização
Produção anual

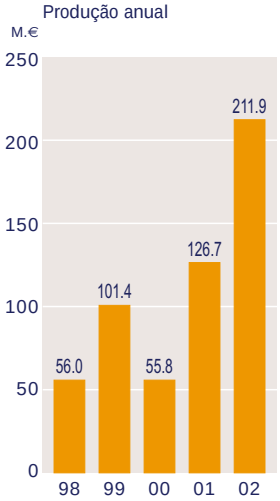


Gráfico 25

A BPI Vida teve, em 2002, um dos melhores anos em resultados desde a sua fundação, continuando a marcar a sua oferta com novos produtos inovadores.

BPI Vida Capitalização – Private Banking

É um seguro em unidades de conta para Clientes de *Private Banking*, que permite ao Cliente através de uma única apólice escolher o seu perfil de risco, e investir nos diferentes fundos Ultra-Conservador, Conservador, Equilibrado e Agressivo, com uma gestão dinâmica associada.

BPI Vida Unit-Linked

Este seguro em unidades de conta permite ao Cliente ligar as vantagens de um seguro de vida à possibilidade de escolher a diversificação dos seus investimento em mais de 18 fundos internacionais das mais conceituadas Sociedades Gestoras Internacionais, nomeadamente, Merrill Lynch, Goldman Sachs, UBS, Schroders e Fidelity.

Renda Garantida

Devido à grande experiência do Grupo BPI na Gestão de Activos com taxa garantida, a BPI Vida lançou o Renda Garantida, um seguro de vida que garante o pagamento de prestações periódicas com valor garantido. A BPI Vida oferece ainda, aos seus Clientes empresas um serviço suplementar com o pagamento das prestações periódicas, os pagamentos à Segurança Social e a respectiva retenção de IRS, saindo da empresa a responsabilidade com os seus ex-Colaboradores.

FUNDOS DE PENSÕES

A BPI Pensões geria, em 31 de Dezembro de 2002, 1 980 milhões de euros de activos financeiros de Fundos de Pensões, o que significa uma estabilização relativamente a 2001.

Fundos de pensões sob gestão

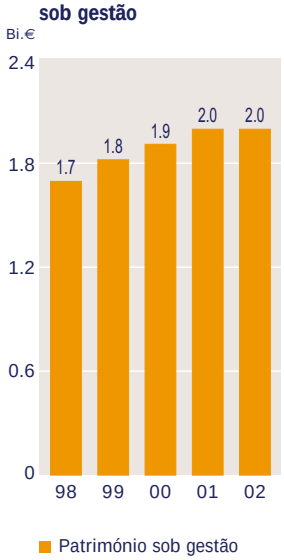


Gráfico 26

Fundos de pensões abertos

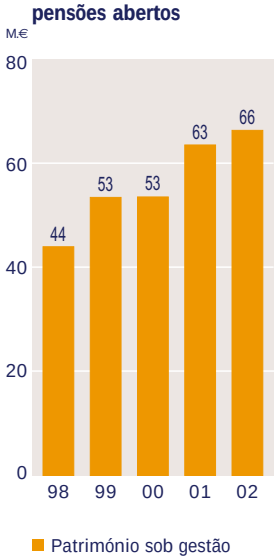


Gráfico 27

A BPI Pensões tinha a seu cargo, em 31 de Dezembro de 2002, a gestão de 28 fundos de pensões, dos quais dois são fundos de pensões abertos, representando 3.3% do valor total de activos sob gestão. Os dois fundos abertos apresentam estratégias de investimento distintas e, consequentemente, aplicações financeiras com graus de risco diferentes, o que permite aos Clientes da BPI Pensões seleccionarem o que mais se adapte ao seu próprio perfil de risco.

Os fundos de pensões abertos têm apresentado uma evolução bastante positiva nos últimos anos, quer em valor, quer em número de adesões, tanto colectivas como individuais. Contavam, em 31 de Dezembro, com um património de 65.8 milhões de euros, respeitantes a 48 adesões colectivas (de empresas) e a 327 adesões individuais.

Quanto à actividade desenvolvida durante o ano pela BPI Pensões, destaca-se o esforço de melhoramento dos serviços prestados aos Clientes, quer no âmbito da gestão actuarial, quer no âmbito da gestão das contribuições e do processamento e pagamento de pensões, bem como o aperfeiçoamento do *site* institucional, através do qual é veiculada aos Clientes uma informação completa e clara acerca da gestão dos respectivos fundos.

Durante o ano findo, foram acompanhados, do ponto de vista actuarial, cerca de 70 planos de pensões de empresas, foram processadas e pagas pensões a 14 130 reformados e pensionistas (envolvendo um montante de 132 milhões de euros), e foi assegurada a manutenção de 2 300 contas de participantes de planos de pensões de contribuição definida.

Rendibilidade dos fundos de pensões

Através da implementação, convenientemente estruturada, de políticas de investimento alicerçadas num permanente controlo de riscos e numa alocação global de activos, tem sido possível potenciar o desempenho de longo prazo dos fundos de pensões geridos pela BPI Pensões.

Rendibilidade de longo prazo dos fundos de pensões

Performance de longo prazo, obtida a partir da mediana da rendibilidade dos fundos de pensões, nos últimos cinco, sete e dez anos, comparada com a variação do Índice de Preços no Consumidor

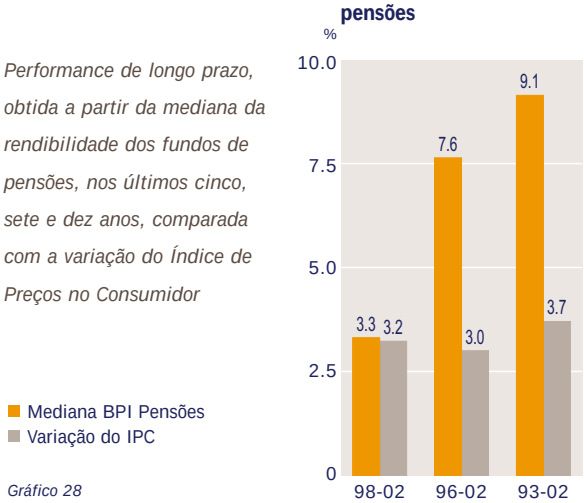


Gráfico 28

Os resultados obtidos pela Gestão de Activos do BPI, num ano caracterizado pelo mau desempenho dos mercados accionistas a nível mundial e num contexto de taxas de juro historicamente muito baixas, confirmam a importância de uma correcta diversificação das carteiras de investimento e as vantagens de uma gestão especializada e experiente.

Fundos de taxa fixa: as melhores rendibilidades do mercado

Os Fundos de taxa fixa do Banco BPI, BPI Taxa Fixa PPR/E e BPI Euro Taxa Fixa, apresentaram as melhores rendibilidades no universo dos fundos de investimento mobiliário geridos por sociedades portuguesas, 8.78% e 7.40% respectivamente.

Na categoria de fundos de acções da União Europeia, Suíça e Noruega, o BPI Europa Valor e o BPI Europa Crescimento apresentaram a primeira e a terceira melhor rendibilidade da classe, -24.39% e -28.29% respectivamente, o que compara com a queda de -30.86% ocorrida no mercado de acções europeu (MSCI – *Morgan Stanley Capital International Europe*).

Maior fundo de Poupança Reforma / Educação (FIM)

O BPI Reforma PPR/E era, no final de 2002, o maior fundo de investimento na categoria de Planos Poupança Reforma / Educação, com um volume de activos sob gestão de 616 milhões de euros.

BPI Liquidez: um dos maiores aumentos de volume do mercado de FIM

A procura de segurança por parte dos investidores, levou ao aumento de 278 milhões de euros no BPI Liquidez (37.1% face à carteira de 2001), um dos maiores aumentos de volume nos FIM's do mercado nacional.

Seguros de vida duplicaram em 2002

Na área de seguros de vida do tipo capitalização, a carteira de aplicações com capital garantido e participações nos resultados duplicou, tendo o conjunto das carteiras geridas pela BPI Vida aumentado 207 milhões de euros.

BPI novo aforro familiar: 4.06% em 2002

O seguro de capitalização Novo Aforro Familiar teve subscrições líquidas de 130 milhões de euros, e obteve resultados que permitiram aos seus participantes uma rendibilidade de 4.06%, líquida de comissões.

Banca de Investimento

CORPORATE FINANCE

Em 2002, ocorreu um significativo abrandamento da actividade económica, com uma diminuição do investimento e uma deterioração do nível de confiança dos agentes económicos. A par do comportamento negativo dos mercados bolsistas, estes factores estiveram na origem da retracção da procura de serviços de *Corporate Finance*, tanto na vertente de aconselhamento como na de organização de operações de mercado.

A permanente concentração do BPI na satisfação das necessidades dos Clientes e a qualidade das soluções propostas – reflectida na crescente fidelização de um conjunto diversificado de Clientes – permitiu ao Banco, apesar das condicionantes referidas e da forte tensão concorrencial, prestar ao longo de 2002 um conjunto de serviços de que se destacam:

Fusões, aquisições, reestruturações e consultoria

Portucel: assessoria no processo de reorganização do sector da pasta de papel e do papel.

Grupo Portucel: assessoria na análise de decisões de investimento e na preparação de um plano de desenvolvimento florestal.

Unicer: assessoria no processo de reestruturação da Unicer Águas e na análise de decisões de investimento.

Partex Oil and Gas (Holdings) Corporation: assessoria na avaliação dos seus activos de *oil & gas*.

Vodafone Telecel: assessoria na estruturação de uma *joint-venture* com a Optimus para a actividade de *towering*, e no processo de consolidação do sector português das telecomunicações móveis.

Sonae.Com: organização, montagem e colocação da operação de aumento de capital e de admissão à negociação das novas acções.

Vizzavi Portugal: assessoria no processo de alienação do negócio de *virtual internet service provider*.

Edinfor: assessoria no processo de reestruturação organizacional da empresa.

ACE: assessoria na análise de decisões de investimento.

Cofina: assessoria na avaliação dos activos da empresa, nos sectores de média e de Internet e apoio, na aquisição da TvGuia.

Soares da Costa: assessoria no processo de reestruturação da organização da empresa.

Auto Sueco: assessoria na avaliação dos segmentos de negócio da empresa e aconselhamento no processo de reestruturação.

Metro do Porto: assessoria no processo de lançamento dos concursos públicos para a construção e exploração da segunda fase do sistema de metropolitano de superfície da área metropolitana do Porto.

ANA – Aeroportos de Portugal: assessoria na preparação do estudo de viabilidade do projecto de investimento no Aeroporto Francisco Sá Carneiro, e no processo de mobilização de fundos junto do Banco Europeu de Investimentos.

ANAM – Aeroportos e Navegação Aérea da Madeira: assessoria no processo de financiamento do aeroporto da Madeira.

TAP – Air Portugal: apoio à preparação do processo de reprivatização do capital da empresa.

Ricon: assessoria no processo de reestruturação da empresa.

ACÇÕES

À semelhança do verificado em 2001 e 2000, o enquadramento negativo do mercado de acções em 2002 – o índice PSI-20 teve uma queda de 26%, neste período, e o volume negociado no mercado a contado de acções da Euronext Lisboa registou uma queda homóloga de 29% – repercutiu-se no negócio de acções do BPI. Importa aliás sublinhar que o PSI-20 acumula uma queda de 53% desde Dezembro de 1999.

Mercado primário de acções

O mercado primário esteve praticamente inactivo no período, tendo sido realizados apenas alguns aumentos de capital reservados a accionistas, um deles do próprio BPI, um aumento de capital da Sonae.com reservado a accionistas e a investidores institucionais, liderado pelo BPI, e uma oferta de valores mobiliários obrigatoriamente convertíveis em acções pelo BCP. Foi ainda efectuada uma colocação de obrigações convertíveis da Brisa.

Mercado secundário de acções

Durante 2002, verificou-se a fusão por incorporação da BPI Dealer no Banco de Investimento. O BPI gerou, no mercado secundário, comissões no valor 3.7 milhões de euros (uma variação homóloga negativa de 25%). Cerca de 92% deste valor diz respeito à intermediação de transacções sobre acções e reflecte o aumento do peso das comissões geradas pela negociação em bolsas estrangeiras. A quota de mercado do valor intermediado pela BPI Dealer na Euronext Lisboa foi, no período, de 6.1% no segmento accionista, em linha, portanto, com o valor de 6.2% verificado em 2001.

Durante este período, o BPI continuou a organizar *roadshows* para empresas portuguesas e espanholas, nomeadamente para a Portugal Telecom, Telecel, Mota-Engil, Gamesa, Banco Popular, Logista, Ebro Puleva, NH Hoteles e Bankinter.

Já é possível negociar, neste momento, nos mercados domésticos e internacionais, aproximadamente 1 000 instrumentos financeiros, através da BPI Online, o serviço de corretagem *on-line* do BPI. Iniciou-se, designadamente, em 2002, a oferta de negociação de acções em bolsas internacionais em tempo real. A oferta abrangia, em Janeiro de 2003, 580 acções internacionais pertencentes aos índices Ibex Geral, CAC 40, AEX25, MIB30, DAX, OMX (Suécia), BEL20, SMI (Suíça), DJIA, Nasdaq-100 e FTSE.

Research

A cobertura de *research* ascendia, no final de 2002, a 31 empresas portuguesas (99.9% da capitalização do PSI-20 juntamente com 11 *small-caps*) e a 45 espanholas (92% da capitalização do Ibex juntamente com 17 *small-caps*). As principais adições à lista de empresas cobertas desde Janeiro de 2002 foram a TPI, a Enagás, a Aldeasa, a Cepsa e a Dragados. Já em Janeiro de 2003, foram iniciadas as coberturas da Acerinox, em Espanha, e da Novabase, em Portugal.

Trading

Apesar do comportamento negativo do mercado a contado, a actividade de *trading* (incluindo a arbitragem) teve um contributo positivo no valor de 1.7 milhões de euros para os resultados de 2002, revertendo a situação de 2001.

No mercado de futuros, quer no que diz respeito à actividade por conta de Clientes quer no que respeita à actividade por conta própria, o BPI aumentou a quota de mercado em relação ao ano de 2001 nos futuros sobre o índice PSI-20 (18% de quota e segunda posição no *ranking*) e nos futuros sobre acções (60% de quota e primeira posição destacada no *ranking*). O BPI foi, também, líder destacado na negociação de futuros e de opções sobre índices no MEFF (Bolsa Espanhola de Derivados), entre os operadores domésticos.

PRIVATE BANKING

O serviço de *Private Banking* do BPI concentrou-se, em 2002, em ampliar a oferta de produtos e ajustá-la a um cenário de quedas acentuadas nos mercados de capitais e consecutivas revisões em baixa das estimativas de crescimento das principais economias mundiais. Esta preocupação – a de proteger e valorizar, numa óptica de médio e longo prazo, o património dos Clientes – concretizou-se na adopção de uma política de investimento e de aconselhamento que privilegiou a selecção de activos de rendimento mais estável, por oposição à exposição a activos de maior risco. ▷

O volume total de activos sob gestão e de crédito concedido pelo *Private Banking* do BPI ascendia, em 31 de Dezembro de 2002, a 1 650 milhões de euros, o que representa um decréscimo de 6% face ao final do ano anterior. Deste valor, 1 264 milhões de euros diziam respeito a activos sob gestão discricionária ou aconselhamento efectivo (redução de 9%), 316 milhões de euros estavam associados a participações estáveis sob custódia e 70 milhões de euros representavam crédito concedido a Clientes.

Principais indicadores de Private Banking

Valores em milhões de euros

	1998	1999	2000	2001	2002
Gestão discricionária e aconselhamento	1 340	1 413	1 546	1 382	1 264
Gestão discricionária	655	729	697	518	511
Aconselhamento	685	684	849	864	753
Participações estáveis sob custódia	338	452	334	373	316
Crédito concedido	–	58	82	71	70

Quadro 20

BPI (Suisse), S.A.

Em Julho de 2002, a presença do serviço de *Private Banking* do BPI estendeu-se além-fronteiras com a criação da BPI (Suisse), S.A. – uma sociedade de gestão de fortunas, de direito suíço, vocacionada para servir Clientes particulares de elevado património. ▽

Esta nova estrutura – alicerçada num quadro humano dotado de elevadas qualificações e experiência de mercado – tem por objectivo proporcionar ao Cliente, além dos serviços bancários tradicionais, um serviço personalizado de apoio à tomada de decisões de investimento.

Centros de investimento

No âmbito da estratégia de distribuição multicanal do BPI, procedeu-se, em 2002, à criação de uma nova rede – os centros de investimentos –, vocacionada para Clientes particulares do Banco BPI cujo património seja superior a 100 mil euros.

Private Equity

No final de 2002, a área de *Private Equity* do Grupo BPI geria um conjunto de activos que, a valores de balanço, ascendia a cerca de 115 milhões de euros.

No seguimento do processo de reestruturação do Grupo BPI, teve lugar, em Dezembro, a fusão por incorporação de um dos veículos da área – a BPI Ventures, SGPS, S.A. – no actual Banco BPI, S.A., tendo este passado a assumir, em virtude da fusão, a totalidade das relações jurídicas activas e passivas da sociedade incorporada. A área de Capital de Desenvolvimento continuará a gerir, todavia, as participações de *Private Equity* do Grupo, através da Inter-Risco.

Importa realçar a constituição, também no final de 2002, do Fundo Caravela – Fundo de Capital de Risco promovido pelo Grupo BPI –, cuja gestão estará a cargo da Inter-Risco. Este Fundo possui uma dotação inicial de capital no valor de 20 milhões de euros, estando previsto o seu aumento até 50 milhões de euros. No leque de investidores do Fundo Caravela, conta-se o FEI – Fundo Europeu de Investimento. Foi a primeira operação deste tipo que o FEI concretizou em Portugal. Refira-se que o FEI é hoje um importante impulsionador e um investidor institucional de referência no que diz respeito ao capital de risco europeu, participando em cerca de 185 fundos de capital de risco na UE, com um volume de investimento global de 2.5 biliões de euros.

O exercício de 2002 foi marcado por uma forte contenção do investimento, em reflexo do acentuado abrandamento verificado na economia em geral, com especial incidência na actividade de *Private Equity*, que os dados caracterizadores da actividade de capital de risco em Portugal e na União Europeia demonstram.

Durante o exercício de 2002 foram recebidos e analisados, todavia, mais de 80 projectos pela área de Capital de Desenvolvimento do BPI, representando intenções de investimento na ordem dos 180 milhões de euros – valor correspondente a cerca de 2/3 dos valores do ano anterior. Verificou-se um aumento da importância relativa dos projectos de expansão em detrimento dos projectos *start-up*.

Face às condições de mercado prevalecentes elevou-se, naturalmente, o grau de selectividade na aprovação e realização de novos investimentos.

Durante o exercício de 2002, foram efectuados, deste modo, investimentos de apenas dois milhões de euros, essencialmente relativos a reforços em participações já existentes.

Não obstante a escassez de oportunidades de desinvestimento, decorrente da reduzida actividade relacionada com fusões e aquisições, e a evolução desfavorável dos mercados bolsistas, procedeu-se a alienações, no montante de 10 milhões de euros (valores de balanço), relativas, essencialmente, a algumas participações detidas em *small-caps* bem como a pequenos investimentos desenquadrados da actual política de investimento da área. Foram integralmente alienadas seis participações.

Mercado

Os indicadores disponíveis relativos à actividade de *Private Equity* em Portugal, referentes ao primeiro semestre de 2002, apontam para um crescimento do investimento relativamente a 2001, em contraciclo com a evolução registada ao nível europeu. Importa ter em consideração, todavia, que a análise comparativa poderá resultar enviesada pelo facto de uma parte substancial do investimento realizado ser relativo a *equity loans* (participações de capital com preços de recompra fixados) e não a *pure equity* (operações de risco capital puro). Admite-se, todavia, que, no cômputo global de 2002, o sector tenha registado, em termos gerais, uma estabilização dos investimentos de *pure equity*, sendo estes relativos, sobretudo, a investimentos de acompanhamento ou reforço de participações já existentes.

No final do exercício, foi publicada a nova legislação que enquadra a actividade de capital de risco em Portugal – da qual o sector poderá vir a beneficiar muito –, em conjunto com os diversos programas específicos de apoio, dinamizados pelas autoridades nacionais.

Estratégia de investimento

A estratégia de investimento continuou a privilegiar os projectos liderados por equipas de gestão profissionais, dotadas de uma visão estratégica do negócio, com elevado potencial de crescimento, e dotadas de adequados sistemas de informação de gestão. No âmbito da gestão do Fundo Caravela, continuar-se-á a seguir a mesma estratégia.

Investimentos

A actual carteira de investimentos apresenta um equilíbrio saudável das várias componentes de apreciação: sector, área geográfica e natureza do investimento.

Carteira de investimentos em Private Equity por sector de actividade
Em 31 de Dezembro de 2002

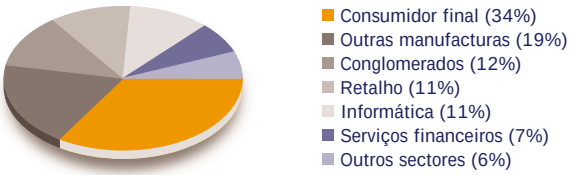


Gráfico 29

Investimentos de Private Equity

Empresa	% detida	Actividade
Barbosa & Almeida	14.5%	Produção e comercialização de embalagens de vidro.
Vista Alegre Atlantis[1]	19.27%	Produção e comercialização de louça de mesa e decorativa (de porcelana, faiança, cristal e vidro).
Cofina	8.71%	Media, Cerâmica e Vidro, Celulose.
Ibersol[2]	12.98%	Retalho alimentar (Pizza Hut, Goody's, KFC, O'Kilo, Pasta Café, Frangão,…).
Ensitel	10.78%	Retalho de equipamento de telecomunicações.
ParaRede	3.85%	Serviços e produtos em tecnologias de informação.
Arco Bodegas Unidas[3]	2.14%	Produção e comercialização de vinhos da região de Rioja.
Fernando & Irmãos (Aveleda)	19.9%	Produção e comercialização de vinhos.
Ricon	17.02%	Produção e retalho especializado em roupa masculina (lojas Gant e Decenio).
Altitude Software	9.66%	Produção e comercialização de *software* para *contact centers*.
Caravela Gest	20.0%	Retalho alimentar (Häagen Dazs).
Tecmic	24.45%	Microelectrónica.
ChipIdea	4.76%	Prestação de serviços à indústria de semicondutores / *design* de chips.
Multitema	30.23%	Impressão gráfica e produção de conteúdos multimédia.
WhatEverNet	13.0%	Revenda de produtos da Sun MicroSystems e prestação de serviços em Java, Internet e integração de sistemas.
TVTEL	25.0%	Televisão por cabo.
Brasopi	15.03%	Retalho especializado em roupa masculina (lojas Boxer Shorts by Throttleman).
Caderno Verde	23.86%	Grupo editorial na área do empreendedorismo e do ambiente.
Teleman	48.89%	Prestação de serviços a empresas através de recurso a teletrabalho.

1) Corresponde às participações directas do Banco BPI (12.28%), da Inter-Risco (5.11%) a qual é detida a 83.64% pelo Grupo BPI e à participação directa do Fundo FRIE (1.89%) do qual a Inter-Risco é sociedade gestora e que não está reflectida na carteira consolidada de participações do Grupo.
2) Corresponde à participação directa detida pelo Banco BPI (6.33%) e à participação indirecta (6.65%) detida através da IES.
3) Corresponde à participação directa detida pela Inter-Risco.

Quadro 21

Análise financeira

RESULTADOS CONSOLIDADOS

Síntese

O lucro líquido consolidado do BPI, no exercício de 2002, ascendeu a 140.1 milhões de euros, o que corresponde a um crescimento de 5.1% face a 2001. O lucro líquido da actividade doméstica cresceu 18% e sem o contributo da actividade seguradora cresceu 22%. O lucro líquido por acção situou-se em 19.2 cêntimos de euro (19.6 cêntimos, em 2001).

O crescimento do lucro consolidado reflecte o aumento de 9.9% do contributo da actividade de Banca Comercial doméstica que ascendeu a 126.3 milhões de euros. O contributo da actividade de Banca Comercial no estrangeiro diminuiu 38%, tendo-se saldado em 18.5 milhões de euros. As áreas de Banca de Investimento e de *Private Equity* e outras Participações de Capital continuaram, por sua vez, condicionadas pelo comportamento negativo dos mercados de capitais.

A carteira de crédito cresceu 7.2%, valor que reflecte uma abordagem diferente dos segmentos onde o BPI actua: a prioridade atribuída ao crédito hipotecário manteve-se e a selectividade na concessão do crédito, em especial no segmento de grandes empresas, aumentou. Assim, o crédito hipotecário cresceu 25.6%, enquanto a carteira de crédito a grandes empresas diminuiu 10.7%. Os depósitos registaram, por sua vez, um crescimento de 6.4%.

O produto bancário da Banca Comercial doméstica cresceu 2.7% para 653.0 milhões de euros. A redução do produto bancário da actividade de Banca Comercial no estrangeiro e da área de *Private Equity* e Participações de Capital determinou que o produto bancário consolidado diminuísse 3.8% para 751.0 milhões de euros.

Os custos de estrutura foram reduzidos em 14.3 milhões de euros (-2.8%), o que reflecte a execução do programa estratégico de redução de custos e de aumento da eficiência. Os custos com pessoal diminuíram 0.9%, os fornecimentos e serviços de terceiros caíram 6.1% e as amortizações decresceram 3.2%. Manteve-se, pois, a trajectória de melhoria do rácio eficiência[1], que foi reduzido de 68.3%, em 2001, para 67.1%, em 2002.

No final de 2002, o rácio de crédito vencido há mais de 90 dias era de 1.3% (0.9%, em 2001) e a respectiva cobertura por provisões ascendia a 153%.

Em 31 de Dezembro de 2002, o rácio de requisitos de fundos próprios, calculado de acordo com as normas do Banco de Portugal, ascendia a 10.2% e o rácio Tier I, a 7.3% (rácio de 11.4% e rácio Tier I de 7.4%, de acordo com as normas internacionais do BIS).

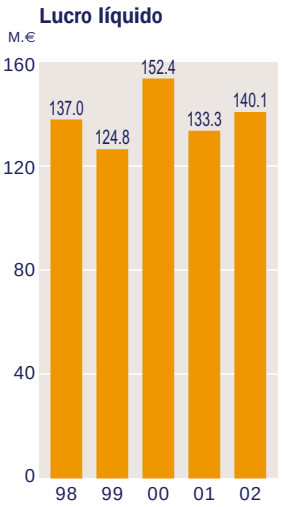


Gráfico 30

1) Relação entre custos de estrutura e produto bancário, excluindo lucros em operações financeiras.

Conta de resultados

Valores em milhões de euros

	2001	2002	Δ%
Margem financeira estrita	479.7	477.2	(0.5%)
Rendimento de títulos (de rendimento variável)	15.9	10.4	(34.7%)
Margem financeira	**495.6**	**487.6**	**(1.6%)**
Comissões e outros proveitos equiparados (líq.)	225.3	229.2	1.7%
Recuperações de crédito vencido	18.9	14.7	(22.2%)
Lucros em operações financeiras (líq.)	40.6	19.5	(51.9%)
Produto bancário	**780.3**	**751.0**	**(3.8%)**
Custos com pessoal	288.3	285.7	(0.9%)
Outros gastos administrativos	165.0	155.0	(6.1%)
Amortizações	51.8	50.2	(3.2%)
Custos de estrutura	**505.1**	**490.8**	**(2.8%)**
Resultado operacional	**275.2**	**260.2**	**(5.5%)**
Provisões (líq.)	84.5	68.1	(19.4%)
Resultado corrente	**190.6**	**192.1**	**0.7%**
Resultados extraordinários (líq.)	5.0	(5.3)	(205.7%)
Resultado antes de impostos	**195.7**	**186.7**	**(4.6%)**
Impostos sobre lucros	59.6	44.7	(25.0%)
Resultado após impostos	**136.0**	**142.0**	**4.4%**
Resultados de subsidiárias reavaliadas pelo equity method	14.5	7.9	(45.6%)
Interesses minoritários no lucro	17.3	9.8	(43.2%)
Lucro líquido	**133.3**	**140.1**	**5.1%**
Cash-flow após impostos	269.6	258.4	(4.2%)

Quadro 22

Resultados por áreas de negócio

A actividade doméstica de Banca Comercial registou, em 2002, um crescimento do lucro líquido de 9.9%, tendo ascendido a 126.3 milhões de euros, em resultado do crescimento do produto bancário e da redução dos custos. Estes dois factores compensaram o maior esforço de provisionamento relativamente ao ano anterior.

O contributo da actividade internacional de Banca Comercial para o lucro consolidado diminuiu 38%, o que reflecte o efeito negativo da reavaliação cambial das referidas participações.

O contributo da Banca de Investimento para o resultado do Grupo ascendeu a 2.9 milhões de euros, enquanto as participações de capital contribuiram negativamente com 7.7 milhões de euros (-13.9 milhões de euros, em 2001).

Para efeitos da análise por segmentos foram definidas quatro áreas de negócio: Banca Comercial doméstica, Banca Comercial no estrangeiro, Banca de Investimento, e *Private Equity* e outras Participações de Capital. A actividade de Banca Comercial doméstica corresponde à actividade bancária desenvolvida junto de empresas e particulares em Portugal e inclui a prestação de serviços bancários a não residentes, designadamente junto das comunidades de emigrantes e a sucursal de Madrid. A actividade de Banca Comercial no estrangeiro consiste principalmente na actividade desenvolvida pelo Banco de Fomento Angola e pelo Banco de Fomento Moçambique, incluindo ainda a apropriação de resultados correspondente à participação de 17% no Banc Post da Roménia. Em 31 de Dezembro de 2002, os capitais próprios contabilísticos afectos à actividade de Banca Comercial no estrangeiro ascendiam a 71.4 milhões de euros, ou seja, a 6.1% dos capitais próprios do Grupo.

Contributos por área de negócio para o lucro líquido de 2002

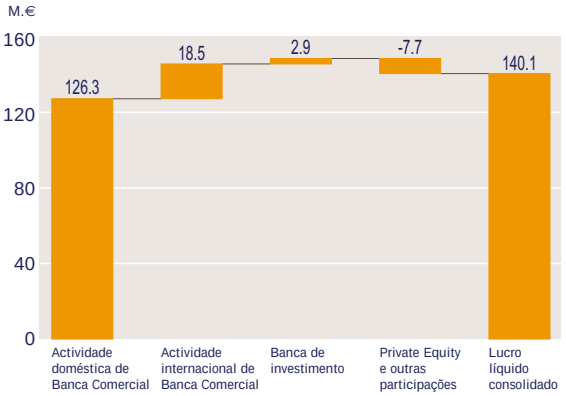


Gráfico 31

Rendibilidade por áreas de negócio

Em 2002, a rendibilidade média dos capitais próprios (ROE) do Grupo foi de 13.5%. O ROE da Banca Comercial doméstica situou-se nos 13.7%, enquanto a Banca de Investimento, em virtude do reduzido consumo de capital, registou um ROE de 33.4%. ▷

Para efeitos de determinação da rendibilidade, os capitais próprios afectos a cada negócio são ajustados. Tendo em conta o referido ajustamento, a quase totalidade do capital do Grupo está alocado à Banca Comercial doméstica (93.1% do capital médio em 2002). À Banca Comercial no estrangeiro esteve alocado, em 2002, 1.0% do capital médio do Grupo; à Banca de Investimento, 2.3%, e à área de *Private Equity* e outras participações esteve alocado 3.6% do capital.

ROE por áreas de negócio

Valores em milhões de euros

	Banca Comercial doméstica		Banca Comercial no estrangeiro		Banca de Investimento		Private Equity e outras participações		Grupo BPI (consolidado)	
	2001	2002	2001	2002	2001	2002	2001	2002	2001	2002
Capital alocado (ajustado)	**831.4**	**965.7**	**7.6**	**10.1**	**24.4**	**24.3**	**41.3**	**37.5**	**904.7**	**1 037.6**
Lucro líquido	115.0	126.3	29.7	18.5	2.4	2.9	(13.9)	(7.7)	133.3	140.1
Ajustamento ao lucro por reafectação de capital	8.5	5.6	(2.6)	(1.8)	7.0	5.2	(12.9)	(9.1)	-	-
Lucro líquido (ajustado)	**123.5**	**132.0**	**27.1**	**16.7**	**9.5**	**8.1**	**(26.8)**	**(16.8)**	**133.3**	**140.1**
ROE	**14.9%**	**13.7%**	**354.4%**	**165.3%**	**38.8%**	**33.4%**	**neg.**	**neg.**	**14.7%**	**13.5%**

Quadro 23

Nota: Para determinar a rendibilidade dos capitais próprios (ROE) por área de negócio, as empresas do Grupo são repartidas por quatro áreas: Banca Comercial doméstica, Banca Comercial no estrangeiro, Banca de Investimento, *Private Equity* e outras participações. Os contributos das empresas para o lucro consolidado, situação líquida e activos ponderados são repartidos por cada uma das áreas, com base nesta classificação. Na determinação do capital alocado a cada área pressupôs-se uma utilização de capital idêntica à utilização média no Grupo. Deste modo, o valor do capital alocado de cada área é calculado multiplicando o activo ponderado pelo quociente entre situação líquida e activo ponderado do Grupo. Sempre que a situação líquida de uma área de negócio seja superior (ou inferior) ao capital alocado, pressupõe-se uma redistribuição de capital, sendo o contributo da área ajustado pelos custos (proveitos) que resultam do aumento (diminuição) dos recursos alheios em virtude da reafectação do capital. A rendibilidade de cada área resulta do quociente entre o contributo ajustado e o capital alocado à área.

Margem financeira

A margem financeira estrita (exclui dividendos) proveniente da actividade doméstica cresceu 2.7%, ou seja, 11.6 milhões de euros. No entanto, a redução da margem financeira da actividade internacional, em 14.1 milhões de euros, e dos dividendos recebidos, em 5.5 milhões de euros, determinou que a margem financeira consolidada diminuísse 1.6% relativamente à obtida em 2001 (redução absoluta de 8.0 milhões de euros).

Margem financeira — Valores em milhões de euros

	2001	2002	Δ%
Margem financeira estrita			
Actividade doméstica	427.5	439.1	2.7%
Actividade internacional	52.1	38.1	(27.0%)
Margem financeira estrita (consolidada)	**479.7**	**477.2**	**(0.5%)**
Rendimento de títulos (de rendimento variável)[1]	15.9	10.4	(34.7%)
Margem financeira (consolidada)	**495.6**	**487.6**	**(1.6%)**

1) Em 2001, incluíram 5.5 milhões de euros de dividendos recebidos da IMC. Esta participação foi alienada no final de 2001.

Quadro 24

A margem financeira beneficiou do crescimento do volume de actividade, expresso pelos crescimentos de 6.9% e 6.0% dos activos e passivos remunerados médios, o qual gerou um impacto positivo na margem financeira estrita (consolidada) de 41.8 milhões de euros. O crescimento de 10% do saldo médio da carteira de crédito foi o factor que determinou a expansão dos activos remunerados.

Crédito a Clientes
Saldos em fim de ano

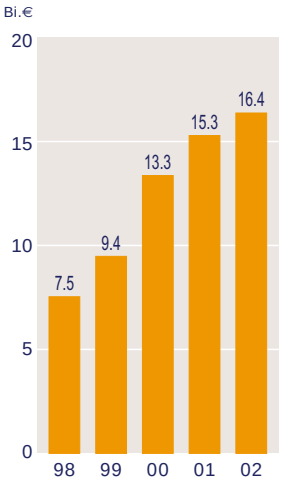


Gráfico 32

Margem financeira

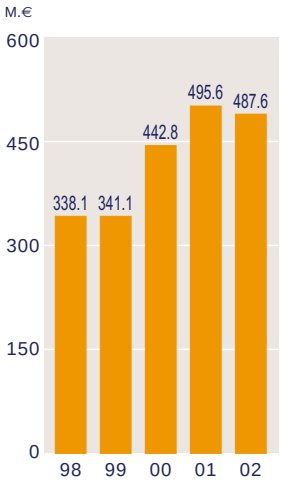
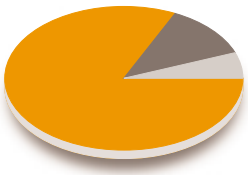


Gráfico 33

Proveniência da margem financeira
2002



- Intermediação de crédito (82%)
- Carteira de obrigações (12.1%)
- Cobertura, gestão de balanço, trading e outros (5.8%)

Gráfico 34

A redução em 0.29 pontos percentuais do *spread* médio entre os activos e passivos remunerados teve, em contrapartida, um impacto negativo de 42.7 milhões de euros (tendo em consideração o aumento em 17.2 milhões de euros dos ganhos em operações de cobertura com *swaps*).

O estreitamento do *spread* entre activos e passivos remunerados resultou da redução em 0.25 pontos percentuais do *spread* médio dos recursos[1], enquanto os activos remunerados evidenciaram apenas um ligeiro estreitamento de 0.04 pontos percentuais[1].

A redução de *spreads* do lado dos recursos esteve essencialmente associada ao reforço da componente de *funding* de médio e longo prazo (que se reflectiu na manutenção do custo médio da dívida titulada) e ao enquadramento de queda das taxas de mercado, particularmente intensa em 2001 (a taxa média da Euribor a três meses diminuiu de 4.3%, em 2001, para 3.3%, em 2002), uma vez que uma parte dos recursos alheios, nomeadamente depósitos à ordem, são remunerados a taxa zero ou próxima de zero.

Cerca de 31% do aumento da carteira média de crédito foi financiado com recursos captados junto de Clientes – depósitos e produtos estruturados – e 45% através de emissões de dívida de médio e longo prazo.

Taxas de juro de crédito e recursos
Taxas médias trimestrais

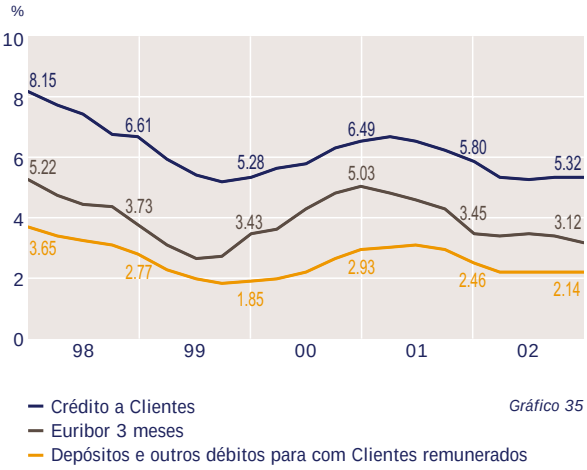


Gráfico 35

Taxas médias dos activos remunerados e dos passivos remunerados

Valores em milhões de euros

	2001			2002			Δ spread médio
	Saldo médio	Taxa média	Spread médio[1]	Saldo médio	Taxa média	Spread médio[1]	
Aplicações em instituições de crédito	3 401.2	4.6%	0.3%	3 491.8	3.1%	(0.2%)	-0.54 p.p.
Crédito a Clientes	14 524.9	6.3%	2.0%	15 984.5	5.3%	2.0%	-0.03 p.p.
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo	2 514.8	6.7%	2.4%	2 383.7	6.3%	3.0%	+ 0.52 p.p.
Activos remunerados	**20 441.0**	**6.0%**	**1.8%**	**21 860.0**	**5.1%**	**1.7%**	**-0.04 p.p.**
Débitos para com instituições de crédito	6 251.7	4.7%	(0.4%)	6 388.5	3.6%	(0.3%)	+ 0.11 p.p.
Débitos para com Clientes	11 388.0	2.9%	1.4%	11 892.2	2.2%	1.1%	-0.27 p.p.
Débitos titulados	2 772.0	3.1%	1.1%	3 446.9	3.1%	0.2%	-0.91 p.p.
Passivos subordinados	688.4	5.0%	(0.8%)	629.6	4.6%	(1.3%)	-0.47 p.p.
Passivos remunerados	**21 100.1**	**3.5%**	**0.8%**	**22 357.2**	**2.8%**	**0.5%**	**-0.25 p.p.**
Spread médio entre activos e passivos remunerados			**2.5%**			**2.3%**	**-0.29 p.p.**
Por memória: Euribor a 3 meses		4.3%			3.3%		
Activo total médio	23 462.4			24 996.6			

1) Face à média anual da Euribor a três meses: activos remunerados = *Yield* médio - Euribor a três meses
passivos remunerados = Euribor a três meses - *Yield* médio

Quadro 25

1) *Spread* médio face à média anual da Euribor 3 meses

No quadro seguinte, analisa-se a evolução dos proveitos com juros das aplicações remuneradas e dos custos com juros dos recursos remunerados.

Evolução dos proveitos e dos custos com juros

Valores em milhões de euros

	2001	Efeito-saldo	Efeito-taxa	Efeito-residual	Variação total	2002
Activos remunerados						
Aplicações em instituições de crédito	155.5	4.1	(50.4)	(1.3)	(47.6)	107.8
Crédito a Clientes	910.5	91.5	(141.2)	(14.2)	(63.9)	846.6
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo	168.6	(8.8)	(10.8)	0.6	(19.0)	149.6
Correcção pelo efeito de estrutura[1]	-	(1.1)	0.2	0.9	-	-
Proveitos dos activos remunerados	**1 234.6**	**85.7**	**(202.3)**	**(14.0)**	**(130.6)**	**1 104.0**
Passivos remunerados						
Débitos para com instituições de crédito	291.0	6.4	(65.9)	(1.4)	(61.0)	230.0
Depósitos e outros débitos para com Clientes remunerados	324.8	14.4	(76.5)	(3.4)	(65.5)	259.3
Débitos titulados	86.6	21.1	(1.0)	(0.2)	19.9	106.5
Passivos subordinados	34.8	(3.0)	(3.3)	0.3	(5.9)	28.8
Correcção pelo efeito de estrutura[1]	-	5.1	(1.0)	(4.0)	-	-
Custo dos passivos remunerados	**737.1**	**43.9**	**(147.7)**	**(8.8)**	**(112.5)**	**624.5**
Subtotal	**497.5**	**41.8**	**(54.6)**	**(5.2)**	**(18.1)**	**479.4**
Outros proveitos e custos[2]	(26.3)				(1.6)	(27.9)
Proveitos líquidos de swaps e outras operações extrapatrimoniais	8.5				17.2	25.7
Margem financeira estrita	**479.7**				**(2.5)**	**477.2**
Rendimento de títulos de rendimento variável	15.9				(5.5)	10.4
Margem financeira	**495.6**				**(8.0)**	**487.6**

Quadro 26

1) Linha de reconciliação da soma dos efeitos volume, preço e residual das componentes dos activos e passivos remunerados relativamente ao valor dos mesmo efeitos calculados para a totalidade dos activos e passivos remunerados, em virtude de estes últimos serem igualmente influenciados pela alteração da estrutura das aplicações e recursos, cujo efeito não é apreendido pela soma dos efeitos das suas componentes.

2) Proveitos com juros de activos monetários e outros activos, líquidos de contribuições para o fundo de garantia de depósitos e custo com juros de outros passivos.

Comissões

As comissões e outros proveitos equiparados da Banca Comercial registaram um crescimento global de 7.2%, salientando-se o aumento das comissões relativas a crédito e garantias (+9.0%), a cartões (+7.5%) e a intermediação de seguros (+81%).

A evolução global das comissões e outros proveitos equiparados (+1.7%) foi, no entanto, negativamente afectada pela redução das comissões mais directamente associadas aos mercados de acções. As comissões de Gestão de Activos diminuíram 4.1% (-1.1 milhões de euros), relativamente a 2001, mas a redução mais acentuada foi a das comissões da Banca de Investimento (-26.7%, ou seja, 7.3 milhões de euros), área muito afectada pela queda das comissões de corretagem e de operações de mercado de capitais, que diminuíram 3.6 milhões de euros.

Comissões e outros proveitos equiparados líquidos

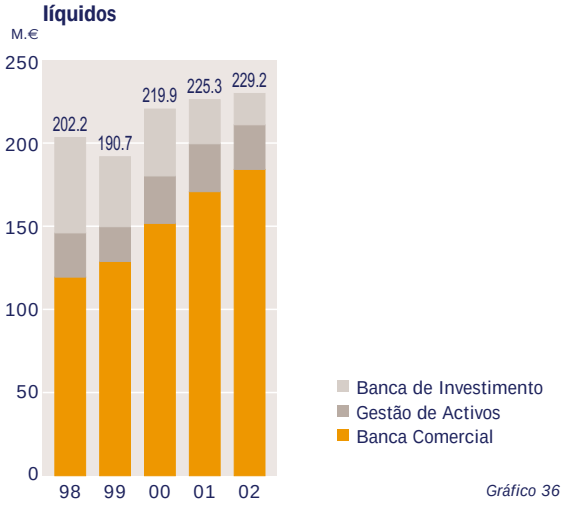


Gráfico 36

Comissões e outros proveitos equiparados (líquidos)

Valores em milhões de euros

	2001	%	2002	%	Δ%
Comissões da Banca Comercial					
Comissões associadas a crédito e garantias	50.4	22%	55.0	24%	9.0%
Proveitos com cartões	38.7	17%	41.6	18%	7.5%
Cheques, transferências e ordens de pagamento	16.9	8%	17.1	7%	0.8%
Colocação de fundos de investimento e de banco depositário	16.7	7%	14.1	6%	(16.0%)
Intermediação de seguros	5.5	2%	9.9	4%	81.0%
Outras de Banca Comercial	42.3	19%	45.3	20%	7.2%
Comissões e outros proveitos de Banca Comercial	**170.5**	**76%**	**182.9**	**80%**	**7.2%**
Comissões de Gestão de Activos	**27.5**	**12%**	**26.3**	**11%**	**(4.1%)**
Comissões e outros proveitos de Banca de Investimento					
Consultoria e avaliação	10.5	5%	8.8	4%	(15.8%)
Colocação de fundos de investimento e de banco depositário	6.0	3%	4.7	2%	(21.1%)
Corretagem	5.2	2%	3.9	2%	(26.4%)
Gestão de carteiras e aconselhamento	2.6	1%	2.8	1%	8.8%
Operações de mercado primário de acções	2.2	1%	0.0	0%	(99.7%)
Outras de Banca de Investimento	0.8	0%	(0.2)	0%	(131.5%)
Comissões e outros proveitos de Banca de Investimento	**27.3**	**12%**	**20.0**	**9%**	**(26.7%)**
Total	**225.3**	**100%**	**229.2**	**100%**	**1.7%**

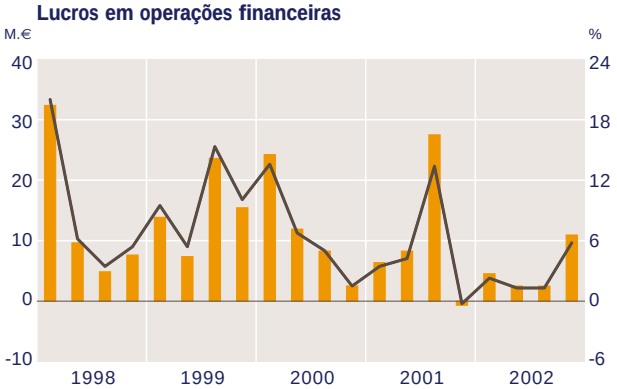
Quadro 27

Lucros em operações financeiras

Os lucros em operações financeiras ascenderam a 19.5 milhões de euros, o que corresponde a uma redução de 52% relativamente a 2001, ou seja, a menos 21.1 milhões de euros. Importa considerar, no entanto, que em 2001 os lucros incluíam uma mais-valia de 31.2 milhões de euros, obtida na alienação de uma participação.

Em 2002, os contributos mais significativos foram os ganhos em instrumentos de taxa fixa (22.3 milhões de euros) e ganhos em *trading* de acções e futuros (1.5 milhões de euros) e em produtos estruturados (3.1 milhões de euros).

Lucros em operações financeiras



Lucros em operações financeiras[1] (escala esq.)
Lucros em operações financeiras em % do produto bancário (escala dta.)

Gráfico 37

1) Valores trimestrais.

Lucros em operações financeiras

Valores em milhões de euros

	2001	%	2002	%	Δ M.€
Instrumentos de taxa de juro	9.7	24%	22.3	114%	12.7
Acções e futuros de acções	(4.4)	(11%)	1.5	8%	5.9
Produtos estruturados	1.0	2%	3.1	16%	2.1
Private Equity[1]	33.5	82%	(4.7)	(24%)	(38.1)
Ganhos cambiais	0.3	1%	(0.7)	(4%)	(1.1)
Outros	0.7	2%	(1.9)	(10%)	(2.6)
Total	**40.6**	**100%**	**19.5**	**100%**	**(21.1)**

1) Em 2001, incluem uma mais-valia de 31.2 milhões de euros obtida pela alienação de uma participação na sociedade IMC – Investimentos, Media e Comunicação.

Quadro 28

Os ganhos com acções e futuros de acções resultam da actividade de *trading*, a qual é, predominantemente, doméstica. Por outro lado, a actividade de *trading* em instrumentos de taxa de juro centra-se na actuação em mercados da zona do euro, EUA, Reino Unido e em mercados em convergência na Europa.

Custos de estrutura

A redução dos custos de estrutura em 2.8%, relativamente a 2001, reflecte o impacto da execução rigorosa do programa de racionalização operativa em curso no triénio 2002-2004, que envolve a redução do número de efectivos, a gestão proactiva da rede de balcões, a simplificação e automatização de processos operativos e a intensificação da utilização dos canais virtuais.

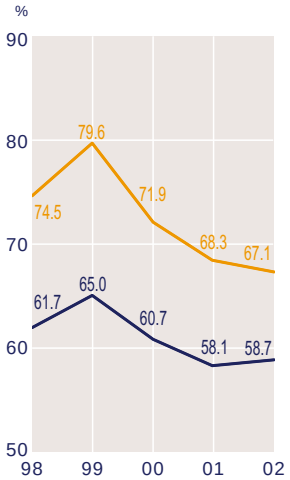
O indicador "custos de estrutura em percentagem dos proveitos recorrentes" (produto bancário excluindo lucros em operações financeiras) melhorou de 68.3%, em 2001, para 67.1%, em 2002, ou seja, diminuiu 1.2 pontos percentuais.

Custos de estrutura — Valores em milhões de euros

	2001	2002	Δ%
Custos com pessoal	288.3	285.7	(0.9%)
Fornecimentos e serviços de terceiros	165.0	155.0	(6.1%)
Custos de funcionamento	**453.3**	**440.7**	**(2.8%)**
Amortizações	51.8	50.2	(3.2%)
Custos de estrutura	**505.1**	**490.8**	**(2.8%)**
Custos de funcionamento em % do produto bancário	58.1%	58.7%	
Custos de estrutura em % do produto bancário, excluindo lucros em operações financeiras	68.3%	67.1%	

Quadro 29

Rácio de eficiência e cost-to-income



Rácio de eficiência[1]
Cost-to-income[2]

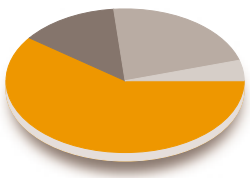
1) Custos de estrutura em % do produto bancário, excluindo lucros em operações financeiras.
2) Custos de funcionamento em % do produto bancário.

Gráfico 38

Custos com pessoal

Os custos com pessoal diminuíram 0.9%, relativamente a 2002. A evolução dos custos reflecte a continuação do programa de rejuvenescimento e racionalização do quadro de pessoal afecto à actividade doméstica, que resultou numa diminuição do número médio de Colaboradores, em 5.3%. Em consequência, os custos da actividade doméstica decresceram 1.4%, apesar da actualização da tabela salarial de 2002 e da revisão do regime de atribuição de prémios por antiguidade, ambas decorrentes do ACTV (Acordo Colectivo de Trabalho para o Sector Bancário), cujo impacto efectivo nos custos com o pessoal foi de cerca de 4%.

Custos com pessoal
2002



Fixos (60.1%)
Variáveis (13.3%)
Encargos sociais (21.9%)
Outros (4.6%)

Gráfico 39

Por sua vez, a actividade internacional implicou um aumento dos custos, em 1.4 milhões de euros (+19.4%), que resultou do reforço da estrutura da operação em Angola.

Custos com pessoal Valores em milhões de euros

	2001	2002	Δ%
Actividade doméstica	281.3	277.3	(1.4%)
Actividade internacional[1]	7.0	8.3	19.4%
Total	**288.3**	**285.7**	**(0.9%)**

1) Custos com pessoal do Banco de Fomento Angola e do Banco de Fomento Moçambique.

Quadro 30

Em 2002, o quadro de pessoal para a actividade doméstica foi reduzido em 519 Colaboradores (-6.9%), dos quais 440 ▷ através de reformas antecipadas (em 2001, foram realizadas 315 reformas antecipadas).

O impacto das reformas antecipadas, concretizadas em 2002, na redução dos custos com pessoal, ainda não está totalmente reflectido na conta de resultados, uma vez que a saída do quadro de pessoal ocorreu, em termos médios, em Agosto de 2002, pelo que estes Colaboradores deixaram de contribuir para os custos com pessoal apenas em cerca de 1/3 do ano.

Colaboradores das empresas consolidadas por integração global

	N.º médio de Colaboradores			N.º de Colaboradores em final do ano		
	2001	2002	Δ%	2001	2002	Δ%
Banco BPI em Portugal	6 844	6 429	(6.1%)	6 607	6 540[1]	(1.0%)
Banco de Investimento	441	437	(1.0%)	452	200[1]	(55.8%)
Outras subsidiárias em Portugal	256	252	(1.6%)	270	71[1]	(73.7%)
Actividade em Portugal	**7 541**	**7 117**	**(5.6%)**	**7 329**	**6 811**	**(7.1%)**
Sucursais e escritórios de representação no exterior	150	164	9.6%	163	162	(0.6%)
Actividade doméstica	**7 691**	**7 282**	**(5.3%)**	**7 492**	**6 973**	**(6.9%)**
Actividade internacional[2]	314	370	17.8%	341	407	19.4%
Quadro de pessoal das empresas que consolidam por integração global	**8 005**	**7 652**	**(4.4%)**	**7 833**	**7 380**	**(5.8%)**

Nota: Não inclui trabalho temporário, cujos custos estão reflectidos na rubrica Fornecimento e Serviços de Terceiros.

Quadro 31

1) No final de 2002, na sequência do processo de reorganização do Grupo, o quadro de pessoal do Banco BPI aumentou em 385 Colaboradores, em resultado da fusão de algumas subsidiárias com o Banco BPI e de transferências de Colaboradores do banco de investimento.

2) Quadro de pessoal no Banco de Fomento Angola e no Banco de Fomento Moçambique.

Fornecimentos e serviços de terceiros

Os custos com os fornecimentos e serviços de terceiros diminuíram 6.1%, relativamente a 2001, salientando-se as reduções de fornecimentos de terceiros (-31.2%), de comunicação e de despesas de expedição (-22.3%), publicidade e edição de publicações (-5.8%).

Fornecimentos e serviços de terceiros — Valores em milhões de euros

	2001	%	2002	%	Δ%
Fornecimentos de terceiros					
Água, energia e combustíveis	5.9	4%	6.1	4%	2.8%
Impressos e material de consumo corrente	5.9	4%	2.1	1%	(63.8%)
Outros fornecimentos de terceiros	2.2	1%	1.4	1%	(35.8%)
Subtotal	**14.1**	**9%**	**9.7**	**6%**	**(31.2%)**
Serviços de terceiros					
Rendas e alugueres	25.8	16%	25.2	16%	(2.3%)
Dos quais, rendas de casas	19.2	12%	20.1	13%	4.8%
Comunicação e despesas de expedição	25.9	16%	20.1	13%	(22.3%)
Publicidade e edição de publicações	23.5	14%	22.1	14%	(5.8%)
Dos quais, periodificação dos custos com campanhas	13.0	8%	12.9	8%	(1.2%)
Avenças e honorários	5.1	3%	6.0	4%	18.3%
Conservação e reparação	11.7	7%	11.6	8%	(0.4%)
Serviços especializados[1]	38.2	23%	40.2	26%	5.4%
Outros serviços de terceiros	20.9	13%	20.0	13%	(4.2%)
Subtotal	**151.0**	**91%**	**145.3**	**94%**	**(3.7%)**
Total	**165.0**	**100%**	**155.0**	**100%**	**(6.1%)**

1) O acréscimo está relacionado com a execução do programa de *outsourcing* de actividades.

Quadro 32

Importa referir que a evolução dos custos com publicidade, reconhecidos na conta de resultados, foi, em 2002, negativamente influenciada pelo diferimento do investimento em campanhas de publicidade institucional[1], uma vez que, apesar de o investimento em campanhas ter diminuído para 4.0 milhões de euros (9.8 milhões de euros, em 2001), o custo reconhecido no ano diminuiu apenas 1.2%, ascendendo a 12.9 milhões de euros, em 2002.

1) Os custos com campanhas de publicidade institucional e de produtos, em virtude de os seus benefícios se repercutirem em vários exercícios, são registados ao longo de 3 anos (e não apenas no exercício em que ocorrem) pelo que o custo de 12.9 milhões de euros, reconhecidos na conta de resultados de 2002, inclui 11.7 milhões de euros que correspondem ao diferimento de custos de anos anteriores.

Merece igualmente referência o aprofundamento do programa de *outsourcing*, iniciado em 2002, que, no final de 2002, estava praticamente concluído. Em consequência, os custos com *outsourcing* aumentaram, em 2002, 4.4 milhões de euros, saldando-se em 9.3 milhões de euros. ▷

No quadro seguinte, apresentam-se os investimentos realizados em campanhas de publicidade institucional e de produto, e o impacto na conta de resultados do diferimento do seu custo. No final de 2002, o montante a imputar a exercícios seguintes era de 9.5 milhões de euros.

Diferimento do custo de campanhas de publicidade

Valores em milhões de euros

Campanhas realizadas no ano	Despesa total	Custo reconhecido no ano				Montante por amortizar
		1999	2000	2001	2002	31 Dez. 2002
1999	14.1	2.1	4.7	4.7	2.6	-
2000	17.3	-	3.1	5.8	5.8	2.7
2001	9.8	-	-	2.6	3.3	4.0
2002	4.0	-	-	-	1.2	2.9
Total	**45.3**	**2.1**	**7.8**	**13.0**	**12.9**	**9.5**

Quadro 33

Amortizações

As amortizações decresceram 3.2%, ou seja, 1.6 milhões de euros e reflectem o abrandamento do investimento, após o elevado esforço realizado em anos anteriores, principalmente em 1999 e 2000, com a expansão de 20% da rede tradicional de balcões, o lançamento e desenvolvimento dos canais virtuais e com a preparação dos sistemas para o ano 2000 e para a introdução do euro.

Aquisições e transferências de imobilizado, deduzidas de alienações e abates (líquidas de amortizações) — Valores em milhões de euros

	1999	2000	2001	2002
Imobilizado incorpóreo	**14.8**	**16.3**	**10.1**	**6.5**
Imobilizado corpóreo				
Imóveis em uso	8.9	13.1	6.5	0.3
Equipamento informático	16.6	13.6	10.9	6.3
Outro imobilizado corpóreo em uso	21.3	20.2	17.7	11.2
Imobilizado corpóreo em curso	33.6	(7.1)	(6.8)	7.5
Do qual, equipamento	2.0	(3.7)	0.4	5.4
Imobilizado corpóreo	**80.5**	**39.8**	**28.3**	**25.2**
Total	**95.3**	**56.1**	**38.4**	**31.6**

Quadro 34

As maiores reduções nos custos com amortizações, em 2002, verificaram-se ao nível do imobilizado incorpóreo (-0.8 milhões de euros) e equipamento informático (-1.4 milhões de euros), uma vez que, em virtude dos períodos mais curtos de amortização, o abrandamento do investimento se reflecte mais rapidamente na conta de resultados.

Amortizações de imobilizado incorpóreo e corpóreo — Valores em milhões de euros

	Amortizações no ano			Imobilizado líquido
	2001	2002	Δ%	31 Dez. 2002
Imobilizado incorpóreo	**12.6**	**11.8**	**(5.9%)**	**15.5**
Imobilizado corpóreo				
Imóveis em uso	9.7	10.1	3.4%	177.6
Equipamento informático	14.8	13.4	(9.1%)	19.5
Outro imobilizado corpóreo em uso	14.8	14.9	0.9%	58.5
Imobilizado corpóreo em curso	-	-	-	35.5
Do qual, equipamento	-	-	-	7.8
Imobilizado corpóreo	**39.3**	**38.4**	**(2.3%)**	**291.1**
Total	**51.8**	**50.2**	**(3.2%)**	**306.6**

Quadro 35

Provisões

As provisões para crédito aumentaram em 25.8 milhões de euros, atingindo os 66.1 milhões de euros, o que corresponde a 25.4% do resultado operacional. Foram realizadas dotações (líquidas de reposições) no valor de 58.6 milhões de euros para situações específicas de incumprimento de crédito, o que representa um aumento de 39.3 milhões de euros, relativamente a 2001. Deste montante, cerca de 20 milhões de euros correspondem ao provisionamento de uma situação específica de incumprimento.

Por outro lado, as provisões para riscos gerais de crédito determinam que o maior esforço de provisionamento se realize nas fases de crescimento mais acentuado do crédito[1], em virtude de estarem indexadas à expansão da carteira de crédito. As dotações para riscos gerais de crédito ascenderam, portanto, a 7.5 milhões de euros, em 2002, o que representou uma redução de 13.5 milhões de euros, relativamente ao ano anterior.

As dotações para depreciação de títulos e participações, com impacto na conta de resultados, ascenderam a 19.5 milhões de euros. Deste montante, 2.6 milhões de euros referem-se ao provisionamento de menos-valias latentes em participações, de acordo com o Aviso 4 / 2002 do Banco de Portugal.

Adicionalmente, ao abrigo do regime transitório de cobertura de menos-valias latentes, à data de 30 Junho de 2002 (data de entrada em vigor do regime), em participações adquiridas até 31 de Dezembro de 2001, foram constituídas provisões no montante de 19.0 milhões de euros por contrapartida de reservas, não se repercutindo, pois, nos resultados de 2002.

Em 2002 realizou-se a reposição de 27.8 milhões de euros de provisões para risco país que se destinavam a fazer face à cobertura da situação líquida da antiga Sucursal de Luanda do Banco BPI. Esta reposição decorreu de, no âmbito da transformação da referida sucursal num banco de direito local, se ter convertido parte da situação líquida da antiga sucursal num crédito do Banco BPI sobre o novo banco, no montante de 60 milhões de euros, o qual está garantido por um depósito em euros do mesmo montante.

Este crédito será amortizado em 10 prestações semestrais iguais e consecutivas, a primeira das quais já teve lugar em Dezembro de 2002.

Provisões (conta de resultados) — Valores em milhões de euros

	2001	2002	Δ%
Provisões específicas para crédito	19.2	58.6	204.7%
Provisões genéricas para crédito	21.1	7.5	(64.2%)
Total de provisões para crédito	**40.3**	**66.1**	**64.1%**
Depreciação de títulos e participações	10.7	19.5	
Risco-país	(2.0)	(29.4)	
Provisões para riscos diversos	33.1	1.7	
Outras	2.4	10.2	
Total	**84.5**	**68.1**	**(19.4%)**

Quadro 36

1) O crescimento da carteira de crédito determina a obrigatoriedade de constituição de provisões para riscos gerais de crédito correspondentes a 1% do novo crédito concedido (1.5%, no caso de crédito ao consumo).

Resultados extraordinários

Os resultados extraordinários líquidos foram, em 2002, negativos em 5.3 milhões de euros, enquanto, no ano anterior, foram positivos em 5.0 milhões de euros.

A evolução dos resultados extraordinários reflecte essencialmente:

– mais-valias no montante de 22.0 milhões de euros, realizadas em 2002, com a alienação de participações na Brisa e BVLP;

– o aumento dos custos relacionados com pensões, de 9.0 milhões de euros, em 2001, para 32.0 milhões de euros, em 2002.

Resultados extraordinários líquidos — Valores em milhões de euros

	2001	2002
Mais-valias na venda de imobilizado	**7.9**	**21.0**
Custos com pensões		
Incentivos à reforma antecipada	(4.5)	(13.0)
Custos com a periodização do acréscimo de responsabilidades com reformas antecipadas	(4.5)	(10.4)
Dos quais, relativos às realizadas em 2001	(4.5)	(4.5)
Dos quais, relativos às realizadas em 2002	-	(5.9)
Amortização do acréscimo de responsabilidades com pensões decorrente da não utilização de decrementos de invalidez	-	(8.5)
Outros custos associados a pensões	(0.1)	(0.2)
Custos com pensões	**(9.0)**	**(32.0)**
Outros	**6.2**	**5.7**
Total	**5.0**	**(5.3)**

Quadro 37

O impacto nos resultados de 2002 dos custos com reformas antecipadas ascendeu a 23.4 milhões de euros, dos quais 18.8 milhões de euros se referem às realizadas em 2002 (440 reformas antecipadas) e 4.5 milhões de euros correspondem à periodificação do acréscimo de responsabilidades com as reformas antecipadas realizadas no segundo semestre de 2001[1].

Os resultados extraordinários registam ainda em 2002, pela primeira vez, um custo de 8.5 milhões de euros com as contribuições para os fundos de pensões para cobertura do acréscimo de responsabilidades derivado da não utilização, no cálculo actuarial, dos decrementos de invalidez, conforme nova regulamentação do Banco de Portugal, emitida em 2001 e que entrou em vigor em 2002.

No final de 2002, estavam por relevar na conta de resultados:

– 90.8 milhões de euros estão a ser e serão reconhecidos como custo ao longo de um período máximo de 10 anos, dos quais 87.0 milhões de euros são relativos ao acréscimo de responsabilidades por reformas antecipadas;

– 87.9 milhões de euros relativos ao acréscimo de responsabilidades decorrente da não utilização, no cálculo actuarial, dos decrementos de invalidez. Este montante está a ser financiado e reconhecido nas demonstrações financeiras até 2021, através de um plano de prestações uniformes.

1) Em 2001 foram realizadas 67 reformas antecipadas no primeiro semestre e 248 no segundo semestre.
Em Junho de 2001, foi realizada a amortização integral, por contrapartida de reservas, das contribuições para cobertura do acréscimo de responsabilidades por reformas antecipadas realizadas em 1999, 2000 e primeiro semestre de 2001 e que ainda não tinham sido relevadas como custo, pelo que o encargo reconhecido em 2001 se refere apenas às realizadas no segundo semestre.

Resultados de subsidiárias consolidadas pelo equity method

As subsidiárias consolidadas pelo *equity method* contribuíram com 7.9 milhões de euros para o resultado consolidado, enquanto, em 2001, o mesmo contributo tinha sido de 14.5 milhões de euros.

A Gestão de Activos, através da BPI Pensões (gestão de fundos de pensões) e da BPI Vida (seguros de capitalização) gerou, em 2002, o maior contributo: 4.4 milhões de euros.

Interesses minoritários

Os interesses minoritários no lucro ascenderam a 9.8 milhões de euros em 2002 (17.3 milhões de euros em 2001). A redução verificada é explicada pela diminuição dos dividendos das acções preferenciais emitidas pela BPI Capital Finance de 17.5 milhões de euros em 2001 para 9.9 milhões de euros em 2002, em virtude da desvalorização do dólar face ao euro.

BALANÇO

O activo total líquido ascendia, em 31 de Dezembro de 2002, a 25 669.1 milhões de euros, o que corresponde a um acréscimo de 3.5%, relativamente ao final de 2001.

A carteira de crédito a Clientes cresceu 7.2% para 16 472.6 milhões de euros, o que correspondia a 64% do activo total, no final de 2002. O crédito hipotecário, com um crescimento de 25.6%, foi a componente mais dinâmica da carteira de crédito, representando, no final de 2002, cerca de 40% da carteira de crédito consolidada.

Balanço

Valores em milhões de euros

	2001	2002	Δ%
Activo líquido			
Activos monetários	860.4	854.2	(0.7%)
Créditos sobre instituições de crédito	3 512.3	3 168.2	(9.8%)
Crédito sobre Clientes	15 372.1	16 472.6	7.2%
Carteira de obrigações	2 704.9	2 856.8	5.6%
Carteira de acções	155.4	149.7	(3.7%)
Participações	827.1	641.1	(22.5%)
Imobilizações	325.1	306.6	(5.7%)
Activos diversos	1 035.5	1 219.9	17.8%
Total do activo	**24 792.9**	**25 669.1**	**3.5%**
Passivo e situação líquida			
Débitos para com instituições de crédito	6 692.8	6 627.3	(1.0%)
Débitos para com Clientes[1]	12 053.1	12 330.9	2.3%
Débitos titulados	3 121.7	3 541.4	13.4%
Passivos diversos	828.9	901.8	8.8%
Provisões e fundo para riscos bancários gerais	251.7	220.0	(12.6%)
Passivos subordinados	631.1	625.7	(0.9%)
Interesses minoritários	304.9	253.1	(17.0%)
Capital subscrito	645.6	760.0	17.7%
Reservas	129.8	268.8	107.1%
Lucro líquido	133.3	140.1	5.1%
Total da situação líquida	**908.7**	**1 168.9**	**28.6%**
Total do passivo e da situação líquida	**24 792.9**	**25 669.1**	**3.5%**
Por memória			
Activo total médio	23 462.4	24 996.6	6.5%
Recursos captados de Clientes com registo fora do balanço[2]	4 753.0	4 716.5	(0.8%)

1) Depósitos de Clientes e outros recursos, nomeadamente cheques e ordens a pagar, operações de venda de títulos com acordo de recompra.
2) O montante dos fundos de investimento incluídos nestes recursos está corrigido pelas unidades de participação nas carteiras dos bancos do Grupo.

Quadro 38

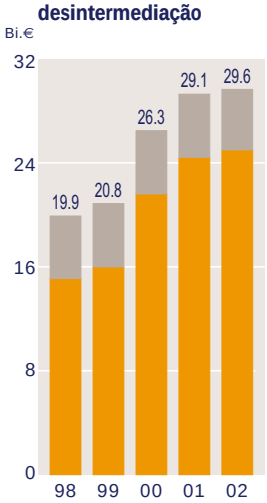
O crescimento de 4.9% dos recursos captados de Clientes, com expressão no balanço (depósitos, produtos estruturados e obrigações de taxa fixa, colocadas junto de Clientes) foi acompanhado pela emissão de dívida de médio e longo prazo, colocada junto de institucionais. Em final de 2002, o rácio de transformação de recursos mais estáveis (recursos de Clientes e emissões de médio e longo prazo) em crédito era de 101.4%. Por sua vez, os recursos com registo fora de balanço, principalmente fundos de investimento, registaram um decréscimo de 0.8%.

Crédito a Clientes

A carteira de crédito cresceu 7.2%, o que reflecte uma abordagem diferenciada por segmentos consubstanciada na manutenção da prioridade atribuída ao crédito hipotecário e no aumento da selectividade do crédito, em especial no segmento de grandes empresas. A estratégia adoptada tem subjacente a procura de uma rendibilidade dos capitais próprios compatível com o risco assumido e toma em consideração o abrandamento da actividade económica e a consequente degradação das condições de exploração das empresas. A carteira de crédito hipotecário aumentou 25.6%, o que supera largamente o crescimento médio estimado para o mercado que é de 15.7%[1]. O peso do crédito hipotecário no total da carteira de crédito produtivo aumentou de 34%, em 2001, para 40%, em 2002.

O crédito a Grandes Empresas (incluindo *Wholesale Banking*) diminuiu 10.7% (o crescimento estimado do mercado para o crédito a empresas não financeiras foi de 5.3%[1]) e constituiu o principal contributo para a desaceleração do ritmo de crescimento global da carteira.

Activo total líquido e desintermediação

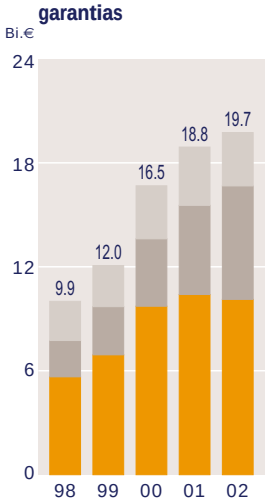


Activo total[1]
Desintermediação

1) Corrigidos de duplicações de registo.

Gráfico 40

Crédito[1] a Clientes e garantias

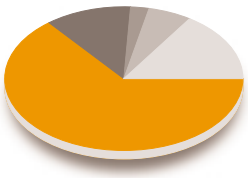


Outro crédito a Clientes
Crédito hipotecário
Garantias

1) Carteira de crédito bruta.

Gráfico 41

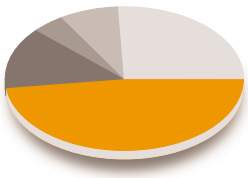
Composição do activo
2002



Crédito a Clientes (64.2%)
Carteira de obrigações e acções (11.7%)
Participações (2.5%)
Imobilizado e outros (5.9%)
Activos monetários e crédito a instituições de crédito (15.7%)

Gráfico 42

Composição do passivo
2002



Débitos para com Clientes (48.0%)
Dívida titulada (13.8%)
Outros passivos (4.4%)
Situação líquida, interesses minoritários e dívida subordinada (8.0%)
Débitos a instituições de crédito (25.8%)

Gráfico 43

1) Variações homólogas em Dezembro de 2002; fonte: Banco de Portugal, "Indicadores de conjuntura, Janeiro de 2003".

Carteira de crédito a Clientes

Valores em milhões de euros

	2001	%	2002	%	Δ%
Banca de Empresas, Banca Institucional e Project Finance					
Wholesale Banking	2 435.7	16%	2 128.4	13%	(12.6%)
Grandes empresas	1 399.8	9%	1 296.7	8%	(7.4%)
Médias empresas	1 869.5	12%	1 811.5	11%	(3.1%)
Project Finance	271.6	2%	356.4	2%	31.2%
Banca Institucional	361.4	2%	499.0	3%	38.1%
Subtotal	**6 338.1**	**41%**	**6 092.1**	**37%**	**(3.9%)**
Banca de particulares e pequenos negócios					
Crédito hipotecário	5 187.2	34%	6 515.5	40%	25.6%
Crédito a particulares – outros fins	662.5	4%	650.7	4%	(1.8%)
Crédito a pequenos negócios	1 160.9	8%	1 172.5	7%	1.0%
Subtotal	**7 010.6**	**46%**	**8 338.7**	**51%**	**18.9%**
Leasing	1 013.5	7%	996.3	6%	(1.7%)
Factoring	300.9	2%	305.8	2%	1.6%
Outros	633.6	4%	628.3	4%	(0.8%)
Carteira de crédito produtivo	**15 296.6**	**100%**	**16 361.2**	**100%**	**7.0%**
Crédito vencido total	174.4		254.0		45.6%
Provisões específicas	98.9		142.6		44.2%
Carteira de crédito líquida consolidada	**15 372.1**		**16 472.6**		**7.2%**
Financiamento automóvel e de equipamentos (ALD)[1]	273.1		266.1		(2.5%)
Crédito por assinatura	3 297.9		3 122.8		(5.3%)

1) Crédito concedido por empresas do Grupo, consolidadas pelo *equity method*, pelo que o valor do crédito concedido não está reflectido no balanço consolidado. O financiamento automóvel, na vertente aluguer de longa duração, é desenvolvido em exclusividade pela BPI Rent.

Quadro 39

No final de 2002, a carteira de crédito hipotecário com taxa variável representava 98.5% do total da carteira. O crédito com taxa variável está directamente indexado às taxas de mercado, com um *repricing* médio de cerca de seis meses.

Crédito hipotecário – repartição por modalidades de taxa

	2001	2002
Taxa variável	98.2%	98.5%
Taxa fixa	1.8%	1.5%
Total	**100%**	**100%**

Quadro 40

Carteira de títulos e participações financeiras

Em 31 de Dezembro de 2002, a carteira de títulos e participações financeiras do Grupo BPI ascendia a 3 660.2 milhões de euros, ou seja, menos 0.6% que no final de 2001.

Os aspectos mais relevantes da evolução da carteira foram:

– o aumento das obrigações de emissores públicos, nas carteiras de negociação e de investimento, particularmente no último trimestre de 2002, relacionado com o incremento da actividade de *trading* e com a gestão das posições estruturais do balanço;

– a redução, ao longo do ano, em 331.7 milhões de euros da carteira de obrigações e de papel comercial (da carteira de investimento) de emissores privados nacionais, associada à gestão das exposições de crédito e da rendibilidade / risco da carteira;

– alienação das participações na Brisa e na BVLP, cujo valor de balanço era de 158.5 milhões de euros e geraram mais-valias de 22.0 milhões de euros.

No final de 2002, a carteira de negociação representava 5.7% do activo total, a carteira de investimento representava 6.0% e a carteira de imobilizações financeiras, 2.5%.

Carteira de títulos e participações

Valores em milhões de euros

	2001	%	2002	%	Δ%
De negociação					
Obrigações de emissores públicos	1 068.2	29%	1 384.0	38%	29.6%
Obrigações de outros emissores	0.5	0%	0.6	0%	6.1%
Acções e outros títulos de rendimento variável	54.8	1%	73.1	2%	33.3%
Subtotal	**1 123.6**	**31%**	**1 457.7**	**40%**	**29.7%**
De investimento					
Obrigações de emissores públicos	450.1	12%	761.0	21%	69.1%
Obrigações de organismos financeiros internacionais	166.7	5%	160.0	4%	(4.0%)
Obrigações de outros emissores	1 019.3	28%	551.2	15%	(45.9%)
Acções e outros títulos de rendimento variável	100.6	3%	76.6	2%	(23.9%)
Subtotal	**1 736.7**	**47%**	**1 548.8**	**42%**	**(10.8%)**
Imobilizações financeiras					
Participações financeiras[1]	777.3	21%	592.1	16%	(23.8%)
Outras imobilizações financeiras[2]	44.1	1%	61.6	2%	39.7%
Subtotal	**821.4**	**22%**	**653.7**	**18%**	**(20.4%)**
Total	**3 681.7**	**100%**	**3 660.2**	**100%**	**(0.6%)**

1) Partes de capital em empresas associadas e outras participações financeiras.
2) Contabilizadas na rubrica de outros activos; não incluem empréstimos.

Quadro 41

Em 2002, ao abrigo do regime transitório previsto no Aviso n.º 4 / 2002 do Banco de Portugal constituíram-se provisões de 19 milhões de euros, por abate contra reservas, não tendo portanto impacto na conta de resultados e provisões de 2.6 milhões de euros por contrapartida de resultados. Por outro lado, foram ainda abatidos aos fundos próprios (Tier II), apenas para efeito do cálculo do rácio de solvabilidade, 33.1 milhões de euros. O montante global da dedução aos fundos próprios, em 2002, incluindo o das referidas provisões, ascendeu, assim, a 54.7 milhões de euros.

Em 31 de Dezembro, depois das deduções acima referidas e nos termos do Aviso 4 / 2002, o montante a abater a fundos próprios era de 57 milhões de euros por via de provisões e 87.4 milhões de euros por abate ao Tier II, no cálculo do rácio de solvabilidade, o que totaliza 144.4 milhões de euros. O BPI prevê constituir as referidas provisões integralmente em 2003 e realizar o abate ao Tier II por forma a atingir as percentagens de cobertura definidas no aviso 4 / 2002: 50%, em 2003, 75%, em 2004, 90%, em 2005, 100%, em 2006.

Cobertura de menos-valias latentes em imobilizações financeiras ao abrigo do Aviso 4 / 2002 Valores em milhões de euros

	31 de Dezembro de 2002
Valor bruto de balanço (líquido de mais-valias suspensas)	**507.9**
Menos-valias latentes	**278.7**
Corredor[1] utilizado	75.6
Provisões	25.7
Das quais, acumuladas em 31 Dez. 01	4.1
Dotações realizadas em 2002	21.6
Menos-valias após utilização do corredor e líquidas de provisões	**177.5**
Dedução a fundos próprios para efeitos de cálculo do rácio de requisitos de fundos próprios	33.1
Menos-valias a cobrir (ao abrigo do regime transitório)	**144.4**
Das quais, através de provisões a constituir	57.0
através de dedução aos fundos próprios (de 2003 a 2006)	87.4

1) O "corredor" utilizável corresponde a 15% do valor bruto de balanço, líquido de mais-valias suspensas.

Quadro 42

Em Junho de 2002, entrou em vigor um novo regime de provisionamento e dedução aos fundos próprios de menos--valias na carteira de participações em entidades não sujeitas à supervisão do Banco de Portugal ou do Instituto de Seguros de Portugal, quando aquelas menos-valias excedam 15% do correspondente valor de aquisição (Aviso 4 / 2002 do Banco de Portugal).

Do montante de menos-valias latentes que exceda 15% do valor de aquisição, um mínimo de 40% deverá ser coberto por provisões enquanto o remanescente será deduzido aos fundos próprios, para efeitos de cálculo do rácio de requisitos de fundos próprios.

Para as menos-valias em 30 Junho de 2002 (data de entrada em vigor do Aviso 4 / 2002) em participações adquiridas até 31 de Dezembro de 2001, foi definido um regime transitório que estabelece o provisionamento e dedução aos fundos próprios de modo gradual até 2006.

O regime transitório permite que, em 2002 e 2003, se possam constituir provisões por contrapartida de reservas, não se repercutindo desta forma na conta de resultados.

Recursos captados

Os recursos de Clientes com registo no balanço cresceram 4.9%, em resultado do aumento de 6.4% dos depósitos.

A base de recursos alheios estáveis do Grupo BPI tem sido complementada por emissão de dívida de médio e longo prazo, colocada junto de investidores institucionais. No final de 2002, o total de recursos captados ascendia a 16 391.7 milhões de euros, o que corresponde a um crescimento de 7.5%, relativamente a 2001. No final de 2002, o crédito a Clientes (bruto) representava 101.4% dos recursos de terceiros de natureza mais estável.

Recursos totais de Clientes[1]

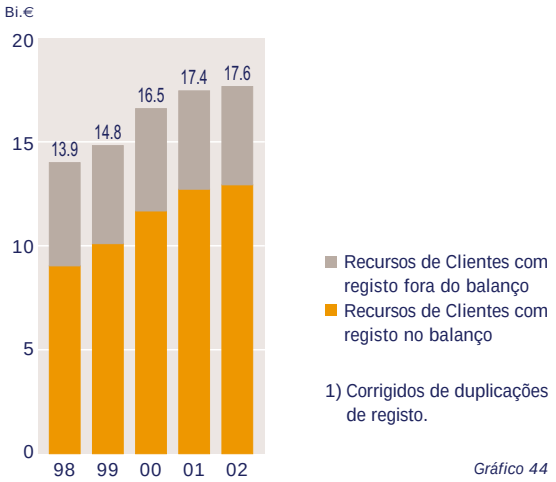


Gráfico 44

Recursos totais com registo no balanço — Valores em milhões de euros

	2001	%	2002	%	Δ%
Recursos de Clientes					
Depósitos à ordem	4 706.0	31%	4 922.1	30%	4.6%
Depósitos a prazo e de poupança	6 788.3	45%	7 302.4	45%	7.6%
Produtos estruturados – capital seguro / risco limitado, e obrigações taxa fixa	1 573.8	10%	1 486.3	9%	(5.6%)
Recursos de Clientes	**13 068.1**	**86%**	**13 710.9**	**84%**	**4.9%**
Dívida titulada colocada em institucionais	1 547.9	10%	2 055.1	13%	32.8%
Dívida subordinada	631.1	4%	625.7	4%	(0.9%)
Recursos totais no balanço	**15 247.2**	**100%**	**16 391.7**	**100%**	**7.5%**
Rácio de transformação de recursos totais em crédito	**101.5%**		**101.4%**		

Quadro 43

O comportamento globalmente negativo dos mercados de acções continuou a condicionar o crescimento dos recursos fora de balanço, em especial o dos fundos de investimento de acções e mistos, ao determinar uma preferência por produtos de menor risco, nomeadamente fundos de tesouraria e seguros de capitalização. O mesmo factor deu igualmente origem à reintermediação de alguns recursos, por transferência para depósitos.

Recursos totais de Clientes — Valores em milhões de euros

	2001	2002	Δ%
Recursos de Clientes no balanço	**13 068.1**	**13 710.9**	**4.9%**
Recursos de Clientes fora do balanço			
Fundos de investimento	2 670.3	2 458.3	(7.9%)
Planos poupança reforma (PPR) e planos poupança acções (PPA)	1 203.9	1 194.4	(0.8%)
Seguros de capitalização	878.9	1 063.8	21.0%
Subtotal	**4 753.0**	**4 716.5**	**(0.8%)**
Eliminação de duplicações de registo[1]	(418.3)	(780.0)	
Recursos totais de Clientes	**17 402.9**	**17 647.5**	**1.4%**

Nota: recursos totais corrigidos de duplicações de registo.
1) Aplicações em depósitos dos fundos de investimento e de uma sociedade gestora de produtos de capitalização.

Quadro 44

Situação líquida

Os capitais próprios, no final de 2002, ascendiam a 1 168.9 milhões de euros.

Evolução da situação líquida — Valores em milhões de euros

	2001	2002
Situação líquida em início do ano	930.0	908.7
Dividendos distribuídos no ano (relativos ao ano anterior)	(58.1)	(57.9)
Lucro líquido	133.3	140.1
Encaixe do aumento de capital, em Maio de 2002	-	200.2
Provisões para imobilizações financeiras (Aviso n.º 4 / 2002)	-	(19.0)
Amortização de reformas antecipadas	(80.4)	-
Goodwill pago na aquisição de participações	(14.7)	-
Outros	(1.4)	(3.1)
Situação líquida no final do ano	**908.7**	**1 168.9**
Da qual: capital, reservas e resultados[1]		1 106.7
A distribuir a título de dividendos do ano		60.8
Reservas de reavaliação		1.4

1) Após dedução de dividendos a pagar relativos ao ano (não inclui reservas de reavaliação).

Quadro 45

Evolução da situação líquida em 2002

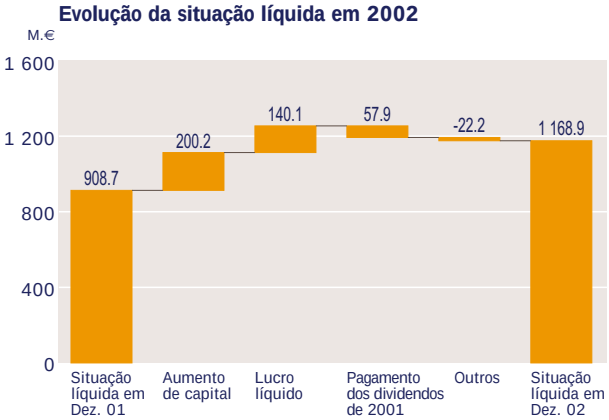


Gráfico 45

Fundos próprios

Os principais factores explicativos da evolução dos fundos próprios foram:

– com impacto positivo: o resultado líquido do ano e o encaixe derivado do aumento de capital;

– com impacto negativo: a cobertura de menos-valias latentes em participações com um impacto na base de capital de 54.7 milhões de euros[1] e a realização, no ano, de 440 reformas antecipadas, o que implicou contribuições para fundos de pensões de modo a cobrir o acréscimo de responsabilidades, no montante de 57.4 milhões de euros[2].

Fundos próprios

Valores em milhões de euros

	2001	2002
Capital, reservas e resultados[1]	827.9	1 106.7
Interesses minoritários	287.4	243.2
Dos quais, acções preferenciais	282.5	238.4
Fundo para riscos bancários gerais	-	1.0
Contribuições para o fundo de pensões ainda não relevadas como custo	(41.3)	(89.3)
Imobilizações incorpóreas	(44.1)	(29.1)
Acções próprias	(1.7)	(3.0)
Fundos próprios de base	**1 028.3**	**1 229.5**
Reservas de reavaliação	22.6	1.4
Dívida subordinada perpétua	139.4	135.1
Títulos de participação	17.7	16.4
Dívida subordinada não perpétua	439.1	409.5
Fundos próprios complementares	**618.8**	**562.4**
Dedução de interesses em participações	(31.7)	(31.6)
Títulos adquiridos em operações de titularização	(5.7)	(4.8)
Menos-valias não provisionadas em participações financeiras	-	(33.1)
Outras deduções	(8.8)	(10.5)
Deduções	**(46.1)**	**(80.0)**
Fundos próprios suplementares	1.2	-
Total de fundos próprios	**1 602.1**	**1 711.9**

1) Após dedução de dividendos a pagar, relativos ao ano.

Quadro 46

1) O impacto nos fundos próprios de base foi de 21.6 milhões de euros através da constituição de provisões (2.6 milhões de euros constituídas contra resultados e 19.0 milhões de euros de provisões constituídas contra reserva, ao abrigo do regime transitório) e abate aos fundos próprios complementares, para efeitos de cálculo do rácio, de 33.1 milhões de euros.

2) As contribuições relativas a reformas antecipadas realizadas estão a ser reconhecidas na conta de resultados ao longo de um período máximo de 10 anos. Para efeitos de cálculo dos fundos próprios regulamentares, as contribuições para o fundo de pensões relativas a reformas antecipadas, na parte ainda não relevada como custo, são abatidas aos fundos próprios de base. Em 2002, do montante de 57.4 milhões de euros de contribuições para o fundo de pensões, 5.9 milhões de euros foram já reconhecidos na conta de resultados.

Requisitos de fundos próprios

A carteira de crédito, com um crescimento de 7.2%, requereu mais 31.7 milhões de euros de fundos próprios (+3.3%), o que reflecte, por um lado, o aumento do crédito hipotecário, que se caracteriza por um menor consumo de capital, e por outro, a redução do crédito a empresas.
Os requisitos totais de fundos próprios diminuíram 4.0% (-55.7 milhões de euros) em resultado, principalmente, da redução das necessidades de fundos próprios da carteira de obrigações e da redução da carteira de participações e dos riscos de mercado.

O capital exigido para cobertura dos riscos associados à carteira de negociação e a posições em moeda estrangeira representa apenas 1.5% do total de requisitos de fundos próprios.

Requisitos de fundos próprios

Valores em milhões de euros

	2001			2002		
	Activo liquido (valor de balanço)	Coeficiente médio de ponderação	Activo ponderado pelo risco	Activo liquido (valor de balanço)	Coeficiente médio de ponderação	Activo ponderado pelo risco
Activos monetários	866.0	8.2%	70.7	855.5	7.7%	66.0
Créditos sobre instituições de crédito	2 322.0	17.6%	409.4	1 794.8	20.4%	367.0
Crédito sobre Clientes	15 372.1	78.9%	12 127.9	16 472.6	76.0%	12 524.1
Carteiras de obrigações e acções	1 625.3	59.0%	958.3	1 541.9	35.4%	546.2
Participações	798.9	100.0%	798.9	654.5	100.0%	654.5
Imobilizações corpóreas	304.3	100.0%	304.3	291.1	100.0%	291.1
Activos diversos	468.4	76.4%	358.1	442.0	56.9%	251.4
Activo	**21 757.1**	**69.1%**	**15 027.6**	**22 052.4**	**66.7%**	**14 700.3**
Extrapatrimoniais			2 075.1			1 984.9
(-) Provisões para riscos gerais de crédito			(180.9)			(188.4)
Activos ponderados pelo risco de crédito			**16 921.8**			**16 496.8**
Riscos de crédito (activos ponderados x 8%)			1 353.7			1 319.7
Operações de titularização			9.7			2.7
Riscos de mercado			35.3			20.7
Total de requisitos de fundos próprios			**1 398.8**			**1 343.1**
Requisitos totais x 12.5			17 484.6			16 788.6

Quadro 47

Rácio de requisitos de fundos próprios

Em 31 de Dezembro de 2002, o rácio de requisitos de fundos próprios era de 10.2% e o rácio do Tier I era de 7.3%.

Rácio de requisitos de fundos próprios	Valores em milhões de euros	
	2001	**2002**
Total dos fundos próprios	1 602.1	1 711.9
Dos quais, fundos próprios de base	1 028.3	1 229.5
Requisitos totais	1 398.8	1 343.1
Requisitos totais x 12.5	17 484.6	16 788.6
Rácio de requisitos de fundos próprios	**9.2%**	**10.2%**
Tier I	**5.9%**	**7.3%**

Quadro 48

O rácio de requisitos de fundos próprios, calculado segundo as normas do *Bank of International Settlements* (BIS), ascendia, em 31 de Dezembro de 2002, a 11.4% e o rácio do Tier I a 7.4%.

Fundos próprios e requisitos de fundos próprios

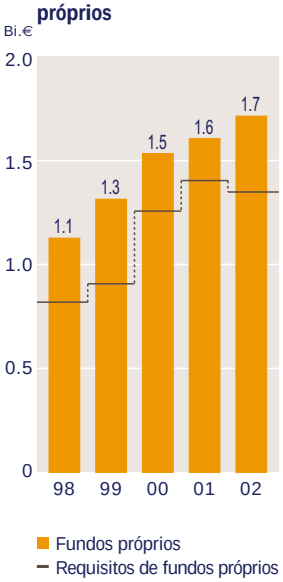


Gráfico 46

Rácio de requisitos de fundos próprios
Em 31 de Dezembro de 2002

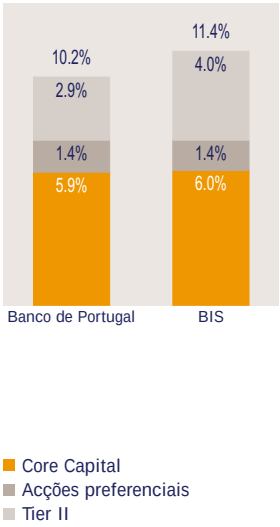


Gráfico 47

Responsabilidades com pensões

Em 31 de Dezembro de 2002, os fundos de pensões do Grupo asseguravam o financiamento integral das responsabilidades por pensões, reconhecidas no balanço, e a cobertura a 94.0%, do total das responsabilidades com pensões.

No final de 2001, com a entrada em vigor do actual quadro regulamentar relativo à cobertura das responsabilidades com pensões (Aviso do Banco de Portugal n.º 12 / 2001) deixou de se poder utilizar os decrementos de invalidez, no cálculo do valor actual das responsabilidades.

A alteração referida ocasionou um acréscimo no valor actual das responsabilidades com pensões, que está a ser financiado e a ser reconhecido nas demonstrações financeiras, através de um plano de prestações uniformes, com início em 2002, e por um período máximo de 20 anos. Em 31 de Dezembro de 2002, o montante que faltava financiar era de 87.9 milhões de euros.

Financiamento das responsabilidades com pensões

Valores em milhões de euros

	2001	2002
Responsabilidades por pensões em pagamento	1 014.3	1 134.3
Responsabilidades por serviços passados de Colaboradores no activo	335.5	315.4
Total das responsabilidades com pensões[1]	**1 349.8**	**1 449.7**
Decrementos de invalidez	90.1	87.9
Total das responsabilidades reconhecidas no balanço	**1 259.7**	**1 361.8**
Fundos de pensões	1 256.6	1 363.3
Contribuições a transferir para o fundo	3.2	0.0
Financiamento total	**1 259.8**	**1 363.4**
Financiamento das responsabilidades reconhecidas no balanço	100.0%	100.1%
Financiamento das responsabilidades totais com pensões	93.3%	94.0%

1) Considerando decrementos por invalidez no cálculo do valor das responsabilidades.

Quadro 49

Em 2002, os fundos de pensões obtiveram uma rendibilidade média anual de 3.1%, o que implicou contribuições extraordinárias de 49.2 milhões de euros, destinadas a suprir o desvio negativo entre a rendibilidade efectiva dos fundos e os pressupostos actuariais e financeiros. Estas contribuições enquadraram-se no "corredor" previsto pelo regime de cobertura das responsabilidades com pensões para acomodar esses desvios, não ocasionando, deste modo, qualquer impacto na conta de resultados.

À data de 31 de Dezembro de 2002, do "corredor" utilizável de 145.0 milhões de euros, tinham sido utilizados 120.4 milhões de euros (71.2 milhões de euros de desvios negativos, verificados em 2001, e 49.2 milhões de euros, verificados em 2002), pelo que existia ainda uma margem não utilizada de 24.6 milhões de euros.

Responsabilidades com pensões – enquadramento regulamentar

Os aspectos mais relevantes do actual quadro regulamentar, relativo à cobertura das responsabilidades com pensões (Avisos do Banco de Portugal n.º 12 / 2001 e n.º 7 / 2002), em vigor desde final de 2001, são:

– a obrigatoriedade de o valor patrimonial dos fundos assegurar uma cobertura mínima de 100% das pensões em pagamento, enquanto, para as responsabilidades por serviços passados de pessoal no activo, se estabeleceu um mínimo de cobertura de 95%;

– a não utilização dos decrementos de invalidez[1], no cálculo do valor actual das responsabilidades por serviços passados de pessoal no activo;

– os acréscimos de responsabilidades por reformas antecipadas e por alterações nos pressupostos actuariais[2] são registados como custo diferido, em contas de regularização. Estes montantes devem ser reconhecidos como custo, na conta de resultados extraordinários, no mínimo em 10% ano a partir do exercício seguinte ao do respectivo apuramento.

– as perdas e ganhos resultantes do desvio entre os pressupostos actuariais e os valores efectivamente verificados (perdas e ganhos actuariais), têm dois tratamentos contabilísticos distintos, consoante o seu valor acumulado exceda ou não um determinado intervalo ("corredor"). O "corredor" corresponde a 10% do maior dos valores das responsabilidades com pensões ou património dos fundos de pensões (reportados ao fim de cada ano).

Neste sentido, as perdas (e ganhos) actuariais verificadas:

– são registadas na rubrica "flutuação de valores" (nas contas de regularização), até que o montante acumulado iguale o limite definido pelo "corredor", não ocasionando qualquer impacto na conta de resultados;

– a parte que se situe fora do intervalo é registada como custo ou proveito diferido (em contas de regularização) e reconhecido na conta de resultados, no mínimo em 10%, a partir do exercício seguinte ao do respectivo apuramento.

1) Redução do valor actual das responsabilidades em resultado de se considerar a probabilidade dos Colaboradores saírem do activo, por invalidez, antes do tempo normal de reforma.
2) Do mesmo modo, as reduções no valor das responsabilidades com pensões que resultarem de alterações nos pressupostos actuariais serão relevados como um proveito na conta de resultados ao longo de um período máximo de 10 anos.

Fundos de pensões do Grupo BPI

De acordo com as regras do Banco de Portugal, os bancos deverão assegurar o financiamento das responsabilidades com reformas exclusivamente através dos fundos de pensões. As restantes sociedades financeiras, deverão assegurar a cobertura integral das responsabilidades por fundo de pensões ou por contrato de seguro de efeito equivalente e na parte não financiada, através de provisões no balanço.

Os fundos de pensões do Grupo garantem integralmente as pensões de reforma por velhice e invalidez e pensões de sobrevivência dos Colaboradores e ex-Colaboradores dos bancos (Banco BPI e Banco Português de Investimento) e das subsidiárias que aderiram ao Acordo Colectivo de Trabalho Vertical (BPI Fundos e Inter-Risco).

No final de 2002, os patrimónios dos fundos ascendiam a 1 363.3 milhões de euros (montante superior ao valor da situação líquida do Grupo, que ascendia nessa data a 1 168.9 milhões de euros) e abrangiam um universo de 6 786 Colaboradores no activo 6 165 pensionistas e 970 ex-trabalhadores.

Recapitalização dos fundos de pensões

Quando, em 1991, o Grupo entrou na Banca Comercial, através da aquisição do Banco Fonsecas & Burnay (BFB), este apresentava uma insuficiência do fundo de pensões de 128 milhões de euros (dos quais 89 milhões de euros relativos às responsabilidades com pensões em pagamento e 39 milhões de euros relativos às responsabilidades com pensões por serviços passados de Colaboradores no activo). Logo no momento de aquisição, a insuficiência do património dos fundos para fazer face às responsabilidades com pensões em pagamento, foi coberta por provisões no balanço.

Fruto do esforço financeiro realizado, no final de 1995, os fundos de pensões cobriam já integralmente as responsabilidades com pensões em pagamento e a cobertura a 100% das responsabilidades com Colaboradores no activo[1] foi conseguida no final de 1998.

Reformas antecipadas

Na sequência da aquisição dos bancos comerciais (BFB em 1991 e BFE e BBI em 1996) foram realizados intensos programas de modernização e melhoria da eficiência e competitividade das estruturas adquiridas. A racionalização e rejuvenescimento do quadro de pessoal foi uma das prioridades assumidas, que se traduziu, nomeadamente, na realização de reformas antecipadas. Estas implicaram um elevado esforço financeiro para cobertura do acréscimo de responsabilidades com pensões. Desde 1995 a 2002 foram realizadas 2 942 reformas antecipadas, o que determinou um aumento das responsabilidades com pensões em 422 milhões de euros.

No âmbito do programa estratégico de aumento de eficiência e redução de custos estabelecido para o triénio 2002-2004 está em curso um programa de reformas antecipadas, na sequência do qual em 2002 foram já realizadas 440.

Património dos fundos e responsabilidades com pensões dos Colaboradores do Grupo BPI

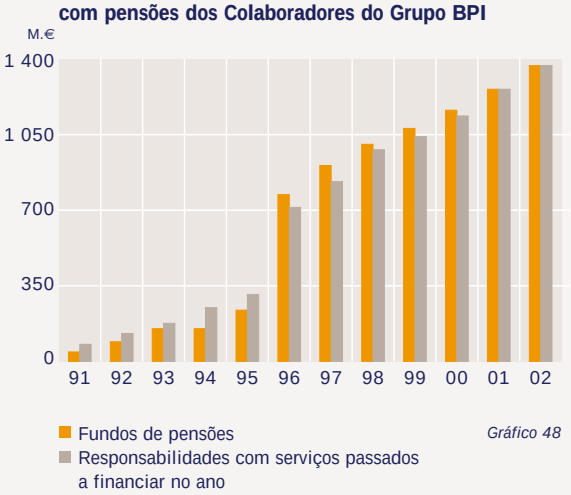


Gráfico 48

1) A insuficiência de cobertura das responsabilidades por serviços passados de Colaboradores do BFB no activo verificada à data de 31 de Dezembro de 1994 estava a ser financiada ao longo de 20 anos, de acordo com plano exigido pelo Banco de Portugal.

Rendibilidade

Em 2002 os fundos de pensões dos Colaboradores do Grupo BPI obtiveram uma rendibilidade média anual de 3.3%. Este resultado não pode deixar de se considerar muito positivo no contexto de taxas de juro em níveis historicamente muito baixos e da evolução negativa dos mercados de acções que, medida pelo índice Dow Jones STOXX 600, registou uma queda de 32.5%.

Desde 31 de Dezembro de 1991, os fundos de pensões do Grupo obtiveram uma rendibilidade média anual de 11.0%, enquanto actualização da tabela salarial do ACTV do Sector Bancário foi em média de 4.4% e a mediana da rendibilidade do mercado de fundos de pensões se situou em 8.3%.

Em 31 de Dezembro 2002, a carteira do Fundo de Pensões do Banco BPI, que correspondia a 98% do património total dos fundos de pensões dos Colaboradores do Grupo, apresentava a seguinte composição:

Composição do fundo de pensões dos Colaboradores do Banco BPI
Em 31 de Dezembro de 2002

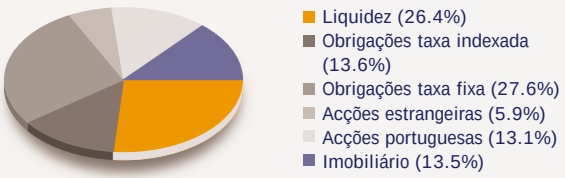
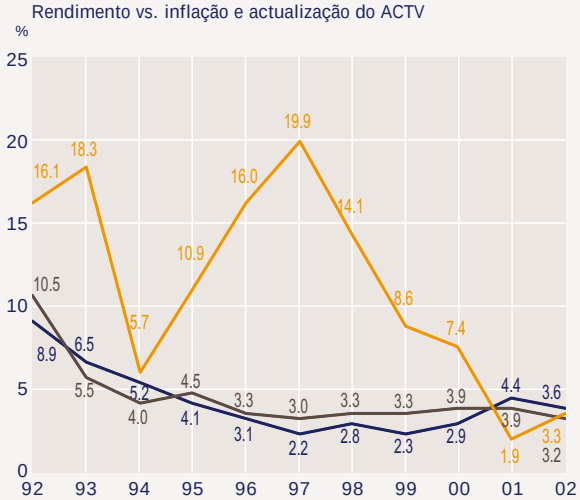


Gráfico 49

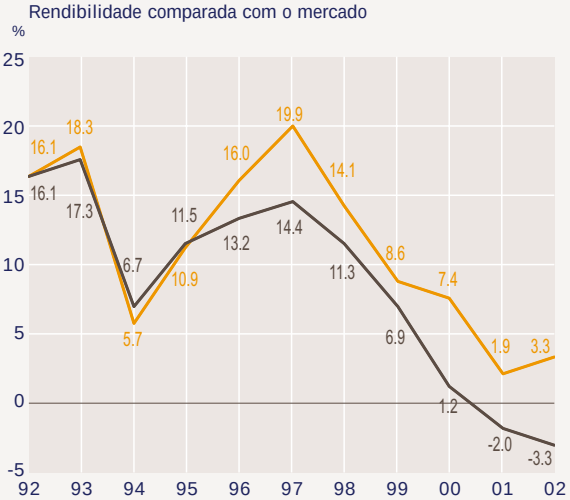
Fundos de pensões dos Colaboradores do Grupo BPI
Rendimento vs. inflação e actualização do ACTV



Rendimento dos fundos de pensões dos Colaboradores do Grupo BPI
Taxa de actualização dos salários (ACTV)
Taxa de inflação

Gráfico 50

Fundos de pensões dos Colaboradores do Grupo BPI
Rendibilidade comparada com o mercado



Rendibilidade do fundo de pensões dos Colaboradores do Grupo BPI
Mediana da rendibilidade do mercado de fundos de pensões

Gráfico 51

Gestão de riscos

A gestão de riscos, no Grupo BPI, assenta na constante identificação e análise da exposição a diferentes riscos – risco de contraparte, risco-país, riscos de mercado, riscos de liquidez, riscos operacionais e legais – e na adopção de estratégias de maximização de resultados dentro de limites pré-estabelecidos e devidamente supervisionados. A gestão é complementada pela análise, a *posteriori*, de indicadores de *performance*.

RISCOS DE CRÉDITO

Processo de gestão

O risco de crédito, associado à possibilidade de incumprimento efectivo da contraparte (ou à variação do valor económico de um dado instrumento ou carteira, em face da degradação da qualidade do risco da contraparte), constitui o risco mais relevante em toda a actividade do Grupo BPI.

A exposição a este risco é avaliada com diferentes metodologias complementares (*expert system*, *ratings*, *scorings*, filtros, outras). Além da rotina de revisão dos filtros de selecção de Clientes e *scorings* de crédito ao consumo e dos cartões de crédito, estão em curso processos de revisão do sistema de *rating* de empresas, com vista a adaptá-lo às exigências de Basileia II, e de introdução de *ratings* e *scorings* nos restantes segmentos da actividade, de acordo com as mesmas exigências.

Após avaliação da exposição, a aprovação específica das operações de crédito segue os princípios e procedimentos estabelecidos nos Regulamentos de Crédito. Estão definidos, em cada uma das diferentes Direcções envolvidas, os níveis hierárquicos competentes para a aprovação de créditos consoante as suas características, com o objectivo de descentralizar as decisões e, assim, garantir a celeridade e eficácia do processo. As operações deverão inscrever-se nos limites previamente estabelecidos e deverão respeitar os pretendidos níveis de rendibilidade dos capitais próprios utilizados.

A aprovação de operações de crédito insere-se em estratégias várias, incluindo as da diversificação por área geográfica, por sector, contraparte e maturidade, o uso de garantias ou colateral e margens, esquemas periódicos de pagamento ou amortização, cláusulas de prioridade legal ISDA – *International Swaps and Derivatives Association* – e garantias CSA – *Credit Support Annex* – em derivados, derivados de crédito ou cláusulas de liquidação.

São respeitados os limites por contraparte, mercado, maturidade, produto ou moeda estabelecidos em função do grau de risco, a capacidade de endividamento do Cliente, o relacionamento com o Banco (incluindo a experiência relativa à utilização anterior de limites e a rendibilidade do Cliente), e em função da própria dimensão do BPI.

A *posteriori*, o Banco mantém vigilância constante da evolução da sua exposição (incluindo o uso de sistema de alerta, no caso das empresas) e dos resultados e índices de rendibilidade alcançados, relativamente aos níveis de risco assumidos. São também analisados, mensalmente, os ▷ créditos problemáticos, índices de cobertura por provisões, *write-offs* e recuperações. O alerta para créditos vencidos está disponível *on-line*, via rede interna, para informação dos gestores do Banco.

Procedimentos relativamente a crédito vencido de empresas

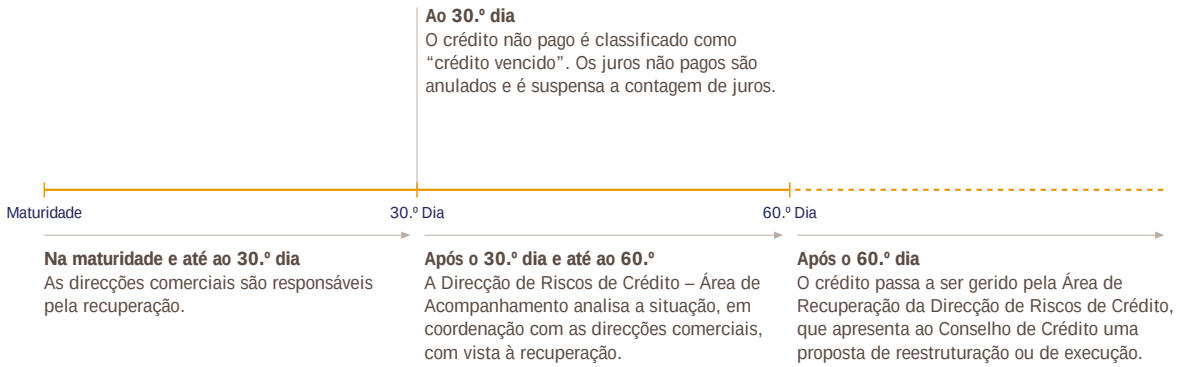


Figura 9

Procede-se ainda a uma estimativa das perdas efectivas (ou quase efectivas) por incumprimento (designadas por "provisões económicas") de forma a avaliar a suficiência das provisões contabilísticas. As provisões económicas são objecto de uma avaliação mensal pela Comissão Executiva do Conselho de Administração (Comissão Executiva para os Riscos de Crédito) e são auditadas anualmente pelos Auditores externos e apreciadas regularmente pelo Comité de Controlo Interno.

A recuperação está a cargo da Direcção de Riscos de Crédito (no caso dos créditos a empresas e a Clientes institucionais) ou da própria Direcção que concedeu o crédito (no caso das operações de crédito a particulares e a pequenos negócios), que utilizam, se necessário, estruturas legais próprias.

Funcionam como agentes de controlo de todo este processo de gestão, além do Conselho de Administração, do Comité de Controlo Interno e da Comissão Executiva de Riscos de Crédito, a Assessoria de Análise e Controlo de Riscos, os Auditores Internos e Externos e o Banco de Portugal para quem os auditores externos dos Bancos preparam, desde 2002, um relatório semestral sobre o grau de adequação das provisões contabilísticas às provisões económicas.

Direcção de Riscos de Crédito

O Banco BPI implementou, em 2002, um novo modelo de análise e concessão de riscos de crédito na Banca de Empresas. Para o efeito foi criada a Direcção de Riscos de Crédito que passou a ter a responsabilidade pelo controlo dos riscos de crédito na Banca de Empresas. A nova Direcção entrou em funções no início do mês de Dezembro.

A organização da Direcção de Riscos de Crédito teve por base o modelo criado pela Oliver & Wyman, líder mundial em consultoria de serviços financeiros, que tem vindo a ser implementado com êxito a nível internacional.

Num contexto de abrandamento económico internacional, pretendeu-se reforçar, com a criação desta nova Direcção, a qualidade da carteira de crédito, impondo um maior rigor e independência na análise do risco de crédito. Outra intenção foi a de preparar o Banco para as recomendações do Comité de Basileia II.

A Direcção de Riscos de Crédito é composta por três áreas:

Concessão de crédito – responsável pela análise e pela decisão de concessão de crédito.

Acompanhamento – responsável pela prevenção de situações de incumprimento, através da observação permanente da carteira de crédito, e pela realização do *follow-up*, em coordenação com as direcções comerciais, dos casos de incumprimento até 60 dias.

Recuperação – responsável pela recuperação de crédito em incumprimento há mais de 60 dias, com forte apoio jurídico.

As direcções comerciais continuam a ter um importante papel no processo de decisão, sendo analisadas apenas propostas que tenham merecido o respectivo parecer favorável. Estas terão de incluir informações qualitativas, mormente sobre as empresas que são Clientes, sobre os seus accionistas e gestores.

Avaliação da exposição ao risco de crédito – empresas, institucionais, financiamento especializado

As operações de crédito a empresas, institucionais e *Project Finance* são avaliadas por analistas especializados.

O BPI utiliza ainda um sistema interno de *rating* de empresas, com cinco classes, para avaliação de crédito, garantias e títulos, de empresas de média e grande dimensão. A classificação é apurada a partir de rácios económico-financeiros, bem como de indicadores de experiência, conceito comercial e incidentes e indicadores de risco de mercado e sector em que a empresa opera.

A Direcção de Riscos de Crédito ou, em última instância, a Comissão Executiva dos Riscos de Crédito, complementam esta informação sobre a probabilidade de incumprimento com uma análise qualitativa da estratégia e gestão da empresa (o que resulta em eventual *overrule* do *rating* apurado) e com uma análise da informação sobre a perda esperada ou potencial, em caso de incumprimento (incluindo especialmente a análise da colateral).

De acordo com esta metodologia de avaliação de riscos e aprovação de créditos, o risco médio da carteira é de 46.1 – classe A, contra 43.1 no ano anterior.

Rating interno de empresas – repartição da exposição por classes de risco

Classes de Risco	2000	2001	2002
AAA (<10)	11.9%	12.6%	17.7%
AA (10-30)	18.6%	10.7%	7.3%
A (30-50)	37.9%	37.1%	23.2%
B (50-70)	28.5%	34.1%	38.6%
C (70-100)	3.1%	5.5%	13.2%
Total	100%	100%	100%
Pontuação Média	**41.3**	**43.1**	**46.1**

Quadro 50

Estes sistemas de avaliação do risco de contraparte são complementados por outros, em especial, pela identificação de grandes riscos (concentração da exposição numa contraparte ou Grupo) e pelo cálculo do capital em risco, segundo avaliação consagrada na regulamentação sobre rácio de solvabilidade ou nela inspirada. A carteira é ainda globalmente avaliada pelo respectivo grau de diversificação geográfica, sectorial (ver quadro em anexo) e por maturidades.

Avaliação da exposição ao risco de crédito – particulares e pequenos negócios

No domínio dos particulares, existem diferentes *scorings* e filtros de selecção de Clientes. Em créditos com garantias específicas (habitação, automóvel), o prejuízo esperado é muito reduzido, dada, justamente, a relação entre o financiamento e a garantia.

No restante crédito a particulares, a selecção de Clientes assenta, sobretudo, na avaliação das probabilidades de incumprimento e o crédito é atribuído dentro de limites pré-estabelecidos. Os índices de aceitação ou rejeição globais são associados a níveis de rendibilidade mínima desejável, tendo em conta os riscos.

A análise da exposição ao risco de contraparte no segmento dos pequenos negócios é efectuada pelo designado *expert system*, sendo envolvida, mediante análise de diferentes indicadores, uma opinião subjectiva sobre a probabilidade de incumprimento da contraparte ou da entidade que presta garantia, para além da análise de eventual colateral.

Crédito à habitação

O elevado crescimento deste segmento de crédito, no mercado Português, em anos anteriores, e novamente em 2002, ficou a dever-se a factores como a inexistência de um mercado de arrendamento desenvolvido; ao aumento substancial do rendimento disponível dos particulares associado à queda acentuada das taxas de juro; e aos altos índices de confiança, associados às baixas taxas de desemprego, que só em 2001 e 2002 conheceram um ponto de inversão. Em acréscimo, a expansão do crédito à habitação no BPI ficou a dever-se à qualidade geral do serviço prestado, a inovações lançadas no produto e serviços associados, e a níveis de *pricing* competitivos mas respeitadores dos níveis de risco diferenciados.

A avaliação do risco das operações de crédito à habitação manteve-se, em 2002, dentro de padrões conservadores e uniformes. De resto, o BPI passou a exigir, em 2002, para a relação financiamento / garantia um limite máximo mais baixo (90%), acompanhando uma evolução menos favorável da conjuntura económica, em geral, e do mercado imobiliário, em particular. Em 2002, foi também introduzido, com carácter obrigatório, o seguro de protecção ao crédito (com coberturas de desemprego e hospitalização) para o Crédito Pessoal BPI.

Avaliação da exposição ao risco de crédito – carteira de títulos

No que respeita à respectiva carteira de títulos, o BPI recorre, sobretudo, à informação constante de *ratings* externos. A carteira de investimento é composta, predominantemente, por títulos de emissores de reduzido risco de crédito.

Ratings de carteira de investimento de obrigações e títulos de rendimento fixo[1]

Valores em milhões de euros

Rating	2002	%
Aaa	258.8	29.7%
Aa	87.0	10.0%
A	195.3	22.4%
Baa	83.5	9.6%
Outros / Sem Rating (NR)	91.3	10.5%
Papel comercial (NR)[2]	157	18.0%
Total	**872.9**	**100.0%**

1) Inclui acções preferenciais que são contabilizadas na carteira de acções.
2) O papel comercial sem notação de *rating* é garantido por instituições de crédito.

Quadro 51

Avaliação da exposição ao risco de crédito – crédito interbancário de curto prazo

O risco de contrapartes interbancárias é avaliado pela Direcção Internacional segundo *ratings* externos. Os limites são definidos de acordo com este risco, a dimensão das instituições e o histórico de utilização de uso passado dos limites, e no respeito pela própria dimensão do BPI.

Os indicadores de concentração não têm expressão, mostrando clara diversificação das aplicações no interbancário.

Avaliação da exposição ao risco de crédito – operações de derivados

Dadas as particularidades da sua valorização, o risco de crédito proveniente das operações em derivados tem um tratamento especial, cuja base é o conceito de valor de substituição, estimado diariamente pelo sistema de apoio à gestão de riscos.

Para mitigar o risco de crédito de derivados, além da elaboração de contratos com cláusulas que permitem a compensação de responsabilidades em caso de incumprimento (mesmo no caso de falência), o Grupo tem assinado acordos de limitação do risco de crédito com as suas contrapartes mais importantes nestes mercados. Estes acordos, que implicam o recebimento (e pagamento) de valores colaterais para cobertura de risco entre as contrapartes, permitiram, no final de 2002, uma redução do valor de substituição da carteira de derivados em cerca de 192 milhões de euros.

Risco corrente de crédito – Valor de substituição de derivados por tipo de contraparte

Valores em milhões de euros

Contraparte	2001	%	2002	%
Grupo BPI	5.6	3.1%	33.3	15.8%
Fundos de investimento / pensões	5.8	3.2%	0.0	0.0%
Empresas	10.7	5.9%	14.0	6.6%
Bancos	159.0	87.8%	164.1	77.6%
Total	**181.1**	**100**	**211.3**	**100**

Notas: O valor de substituição total é a soma dos valores de substituição das contrapartes quando positivos. Não inclui opções inseridas em obrigações emitidas ou compradas. O valor de substituição incorpora o efeito de redução do risco que resulta da compensação entre saldos credores e devedores da mesma contraparte e da existência de acordos com as contrapartes que servem de garantia ao cumprimento das responsabilidades.

Quadro 52

Esta forma de avaliação da exposição ao risco de contraparte é completada pela tradicional abordagem regulamentar e antecipa, de algum modo, as melhores práticas do novo acordo de Basileia.

Níveis de incumprimento, provisionamento e recuperação

A escolha de perfis de exposição pelos métodos de avaliação citados e a reduzida média de idades da carteira (fruto do crescimento do crédito), resultam em bons indicadores de *performance* da carteira e, especialmente, em reduzidos níveis de incumprimento.

Globalmente, tendo em conta os incumprimentos registados nos diferentes segmentos (empresas, particulares e pequenos negócios), o crédito vencido há mais de 90 dias ascendia, no final de 2002, a 216 milhões de euros, o que correspondia a 1.3% da carteira de crédito bruta e estava coberto por provisões em 153%. As recuperações de crédito vencido anteriormente abatido ao activo atingiram 14.7 milhões de euros, contra 18.9 milhões em 2001.

Deste modo, o acréscimo de crédito vencido no ano, ajustado pelos *write-offs* efectuados e pelas recuperações, ascendeu a 0.63% da carteira de crédito produtivo no início do ano.

Rácio de crédito a Clientes vencido

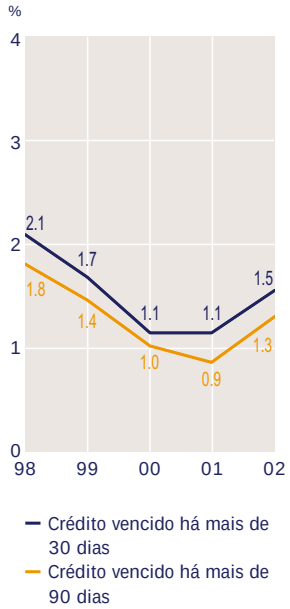


Gráfico 52

Cobertura de crédito a Clientes vencido

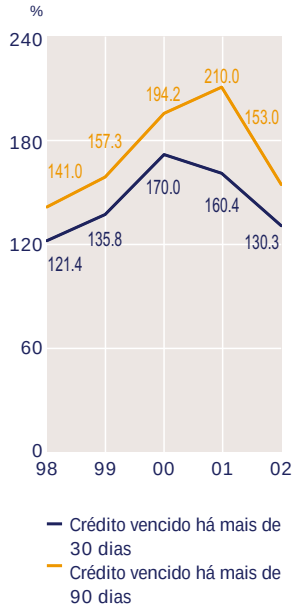
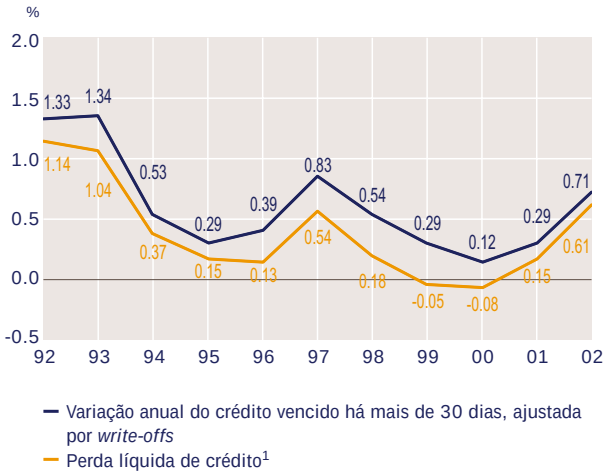


Gráfico 53

Perda líquida de crédito



Nota: em percentagem da carteira de crédito produtivo no início do ano.
1) Variação anual do crédito vencido, ajustada por *write-offs* e deduzida de recuperações de crédito vencido anteriormente abatido ao activo.

Gráfico 54

Crédito a Clientes vencido e provisões

Valores em milhões de euros

	2001	2002
Carteira de crédito a Clientes no final do ano (bruta)	**15 471.0**	**16 615.2**
Crédito vencido há mais de 90 dias no início do ano	135.8	133.2
Acréscimo líquido de crédito vencido	17.2	111.5
Write-offs	(19.7)	(28.5)
Crédito vencido há mais de 90 dias no fim do ano	**133.2**	**216.3**
Recuperações	**18.9**	**14.7**
Provisões totais para crédito no início do ano	263.7	279.8
Dotações (líquidas de reposições)		
Específicas para crédito vencido e cobrança duvidosa	19.2	58.6
Risco-país	(2.1)	(1.6)
Genéricas para crédito	21.1	7.5
Transferências, reav. cambial e aquisição de crédito ao Fundo EFTA	(2.4)	15.1
Write-offs	(19.7)	(28.5)
Provisões totais para crédito no fim do ano	**279.8**	**331.0**
Crédito vencido há mais de 90 dias em percentagem do crédito total	**0.9%**	**1.3%**
Cobertura por provisões	**210%**	**153%**
Perda de crédito no ano		
Acréscimo líquido de crédito vencido há mais de 90 dias / Carteira de crédito produtivo em início do ano	0.13%	0.73%
(Acréscimo líquido de crédito vencido há mais de 90 dias, recuperações de crédito vencido) / / Carteira de crédito produtivo em início do ano	(0.01%)	0.63%

Quadro 53

O quadro seguinte apresenta os rácios de crédito vencido por segmento de mercado, bem como o contributo de cada segmento para a carteira de crédito bruta. No conjunto de riscos de crédito, o crédito mal parado a instituições de crédito, carteira de títulos e derivados não tem expressão. A totalidade do crédito vencido de instituições de crédito ▷ diz respeito ao crédito concedido a um banco central e é proveniente do balanço dos bancos comerciais adquiridos pelo Grupo em 1991 e 1996. Este crédito fora entretanto reescalonado, mas encontra-se actualmente em incumprimento.

Crédito vencido há mais de 30 dias por segmentos de mercado

	2001		2002	
	Carteira de crédito (bruta) em % da carteira de crédito consolidada	Rácio de crédito vencido	Carteira de crédito (bruta) em % da carteira de crédito consolidada	Rácio de crédito vencido
Banca de Empresas e de Institucionais				
Wholesale Banking	16%	0.8%	13%	1.9%
Grandes Empresas	9%	0.5%	8%	1.3%
Médias Empresas	12%	2.3%	11%	2.9%
Project Finance	2%	0.0%	2%	0.0%
Banca Institucional	2%	0.0%	3%	0.0%
Subtotal	**41%**	**1.1%**	**37%**	**1.8%**
Crédito a Particulares e a Pequenos Negócios				
Crédito hipotecário	34%	0.5%	39%	0.7%
Crédito a particulares – outros fins	4%	2.0%	4%	2.8%
Crédito a pequenas empresas e negócios	8%	2.3%	7%	2.9%
Subtotal	**46%**	**0.9%**	**51%**	**1.2%**
Leasing	7%	1.2%	6%	1.5%
Factoring	2%	1.7%	2%	3.3%
Outros	4%	3.1%	4%	2.9%
	100%	**1.1%**	**100%**	**1.5%**

1) O valor do crédito vencido no segmento de *factoring* resulta essencialmente de moras técnicas sem risco efectivo de cobrança.
O rácio de crédito vencido há mais de 90 dias no *factoring* ascendia a 0.4% em 2002 e a 0.3% em 2001.

Quadro 54

As dotações de provisões específicas para crédito vencido e de cobrança duvidosa foram de 58.6 milhões de euros (líquidas de reposições) em 2002. No final de 2002, o crédito vencido a Clientes há mais de um ano representava 48.6% do montante total de crédito vencido e estava provisionado em 75% por provisões específicas.

Crédito a Clientes vencido por antiguidade (em 31 de Dezembro de 2002)

Valores em milhões de euros

	< 3 meses	3-6 meses	6-12 meses	1-3 anos	> 3 anos	Total
Crédito vencido	38.0	27.0	65.5	85.5	37.9	254.0
% total	15.0%	10.6%	25.8%	33.7%	14.9%	100%
Provisões específicas constituídas	0.4	5.2	22.1	57.9	34.5	120.1

Quadro 55

RISCO-PAÍS

O risco-país é muito semelhante nos respectivos efeitos ao risco de contraparte e está associado a alterações ou perturbações específicas de natureza política, económica ou financeira, nos locais onde operam as contrapartes (ou, mais raramente, num terceiro país onde o negócio tem lugar), que impedem o integral cumprimento do contrato, independentemente da vontade ou capacidade das contrapartes. A designação "risco--país" é ainda utilizada para classificar o risco de contraparte envolvido em empréstimos a entidades estatais, dada a semelhança entre os métodos de análise do risco-país e os do risco de contraparte de um estado (risco soberano).

A avaliação do risco-país é efectuada pela Direcção Internacional do Banco, com o apoio de *ratings* externos publicados, estudos externos e internos. A Comissão Executiva do Conselho de Administração aprova a lista de países para os quais é autorizada a exposição ao risco-país. São considerados países elegíveis os mercados emergentes de grande dimensão, aderentes à economia de mercado, abertos ao comércio internacional e com importância estratégica no quadro político ocidental.

Adicionalmente, as operações definidas como elegíveis são os financiamentos de curto prazo de comércio externo, os empréstimos de certos bancos multilaterais, as operações de médio prazo com cobertura de risco político ou que, pela sua estruturação, não sejam sujeitas a risco de transferência.

Da exposição ao risco-país, líquida de garantias e no montante de 218.5 milhões de euros, cerca de 51% (112.3 milhões de euros) está isento de provisões nos termos regulamentares (por corresponder a operações de curto prazo de financiamento de comércio externo ou a operações efectuadas com bancos multilaterais de desenvolvimento ou dispondo de seguro de risco político). Atendendo, contudo, às normas do Banco de Portugal sobre provisões para risco-país e a medidas de prudência interna, outra parte da exposição encontra-se amplamente provisionada (94.6%), atingindo a exposição líquida o montante de 5.7 milhões, que representa 0.5% da situação líquida do Grupo. A suspensão das linhas de *trade finance* com a Turquia e o Brasil e a valorização do euro relativamente ao dólar explicam a contínua redução da exposição operada em 2002 (exposição bruta de 218.5 milhões de euros, em Dezembro de 2002, contra 417 milhões de euros, em Dezembro de 2001).

Exposição a países de risco (em 31 de Dezembro de 2002)

Valores em milhões de euros

País	Exposição líquida de garantias[1]	Exposição não sujeita a provisões (trade finance de curto prazo)[2]	Exposição sujeita a provisões	Provisões	Exposição líquida de provisões
Angola	99.8		99.8	99.8	
Brasil	85.2	85.2			
Hungria	3.9		3.9	0.4	3.5
Marrocos	2.2		2.2	0.2	2.0
Turquia	3.3	3.3			
Outros[3]	24.1	23.8	0.3	0.1	0.2
Total	**218.5**	**112.3**	**106.2**	**100.5**	**5.7**

1) Líquida de garantias de residentes, nomeadamente da Agência Nacional de Crédito à exportação, dos exportadores ou de depósitos.
2) Não estão sujeitas a provisões para risco-país as operações de curto prazo de financiamento externo, as operações com Bancos Multilaterais de Desenvolvimento ou com seguro de risco político.
3) Argélia, Panamá, Cabo Verde e Moçambique.

Quadro 56

Excluindo esta exposição, o Banco conta ainda com exposição ao risco-país por via directa através das suas participações internacionais e da sua actividade de *trading*.

RISCOS DE MERCADO

O risco de mercado ou de preço (taxas de juro, taxas de câmbio, preço de acções, preço de mercadorias, outros) define-se como a possibilidade de incorrer em perdas, devido a variações inesperadas do preço de instrumentos ou operações.

A avaliação das posições de tesouraria (curto prazo) e das posições estruturais de risco de taxa de juro ou câmbio (longo prazo), assenta em mapas de *gaps* (*gaps* cambiais, *gaps* de maturidades, *gaps* de duração).

Em complemento desta avaliação, especialmente no caso da avaliação da exposição em operações de *trading*, é executada diariamente pela Assessoria de Análise e Controlo de Risco uma rotina de cálculo do VaR – *Value at Risk* – segundo hipóteses estandardizadas, constantes, em regra, do conjunto de recomendações do BIS (distribuição normal de variações de preços, índices e taxas de juro; avaliação de perda potencial num horizonte temporal de duas semanas; 99% de grau de confiança; risco global dependente de correlações entre variações de preços, índices ou taxas). A exposição devida a opções é controlada a partir de modelos específicos. A informação proveniente do Sistema de Avaliação e Controlo de Risco está disponível *on-line* para os utilizadores autorizados.

Risco de mercado global[1]

Valores em milhões de euros

	1.º trimestre	2.º trimestre	3.º trimestre	4.º trimestre	2002
VaR (média mensal)	3.1	2.6	3.4	7.2	4.1
Risco de taxa de juro	2.9	2.1	3.0	6.7	3.7
Risco cambial	0.3	0.2	0.9	1.6	0.8
Risco de acções	1.7	1.9	1.5	1.6	1.7
Mercadorias	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0
VaR (máximo)	3.8	5.7	6.8	18.3	18.3

1) Perda máxima potencial, com um nível de confiança de 99%, resultante de uma evolução desfavorável dos preços, índices e taxas de juro num horizonte temporal de duas semanas, considerando no cálculo do risco global o efeito de correlação dos retornos. É assumida uma distribuição normal dos retornos.

Quadro 57

As posições de *trading* são geridas autonomamente pelos *traders* e mantidas dentro dos limites de exposição, por mercado ou produto, fixados e periodicamente revistos. Há diferentes limites de exposição, incluindo limites globais de VaR fixados pela Comissão Executiva de Riscos de Mercado, distribuídos depois autonomamente pelos diversos livros, pelas direcções envolvidas na actividade de *trading*. São definidos, adicionalmente, limites de *stop-loss*.

A gestão de posições de tesouraria encontra-se delegada na Direcção Financeira, dentro de limites definidos pela Comissão Executiva de Riscos de Mercado.

As posições estruturais de longo prazo (risco de taxa de juro ou cambial) são geridas segundo directrizes estabelecidas pela Comissão Executiva de Riscos de Mercado. Uma gestão mais activa desta exposição, no domínio do risco de taxas de juro, está na base do aumento controlado do VaR em 2002, com os devidos resultados positivos (resultados de 5.1 milhões de euros). Antecipando a queda do dólar, o BPI optou entretanto, dado o seu investimento na actividade bancária em Angola, pela cobertura da sua exposição estrutural cambial.

Quanto à posição estrutural resultante da carteira de participações, o seu risco de mercado não é facilmente medido por metodologias tradicionais como o VaR, dado o horizonte temporal de investimento, a importância das posições, ou a sua falta de cotação no mercado de acções. A *performance* desta carteira e as provisões são analisadas no capítulo de análise financeira.

RISCO DE LIQUIDEZ

O risco de liquidez é acompanhado nas suas duas vertentes: i) na transaccionabilidade dos diferentes activos; ii) na globalidade, sendo o risco de liquidez definido a partir da (in)capacidade de acompanhar o crescimento do activo e de satisfazer necessidades de tesouraria, sem incorrer em prejuízos anormais.

Ao nível dos diferentes activos, os diferentes gestores mantêm uma constante vigilância da possibilidade de transacção dos vários instrumentos, segundo variados indicadores (quotas de mercado do BPI, número de dias para desfazer posições, dimensão e volatilidade de *spreads*, etc.), devidamente enquadrados por limites para actuação em cada mercado.

A avaliação da exposição global é efectuada segundo mapas de liquidez, o que permite a atempada identificação de *gaps* e a cobertura dinâmica dos mesmos. São ainda analisados os indicadores de diversificação de *funding* por contrapartes, maturidades e praças financeiras. A gestão deste risco é da competência da Comissão Executiva de Riscos de Mercado e Direcção Financeira do Grupo.

Quanto à gestão global da liquidez, merece especial destaque, em 2002, o crescimento selectivo do crédito subordinado a critérios de rendibilidade dos capitais próprios e do risco, acompanhado pelo crescimento da sólida base de recursos de Clientes (+4.9%) e das componentes de *funding* em prazos mais alargados. Neste âmbito, foi utilizado um programa de emissões de médio e longo prazo, tendo sido concretizados, em 2002, cerca de 509 milhões de euros. A dívida de médio e longo prazo atinge agora um valor global de 2 681 milhões de euros. No final de 2002, o crédito a Clientes (bruto) representava quase 100% dos recursos de terceiros de natureza mais estável (recursos de Clientes e dívida titulada e subordinada colocada no mercado).

No domínio do crédito interbancário, procurou-se uma crescente diversificação de contrapartes com o objectivo de garantir linhas de financiamento contínuo mais intensas e diversificadas.

RISCOS OPERACIONAIS

Os riscos operacionais definem-se como eventuais prejuízos inesperados decorrentes de falhas humanas, falhas nos procedimentos de controlo internos e nos sistemas de informação ou a causas externas. A definição exclui erros estratégicos e riscos de reputação.

As responsabilidades no domínio dos riscos operacionais são de todos os departamentos do Banco e, em especial, da Direcção de Organização.

Neste domínio, a gestão assenta primariamente, na formação dos recursos humanos e na respectiva organização adequada, contemplando segregação de funções, definição de responsabilidade, procedimentos e supervisão. Esta é assegurada por duas unidades centrais (uma vocacionada para os canais de distribuição e outra para as restantes estruturas), bem como pelas acções de auditoria interna e externa e gestão central de alertas.

O Grupo BPI coloca também especial ênfase na prévia identificação dos pontos críticos de dependência operacional. Há um "plano de continuidade do negócio",

assente em programas de contingência para os sistemas informáticos centrais mais relevantes. Em caso de necessidade, motivada por avaria de equipamentos ou por um incidente de maiores proporções, é possível recuperar estes sistemas, no próprio local ou em local alternativo, após um período de tempo diferenciado, de acordo com o tipo de risco. Fica também assegurado, mesmo em condições limite, o funcionamento mínimo próprio a uma situação de excepção. A mesma metodologia se aplica no caso dos principais equipamentos de telecomunicações. O serviço de voz e dados nos principais edifícios do Grupo BPI é assegurado através do recurso a equipamentos alternativos, de acordo com processos formais de recuperação em caso de desastre. O Grupo BPI identificou ainda, para o caso de falha dos suportes aos procedimentos habituais, procedimentos alternativos para cada uma das operações mais críticas. Está disponível uma base de dados com a identificação de todos estes procedimentos, que permite a sua activação em qualquer altura. Os esquemas de *disaster recovery* são testados e sujeitos a revisão periódica.

Finalmente, o Grupo BPI revê anualmente o leque de cobertura das suas apólices de seguro, ajustando-as à realidade do seu funcionamento e do seu enquadramento no mercado, procurando externalizar de forma apropriada, parte do risco operacional.

RISCOS LEGAIS

Os riscos legais estão relacionados com prejuízos inesperados associados a deficiências na análise do enquadramento jurídico, aplicável num dado momento aos contratos ou posições a estabelecer, ou à alteração desse enquadramento jurídico.

É dado particular relevo, no domínio dos riscos legais, à análise do enquadramento jurídico e à identificação de eventuais desajustamentos regulamentares; à análise das perspectivas de alteração do enquadramento jurídico e das respectivas consequências; à clarificação da natureza das relações contratuais e do entendimento que delas fazem as contrapartes; à análise de produtos, respectivo enquadramento jurídico, centralização das comunicações às entidades de supervisão e instrução dos respectivos processos junto das mesmas entidades; e à identificação e proposta de medidas capazes de reduzir riscos de litigância.

Rating

A estratégia, posição competitiva, solidez financeira e capacidade de geração de resultados do Grupo BPI continuaram a merecer, de entidades independentes e reputadas – a Fitch Ratings, a Moody's e a Standard & Poor's – uma avaliação que se consubstancia em elevadas notações de *rating*.

As agências de *rating* sublinham, de uma forma geral, a bem sucedida estratégia de crescimento concretizada pelo BPI: a aquisição e adequada integração de quatro bancos – Banco Fonsecas & Burnay, Banco Borges & Irmão, Banco de Fomento e Exterior e Banco Universo – e a sua adequada integração, a elevada qualidade dos activos e a rendibilidade do Grupo.

Após conclusão do processo de reestruturação do Grupo BPI, realizado em 2002, as agências de *rating* Moody's, Standard & Poor's e Fitch Ratings confirmaram as notações do BPI e mantiveram o "*outlook*" em "estável", sublinhando os benefícios de uma estrutura mais simples e o potencial de poupança de custos resultante da referida reorganização.

Notações de rating do BPI

	Último relatório		Longo prazo	Curto prazo	Outlook
	Data	Acção			
Banco BPI					
Moody's	7 Jan. 03	Manutenção	A2	P-1	Estável
Fitch Ratings	13 Jan. 03	Manutenção	A+	F1	Estável
Standard & Poor's	20 Dez. 02	Manutenção	A-	A-2	Estável
BPI Investimentos					
Fitch Ratings	13 Jan. 03	Manutenção	A+	F1	Estável
Standard & Poor's	20 Dez. 02	Manutenção	A-	A-2	Estável

Quadro 58

Moody's: A2 Títulos com *rating* A possuem muitos atributos favoráveis e devem ser considerados investimentos de nível médio / superior. (2 significa um posicionamento central na classe A).

Fitch Ratings: A+ Crédito de elevada qualidade. Os *ratings* denotam uma baixa expectativa de risco de crédito. (+ significa um posicionamento superior na classe A).

Standard & Poor's: A– Uma entidade com *rating* A possui uma forte capacidade para cumprir as suas obrigações financeiras. (– significa um posicionamento na parte inferior da classe A).

RELATÓRIOS DE RATING

Moody's, 7 January 2003

"The A2/P-1/C+ ratings of Banco BPI ("BPI") reflect its position as the fourth largest private banking group in Portugal with a market share of some 10%, its improving financial condition and its successful transformation into a universal banking group by developing its previously limited retail operations. The ratings also take into account its strategy of remaining a mainly domestic-oriented group, which may limit its growth opportunities, and the challenges that it will face in a more consolidated and increasingly competitive environment as well as the implications of the rapid growth in credit throughout the Portuguese market in the context of a slowing economy.

The stable outlook reflects both the improving credit profile of the group and the challenges it faces in a consolidated and increasingly competitive industry in the context of a slowing economy."

Moody's, 7 de Janeiro de 2003

"As notações de *rating* A2/P-1/C+ do Banco BPI ("BPI") reflectem a sua posição de quarto maior grupo financeiro privado português com uma quota de mercado de 10%, a contínua melhoria da sua condição financeira e o sucesso da sua transformação num grupo bancário universal, assente no desenvolvimento das operações de retalho, anteriormente limitadas. As notações de *rating* tomam igualmente em consideração a estratégia adoptada pelo Banco de permanecer predominantemente orientado para operações domésticas – o que poderá limitar as oportunidades de crescimento e ampliar os desafios que enfrentará num ambiente cada vez mais concorrencial e consolidado –, bem como as implicações de um crescimento acentuado do crédito, concedido no mercado português, num contexto de desaceleração económica."

"O *outlook* estável reflecte a contínua melhoria do *credit profile* do Grupo, bem como os desafios que enfrenta num mercado cada vez mais consolidado e concorrencial, a operar num contexto de desaceleração económica."

Fitch Ratings, June 2002 and 13 January 2003

"BPI's ratings reflect management track record in delivering good results, the group sound asset quality, generally conservative risk profile and strong franchise in certain business areas."

"Banco BPI and its subsidiaries represent the fifth largest banking group in Portugal with consolidated equity of Eur 1.4 billion and total assets of Eur 24.9 billion at end September 2002. As the above ("above" refers to the reorganisation of the group's structure in 2002) are purely internal, involving subsidiaries directly or indirectly owned by the BPI Group, there has been no material impact on the consolidated figures on the group."

Fitch Ratings, Junho de 2002 e 13 de Janeiro de 2003

"As notações de *rating* do BPI reflectem a experiência da equipa de gestão em gerar bons resultados, a qualidade dos activos do Grupo, o perfil de risco conservador e a posição forte do Grupo no mercado, em algumas áreas de actividade."

"O Banco BPI e suas subsidiárias constituem o quinto maior grupo bancário português. Em final de Setembro de 2002, o valor consolidado dos capitais próprios ascendia a 1.4 mil milhões de euros. O montante de activos ascendia a 24.9 mil milhões. Esta ("esta" refere-se à reorganização da estrutura do Grupo efectuada em 2002), por ter sido puramente interna, envolvendo subsidiárias que já eram directa ou indirectamente detidas pelo Grupo BPI, não originou qualquer impacto material nas contas consolidadas do Grupo."

Standard & Poor's, 20 December 2002

"Although the economic environment will remain challenging and will likely continue to pressure the BPI banking group's financials, the degree of deterioration of both asset quality and profitability is expected to remain within reasonable levels. The group is expected to maintain its policy of streamlining expenses. Actual results from continuous staff reductions are expected to bear fruit, helping, to some extent, to offset declines in other items of BPI's consolidated income statement."

Standard & Poor's, 20 de Dezembro de 2002

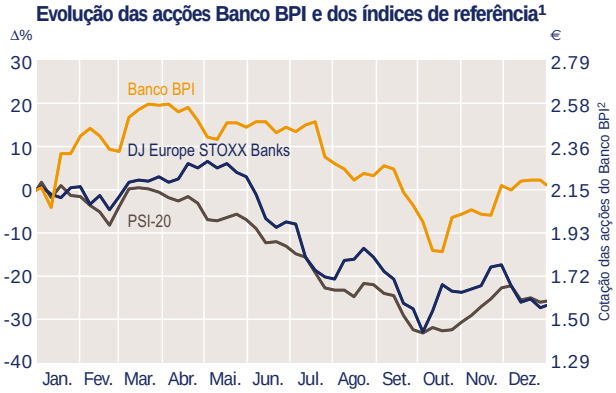
"Apesar de ser provável que os resultados financeiros do Grupo BPI continuem a ser pressionados por um ambiente económico desfavorável, espera-se que o grau de deterioração da qualidade dos activos e o de rendibilidade permaneçam razoáveis. Espera-se que o Grupo mantenha a política de optimizar e conter custos e que o programa de redução de efectivos venha a dar frutos, ajudando a compensar, em parte, o declínio em outras rubricas da conta de resultados."

Acções BPI

Rendibilidade do accionista

As acções do Banco BPI[1] encerraram o ano de 2002 com uma valorização[2] de 1.5%, evolução bastante positiva tendo em conta que no mesmo período os bancos europeus se desvalorizaram 26.8%[3]. Em termos gerais, o mercado de acções caiu 25.6% em Portugal[4] e 32.5% na Europa[5]. A rendibilidade (ROI) do investimento em acções BPI – que toma em consideração a apreciação do título em bolsa e pressupõe o reinvestimento dos dividendos em novas acções BPI – ascendeu a 3.0%.

Evolução das acções Banco BPI e dos índices de referência[1]



1) Evolução face a 31 de Dezembro de 2001.
2) Ajustado pelo aumento de capital de Maio de 2002.

Gráfico 55

Resultados por acção

O lucro líquido por acção do BPI ascendeu em 2002 a 0.192 euros (0.196 euros em 2001). O valor contabilístico de cada acção situava-se, no final de Dezembro de 2002, em 1.54 euros.

Dividendos

O dividendo proposto à Assembleia Geral de Accionistas relativamente ao exercício de 2002 é de 8 cêntimos de euro a atribuir a cada uma das 760 000 000 acções representativas do capital social existente em 31 de Dezembro de 2002. O montante total a distribuir ascende a 60.8 milhões de euros.

Liquidez

Em 2002, as acções BPI originaram um volume de negócios de 602 milhões de euros, o que representa um aumento de 54% face a 2001. O volume transaccionado médio diário foi de 2.4 milhões de euros.

Capitalização bolsista

O valor de mercado do Grupo BPI, aferido pela sua capitalização bolsista em 31 de Dezembro de 2002, ascendia a 1 657 milhões de euros, o que traduz um aumento de 14% face a 2001. O BPI era, no final de 2002, a nona maior instituição com acções cotadas na Euronext – Lisboa, tendo um peso de 3.7% na capitalização global do mercado.

Valorização pelo mercado

O *price earnings ratio*[6] evoluiu, ao longo de 2002, num intervalo compreendido entre um mínimo de 9.0 e um máximo de 13.7, fixando-se em 11.3 no final de 2002. O *price cash flow*[7] atingiu em 2002 um valor mínimo de 4.9 e um máximo de 7.4. O *price book value*[8] situava-se em 1.4 no final do ano.

Capital social

Em Maio de 2002, o BPI SGPS (agora redenominado para Banco BPI) aumentou o seu capital social de 645 625 000 euros para 760 000 000 euros através de uma emissão de 114 375 000 acções ordinárias nominativas e escriturais, com o valor nominal de um euro cada e com direito ao dividendo integral relativo ao ano de 2002 e seguintes. A operação concretizou-se através de uma subscrição pública reservada a accionistas ao preço de 1.75 euros por acção. As acções representativas do capital social do Banco BPI encontram-se admitidas, na sua totalidade, à negociação no mercado da Euronext.

1) Em 20 de Dezembro de 2002 o BPI SGPS absorveu por fusão o Banco BPI e alterou a sua denominação social para Banco BPI, mantendo o estatuto de entidade de topo e única sociedade do Grupo BPI com acções cotadas na Euronext Lisboa.
2) Ajustada pelo aumento de capital realizado em Maio.
3) Tomando por referência o índice Dow Jones Europe STOXX Bank.
4) Considerando a evolução do índice PSI-20.
5) Tendo por base a evolução do índice Dow Jones STOXX 600.
6) Cotação como múltiplo do resultado líquido.
7) Cotação como múltiplo do *cash flow* após impostos.
8) Cotação como múltiplo do valor contabilístico.

Principais indicadores das acções Banco BPI

Valores em euros e milhões de euros

	1998	1999	2000	2001	2002
Cotações das acções Banco BPI em Bolsa[1] (euros)					
Cotação máxima	6.03	4.56	4.10	3.83	2.63
Cotação média	4.21	3.69	3.50	2.65	2.34
Cotação mínima	2.60	3.03	3.09	1.81	1.74
Cotação de fecho	3.86	3.86	3.18	2.15	2.18
Variação da cotação e de índices de referência					
Variação da cotação do Banco BPI	29.5%	(0.1%)	(17.6%)	(32.3%)	1.5%
Variação do índice PSI-20	24.9%	8.7%	(13.0%)	(24.7%)	(25.6%)
Variação do índice Dow Jones STOXX 600	18.4%	35.9%	(5.2%)	(17.0%)	(32.5%)
Variação do índice Dow Jones Europe STOXX Bank	10.3%	18.5%	9.3%	(9.5%)	(26.8%)
Rendibilidade total do accionista					
Rendibilidade total do accionista	31.2%	2.5%	(16.0%)	(30.4%)	3.0%
Valor de mercado do Grupo BPI					
N.º de acções em final do ano (em milhões)	77.9	565.0[2]	645.6	645.6	760.0
Capitalização bolsista em final do ano (M. euros)	2 252.7	2 390.0	2 156.4	1 459.1	1 656.8
Valores por acção (euros)					
Cash flow após impostos	0.351	0.319	0.445	0.397	0.355
Lucro líquido	0.235	0.207	0.243	0.196	0.192
Dividendo	0.073	0.094	0.093	0.086	0.083[3]
Valor contabilístico	0.970	1.050	1.370	1.338	1.538
N.º Médio Ponderado de Acções (em milhões)	584.0	603.8	626.3	679.0	728.3
Indicadores de valorização pelo mercado					
Preço como múltiplo do:					
Cash flow após impostos	11.0	12.1	7.1	5.4	6.1
Lucro líquido	16.4	18.7	13.1	10.9	11.3
Valor contabilístico	4.0	3.7	2.3	1.6	1.4
Dividend yield	2.5%	2.4%	2.4%	2.7%	3.9%
Earnings yield	7.9%	5.4%	6.3%	6.2%	9.0%
Liquidez					
Volume anual transaccionado (M. euros)	2 100.0	1 495.0	992.9	390.8	602.0
Rotação do capital	85.4%	70.2%	45.2%	21.7%	87.2%
Volume transaccionado médio diário (M. euros)	8.5	6.0	4.1	1.6	2.4
Dividendos					
Lucro líquido (M. euros)	137.0	124.8	152.4	133.3	140.1
Resultados distribuídos (M. euros)	42.8	56.5	58.1	58.1	60.8
Pay-out ratio	31.2%	45.3%	38.1%	43.6%	43.4%
Dividendo por acção (euro)	0.073	0.094	0.093	0.086	0.083
Dividend yield	2.5%	2.4%	2.4%	2.7%	3.9%

1) Fonte: Bloomberg.

Quadro 59

2) Em 1999, procedeu-se ao aumento de capital de 77.9 milhões de acções para 113 milhões de acções, o qual gerou um encaixe de 125.4 milhões de euros. Posteriormente, realizou-se o *stock split* das acções BPI SGPS mediante o desdobramento de cada acção existente (com um valor nominal de 5 euros cada), por 5 novas acções com valor nominal de 1 euro cada.

3) O dividendo por acção a distribuir relativamente a 2002 é equivalente ao dividendo ajustado de 2001. A diferença entre ambos os valores, resulta do facto de ter de se considerar, para efeitos de pagamento do dividendo, a totalidade das acções existentes no final de 2002 (760.0 milhões) ao invés do número médio ponderado de acções (728.3 milhões), bem como ao facto de se ter deliberado o arredondamento do dividendo por acção ao cêntimo.

Acções próprias

Em 2002, o Banco BPI (anteriormente denominado BPI SGPS) adquiriu em bolsa 3 667 489 acções ao preço médio de 2.57 euros (no valor total de 9 438 613 euros), e vendeu em bolsa 1 626 389 acções ao preço médio de 2.05 euros (no valor total de 3 337 529 euros). Fora de bolsa, adquiriu 2 852 acções ao preço médio de 2.39 euros (no valor total de 6 826 euros) e vendeu 615 289 acções ao preço médio de 2.67 euros (no valor total de 1 643 961 euros). Estas transacções corresponderam a 0.9% do capital social do Banco BPI e destinaram-se exclusivamente à execução do programa de remuneração variável dos Colaboradores e Administradores de 2001 através da atribuição de acções e opções de compra de acções (RVA).

Por seu lado, o Banco Português de Investimento, S.A., – entidade detida a 100% pelo Banco BPI – adquiriu em bolsa 4 114 577 acções ao preço médio de 2.48 euros (no valor total de 10 203 532 euros), e vendeu em bolsa 4 577 736 acções ao preço médio de 2.51 euros (no valor total de 11 476 306 euros). Fora de bolsa, adquiriu 49 510 acções ao preço médio de 2.19 euros (no valor total de 108 427 euros). Estas transações corresponderam a 1.3% do capital social do Banco BPI, sendo que 37% da quantidade transaccionada destinou-se à cobertura de posições nos futuros do PSI-20.

Em 31 de Dezembro de 2002, o Banco BPI detinha 1 428 663 acções próprias, ou seja, 0.2% do capital, destinadas exclusivamente à cobertura do programa de remuneração variável em acções e opções – RVA – em vigor no Grupo desde 2001. Deste montante, 1 057 669 acções destinam-se à cobertura do plano de opções e 370 994 acções destinam-se à cobertura das acções atribuídas sob condição suspensiva. Por seu lado, o Banco Português de Investimento detinha, em 31 de Dezembro de 2002, 341 784 acções do Banco BPI, ou seja, 0.04% do capital, todas destinadas à cobertura de posições nos futuros do PSI-20.

As restantes subsidiárias sobre as quais o Banco BPI detém o controlo efectivo de gestão, não adquiriram nem alienaram qualquer acção representativa do seu capital social e, em final de Dezembro de 2002, não detinham em carteira acções do Banco BPI.

Accionistas

ESTRUTURA E PRINCIPAIS ACCIONISTAS

A 31 de Dezembro de 2002 o capital do Banco BPI era detido por 24 364 accionistas, dos quais 23 792 eram particulares e estavam na posse de 13.3% do capital, enquanto 572 pertenciam às classes dos investidores institucionais e das empresas e detinham 86.7% do capital.

Distribuição do capital[1] do Banco BPI — Em 31 de Dezembro de 2002

Tipo de Accionista	Nacionais		Estrangeiros[2]		Total	
	N.º de Accionistas	%	N.º de Accionistas	%	N.º de Accionistas	%
Particulares	23 571	13.2	221	0.1	23 792	13.3
Fundos de pensões	57	7.6	-	-	57	7.6
Fundos de investimento	27	1.6	-	-	27	1.6
Outros institucionais[3]	284	31.5	204	45.9	488	77.4
Total	**23 939**	**54.0**	**425**	**46.0**	**24 364**	**100.0**

1) A distribuição de capital do Banco BPI apresentada baseia-se na informação recebida da Central de Valores Mobiliários, na qual figura o registo de 759 943 580 euros, ou seja, 99.99% do capital social do Banco BPI, que é de 760 000 000 euros.
2) A distribuição entre tipos de accionistas é, relativamente aos estrangeiros, apenas indicativa. O BPI não dispõe de informação que lhe permita identificar os titulares das acções em nome de bancos de custódia estrangeiros.
3) Inclui participações directas de accionistas institucionais de referência do BPI, participações de empresas e acções em nome de bancos de custódia.

Quadro 60

Accionistas com participações superiores a 2% do capital do Banco BPI — Em 31 de Dezembro de 2002

Accionista	N.º de acções detidas	% do capital detido	% dos direitos de voto (de acordo com o código VM)
Grupo Itaú[1,2]	114 619 877	15.08%	15.12%
Grupo La Caixa[1,3]	113 956 379	14.99%	15.03%
Grupo Allianz[4]	67 381 096	8.87%	8.89%
Grupo Totta[5]	63 110 094	8.30%	8.32%
Sonae[6]	32 772 558	4.31%	4.32%
Clearstream Banking S.A., Luxembourg[7]	30 823 510	4.06%	4.07%
Grupo BCP	29 305 391	3.86%	3.87%
Grupo Caixa Geral de Depósitos	23 695 426	3.12%	3.13%
Grupo Arsopi	22 547 249	2.97%	2.97%
Grupo Violas	21 681 062	2.85%	2.86%

1) De acordo com disposição estatutária, os direitos de voto, para efeitos do seu exercício, estão limitados a 12.5%.
2) Através da IPI – Itaúsa Portugal SGPS, S.A., detida a 100%.
3) Através da Caixa Holding, S.A., Sociedad Unipersonal detida a 100%.
4) Através da RAS International, N.V., detida a 100%, da Companhia de Seguros Allianz Portugal (0.22%) e Fundo de Pensões Allianz Portugal (0.004%).
5) Acções detidas directamente pelo Banco Totta & Açores S.A. e por sociedades que o Banco BPI tem conhecimento que se encontram com aquele numa das situações previstas no artigo 20.º do Código dos Valores Mobiliários. Não inclui 27 689 939 acções detidas directamente pelo Banco Totta & Açores, S.A., através da sua Sucursal de Londres, adquiridas no âmbito de uma operação de reporte celebrada com a Sonae Investments BV conforme nota 6 deste quadro.
6) 5 082 619 acções (0.67%) através da Sonae Investments BV e 27 689 939 acções (3.64%) vinculadas a um contrato de reporte celebrado entre a Sonae Investments BV e o Banco Totta & Açores, S.A. Nos termos do aludido contrato de reporte, e conforme oportuna comunicação da Sonae e do Banco Totta a alienação de 27 689 939 de acções é meramente transitória, devendo as acções ser recompradas a qualquer momento por iniciativa da Sonae Investments BV até à data do termo da vigência do contrato. O Banco Totta e Açores S.A. e a Sonae Investments BV acordaram que esta mantém o exercício dos direitos de voto inerentes às referidas acções, através de mandato irrevogável que lhe foi outorgado.
7) Banco de custódia.

Quadro 61

Criação de valor para os Accionistas

Rendibilidade do investimento (ROI)

A valorização das acções BPI tem sido consistente: o investidor que subscreveu acções aquando do aumento de capital dirigido ao público em geral, em Outubro de 1986, obteve, até 2002, uma taxa média anual de retorno do investimento de 10.5%. O retorno dos accionistas que acorreram à subscrição pública foi, em média, 1 p.p. superior àquele que teriam obtido, se porventura tivessem optado por um investimento alternativo em acções portuguesas, medido através do índice PSI Geral.

No quadro seguinte, apresentam-se, por linha, as diversas taxas médias anuais de rendibilidade obtidas por um accionista que, tendo investido em acções BPI, no início de um ano, desinvestisse no final do mesmo ano, ou no final de cada um dos anos seguintes:

Criação de valor para os Accionistas do BPI[1] (1981-2002)

Retorno em percentagem; taxas médias anuais.

Entrada[2] \ Saída[3]	1986	1987	1988	1989	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002
1981	56.0	70.6	50.0	43.2	31.5	25.6	22.9	27.5	16.2	12.5	14.3	26.7	27.2	24.4	19.5	12.3	11.1
1986[4]	3 089	319.2	93.2	61.3	34.5	25.0	21.7	27.7	14.4	10.8	12.9	26.7	27.2	24.2	19.0	11.6	10.5
1987		148.4	39.2	29.3	15.0	11.4	11.5	18.6	8.2	5.9	8.6	21.7	22.7	20.4	16.0	9.6	8.8
1988			(16.2)	(2.9)	(6.5)	(4.2)	(0.5)	8.6	0.3	(0.7)	2.9	16.2	17.8	16.1	12.4	6.7	6.3
1989				12.6	(1.8)	(0.5)	3.0	13.2	2.6	1.1	4.8	19.4	20.8	18.5	14.1	7.8	7.2
1990					(12.3)	(5.3)	0.7	13.4	1.2	(0.1)	4.1	20.0	21.4	18.9	14.2	7.6	7.1
1991						0.5	4.9	19.8	3.3	1.3	5.7	23.3	24.4	21.3	15.8	8.5	7.8
1992							9.6	30.8	4.3	1.5	6.6	27.1	27.8	23.6	17.2	9.1	8.2
1993								56.2	1.8	(0.9)	6.0	30.3	30.5	25.4	18.0	9.1	8.2
1994									(30.9)	(19.1)	(4.8)	25.5	26.8	21.8	14.6	5.9	5.5
1995										(5.6)	9.6	49.0	43.9	33.4	22.1	10.4	9.1
1996											22.6	76.9	59.4	41.7	26.2	12.1	10.3
1997												139.9	77.5	47.2	26.8	10.5	8.9
1998													31.2	15.7	3.5	(7.2)	(4.9)
1999														2.5	(7.4)	(16.3)	(11.3)
2000															(16.0)	(23.8)	(15.1)
2001																(30.4)	(14.7)
2002																	3.0

Quadro 62

1) Pressupôs-se que, durante o período de investimento, o accionista reinvestiu os seus dividendos no dia imediato àquele em que os recebeu, adquirindo novas acções BPI e que participou em todos os aumentos de capital e emissões de dívida convertível reservados a accionistas, subscrevendo a quantidade máxima de títulos a que tinha direito.
2) Entrada (em início de ano).
3) Saída (em final de ano).
4) Entrada em Outubro de 1986, por subscrição de acções no aumento de capital dirigido ao público em geral.

Referências finais

Numa conjuntura particularmente difícil como a que caracterizou o exercício de 2002, o Grupo BPI conseguiu, conforme referido, registar indicadores de actividade bastante satisfatórios e prosseguir um ambicioso plano de racionalização da sua organização e funcionamento. Sem o dedicado empenhamento dos seus Colaboradores, o apoio e a compreensão dos respectivos Clientes, a cooperação das Autoridades Monetárias e Financeira e o interessado acompanhamento dos seus Accionistas não teria sido possível concretizar tais objectivos.

A todos deseja, por isso, o Conselho de Administração expressar o seu vivo reconhecimento.

Uma homenagem especial deve ser prestada aos Drs. Jorge Holtreman Roquette e António Seruca Salgado, que no exercício findo e por vontade própria deixaram de integrar o Conselho de Administração. Ambos permanecerão na história do BPI como referências inesquecíveis e a ambos se manifesta todo o reconhecimento pela decisiva participação no desenvolvimento do Grupo e na afirmação dos seus valores profissionais e empresariais. Ambos fizeram parte do núcleo fundador do projecto que viria dar origem ao BPI – o Dr. Jorge Roquette desde 1981, quando nasceu a Sociedade Portuguesa de Investimentos e o Dr. António Seruca Salgado a partir de 1984, um ano antes da transformação da Sociedade em Banco de Investimento. As suas carreiras profissionais concentraram-se sobretudo nas actividades relacionadas com a Banca de Empresas, primeiro no Banco de Investimento e, mais tarde, na Banca Comercial, à medida que o Grupo se foi expandindo e consolidando. Mas a sua inestimável contribuição, sempre prestada nos mais elevados níveis de responsabilidade, fica associada a todos os grandes passos da vida do BPI, com uma marca de profissionalismo, competência e lealdade.

Também no ano findo e por sua iniciativa, os Eng.os Sérgio Sawaya e Luís Mira Amaral deixaram de fazer parte dos Conselhos de Administração do Banco BPI e do Banco Português de Investimento, respectivamente. A ambos também o Conselho exprime a sua gratidão pela dedicação, empenho e competência com que desempenharam as respectivas funções.

Porto, 27 de Fevereiro de 2003

O Conselho de Administração

Proposta de aplicação dos resultados

BPI

No exercício de 2002, o Banco BPI, S.A. obteve um lucro consolidado de 140 069 454 euros e um lucro individual de 39 535 403.59 euros.

O Conselho de Administração propõe que, relativamente ao exercício de 2002, seja distribuído um dividendo de 0.08 euros (8 cêntimos de euro) a cada uma das 760 000 000 acções representativas do capital social em 31 de Dezembro de 2002.

O dividendo por acção proposto é, em termos ajustados pelo aumento de capital ocorrido em Maio de 2002 e formalizado por escritura pública de 3 de Junho de 2002, equivalente ao dividendo distribuído no ano anterior e implica uma distribuição de resultados correspondente a 43% do lucro consolidado do exercício.

Nas contas individuais, o Banco BPI deverá, nos termos do n.º 1 do artigo 97 do Regime Geral das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras, destinar 10% dos lucros líquidos à formação da reserva legal. Em consequência, a distribuição do dividendo proposto determina a distribuição de reservas livres, no montante de 25 218 136.77 euros, em complemento da aplicação parcial do lucro individual.

Nas contas consolidadas, considerando o dividendo proposto, a parcela do lucro consolidado retido, no montante de 79 269 454 euros, determina o aumento das reservas para 348 075 600 euros.

Assim, no exercício da competência que lhe confere o artigo 16, n.º 2, b) dos Estatutos, o Conselho de Administração propõe a seguinte aplicação do lucro individual do exercício:

Aplicação do lucro individual	39 535 403.59 euros
Do qual: Para reserva legal	3 953 540.36 euros
Para dividendos	35 581 863.23 euros
Distribuição de reservas livres	25 218 136.77 euros[1]
Dividendos a distribuir	60 800 000.00 euros

Porto, 27 de Fevereiro de 2003

O Conselho de Administração

1) Será deduzida da importância relativa ao dividendo que caberia às acções próprias detidas pelo Banco.

Demonstrações financeiras consolidadas

BALANÇOS CONSOLIDADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2002 E DE 2001

ACTIVO	Notas	2002			2001
		Valor bruto	Amortizações e provisões	Valor líquido	Valor liquído
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	4.1	524 106		524 106	506 726
Disponibilidades à vista sobre instituições de crédito	4.2	330 065		330 065	353 688
Outros créditos sobre instituições de crédito	4.3	3 267 999	99 818	3 168 181	3 512 320
Créditos sobre Clientes	4.4	16 615 194	142 602	16 472 592	15 372 139
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo					
Emissores públicos	4.5	2 145 049	2	2 145 047	1 518 313
Outros emissores	4.5	717 709	5 932	711 777	1 186 574
Acções e outros títulos de rendimento variável	4.6	224 706	75 006	149 700	155 438
Partes de capital em empresas associadas	4.7	108 143	1 182	106 961	105 375
Partes de capital em empresas filiais excluídas da consolidação	4.8	48 999		48 999	49 820
Outras participações financeiras	4.9	509 036	23 872	485 164	671 949
Imobilizações incorpóreas	4.10	104 119	88 630	15 489	20 855
Imobilizações corpóreas	4.11	621 367	330 290	291 077	304 268
Das quais: [Imóveis]		[298 030]	[114 715]	[183 315]	[191 902]
Acções próprias		3 044		3 044	1 707
Outros activos	4.12	265 621	13 939	251 682	264 924
Contas de regularização	4.13	965 190		965 190	768 849
Total do activo		**26 450 347**	**781 273**	**25 669 074**	**24 792 945**

RUBRICAS EXTRAPATRIMONIAIS					
Garantias prestadas e outros passivos eventuais	4.28			3 122 781	3 297 860
Dos quais:					
[Garantias e avales]				[3 045 337]	[3 224 501]
[Outros]				[77 444]	[73 359]
Compromissos	4.28			3 146 468	3 335 548

O Técnico Oficial de Contas

(Montantes expressos em milhares de euros)

PASSIVO E CAPITAIS PRÓPRIOS	Notas	2002	2001
Débitos para com instituições de crédito			
À vista	4.14	45 748	43 577
A prazo ou com pré-aviso	4.14	6 581 508	6 649 267
Débitos para com Clientes			
Depósitos de poupança	4.15	868 361	833 304
Outros débitos			
À vista	4.15	4 922 142	4 706 046
A prazo	4.15	6 540 427	6 513 766
Débitos representados por títulos			
Obrigações em circulação	4.16	3 541 429	3 121 750
Outros passivos	4.17	198 097	206 690
Contas de regularização	4.18	703 666	622 170
Provisões para riscos e encargos			
Provisões para pensões e encargos similares	4.19	14 541	9 442
Outras provisões	4.19	200 439	235 576
Fundo para riscos bancários gerais	4.19	5 059	6 658
Passivos subordinados	4.21	625 676	631 097
Interesses minoritários	4.22	253 106	304 915
Capital subscrito	4.23	760 000	645 625
Prémios de emissão	4.24	286 833	201 052
Reservas	4.25	(18 027)	(71 273)
Lucro consolidado do exercício	4.36	140 069	133 283
Total do passivo e dos capitais próprios		**25 669 074**	**24 792 945**

As notas anexas fazem parte integrante destes balanços.

O Conselho de Administração

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS CONSOLIDADOS POR NATUREZAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2002 E DE 2001

CUSTOS	Notas	2002	2001
Juros e custos equiparados	4.29	1 127 657	1 204 612
Comissões	4.30	21 975	17 231
Prejuízos em operações financeiras	4.31	994 458	1 018 043
Gastos gerais administrativos			
Custos com o pessoal	4.32	285 661	288 277
Outros gastos administrativos		154 990	165 025
Amortizações do exercício	4.10/4.11	50 198	51 834
Outros custos de exploração	4.33	7 886	8 105
Provisões para crédito vencido e para outros riscos	4.27	126 494	109 713
Provisões para imobilizações financeiras	4.27	4 232	5 395
Perdas extraordinárias	4.34	48 562	79 460
Impostos sobre os lucros	4.35	44 743	59 630
Outros impostos		1 620	3 393
Interesses minoritários no lucro do exercício	4.22	9 802	17 257
Lucro consolidado do exercício	4.36	140 069	133 283
		3 018 347	**3 161 258**

O Técnico Oficial de Contas

(Montantes expressos em milhares de euros)

PROVEITOS	Notas	2002	2001
Juros e proveitos equiparados	4.29	1 604 857	1 684 268
Rendimento de títulos	4.29	10 393	15 908
Comissões	4.30	207 064	210 102
Lucros em operações financeiras	4.31	1 014 006	1 058 674
Reposições e anulações de provisões	4.27	62 617	30 582
Resultados em empresas associadas e em filiais excluídas da consolidação		7 885	14 491
Outros proveitos de exploração	4.33	68 287	62 737
Ganhos extraordinários	4.34	43 238	84 496
		3 018 347	**3 161 258**

As notas anexas fazem parte integrante destas demonstrações.

O Conselho de Administração

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS CONSOLIDADOS POR FUNÇÕES PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2002 E DE 2001

(Montantes expressos em milhares de euros)

	2002	2001
Margem financeira	477 200	479 656
Provisões para risco de crédito	(35 857)	(37 630)
Recuperações de crédito	14 678	18 855
Margem financeira líquida	456 021	460 881
Comissões líquidas	185 089	192 871
Outros resultados de exploração líquidos	48 507	37 947
Margem de serviços	233 596	230 818
Rendimento de títulos	10 393	15 908
Resultados consolidados pelo método da equivalência patrimonial	7 885	14 491
Resultados em operações financeiras	19 548	40 631
Provisões para depreciação de títulos	(17 225)	(5 374)
Margem da função investimento	20 601	65 656
Outros custos	(4 404)	(5 563)
Resultados antes de custos de transformação	705 814	751 792
Custos com o pessoal	(285 661)	(288 277)
Outros gastos administrativos	(154 990)	(165 025)
Amortizações do exercício	(50 198)	(51 834)
Custos de transformação	(490 849)	(505 136)
Resultado operacional	214 965	246 656
Outras provisões	(15 027)	(41 521)
Resultados na alienação de participações	20 256	6 166
Outros resultados extraordinários	(25 580)	(1 131)
Resultados antes de impostos e interesses minoritários	194 614	210 170
Impostos	(44 743)	(59 630)
Interesses minoritários	(9 802)	(17 257)
Lucro consolidado do exercício	**140 069**	**133 283**

As notas anexas fazem parte integrante destas demonstrações.

O Técnico Oficial de Contas

O Conselho de Administração

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA CONSOLIDADOS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2002 E DE 2001

(Montantes expressos em milhares de euros)

	2002	2001
Actividades operacionais		
Juros, comissões e outros proveitos equiparados recebidos	2 175 430	2 635 433
Juros, comissões e outros custos equiparados pagos	(1 393 113)	(1 763 993)
Pagamentos a empregados e fornecedores	(7 268)	(410 050)
Recuperações de crédito e juros vencidos	14 678	18 855
Resultados extraordinários operacionais	(461 197)	1 217
Fluxo líquido proveniente dos proveitos e custos	**328 530**	**481 462**
Diminuições (aumentos) em:		
Outros créditos sobre instituições de crédito	345 114	(821 721)
Créditos sobre Clientes	(1 155 626)	(1 998 396)
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo	(101 014)	(255 021)
Acções e outros títulos de rendimento variável	(9 728)	21 533
Outros activos e contas de regularização	23 285	63 474
Fluxo líquido proveniente dos activos operacionais	**(897 969)**	**(2 990 131)**
Aumentos (diminuições) em:		
Débitos para com instituições de crédito – a prazo ou com pré-aviso	(67 759)	740 248
Débitos para com Clientes	277 814	937 268
Outros passivos e contas de regularização	(33 678)	(22 772)
Fluxo líquido proveniente dos passivos operacionais	**176 377**	**1 654 744**
Contribuições para fundos de pensões	(140 574)	(140 416)
Pagamento de impostos sobre lucros	(78 462)	(35 736)
	(612 098)	**(1 030 077)**
Actividades de investimento		
Aquisição / constituição de partes de capital		
Aquapor – Serviços, S.A.	(1 740)	(9 831)
Douro – Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A.		(3 592)
Viacer – Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A.		(25 481)
Solo – Investimentos em Comunicação, S.G.P.S., S.A.	(7 223)	
Outras		(200)
Venda de partes de capital		
Luságua – Gestão de Águas, S.A.		5 986
Aquisições de participações e outras imobilizações financeiras	(31 964)	(12 538)
Vendas de participações e outras imobilizações financeiras	239 312	13 311
Aquisições de imobilizado incorpóreo e corpóreo	(44 151)	(42 540)
Vendas de imobilizado corpóreo:		
Imóveis de serviços próprio	1 913	3 613
Outros	689	1 810
Dividendos recebidos e outros proveitos	10 258	13 156
	167 094	**(56 306)**

As notas anexas fazem parte integrante destas demonstrações.

(Montantes expressos em milhares de euros)

	2002	2001
Actividades de financiamento		
Emissões de dívida titulada e subordinada	927 650	1 718 696
Amortizações de dívida titulada	(569 358)	(357 915)
Aquisições e vendas de dívida titulada e subordinada própria	75 775	(135 725)
Aumento de capital		
Valor nominal	114 375	
Prémios de emissão	85 781	
Juros de dívida titulada e subordinada	(129 630)	(111 537)
Distribuição de dividendos de acções preferenciais	(9 568)	(17 923)
Distribuição de dividendos	(57 875)	(58 097)
	437 150	**1 037 499**
Aumento (diminuição) de caixa e seus equivalentes	(7 854)	(48 884)
Caixa e seus equivalentes no início do exercício	816 837	865 721
Alterações no perímetro de consolidação	(560)	
Caixa e seus equivalentes no fim do exercício	**808 423**	**816 837**

As notas anexas fazem parte integrante destas demonstrações.

O Técnico Oficial de Contas

Alberto Pitôrra

O Conselho de Administração

Presidente Artur Santos Silva

Vice-Presidentes Carlos da Câmara Pestana
Fernando Ulrich
Ruy Matos de Carvalho

Vogais Alfredo Rezende de Almeida
António Domingues
António Farinha Morais
Armando Leite de Pinho
Fernando Ramirez
Isidro Fainé Casas
João Sanguinetti Talone
José Pena do Amaral
Klaus Dührkop
Manuel de Oliveira Violas
Manuel Ferreira da Silva
Maria Celeste Hagatong
Diethart Breipohl
Roberto Egydio Setúbal
Tomaz Jervell

Notas às demonstrações financeiras consolidadas

Notas às demonstrações financeiras consolidadas em 31 de Dezembro de 2002 e de 2001

(Montantes expressos em milhares de euros – m. euros – excepto quando expressamente indicada outra unidade)

1. GRUPO FINANCEIRO

O Banco BPI, S.A., (Banco BPI) é uma sociedade que resultou da transformação do BPI SGPS, S.A., (BPI SGPS) por alteração da sua denominação e objecto social – que passou a ser o exercício da actividade bancária – com incorporação do património e operações do Banco BPI, S.A., entretanto extinto.

Esta transformação produz efeitos desde 20 de Dezembro de 2002, data em que ocorreu a inscrição no registo comercial das operações que integraram uma reestruturação societária do Grupo BPI e que, além daquela transformação, envolveu:

– a fusão por incorporação no BPI SGPS da BPI Ventures, SGPS, S.A., reportada a 1 de Janeiro de 2002, e da Dixit Investimentos Estratégicos, SGPS, S.A.;

– a cisão-fusão do Banco Português de Investimento, S.A. (BPI Investimentos) com destaque de parte do respectivo património para incorporação no BPI SGPS;

– a fusão por incorporação no Banco BPI da BPI Leasing – Sociedade Portuguesa de Locação Financeira, S.A., da BPI Factor – Sociedade Portuguesa de Factoring, S.A. e da Estratégia, SGPS, S.A.

O Grupo BPI iniciou a sua actividade em 1981 através da constituição da SPI – Sociedade Portuguesa de Investimentos, S.A.R.L. Por escritura pública de Dezembro de 1984, esta sociedade foi transformada no BPI – Banco Português de Investimento, S.A. que se constituiu no primeiro banco de investimento privado criado em Portugal após a reabertura do exercício da actividade bancária à iniciativa privada ocorrida em 1984. Em 30 de Novembro de 1995, o Banco Português de Investimento, S.A. deu origem ao BPI – SGPS, S.A. que exercia, em exclusivo, as funções de holding do Grupo BPI.

O Banco BPI é a entidade principal de um Grupo Financeiro, centrado na actividade bancária, multiespecializado, que oferece um extenso conjunto de serviços e produtos financeiros para empresas, investidores institucionais e particulares. O Banco BPI está cotado em Bolsa desde 1986.

Em 31 de Dezembro de 2002, a actividade bancária do Grupo é desenvolvida, principalmente, através do BPI Investimentos na área da banca de investimento e do Banco BPI na área da banca comercial. O Banco BPI controla a totalidade do capital social do BPI Investimentos.

O Banco BPI detém, directa e indirectamente, participações financeiras em empresas filiais e associadas. São consideradas empresas filiais aquelas em que a percentagem de participação excede 50% do seu capital. Empresas associadas são aquelas em que a percentagem de participação se situa entre 20% e 50% do seu capital ou em que o Banco BPI, directa ou indirectamente, exerce uma influência significativa sobre a sua gestão e a sua política financeira (nota 4.7).

Em 2001, o Grupo BPI passou a deter a totalidade do capital social da Douro – Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A., através de uma oferta pública de aquisição de acções desta sociedade, de aquisição directa e de uma aquisição potestativa nos termos do disposto no artigo 194 do *Código dos Valores Mobiliários*.

No exercício de 2001, o Grupo BPI subscreveu parte de um aumento do capital social da Viacer – Sociedade Gestora de Participações Sociais, Lda., tendo, em consequência, elevado a sua participação para 26% do capital social daquela sociedade.

No exercício de 2001, o Banco BPI absorveu, por fusão, a BPI Capital – SGPS, S.A., a BPI Participações – SGPS, S.A. e a BPI Private Equity, SGPS, S.A. Para efeitos contabilísticos, a fusão produziu efeitos a partir de 1 de Julho de 2001.

No exercício de 2001, o Grupo BPI vendeu a participação que detinha na Luságua Gestão de Águas, S.A. correspondente a 30% do capital social desta sociedade.

No exercício de 2001, o Banco BPI constituiu a BPI Madeira, SGPS, Unipessoal, S.A. O capital social desta sociedade é de 150 000 m. euros e é integralmente detido pelo Grupo BPI.

No exercício de 2001, a participação que o Banco BPI detém na Digitmarket – Sistemas de Informação, S.A. passou a ser incluída no Grupo BPI. Porém, no segundo semestre de 2002 o Banco BPI reduziu a percentagem da sua participação naquela sociedade para 9.9% que, em consequência, foi excluída do perímetro do Grupo BPI.

No exercício de 2002, o Grupo BPI constituiu a BPI (Suisse), S.A. O capital social desta sociedade é de 1 500 000 francos suíços e é detido em 99.87% pelo Grupo BPI.

No primeiro semestre de 2002, o Banco BPI subscreveu integralmente o aumento de capital social da BPI – Ventures, SGPS, S.A., de 25 000 m. euros para 65 000 m. euros, por conversão de prestações suplementares de capital.

Durante o segundo semestre de 2002, a BFE Investimentos – Sociedade de Investimentos, S.A. alterou o seu objecto social e passou a denominar-se Estratégia, SGPS, S.A.

No segundo semestre de 2002, o BPI Investimentos absorveu, por fusão, a BPI Dealer – Sociedade Financeira de Corretagem, S.A. Para efeitos contabilísticos, a fusão produziu efeitos a partir de 1 de Janeiro de 2002.

Durante o segundo semestre de 2002, foi constituído o Banco de Fomento, S.A.R.L., com sede em Angola, com capital social de 1 305 561 mil kwanzas, integralmente detido pelo Grupo BPI. Esta sociedade resultou da transformação da Sucursal de Luanda do Banco BPI em banco constituído no quadro do regime legal angolano.

No segundo semestre de 2002, foi concluído o processo de constituição e autorização para o exercício da actividade bancária do BPI Cayman, Ltd. O capital social deste banco é de 150 000 m. euros e é integralmente detido pelo Grupo BPI.

Durante o segundo semestre de 2002, foi exercida a opção de venda, emitida pelo Grupo BPI, sobre 55% do capital social da Solo – Investimentos em Comunicações, SGPS, S.A., pelo que o Banco BPI passou a deter 100% do capital desta empresa.

Em 31 de Dezembro de 2002, as sociedades que integram o Grupo BPI são:

	Sede	Capitais próprios	Activo	Lucro (prejuízo) do exercício	Participação directa	Participação efectiva	Método de consolidação
Bancos							
Banco BPI, S.A.[1]	Portugal	1 160 499	26 813 261	39 535			
Banco Português de Investimento, S.A.	Portugal	31 771	3 058 786	11 174	100.0%	100.0%	Integr. global
Banco de Fomento, S.A.R.L.	Moçambique	13 264	102 819	4 347	98.0%	100.0%	Integr. global
Banco de Fomento, S.A.R.L.[2]	Angola	40 728	557 391	11 205	100.0%	100.0%	Integr. global
Banc Post S.A.	Roménia	102 492	623 420	4 990	17.0%	17.0%	Eq. patrimonial
BPI Cayman, Ltd.	Ilhas Cayman	150 000	150 102			100.0%	Integr. global
Crédito especializado							
BPI Rent – Comércio e Aluguer de Bens, Lda.	Portugal	(4 222)	376 427	(8 119)	100.0%	100.0%	Eq. patrimonial
Eurolocação – Comércio e Aluguer de Veículos e Equipamento, S.A.	Portugal	464	479	66	100.0%	100.0%	Eq. patrimonial
BPI Locação de Equipamentos, Lda.	Portugal	(5 263)	42 327	(2 987)	100.0%	100.0%	Eq. patrimonial
Gestão de activos e corretagem							
BPI Dealer – Sociedade Financeira de Corretagem (Moçambique), S.A.R.L.	Moçambique	66	217		12.5%	100.0%	Integr. global
BPI Fundos – Gestão de Fundos de Investimento Mobiliários, S.A.	Portugal	18 005	22 500	12 643	100.0%	100.0%	Integr. global
BPI – Global Investment Fund Management Company, S.A.	Luxemburgo	976	1 003	812	100.0%	100.0%	Integr. global
BPI Pensões – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A.	Portugal	4 758	5 875	1 983	100.0%	100.0%	Eq. patrimonial
Sofinac – Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Imobiliário, S.A.	Portugal	1 093	1 270	193	100.0%	100.0%	Integr. global
BPI (Suisse), S.A.	Suiça	670	724	(363)		99.87%	Integr. global
Capital de risco / desenvolvimento							
F. Turismo – Capital de Risco, S.A.	Portugal	5 361	5 443	217	25.0%	25.0%	Eq. patrimonial
Inter-Risco – Sociedade de Capital de Risco, S.A.	Portugal	21 413	27 078	(1 838)	83.7%	83.7%	Integr. global
Solo – Investimentos em Comunicação, SGPS, S.A.	Portugal	17	114 443	(23)	100.0%	100.0%	Integr. global
Seguros							
BPI Vida – Companhia de Seguros de Vida, S.A.	Portugal	34 196	1 224 464	2 407	100.0%	100.0%	Eq. patrimonial
Cosec – Companhia de Seguros de Crédito, S.A.	Portugal	23 165	109 397	1 446	50.0%	50.0%	Eq. patrimonial
Companhia de Seguros Allianz Portugal, S.A.	Portugal	107 811	829 995	(3 801)	35.0%	35.0%	Eq. patrimonial
Outras							
BPI Capital Finance Ltd.[3]	Ilhas Cayman	293 295	248 295	9 894	100.0%	100.0%	Integr. global
BPI, Inc.[4]	E.U.A.	117	274	8	100.0%	100.0%	Eq. patrimonial
BPI Madeira, SGPS, Unipessoal, S.A.	Portugal	149 998	150 024	(2)	100.0%	100.0%	Integr. global
CrediUniverso – Serviços de Marketing, S.A.	Portugal	2 062	7 858	402	50.0%	50.0%	Integr. global
Douro – Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A.	Portugal	3 797	3 852	(54)	100.0%	100.0%	Eq. patrimonial
Finangeste – Empresa Financeira de Gestão e Desenvolvimento, S.A.	Portugal	36 209	182 571	1 489	32.8%	32.8%	Eq. patrimonial
Promática – Sociedade de Informação e de Organização de Empresas, S.A.	Portugal	1 113	1 436	229	100.0%	100.0%	Eq. patrimonial
Simofer – Sociedade de Empreendimentos Imobiliários e Construção Civil, Lda.	Portugal	(5 077)	1 370	(20)	100.0%	100.0%	Eq. patrimonial
Viacer – Sociedade Gestora de Participações Sociais, Lda.	Portugal	57 830	61 964	12 720	26.0%	26.0%	Eq. patrimonial

Nota: Os valores reportam-se a 31 de Dezembro de 2002 (saldos contabilísticos, antes de ajustamentos de consolidação) excepto se outra data for explicitada.

1) O lucro do exercício inclui o resultado da actividade exercida pelo novo Banco BPI a partir de 20 de Dezembro de 2002 e o resultado da actividade exercida pelo BPI SGPS e pela BPI Ventures até essa data. O lucro obtido pelo Banco BPI de 1 de Janeiro de 2002 a 20 de Dezembro de 2002 foi de 69 920 m. euros.
2) O Banco BPI detém 1 305 473 acções, sendo o capital social constituído por 1 305 561 acções detidas, na totalidade, pelo Grupo BPI.
3) O capital social está representado por 5 000 acções ordinárias com o valor nominal de 1 dólar americano cada e por 10 000 000 de acções preferenciais, sem direito de voto, com o valor nominal de 25 dólares americanos cada. Considerando as acções preferenciais, a participação efectiva do Grupo BPI nesta empresa é de 0.002%.
4) Valores relativos a 30 de Setembro de 2002 resultantes da conversão de dólares americanos ao câmbio de 31 de Dezembro de 2002.

2. COMPARABILIDADE DA INFORMAÇÃO, BASES DE APRESENTAÇÃO, PRINCÍPIOS DE CONSOLIDAÇÃO E PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

COMPARABILIDADE DA INFORMAÇÃO

Em 31 de Dezembro de 2001, as demonstrações financeiras consolidadas reconhecem a amortização, por contrapartida de reservas, das despesas com custo diferido relativas à cobertura do acréscimo de responsabilidades por reformas antecipadas realizadas em 1999 e 2000 e ainda não amortizadas em 31 de Dezembro de 2000, bem como do acréscimo de responsabilidades por reformas antecipadas realizadas no primeiro semestre de 2001.

Este procedimento mereceu o acordo do Banco de Portugal e tem os seguintes efeitos sobre as rubricas de balanço:

Reservas	(80 402)
Contas de regularização (activo)	(80 402)

BASES DE APRESENTAÇÃO

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas com base nos registos contabilísticos do Banco BPI e das suas filiais e associadas e foram processadas de acordo com o *Plano de Contas para o Sistema Bancário*, estabelecido pelo Banco de Portugal na sequência da competência que lhe foi atribuída pelo n.º 1 do artigo 115 do *Regime Geral das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras*, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 298 / / 92, de 31 de Dezembro (com alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 246 / 95, de 14 de Setembro, pelo Decreto-Lei n.º 232 / 94, de 5 de Dezembro, pelo Decreto-Lei n.º 222 / 99, de 22 de Junho, pelo Decreto-Lei n.º 250 / 00, de 13 de Outubro, pelo Decreto Lei n.º 285 / 2001, de 30 de Novembro, e pelo Decreto-Lei n.º 201 / 2002, de 26 de Setembro), bem como com o regime estabelecido pelo Decreto-Lei n.º 36 / 92, de 28 de Março. Adicionalmente, foram efectuados ajustamentos de consolidação de forma a corrigir a aplicação de certos princípios contabilísticos.

PRINCÍPIOS DE CONSOLIDAÇÃO

As demonstrações financeiras das empresas filiais são consolidadas pelo método de integração global, excepto se a sua integração não permitir que as demonstrações financeiras consolidadas dêem uma imagem fiel do património, da situação financeira e dos resultados do conjunto das empresas compreendidas na consolidação (n.º 1 do artigo 5.º do Decreto--Lei n.º 36 / 92, de 28 de Março). As transacções e os saldos significativos entre as empresas cujas demonstrações financeiras são objecto de consolidação são eliminados no processo de consolidação e o valor do capital, das reservas e dos resultados correspondente à participação de terceiros nestas empresas é apresentado na rubrica INTERESSES MINORITÁRIOS.

As demonstrações financeiras das empresas filiais excluídas da integração global nos termos da excepção ao princípio anteriormente referido bem como as das empresas associadas são reconhecidas pelo método de equivalência patrimonial, correspondendo o valor da participação a uma percentagem do capital, das reservas e dos resultados equivalente à percentagem da participação, directa ou indirecta, do Banco BPI nessas empresas.

As demonstrações financeiras das empresas filiais ou associadas inactivas, em liquidação, em que as correspondentes participações tenham a natureza de aplicações de capital de desenvolvimento ou quando haja a intenção de alienar tais participações são excluídas da consolidação e de reavaliação por equivalência patrimonial.

A inclusão das demonstrações financeiras expressas em moeda estrangeira é precedida da sua conversão para euros com base no câmbio de divisas, divulgado a título indicativo pelo Banco de Portugal, sendo o efeito cambial originado na conversão reconhecido como resultado do exercício.

A inclusão das demonstrações financeiras preparadas de acordo com a *Norma Internacional de Contabilidade 29* para as economias hiperinflacionárias é precedida da reclassificação para resultados do exercício do impacto da reexpressão dos capitais próprios em preços correntes.

Os valores de *goodwill* e *badwill*, decorrentes da diferença entre o custo de aquisição e o valor patrimonial equivalente das empresas filiais e associadas na data da primeira consolidação, foram totalmente amortizados no ano de aquisição ou da primeira consolidação por contrapartida de reservas.

O lucro consolidado resulta da agregação dos resultados líquidos do Banco BPI e das empresas do Grupo, estes na proporção da participação efectiva e do período de detenção respectivos após se efectuarem os ajustamentos de consolidação, designadamente a eliminação de proveitos e custos gerados em transacções realizadas entre as empresas incluídas no perímetro de consolidação.

As participações de capital que não são objecto de consolidação pelo método de integração global ou de reavaliação pelo método de equivalência patrimonial registam-se de acordo com o critério definido na nota 2.4.

PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As políticas contabilísticas que se seguem são aplicáveis às demonstrações financeiras consolidadas em 31 de Dezembro de 2002 e 2001.

2.1. Especialização de exercícios

Os juros das operações activas e das operações passivas são reconhecidos de acordo com o princípio contabilístico da especialização de exercícios, isto é, são registados à medida que são gerados, independentemente do momento em que são cobrados ou pagos. Porém, os juros vencidos e não cobrados são contabilizados como juros vencidos a regularizar na data em que a cobrança se deveria ter efectivado, ficando a aguardar, pelo período máximo de 30 dias, a respectiva regularização. Decorrido este prazo, é suspensa a contabilização dos juros em contas de proveitos relativamente ao capital registado em crédito vencido e são anulados os juros contados a partir da última prestação de juros paga, com excepção das operações de crédito com garantia hipotecária cujos juros permanecem registados até à data em que passam a ser consideradas em situação de contencioso.

As despesas com campanhas de publicidade relacionadas com o lançamento de produtos de médio e longo prazo e da marca do Banco BPI são registadas como despesas com custo diferido quando efectuadas e repartidas como custos com fornecimentos de terceiros nos trinta e seis meses seguintes.

Os dividendos são reconhecidos quando são atribuídos ou recebidos. De acordo com este critério, os dividendos antecipados são registados como proveitos no exercício em que é deliberada a sua distribuição.

Os outros proveitos e os outros custos são também reconhecidos de acordo com o referido princípio contabilístico da especialização de exercícios, excepto no caso das responsabilidades com pensões de reforma e de sobrevivência que são registados segundo o descrito na política contabilística 2.12.

2.2. Imobilizações corpóreas

As imobilizações corpóreas são contabilisticamente relevadas pelo custo de aquisição ou pelo valor de reavaliação, calculado nos termos da legislação aplicável, sendo a contrapartida do saldo resultante dos movimentos contabilísticos inerentes aos processos de reavaliação registada numa rubrica dos capitais próprios denominada RESERVAS DE REAVALIAÇÃO.

As imobilizações corpóreas são amortizadas pelo método das quotas anuais constantes e das quotas anuais degressivas, por duodécimos, às taxas máximas aceites fiscalmente como custo, as quais têm subjacente o número de anos de vida útil esperada para os diferentes tipos de imobilizado como a seguir se indica:

	Anos de vida útil
Imóveis	20 a 50
Obras em edifícios próprios	10 a 50
Imobilizações não passíveis de recuperação efectuadas em edifícios arrendados	3 a 10
Equipamento	3 a 12
Outras imobilizações corpóreas	3 a 10

Nos termos da lei, uma parcela correspondente a 40% do aumento das amortizações que resulta das reavaliações registadas não é considerada como custo para efeitos fiscais. Os correspondentes impostos diferidos passivos não são registados.

Os imóveis recebidos em dação em cumprimento de crédito vencido são registados na rubrica OUTROS ACTIVOS pelo valor acordado no contrato de dação, o qual corresponde ao menor dos valores da dívida existente ou da avaliação do imóvel, à data da dação em cumprimento do crédito. Estes imóveis são mantidos no activo até serem vendidos e são objecto de avaliações periódicas que dão lugar à constituição de provisões sempre que o valor decorrente dessas avaliações seja inferior ao valor por que se encontram contabilizados.

As despesas de investimento em obras não passíveis de recuperação, realizadas em edifícios que não sejam propriedade do Banco, são amortizadas em prazo compatível com o da sua utilidade esperada ou do contrato de arrendamento, pelo período máximo de 10 anos.

2.3. Imobilizações incorpóreas

O Grupo BPI tem por política registar nesta rubrica as despesas notariais, de registo e despesas relacionadas com aumentos de capital, bem como as despesas com estudos e projectos (nomeadamente estudos de consultoria e *software*) elaborados por terceiros cujo impacto se repercuta para além do exercício em que são realizados.

As imobilizações incorpóreas são amortizadas pelo método das quotas anuais constantes, por duodécimos, às taxas máximas aceites fiscalmente como custo, as quais, em geral, têm subjacente um período de amortização de três anos.

2.4. Participações financeiras

As participações em empresas cujas demonstrações financeiras não são consolidadas nem reconhecidas pelo método da equivalência patrimonial encontram-se registadas ao custo de aquisição.

Até 30 de Junho de 2002 (exclusivé), a constituição de provisões para menos valias potenciais em participações financeiras foi efectuada nos termos do *Aviso do Banco de Portugal* n.º 3 / 95, de 30 de Junho, que não obriga à constituição daquelas provisões salvo se, relativamente à sociedade participada, se verificar alguma das circunstâncias seguintes:

– ter apresentado resultados negativos em três exercícios, seguidos ou interpolados, nos últimos cinco anos; e,

– encontrar-se em situação de insolvência, ter sido declarado o estado de falência, ter sido objecto de alguma providência de recuperação de empresas ou ter cessado actividade.

A partir de 30 de Junho de 2002 (inclusivé), a constituição de provisões para menos valias potenciais em participações financeiras é efectuada nos termos dos *Avisos do Banco de Portugal* n.º 3 / 95 e 4 / 2002, de 30 de Junho e 25 de Junho, respectivamente. Assim, foi mantido o regime de constituição de provisões aplicável às participações financeiras que se encontram nas circunstâncias anteriormente previstas e, adicionalmente, tornada obrigatória a constituição de provisões para menos valias potenciais nas demais participações financeiras. Quando o montante da menos valia potencial numa participação – determinada com base na média das cotações diárias dos últimos seis meses, no caso dos títulos cotados, ou, determinada pelo produto da parte correspondente à situação líquida da sociedade participada pelo factor 1.5, no caso dos títulos não cotados – exceder 15% do valor de inscrição no balanço, há lugar à constituição de uma provisão correspondente a, pelo menos, 40% daquele excesso.

O *Aviso do Banco de Portugal* n.º 4 / 2002, de 25 de Junho, estabeleceu um regime transitório aplicável ao conjunto das participações financeiras que estavam em carteira em 31 de Dezembro de 2001. No âmbito deste regime especial, a constituição de provisões e a dedução aos fundos próprios em razão das menos valias potenciais apuradas naquele conjunto de participações financeiras é efectuada de forma gradual até 2006, se se tratar de participações financeiras em empresas não sujeitas à supervisão do Banco de Portugal ou do Instituto de Seguros de Portugal, e até 2011, se se tratar de participações financeiras sujeitas à supervisão daquelas entidades. As provisões constituídas em 2002 e 2003 poderão ser registadas contra reservas. No âmbito deste regime transitório, em 31 de Dezembro de 2002 foram constituídas provisões correspondentes a 25% do montante a constituir até ao final do regime transitório, no caso de participações financeiras em empresas não sujeitas à supervisão do Banco de Portugal ou do Instituto de Seguros de Portugal e a 10% do montante a constituir até ao final do regime transitório, no caso de participações financeiras em empresas sujeitas à supervisão do Banco de Portugal ou do Instituto de Seguros de Portugal.

2.5. Obrigações, acções e outros títulos de rendimento fixo ou variável

As compras e vendas de títulos são registadas na data da transacção, salvo se decorrer de expressa estipulação contratual ou de regime legal ou regulamentar aplicável que os direitos e obrigações inerentes aos valores transaccionados se transferem em data diferente, casos em que será esta última a data relevante.

Os títulos transaccionáveis são objecto de esquemas de contabilização diferenciados em função das suas características e da prévia explicitação sobre a intenção da aquisição.

i) Títulos de negociação

São considerados títulos de negociação aqueles que são adquiridos com o objectivo de venda até um prazo que não pode exceder seis meses, visando a obtenção de uma mais-valia e em que a natureza e o volume dos títulos a transaccionar não oferecem quaisquer dúvidas quanto à sua negociabilidade tendo em conta as condições concretas de mercado.

As obrigações e outros títulos de rendimento fixo são escriturados pelo valor de aquisição e reavaliados diariamente com base no valor de mercado, acrescido do montante dos juros corridos e não cobrados. Na ausência de valor de mercado, tais títulos são valorizados ao custo de aquisição acrescido dos juros corridos desde a data do último vencimento de juros. As diferenças negativas ou positivas que resultam da aplicação dos critérios anteriores são registadas como custos ou proveitos (notas 2.8 e 4.5).

As acções são registadas ao valor de mercado ou, na sua ausência, ao menor dos valores de aquisição ou presumível de mercado. As diferenças de valorização relativas a acções que integram a composição dos índices BVL30 e PSI-20 (Euronext) e a acções que apresentem liquidez adequada são registadas como custos ou proveitos. As diferenças de valorização relativas a outras acções são registadas em contas de regularização do activo ou do passivo, consoante se trate de perdas ou de ganhos potenciais, dando as perdas lugar à constituição de uma provisão (notas 2.8 e 4.6).

As acções próprias são registadas em termos idênticos aos anteriormente referidos, excepto as acções que se encontram afectas ao programa RVA – Remuneração Variável em Acções.

ii) Títulos de investimento

Os títulos de investimento são aqueles que são adquiridos com a finalidade de os conservar por prazo superior a seis meses.

Os títulos emitidos a valor descontado são registados pelo valor de reembolso (valor nominal). A diferença entre o valor nominal e o valor de aquisição é considerada como receita com proveito diferido. Mensalmente os juros corridos são registados nas respectivas contas de proveitos de acordo com a taxa de juro implícita em regime de juro composto.

As obrigações e outros títulos de rendimento fixo emitidos com base no valor nominal são registados ao custo de aquisição. Os juros corridos são contabilizados como proveitos a receber. A diferença entre o custo de aquisição e o valor de reembolso dos títulos – que constitui o prémio ou desconto verificado por ocasião da compra – é repercutida nos resultados de modo escalonado ao longo do período que decorrerá até à amortização.

A diferença entre o custo de aquisição (corrigido das parcelas do prémio ou do desconto reconhecidas nos resultados) e o valor de mercado das obrigações e outros títulos de rendimento fixo, se for positiva, dá origem à constituição de uma provisão (notas 2.8 e 4.5). Relativamente às obrigações e outros títulos de rendimento fixo cuja cobertura é efectuada por elementos extrapatrimoniais, o respectivo valor de mercado é corrigido pelo risco de crédito implícito.

O valor dos títulos com capitalização dos juros incorpora a periodificação desses juros.

As acções e outros títulos de rendimento variável são registados ao custo de aquisição. Sempre que o valor de mercado (ou presumível de mercado, no caso de títulos não cotados) for inferior ao custo de aquisição, tem lugar a constituição de uma provisão (notas 2.8 e 4.6).

As acções próprias são registadas em termos idênticos aos anteriormente referidos.

iii) Vendas de títulos a descoberto

As vendas de títulos de que resultam posições curtas (vendas a descoberto) são registadas a crédito da conta vendas a descoberto, sendo o saldo desta conta incluído na rubrica DÉBITOS PARA COM INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO ou DÉBITOS PARA COM CLIENTES, de acordo com a contraparte respectiva na operação.

As aquisições de títulos para cobertura de posições curtas abertas pelas vendas a descoberto são registadas por débito da conta VENDAS A DESCOBERTO.

O saldo da conta vendas a descoberto é ajustado diariamente em função do valor de mercado dos títulos vendidos, sendo as diferenças de valorização registadas como custos ou proveitos ou em contas de regularização consoante as regras de valorimetria que seriam aplicáveis a esses títulos se pertencessem à carteira de negociação própria.

iv) Acções próprias afectas ao programa RVA – Remuneração Variável em Acções

As acções próprias atribuídas sob condição suspensiva mas ainda não transmitidas para os beneficiários são registadas em contas de regularização do activo pelo valor de atribuição e não são submetidas a reavaliação pelo valor de mercado. Dado que as diferenças entre o valor de aquisição e o valor de atribuição são registadas em resultados, o valor contabilistico coincide com o preço de venda (valor de atribuição).

As acções próprias detidas para cobrir o risco de variação do valor das opções vendidas são registadas em contas de títulos de negociação onde permanecem enquanto estiverem afectas àquela finalidade. Estas acções são submetidas a reavaliação pelo valor de mercado e as diferenças de valorização são registadas em contas de regularização. Na eventualidade do resultado conjunto destas diferenças e da reavaliação das opções representar uma perda será constituída uma provisão pelo montante correspondente a essa perda.

2.6. Operações em moeda estrangeira

As operações em moeda estrangeira são registadas segundo o sistema *multi-currency*, isto é, nas respectivas moedas de denominação.

Os procedimentos contabilísticos diferem em função do efeito que as operações têm sobre a posição cambial. Enquanto as operações que impliquem variação do saldo líquido de uma moeda estrangeira (por exemplo, compras, vendas, integração de resultados na moeda de conversão) têm por contrapartida a posição cambial, a constituição ou a aceitação de depósitos e a concessão ou a obtenção de crédito não têm qualquer efeito na posição cambial.

i) Posição cambial e operações de permuta de divisas (swaps)

O conteúdo e critério de reavaliação das notas e moedas estrangeiras e da posição cambial, à vista e a prazo, são descritos de seguida.

Notas e moedas estrangeiras

As notas e moedas estrangeiras são reavaliadas diariamente com base nos câmbios indicativos divulgados pelo Banco de Portugal. As diferenças cambiais apuradas são registadas como custos ou proveitos do exercício.

Posição à vista
A posição à vista numa moeda é dada pelo saldo líquido dos activos e passivos nessa moeda, acrescido dos montantes das operações à vista a aguardar liquidação e das operações a prazo que se vençam nos dois dias úteis subsequentes. A posição cambial à vista é reavaliada com base nos câmbios oficiais de divisas do dia, divulgados a título indicativo pelo Banco de Portugal, dando origem à movimentação da conta de posição cambial (moeda nacional) por contrapartida de contas de custos ou proveitos.

Posição a prazo
A posição a prazo numa moeda é dada pelo saldo líquido das operações a prazo a aguardar liquidação, com exclusão das que se vençam nos dois dias úteis subsequentes. Todos os contratos relativos a estas operações são reavaliados às taxas de câmbio a prazo do mercado ou, na ausência destas, através do seu cálculo com base nas taxas de juro das respectivas moedas para o prazo residual de cada operação. As diferenças entre os contravalores em euros às taxas de reavaliação a prazo aplicadas e os contravalores em euros às taxas contratadas representam o custo ou o proveito da reavaliação da posição cambial a prazo, sendo registadas numa conta de reavaliação da posição cambial (conta de regularização) por contrapartida de contas de custos ou proveitos.

Operações de permuta de divisas (swaps)
As operações de permuta de divisas *(swaps)* e outras operações de fixação de câmbio não são consideradas na reavaliação das posições à vista e a prazo. Os prémios ou descontos destas operações são amortizados linearmente durante o seu período de vida, sendo reconhecido o respectivo custo ou proveito.

ii) Conversão em euros de saldos em moeda estrangeira
A conversão para euros dos activos e passivos expressos em moeda estrangeira é efectuada com base no câmbio oficial de divisas, divulgado a título indicativo pelo Banco de Portugal.

iii) Conversão em euros de resultados em moeda estrangeira
Os proveitos e custos apurados nas diferentes moedas são convertidos para euros ao câmbio do dia em que são reconhecidos.

2.7. Provisões para risco específico de crédito
As provisões para risco específico de crédito são constituídas para crédito, títulos e juros vencidos e para outros créditos de cobrança duvidosa, nos termos do *Aviso do Banco de Portugal* n.º 3 / 95, de 30 de Junho.

As provisões para crédito, títulos e juros vencidos destinam-se a fazer face aos riscos de não cobrança de créditos com prestações de capital ou juros vencidos não regularizados (notas 4.3, 4.4, 4.5 e 4.27), dependendo de eventuais garantias existentes e sendo o seu montante crescente em função do tempo decorrido desde a entrada em incumprimento.

As provisões para outros créditos de cobrança duvidosa destinam-se a fazer face aos riscos de não cobrança das prestações vincendas, nos seguintes casos: prestações vincendas relativas a operações de crédito em que se verifique que as prestações em mora de capital e juros excedem 25% do capital em dívida acrescido dos juros vencidos; e, prestações vincendas de todos os créditos concedidos a um mesmo Cliente, quando o valor global das prestações em mora de capital e juros relativos a esse mesmo Cliente represente pelo menos 25% do total do capital em dívida acrescido dos juros vencidos (notas 4.4, 4.12 e 4.27).

Mensalmente, as instituições de crédito do Grupo BPI avaliam a adequação das provisões para risco específico e para riscos gerais de crédito face aos riscos associados a operações de crédito, a garantias prestadas e à carteira de obrigações.

2.8. Provisões para depreciação de títulos e para outros activos
As provisões para depreciação de títulos e de outros activos são constituídas para fazer face à totalidade das perdas potenciais apuradas nos termos dos critérios valorimétricos adoptados para as obrigações, acções, outros títulos de rendimento fixo ou variável e outros activos (notas 2.4, 2.5, 4.5, 4.6, 4.9, 4.12 e 4.27).

2.9. Provisões para risco-país
As provisões para risco-país são constituídas para fazer face ao risco imputado aos activos financeiros e elementos extrapatrimoniais sobre residentes de países considerados de risco (notas 4.3, 4.4, 4.5, 4.12 e 4.27).

O regime de constituição destas provisões é o que está previsto no *Aviso do Banco de Portugal* n.º 3 / 95, de 30 de Junho, na *Instrução do Banco de Portugal* n.º 94 / 96, publicada no *Boletim de Normas e Informações* n.º 1, de 17 de Junho de 1996, e em *Carta do Banco de Portugal* sob referência 4903 / / 02 / DSBDR, de 12 de Junho de 2002.

2.10. Provisões para riscos e encargos
i) Riscos gerais de crédito
As instituições de crédito do Grupo BPI sujeitas ao regime do *Aviso do Banco de Portugal* n.º 3 / 95, de 30 de Junho (com as alterações introduzidas pelo *Aviso do Banco de Portugal* n.º 2 / 99, de 26 de Janeiro), constituem uma provisão para riscos gerais de crédito que corresponde a 1.5% do crédito ao consumo e do crédito a particulares de finalidade não

determinada e a 1% do restante crédito concedido, incluindo o representado por aceites, garantias e outros instrumentos de natureza análoga (notas 4.19 e 4.27). Nos termos da legislação fiscal em vigor, nos exercícios de 2002 e 2001 o reforço desta provisão é apenas considerado como custo fiscal por 50% do seu montante. A partir de 1 de Janeiro de 2003, o reforço desta provisão deixa de ser aceite como custo fiscal.

ii) Outros riscos e encargos

Esta rubrica inclui as provisões constituídas para fazer face a outros riscos específicos (notas 4.19 e 4.27).

2.11. Fundo para riscos bancários gerais

Destina-se a fazer face a riscos não específicos resultantes da actividade do Grupo BPI (notas 4.19 e 4.27).

2.12. Pensões de reforma e de sobrevivência

A generalidade dos Colaboradores do Grupo BPI não está abrangida pelo Sistema de Segurança Social. Porém, as Instituições do Grupo BPI que aderiram ao *Acordo Colectivo de Trabalho Vertical para o Sector Bancário* assumem o compromisso de atribuir aos seus Colaboradores ou às suas famílias prestações pecuniárias a título de reforma por velhice ou invalidez, de reforma antecipada ou de sobrevivência. Estas prestações consistem numa percentagem crescente com o número de anos de serviço do Colaborador, aplicada aos seus salários.

O regime de cálculo, reconhecimento contabilístico, financiamento e imputação à conta de resultados das responsabilidades por pensões de reforma e de sobrevivência é o que está previsto no *Aviso do Banco de Portugal* n.º 12 / 2001, de 23 de Novembro. Este regime entrou em vigor em 31 de Dezembro de 2001 e introduziu alterações importantes em relação ao regime anteriormente vigente:

– obrigatoriedade de financiamento integral das responsabilidades por pensões em pagamento e de um nível mínimo de financiamento de 95% das responsabilidades por serviços passados de pessoal no activo;

– estabelecimento de um intervalo ("corredor") de 10%, fixado em função do maior dos valores actuais das responsabilidades por serviços passados ou do fundo de pensões, por forma que os ganhos e perdas actuariais resultantes de diferenças entre os pressupostos actuariais e financeiros utilizados e os valores efectivamente observados não sejam relevados na conta de resultados, desde que o valor líquido acumulado desses ganhos e perdas se situe dentro daquele intervalo;

– não utilização, no cálculo do valor actual das responsabilidades por serviços passados do pessoal no activo, dos decrementos de invalidez, a não ser que naquele valor esteja incluido o valor actual das responsabilidades por serviços passados relativo à garantia das pensões de invalidez ou que o risco de invalidez se encontre total e integralmente transferido para uma companhia de seguros.

A cobertura das responsabilidades com serviços passados (incluindo o acréscimo de responsabilidades originado pelas reformas antecipadas) é assegurada por fundos de pensões.

Nos termos do *Aviso do Banco de Portugal* n.º 12 / 2001, com as alterações que lhe foram introduzidas pelo *Aviso do Banco de Portugal* n.º 7 / 2002 de 31 de Dezembro, o valor acumulado líquido dos ganhos e perdas actuariais resultantes de alterações nos pressupostos actuariais e financeiros e de alterações nas condições gerais dos respectivos planos de pensões bem como da parcela não enquadrável no "corredor" dos ganhos e perdas actuariais resultantes de diferenças entre os pressupostos actuariais e financeiros utilizados e os valores efectivamente verificados pode ser relevado em custos ou proveitos diferidos devendo ser amortizado, no mínimo, em 10% ao ano a partir do exercício seguinte ao do apuramento respectivo. Em 31 de Dezembro de 2002 e 2001, o Grupo BPI regista as perdas actuariais decorrentes de alterações nos pressupostos actuariais e financeiros e nas condições gerais dos respectivos planos bem como a parcela não enquadrável no "corredor" de diferenças entre os pressupostos actuariais e financeiros utilizados e os valores efectivamente verificados em despesas com custo diferido; e, o montante enquadrável no "corredor" é registado em flutuação de valores (nota 4.13). Em 31 de Dezembro de 2002 e 2001, o Grupo regista os ganhos actuariais decorrentes de alterações nos pressupostos actuariais e financeiros e nas condições gerais dos respectivos planos bem como de diferenças entre os pressupostos actuariais e financeiros utilizados e os valores efectivamente verificados em receitas com proveito diferido (nota 4.18).

Nos termos do *Aviso do Banco de Portugal* n.º 12 / 2001, o acréscimo de responsabilidades por serviços passados decorrente da passagem de Colaboradores à situação de reforma antecipada é integralmente coberto por correspondente contribuição para o fundo de pensões, podendo tal contribuição ser reflectida na conta de resultados por prazo máximo de 10 anos a contar da data efectiva da reforma, não podendo, porém, ser ultrapassado o quarto exercício seguinte ao do ano em que presumivelmente a reforma ocorreria. Em 31 de Dezembro de 2002 e 2001, o Grupo BPI registou o saldo das contribuições para o fundo de pensões decorrente dos acréscimos de responsabilidades por

reformas antecipadas não relevadas como custo em despesas com custo diferido (nota 4.13).

O acréscimo de responsabilidades por serviços passados de Colaboradores no activo decorrente de não utilização de decrementos por invalidez será reconhecido como custo e financiado de acordo com um plano de amortização de prestações uniformes anuais, durante um período máximo de 20 anos com início no exercício de 2002. Este procedimento mereceu o acordo do Banco de Portugal. Em 31 de Dezembro de 2002 e 2001, o Grupo BPI registou o acréscimo de responsabilidades resultantes da situação acima referida, ainda não reconhecidas como custo nem financiadas, como elemento extrapatrimonial (nota 4.28).

2.13. Impostos sobre os lucros

Todas as empresas do Grupo são tributadas individualmente.

O Banco BPI bem como as empresas filiais e associadas cuja sede se encontra localizada em Portugal estão sujeitos ao regime fiscal consignado no *Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas* e no *Estatuto dos Benefícios Fiscais*.

O Banco BPI e as suas filiais não registam os impostos diferidos activos, designadamente os que resultam dos prejuízos fiscais reportáveis, excepto no que se refere a empresas associadas em que tal registo seja autorizado no Plano Oficial de Contabilidade ou pelo Instituto de Seguros de Portugal. Não são igualmente registados os impostos diferidos passivos que decorrem da aplicação do regime de suspensão de tributação de mais valias realizadas em imobilizações financeiras até 31 de Dezembro de 2000, uma vez que se estima que não haverá lugar ao respectivo pagamento, face ao reinvestimento em activos elegíveis para efeitos fiscais e à possibilidade de utilização dos prejuízos fiscais reportáveis do Grupo.

2.14. Locação financeira

Como locatário

O imobilizado corpóreo é amortizado de acordo com o procedimento descrito na nota 2.2. As rendas são constituídas pelo encargo financeiro e pela amortização financeira do capital. Os encargos financeiros são imputados aos períodos durante o prazo de locação a fim de produzir uma taxa de juro periódica constante sobre o saldo remanescente do passivo para cada período. Os passivos são reduzidos pelo montante correspondente à amortização do capital de cada uma das rendas.

Como locador

Os activos detidos sob locação financeira são registados no balanço como créditos concedidos pelo valor do desembolso líquido efectuado na data de aquisição dos bens locados. As rendas são constituídas pelo proveito financeiro e pela amortização financeira do capital. O reconhecimento do resultado financeiro reflecte uma taxa de rendimento periódico constante sobre o capital em dívida.

2.15. Factoring

Os activos decorrentes de operações de *factoring* contratadas com recurso são registados no balanço como créditos concedidos pelo valor dos adiantamentos de fundos por conta dos contratos respectivos.

Os activos decorrentes de operações de *factoring* contratadas sem recurso são registados no balanço como créditos concedidos pelo valor dos créditos tomados e tendo por contrapartida o registo de um passivo na rubrica CREDORES POR OPERAÇÕES DE FACTORING. As entregas de fundos efectuadas aos aderentes originam o débito correspondente na rubrica CREDORES POR OPERAÇÕES DE FACTORING.

As tomadas, ao abrigo dos contratos de *factoring*, de facturas com recurso sem adiantamento de fundos por conta dos contratos respectivos são registadas na rubrica extrapatrimonial CONTRATOS COM RECURSO – facturas não financiadas pelo valor das facturas tomadas. A regularização do saldo desta rubrica ocorrerá na medida em que tais facturas forem liquidadas.

Os compromissos resultantes das linhas de crédito negociadas com os aderentes e ainda não utilizadas são registados como elemento extrapatrimonial.

2.16. Operações em produtos derivados

Contratos de trocas de taxas de juro (swaps de taxas de juro)

Os contratos de trocas de taxas de juro (*swaps* de taxas de juro) têm a natureza de cobertura e são registados em contas extrapatrimoniais pelo seu valor teórico (valor nocional).

Os fluxos de juros são registados em contas de resultados de acordo com o princípio contabilístico da especialização dos exercícios. A reavaliação dos contratos apenas é efectuada se tiver havido lugar à constituição de provisões para depreciação dos activos cobertos.

Contratos a prazo de taxas de juro (FRA)

Os contratos de fixação a prazo de taxas de juro (FRA) são registados em contas extrapatrimoniais pelo seu montante teórico (valor nocional), distinguindo-se consoante a sua natureza de cobertura ou de negociação. Este registo é anulado na data da liquidação.

No caso dos contratos de cobertura as importâncias relativas a diferenciais de juros recebidas ou pagas na data de liquidação são periodificadas durante o prazo da operação e imputadas às contas de custos ou proveitos associadas aos elementos do passivo ou activo que foram objecto de cobertura.

No caso dos contratos de negociação as operações são reavaliadas mensalmente com base no custo ou no proveito que seria obtido se o contrato fosse liquidado na data em que a reavaliação é efectuada. As diferenças negativas ou positivas daí resultantes são registadas como custos ou proveitos por contrapartida de contas de regularização.

Futuros

Os contratos de futuros, realizados com finalidade de negociação e por conta própria, são registados em contas extrapatrimoniais pelo valor de mercado actualizado diariamente. Este registo é anulado na data do fecho das posições.

Estas posições são reavaliadas diariamente com base nas cotações do mercado ou no preço de fecho (tratando-se de posições encerradas), sendo os lucros e as perdas relevados em resultados do exercício por contrapartida de contas de devedores (no caso de se tratar de lucros) e de credores (no caso de se tratar de perdas). Por sua vez, os saldos destas contas são anulados por contrapartida dos movimentos financeiros originados diariamente pela regularização das variações das cotações do mercado.

Opções

Os contratos de opções são registados em contas extrapatrimoniais pelo seu valor teórico (valor nocional), distinguindo-se consoante a sua natureza de cobertura ou de negociação.

Os contratos de opções de negociação são reavaliados mensalmente com base nas cotações de referência disponíveis, sendo os lucros e as perdas relevados em resultados do exercício por contrapartida de contas de devedores e credores. O montante dos prémios recebidos (por opções vendidas) ou pagos (por opções compradas) é registado como um proveito ou custo diferido até à data em que ocorra a execução do contrato.

Os contratos de opções sobre índices, realizados com finalidade de cobertura de riscos, são reavaliados mensalmente em consonância com a evolução dos índices subjacentes e os resultados das reavaliações são registados como custos ou proveitos por contrapartida de contas de regularização. Estes resultados são compensados por resultados de sinal oposto registados em relação com as operações cobertas. Os prémios pagos pelas opções compradas bem como os prémios recebidos pelas opções vendidas são registados como despesas com custo diferido e receitas com proveito diferido e periodificados linearmente durante o prazo dos contratos.

2.17. Valores mobiliários de terceiros recebidos em depósito

Os valores mobiliários de terceiros recebidos em depósito encontram-se registados ao valor de mercado ou, na sua ausência, ao valor nominal (no caso dos títulos de rendimento fixo), ao valor de aquisição (no caso dos títulos de rendimento variável) ou ao valor patrimonial (no caso de unidades de participação).

3. REPARTIÇÃO SECTORIAL DAS APLICAÇÕES E INVENTÁRIO DE TÍTULOS E PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS

3.1. Repartição sectorial das aplicações

Em 31 de Dezembro de 2002, a estrutura sectorial das aplicações das empresas do Grupo BPI consolidadas pelo método de integração global era:

	Crédito sobre Clientes		Crédito[1] e títulos vencidos		Garantias prestadas[2]		Obrigações[3]		Acções[4]		Total	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Agricultura, silvicultura e pesca	64 266	0.4	2 192	0.9	7 065	0.2					73 523	0.4
Indústrias extractivas	57 817	0.4	171	0.1	8 465	0.3					66 453	0.3
Indústrias transformadoras												
Indústrias alimentares, das bebidas e do tabaco	281 940	1.7	3 335	1.3	53 375	1.7	3 481	0.5	11		342 142	1.8
Indústrias têxtil e vestuário	308 230	1.9	18 442	7.2	47 997	1.5	799	0.1	2 504	1.1	377 972	1.8
Indústrias do couro e dos produtos do couro	39 707	0.2	4 811	1.9	2 831	0.1			4		47 353	0.2
Indústrias da madeira e da cortiça	116 349	0.7	4 441	1.7	42 797	1.4	3 370	0.5			166 957	0.8
Indústrias de pasta, de papel e cartão, edição e impressão	123 167	0.7	4 130	1.6	66 093	2.1		0.1	107		193 497	0.9
Indústrias de coque, produtos petrolíferos e combustível nuclear	911		42		8 387	0.3					9 340	
Indústrias químicas e de fibras sintéticas ou artificiais	65 634	0.4	740	0.3	30 982	1.0	249		25		97 630	0.5
Indústrias da borracha e de matérias plásticas	67 292	0.4	4 173	1.6	12 725	0.4	216				84 406	0.4
Indústrias de outros produtos minerais não metálicos	323 997	2.0	1 024	0.4	56 495	1.8	4 428	0.6	350	0.2	386 294	1.9
Indústrias metalúrgicas de base e produtos metálicos	168 552	1.0	4 006	1.6	57 337	1.8	5 500	0.8	61	0.1	235 456	1.1
Fabricação de máquinas e de equipamentos	91 100	0.6	1 976	0.8	32 543	1.1			89		125 708	0.6
Fabricação de equipamento eléctrico e de óptica	43 763	0.3	2 957	1.2	39 388	1.3	1 746	0.2	2 933	1.3	90 787	0.5
Fabricação de material de transporte	96 699	0.6	1 355	0.5	76 746	2.5	5 000	0.7	658	0.3	180 458	0.9
Outras indústrias transformadoras	73 515	0.4	3 993	1.6	10 239	0.3			8		87 755	0.4
Produção e distribuição de electricidade, gás e água	272 452	1.7	871	0.3	324 415	10.4	68 259	9.5	1 543	0.7	667 540	3.2
Construção e obras públicas	715 364	4.4	46 713	18.2	698 780	22.4	16 230	2.3	1 256	0.5	1 478 343	7.2
Comércio por grosso e a retalho	1 191 390	7.3	28 851	11.3	449 681	14.4	13 723	1.9	3 898	1.7	1 687 543	8.2
Alojamento e restauração	138 640	0.8	1 890	0.7	26 160	0.8	1 250	0.2	149	0.1	168 089	0.8
Transportes, armazenagem e comunicações	511 815	3.1	3 178	1.2	224 200	7.2	2 344	0.3	3 434	1.5	744 971	3.6
Bancos e outras instituições de crédito	940		340	0.1	53 740	1.7	22 730	3.2	3 665	1.6	81 415	0.4
Outras instituições financeiras e seguradoras	407 787	2.5	125		9 074	0.3	9		25 320	11.3	442 315	2.1
Sociedades gestoras de participações sociais	550 545	3.4	3 145	1.2	197 108	6.3	69 434	9.7	3 097	1.4	823 329	4.0
Actividades imobiliárias, alugueres e serviços prestados a empresas	859 632	5.3	6 948	2.7	205 780	6.6			17 077	7.6	1 089 437	5.3
Administração pública, defesa e segurança social obrigatória	436 551	2.7	133	0.1	68 548	2.2					505 232	2.4
Educação, saúde e acção social	249 694	1.5	3 113	1.2	35 724	1.1			967	0.4	289 498	1.4
Actividades recreativas, culturais e desportivas	63 887	0.4	194	0.1	66 852	2.1			63 337	28.2	194 270	0.9
Outras empresas de serviços	34 615	0.2	488	0.2	1 374				40	0.1	36 517	0.2
Particulares												
Crédito imobiliário	5 560 609	34.0	42 069	16.4							5 602 678	27.1
Outros	2 290 584	14.0	50 656	19.8	43 558	1.4					2 384 798	11.5
Instituições financeiras supranacionais	4 037										4 037	
Outros sectores	2 647		119		46				4 107	1.8	6 919	
Não residentes	1 147 038	7.0	9 765	3.8	164 276	5.3	496 583	69.4	90 066	40.1	1 907 728	9.2
	16 361 166	**100.0**	**256 386**	**100.0**	**3 122 781**	**100.0**	**715 351**	**100.0**	**224 706**	**100.0**	**20 680 390**	**100.0**

1) O crédito vencido corresponde a crédito sobre Clientes.
2) Inclui garantias e avales, créditos documentários abertos, cartas de crédito *stand-by*, fianças e indemnizações e aceites e endossos.
3) Não inclui obrigações de emissores públicos.
4) Inclui quotas, unidades de participação e outros valores.

3.2 Inventário de títulos e participações financeiras

Em 31 de Dezembro de 2002, os títulos e participações financeiras detidos pelas empresas do Grupo BPI consolidadas pelo método de integração global eram:

Natureza e espécie dos títulos	Quantidade	Valor nominal	Valor médio de aquisição	Valor de cotação	Valor de balanço	Provisões
		euros			m. euros	
TÍTULOS – NEGOCIAÇÃO						
Títulos de rendimento fixo – emitidos por residentes						
De dívida pública portuguesa						
Obrigações do tesouro						
OT 3.625% Agosto 1999 / 2004	16 020 666 795	0.01	0.01	0.01	164 518	
OT 4.8125% Abril 1998 / 2003	2 345 765 975	0.01	0.01	0.01	24 371	
OT 4.875% Agosto 2002 / 2007	1 854 149 095	0.01	0.01	0.01	19 909	
OT 5.45% Setembro 1998 / 2013	5 958 860 428	0.01	0.01	0.01	65 272	
OT 6.625% Fevereiro 1997 / 2007	2 000 017 730	0.01	0.01	0.01	23 571	
OT 8.875% Janeiro 1994 / 2004	11 032 900	0.01	0.01	0.01	127	
OT 9.5% Fevereiro 1996 / 2006	97 336 996	0.01	0.01	0.01	1 232	
OT 11.875% Fevereiro 1995 / 2005	269 607 959	0.01	0.01	0.01	3 460	
					302 460	
Titulos de rendimento fixo – emitidos por não residentes						
De emissores públicos estrangeiros						
Obrigações						
Banco Nacional de Angola	240 000	16.39	13.67	13.67	3 933	
Belgium Kingdom – 4.75% (28/09/2006)	20 400 000	1.00	1.04	1.05	21 719	
Belgium Kingdom – 5% (28/09/2012)	25 220	1 000.00	1 043.74	1 051.90	26 854	
Belgium Kingdom – 6.25% (28/03/2007)	3 470 000 000	0.01	0.01	0.01	40 186	
Belgium Kingdom – 7.5% (29/07/2008)	880 000 000	0.01	0.01	0.01	10 744	
Belgium Kingdom – 8% (24/12/2012)	230 000 000	0.01	0.01	0.01	2 975	
Belgium Kingdom – 8.5% (01/10/2007)	835 000 000	0.01	0.01	0.01	10 313	
Bundesobligation – 4.5% (17/08/2007)	1 010 000 000	0.01	0.01	0.01	10 947	
Bundesobligation – 5% (04/07/2012)	150 000 000	0.01	0.01	0.01	1 627	
Bundersrepublik Deutschl 3.75% (04/01/2009)	125 000 000	0.01	0.01	0.01	1 300	
Bundersrepublik Deutschl 4.5% (04/07/2009)	1 890 000 000	0.01	0.01	0.01	20 060	
Bundersrepublik Deutschl 5.625% 4 / 28	490 000 000	0.01	0.01	0.01	5 708	
Bundesschatzanweisungen – 4% (25/06/2004)	1 140 000 000	0.01	0.01	0.01	11 842	
Buonni Poliennali – 3.5% (15/09/2005)	46 550	1 000.00	1 008.16	1 013.10	47 633	
Buonni Poliennali – 4.5% (01/05/2009)	5 201 000 000	0.01	0.01	0.01	54 282	
Buonni Poliennali – 5% – (01/05/2008)	4 000 000 000	0.01	0.01	0.01	42 961	
Buonni Poliennali – 5.25% – (15/12/2005)	10 000	1 000.00	1 044.30	1 061.50	10 637	
Buonni Poliennali – 5.25% – (01/08/2011)	21 222	1 000.00	1 062.03	1 073.60	23 248	
Buonni Poliennali – 5.5% – (11/01/2010)	35 650	1 000.00	1 077.69	1 092.00	39 252	
Buonni Poliennali – 7.75% – (01/11/2006)	1 945 000 000	0.01	0.01	0.01	22 771	
Fed Home Loan MTG Corp – 2.875% (15/09/2005)	7 750	953.56	966.48	972.92	7 617	
Fed Home Loan MTG Corp – 3.125% (30/12/2005)	2 500	953.56	953.10	953.28	2 383	
Fed Home Loan MTG Corp – 4.625% (15/05/2005)	8 700	1 000.00	1 030.50	1 036.20	9 268	
Fed Home Loan MTG Corp – 4.625% (15/02/2007)	5 000	1 000.00	1 030.85	1 042.90	5 417	
France (Govt of) – 4.75% – (25/10/2012)	15 750 000	1.00	1.02	1.04	16 469	
France (Govt of) – 5% – (25/04/2012)	25 150 000	1.00	1.04	1.06	27 465	
France (Govt of) – 5% – (25/10/2011)	9 850 000	1.00	1.04	1.06	10 531	
France OAT – 4% – (25/10/2009)	66 800 000	1.00	0.99	1.01	67 805	
Netherlands Government – 3.75% (15/07/2009)	10 100 000	1.00	0.98	1.00	10 236	
Netherlands Government – 5% (15/07/2011)	20 150 000	1.00	1.05	1.06	21 817	
Netherlands Government – 5.5% (15/07/2010)	4 350 000	1.00	1.08	1.10	4 875	
Obligac. Del Estado – 4.25% (31/10/2007)	69 200	1 000.00	1 018.27	1 034.80	72 100	
Obligac. Del Estado – 4.5% (30/07/2004)	52	0.01	0.01	0.01		
Obligac. Del Estado – 4.65% (31/10/2004)	7 000	1 000.00	1 029.90	1 033.60	7 290	

Natureza e espécie dos títulos	Quantidade	Valor nominal	Valor médio de aquisição	Valor de cotação	Valor de balanço	Provisões
			euros		m. euros	
Titulos de rendimento fixo – emitidos por não residentes						
De emissores públicos estrangeiros (cont.)						
Obrigações (cont.)						
Obligac. Del Estado – 5% (30/07/2012)	9 700	1 000.00	1 049.12	1 054.20	10 430	
Obligac. Del Estado – 5.15% (30/07/2009)	1 314 201 176	0.01	0.01	0.01	14 412	
Obligac. Del Estado – 5.35% (31/10/2011)	43 875	1 000.00	1 060.79	1 081.60	47 847	
Obligac. Del Estado – 5.4% (30/07/2011)	28 300	1 000.00	1 070.65	1 085.50	31 364	
Obligac. Del Estado – 5.5% (30/07/2017)	4 125	1 000.00	1 060.20	1 090.70	4 594	
Rep. Grécia – 4.65% (21/06/2005)	21 000	1 000.00	1 029.75	1 038.50	22 587	
Rep. Grécia – 5.25% (18/05/2012)	34 100	1 000.00	1 046.24	1 060.20	37 860	
Rep. Grécia – 5.35% (18/05/2011)	5 750	1 000.00	1 048.70	1 071.10	6 350	
Rep. Grécia – 5.95% (24/03/2005)	5 000 000 000	0.01	0.01	0.01	55 521	
Rep. Grécia – 6% (19/02/2006)	1 000 000 000	0.01	0.01	0.01	11 340	
Rep. Grécia – 6.3% (29/01/2009)	1 142	0.01	0.01	0.01		
Rep. Grécia – 7.5% (20/05/2013)	763 000 000	0.01	0.01	0.01	9 849	
Rep. of Ireland – 4.6% (18/04/2016)	250 000 000	0.01	0.01	0.01	2 586	
Rep. of Austria – 4% (15/07/2009)	14 900	1 000.00	988.62	1 009.40	15 316	
Rep. of Austria – 5.25% (04/01/2011)	30 000	1 000.00	1 064.24	1 075.60	33 826	
Rep. of Austria – 5.5% (15/01/2010)	46 600	1 000.00	1 080.57	1 092.90	53 387	
Rep. of Austria – 5.875% (15/07/2006)	1 050 000 000	0.01	0.01	0.01	11 704	
U.S. Treasury – 5.625% (15/05/2008)	11 150	953.56	1 068.88	1 084.94	12 172	
U.S. Treasury – 5.875% (15/11/2004)	3 750	953.56	1 025.81	1 030.55	3 891	
U.S. Treasury – 6.5% (15/02/2010)	2 300	953.56	1 120.89	1 144.27	2 685	
U.S. Treasury – 6.5% (15/10/2006)	2 500	953.56	1 092.01	1 097.49	2 776	
U.S. Treasury – 6.75% (15/05/2005)	10 000	953.56	1 057.46	1 063.97	10 721	
U.S. Treasury – 6.875% (15/05/2006)	7 300	953.56	1 088.48	1 098.98	8 083	
					1 081 566	
De outros não residentes						
Outras obrigações						
Obrigações Cimentos / 2002	100 000	4.13	4.13		413	
TDM 2001	47 050	3 098.02	3.10		161	
					574	
Títulos de rendimento variável – emitidos por residentes						
Acções						
Banco Comercial Português – Nom.	641 192	1.00	2.45	2.28	1 462	
Banco Espírito Santo – Nom.	87 912	5.00	10.97	12.50	1 099	
Brisa – Priv.	151 168	1.00	5.18	5.28	798	
Brisa – Particulares	18 360	1.00	4.52	4.89	83	
Cimpor – Cim. de Portugal – SGPS	19 891	5.00	17.66	16.00	318	
Cofina – SGPS	22 560	0.50	2.22	2.33	53	
EDP – Electricidade de Portugal – Nom.	893 447	1.00	1.64	1.59	1 421	
Ibersol – SGPS	1 221	1.00	3.33	3.50	4	
Impresa – SGPS	40 103	1.00	1.87	1.90	76	
Jerónimo Martins – SGPS	17 296	5.00	6.56	6.95	120	
Novabase, SGPS	10 152	0.50	5.63	5.80	59	
Pararede – SGPS	56 212	0.40	0.24	0.20	11	
Portucel Industrial – Nom.	91 744	1.00	1.24	1.16	106	
Portugal Telecom – Nom.	153 376	1.00	6.55	6.55	1 005	
PT Multimédia, SGPS – NOM.	29 200	0.50	9.54	10.02	293	
SAG GEST – Soluções Autom. Globais, SGPS	16 920	1.00	1.75	1.48	25	
Semapa – Soc. de Inv. e Gestão – SGPS	20 516	1.00	4.28	3.30	68	
SIC – Soc. Independente de Comunicação	321 963	5.00	194.45		62 607	48 181
Sonae.Com., SGPS	25 380	1.00	1.89	1.57	40	

Natureza e espécie dos títulos	Quantidade	Valor nominal	Valor médio de aquisição	Valor de cotação	Valor de balanço	Provisões
		euros			m. euros	
Títulos de rendimento variável – emitidos por residentes						
Acções (cont.)						
Sonae SGPS	1 719 664	1.00	0.41	0.40	688	
Vodafone-Telecel – Comunicações Pessoais – Nom.	60 092	0.50	8.51	7.40	445	
					70 781	**48 181**
De rendimento variável – emitidos por não residentes						
Acções						
Banco Bilbao Vizcaya Argentaria	50 000	0.49	9.57	9.12	455	
Banco Santander Central Hispano	1 400	0.50	6.66	6.54	9	
Banco Santander Central Hispano (Euronext) – N	98 038	0.50	6.47	6.52	633	
Endesa – Empresa Nacional Electricidade	11 000	1.20	11.40	11.15	122	
Telefonica	71 600	1.00	8.53	8.53	611	
					1 830	
Unidades de Participação						
Rydex Consumer Products	8 108 108			0.01	58	
Rydex Leisure Fund	9 600 000			0.01	57	
Rydex Series Trust Healthcare Fund	6 543 075			0.01	57	
Rydex Transportation Fund	10 810 811			0.01	57	
Rydex US Government Money Mark Fund	244 517 450			0.00	233	
					462	
Títulos próprios						
Banco BPI (RVA 2001)[1]	1 057 669	1.00	2.19	2.18	2 316	
Banco BPI	180 466	1.00	2.12	2.18	394	
					2 710	
					1 460 383	**48 181**
TÍTULOS – INVESTIMENTO						
De rendimento fixo – de emissores públicos						
De dívida pública portuguesa						
Obrigações do Tesouro						
OT 4.8125% Abril 1998 / 2003	15 000 087	0.01	0.01	0.01	150	
OT 5% Junho 2002 / 2012	50 000 000 000	0.01	0.01	0.01	511 138	
OT 5.25% Outubro 2000 / 2005	7 650 000 000	0.01	0.01	0.01	80 450	
OT 10.625% Junho 1993 / 2003	6 725 403 383	0.01	0.01	0.01	67 614	
OT 11.875% Fevereiro 1995 / 2005	445 669 088	0.01	0.01	0.01	4 638	
OT 3.625% Agosto 2004	260 004 000	0.01	0.01	0.01	2 563	
OTRV 1996 / 2003	86 784 008	0.01	0.01	0.01	867	
					667 420	
Outras obrigações						
República Portuguesa – USD – 5.75% (8/10/2003)	60 000	953.56	953.56	985.65	57 214	
					57 214	
De outros emissores públicos nacionais						
Obrigações						
Governo Regional da Madeira / 1994 var	8 167 816	0.01	0.01	0.01	82	1
					82	**1**
De emissores públicos estrangeiros						
Obrigações						
Banco Nacional Hungria – DEM / 1993 – 8.75% (08/09/2003)	8 000	511.29	511.29	529.70	4 090	
Gov. Spain – JPY / 1995 – 4.75% (14/03/2005)	100	80 392.31	80 392.31	88 628.51	8 039	
Republica da Grécia – EUR / 1998 – 5.75% (31/03/2008)	15 000 000	1.00	0.99	1.00	14 894	
Republica da Grécia – JPY / 1999 – 0.76% (29/01/2004)	1 000	8 039.23	8 027.69	8 039.23	8 037	
Xunta de Galicia – PTE / 1996 Tx. Vr. (04/07/2003)	2 500	498.80	498.67	498.30	1 247	1
					36 307	**1**

1) A diferença entre o custo médio de aquisição e o valor de mercado destes títulos é registada em contas de regularização (nota 2.5).

Natureza e espécie dos títulos	Quantidade	Valor nominal	Valor médio de aquisição	Valor de cotação	Valor de balanço	Provisões
			euros		m. euros	
De rendimento fixo – de outros emissores						
Emitidos por residentes						
Obrigações de caixa						
Banco Alves Ribeiro / 1999 – Ob. Cx. – Sr. A	30 000	50.00	50.00	50.00	1 500	
Banco Alves Ribeiro / 2001 – Ob. Cx. – 1.ª Em.	500	5 000.00	5 000.00		2 500	
Credifin / 2000 – 1.ª Em. – 1.ª Sr. – Ob. Cx.	150 000	50.00	50.00	50.00	7 500	
Leasimo / 98 – 1.ª – Ob. Cx.	249 398 949	0.01	0.01	0.01	2 494	
					13 994	
Outras obrigações						
Auto Sueco / 1999	896 000	5.00	5.00	5.00	4 480	
Auto Sueco / 2000	1 000 000	5.00	5.00	5.00	5 000	
Cofina SGPS / 98 (Obrig. s/ warrants)	13 020	4.99	4.99	4.91	65	1
Est. Jer. Martins & F.º / 1996 (Warrant)	425 963 827	0.01	0.01	0.01	4 230	119
Fábrica Textil de Vizela / 1987 (Ac. Cred.)	127 800	4.41	4.18		542	317
Fábrica Vidros Barbosa & Almeida / 1997	698 317 056	0.01	0.01	0.01	4 074	83
Fapobol / 1995	200 000	1.24	2.14		216	
Foncar	73 800	3.12	3.12		257	29
Imoloc, SGPS	180 000	1.87	1.87		334	
Imparsa / 1998 (Obrig. s/ war.)	949 711	0.01	0.01	0.01	9	1
Jerónimo Martins / 97	404 087 649	0.01	0.01	0.01	5 353	440
Lisnave – Estaleiros Navais de Lisboa 1992	9 854 251	0.01	0.01	0.01	81	
Modelo Continente SGPS 95 / 03	11 072 316	0.01	0.01	0.00	55	
Pargeste / 1996	700 000	4.99	4.96	4.99	3 485	
Polimaia / 89 – Série C	4 000	2.49	1.85		10	
Salvador Caetano / 2002 – 1.ª Em.	500 000	10.00	10.00	10.00	5 000	
Secil Prebetão – Prefabricados de Betão, S.A.	53 066 909	0.01	0.01	0.01	354	
Semapa – Soc. Inv. Gestão, SGPS	1 706 886 404	0.01	0.01	0.01	17 069	256
Soares da Costa / 2000	1 250 000	5.00	4.98	5.00	6 230	
Solidal / 1998	350 000	4.99	4.99	4.99	1 746	
Somague SGPS / 1998	115 084	4.99	4.99	3.42	574	180
					59 164	**1 426**
Papel comercial						
Climaespaço 24.ª					1 559	
Comp. Port. Computador Em 11					2 369	
Comp. Port. Computador Em 26					1 250	
Conduril 18.ª					2 500	
Conduril 19.ª					7 500	
Finantel SGPS 6.ª					1 665	
Incompol 5.ª					623	
Isar Rakoll – 29.ª Emissão					249	
J.B.Fernandes – 43.ª Emissão					500	
JMR Gestão Emp Retalho 10					9 650	
JMR Gestão Emp Retalho 15					3 500	
Jomar Em. 106					300	
Jomar Em. 108					3 070	
M&J Pestana – 109.ª					1 250	
Manuel Poças Junior 5.ª					469	
RAR Em. 97					2 700	
Recheio SGPS 8.ª					8 200	
Ren-Rede Elec Nac 41.ª					20 000	
Ren-Rede Elec Nac 42.ª					26 650	
Ren-Rede Elec Nac 53.ª					10 350	

Natureza e espécie dos títulos	Quantidade	Valor nominal	Valor médio de aquisição	Valor de cotação	Valor de balanço	Provisões
			euros		m. euros	
Papel comercial (cont.)						
Ren-Rede Elec Nac 54.ª					5 700	
Ren-Rede Elec Nac 55.ª					4 000	
Soc. Franc. Man. Santos 9.ª					10 510	
Soc. Vi. Terras Valdigem 6.ª					312	
Solverde 116.ª					5 000	
Tertir 12.ª					2 344	
Vic SGPS Em. 62					4 988	
					137 208	
Emitidos por não residentes						
Por organismos financeiros internacionais						
Obrigações						
BEI – PTE / 1995 – Tx. Vr. (Mar. 2005)	5 226 600	4.99	5.00	4.86	26 072	685
BEI – PTE / 1995 – C. Zero (Ago. 2003)	23 548 395 143	4.99	0.00		117 459	
BEI – PTE / 1996 F.R.N. (Dez. 2006)	3 299 500	4.99	4.99	4.98	16 458	34
					159 989	**719**
Por outros não residentes						
Outras obrigações						
Aegis SRL – CL 1 Tx. Vr. (01/06/2016)	50	65 083.44	65 083.44	64 758.02	3 254	17
Allianz Fin. II B. V. – 6.125% (31/05/2022)	2 500	1 000.00	989.50	998.00	2 474	
Argentaria Global Finance – PTE / 1997 (27/02/2007)	300	498.80	498.80	540.75	150	
Avalon Capital Ltd. 2 – Tx. Vr. (24/05/2012)	4 000	953.56	953.56	953.56	3 814	
Avalon Capital Ltd. 2 – Tx. Vr. (24/05/2012)	10 000	953.56	952.83	925.38	9 530	276
Brazil Div Pymt rights – T. V. (20/03/2007)	10 000	953.56	953.56	953.56	9 536	
CaixaVigo – PTE / 1998 – Tx. Vr. (27/03/2003)	500 000	4.99	4.99	4.99	2 495	
Crediop Overseas Bank Limited – PTE / 1996 – Tx. Vr. (30/06/2003)	1 000 000	4.99	4.99	4.99	4 988	
Crédit Local France Cup. Zero – PTE / 2007	25 000	498.80	532.37	757.67	17 270	
CVRD Finance Ltd. Tx. Vr. (15/10/2007)	30	95 356.16	95 356.17	96 658.21	2 861	
Deutshe Telekom Int Fin – 5.875 (11.07.06)	2 500	1 000.00	1 018.80	1 030.20	2 546	
Dutch Mor. Port. Loans (15.9.34) – O. Hip – Cl. B	8	500 000.00	500 850.00	500 625.00	4 006	1
EFG Hellas PLC – Tx. Vr. (07/02/2003)	11 250	1 000.00	996.90	1 000.55	11 249	
EFG Ora Funding Ltd. – 2% – conv. (04/05/2005)	25 000	1 000.00	1 000.00	1 000.00	25 000	
El Monte Int Finance – Tx. Vr. (12/12/2005)	5 000	1 000.00	998.48	999.10	4 993	
Eurofima – PTE / 1994 – Tx. Vr. (17/08/2004)	2 632 000	4.99	4.99	5.01	13 128	
Eurofima – PTE / 1995 – Tx. Vr. (19/01/2005)	6 000 000	4.99	4.99	4.98	29 928	75
Eurofima – PTE / 1998 – Tx. Vr. (28/05/2008)	1 564	4 987.98	4 987.98	4 918.65	7 801	108
Euro Vip – USD / 1990 – Tx. Vr. (23/11/2030)	6 000	953.56	953.56	762.85	5 721	1 144
Finbnk Trd & Div Pymt – Tr-Tv (15/03/2005)	5 000	692.31	692.31	692.31	3 461	
France Telecom – 5.75% (14/03/2004)	5 000	1 000.00	1 021.90	1 023.55	5 106	
France Telecom – 7% (23/12/2009)	2 500	1 000.00	1 001.50	1 015.40	2 504	
Goldman Sachs Group – PTE / 1997 – Tx. Vr. (24/04/2007)	10 000	498.80	498.80	489.45	4 988	94
Hfc Bank PLC – Tx. Vr. (02/05/2006)	50	100 000.00	99 777.00	95 685.00	4 993	208
Ibercaja Finance – EUR / 1998 – Tx. Vr. (07/07/2003)	5 000	1 000.00	998.05	999.40	4 999	2
Imperial Tobacco Canada – 5.125% (14/11/2006)	2 500	1 000.00	1 030.30	1 033.25	2 575	
Imperial Tobacco Canada – 5.75% (06/06/2005)	2 500	1 000.00	1 034.00	1 040.10	2 584	
International Endesa BV – 5.25 (22/02/2006)	2 500	1 000.00	1 032.20	1 034.95	2 580	
Italease Finance Spa (10/03/2011) O. Hip. – Cl. A	5 000	1 000.00	998.90	1 000.00	4 995	
Lafarge – 5.125% (26/06/2006)	4 000	1 000.00	1 025.12	1 030.65	4 100	
Lone Star Industr. Inc. 5.875% (08/11/2004)	5 000	1 000.00	995.02	922.70	4 991	377
Madison Avenue C.Ltd. (24/03/2014) – O. Hip. Cl. A	10	476 780.78	476 780.80	470 389.55	4 768	64
MPS Capital Trust I – Ob. Perp.	6 200	1 000.00	1 042.20	1 048.74	6 447	
NBG Finance PLC – Tx. Vr. (25/06/2012)	7 500	1 000.00	993.95	991.00	7 455	22

Natureza e espécie dos títulos	Quantidade	Valor nominal	Valor médio de aquisição	Valor de cotação	Valor de balanço	Provisões
			euros		m. euros	
Por outros não residentes						
Outras obrigações (cont.)						
OTE PLC	10 000	1 000.00	982.38	1 067.45	9 884	
Public Power Corp. – 6.25% (08/11/2010)	10 000	1 000.00	1 002.00	1 000.00	10 016	16
Public Power Corp. – ITL / 1999 – Tx. Vr. (08/01/2004)	16 200	516.46	515.32	517.75	8 363	
Repsol Intl. Finance – 3.75% (23/02/2004)	25	200 000.00	197 250.00	197 550.00	4 934	
Royal KPN NV – 3.5% – Conv. (24/11/2005)	10 000	1 000.00	1 000.00	972.00	10 000	280
Skandinaviska Enskilda – 6.75% (29/06/2049)	480	25.00	22.69	23.88	11	
Standard Chartered Cap Trust – Ob. Perp.	10 000	1 000.00	1 028.50	1 100.34	10 267	
Stichting Eurostar CDO (10/03/2013) O.H – Cl – A1	10	493 925.16	493 925.16	487 923.97	4 939	60
Tafisa, S.A.	80	60 100.16	60 101.21		4 808	
Telecom Italia SPA – 6.25% (01/02/2012)	2 500	1 000.00	1 043.10	1 050.21	2 607	
Telefonica Eespanha – 4.5% (14/04/2009)	120	10 000.00	9 660.00	9 788.49	1 159	
Telefonica Europe – USD / 1997 – 6.375% (08/01/2003)	19 236	953.56	901.89	954.52	18 337	
Union Fenosa Finance – 4.25% (02/11/2004)	25	100 000.00	99 900.00	99 972.00	2 497	
					315 112	**2 744**
Papel comercial						
Brazcomp One Ltd. 5.ª Em.					19 833	
					19 833	
Valores de rendimento variável – emitidos por residentes						
Acções						
Alar – Emp. Ibérica de Material Aeronautico, S.A.	2 200	4.99	9.02		20	
Apis – Soc. Ind. Parquetes Azarujense	65 000	4.99				
Boavista Futebol Clube	21 900	5.00	5.00		110	
Brasopi – Comércio de Vestuário	649 420	1.00	3.99		2 591	1 944
Brisa (Privatizadas)	72 616	1.00	5.32	5.28	368	
Buciqueira – SGPS – Cap. Red. – Em. 2001	8	5.00	112.23		1	
Caderno Verde S.A.	18 065	4.99	53.51		967	725
Carmo & Braz	65 000	4.99				
Casa Hipólito, S.A.	17 789	4.99	4.99		89	
Change SGPS, S.A.	3 740 000	1.00	1.00		3 740	
Chipidea – Microelectrónica, S.A.	79 883	0.50	15.47		1 237	
Cimpor – Cimentos de Portugal, S.A.	2 630	5.00	15.50	16.00	37	
Companhia Águas da Fonte Santa de Monfortinho, S.A.	10	5.00	4.50			
Companhia Aurifícia, S.A.	578	7.48	41.42		24	
Companhia Aurifícia, S.A.	30	3.74	20.80		1	
Companhia de Diamantes de Angola	167 716	2.49				
Companhia de Fiação e Tecidos de Fafe, S.A.	240	4.99	1.25			
Companhia Portuguesa do Cobre – Imobiliária, S.A.	57 200	4.99	0.07		4	
Comundo – Consórcio Mundial de Import.e Export., S.A.	3 269	0.50	1.74		6	4
Corticeira Amorim – SGPS	127 419	1.00	2.47	0.80	315	213
Cosec	251 110	5.00	17.84		4 479	
Empresa Cinematográfica S. Pedro – Águeda	100	4.99	4.99			
Empresa O Comércio do Porto, S.A.	50	2.49	15.56		1	
Esence – Soc. Nac. Corticeira – Nom.	54 545	4.99				
Estamparia Império – Emp. Industriais e Imobiliários, S.A.	170	4.99	7.89		1	
Eurofil – Ind. de Petróleos, Plástico e Filamentos, S.A.	11 280	4.99	2.21		25	
Eurominas – Electro Metalurgia, S.A.	23	4.99	5.00			
Fábricas Vasco da Gama – Ind. Transformadoras, S.A.	33	4.99	22.82		1	
Fernando & Irmão, Lda.	41 190	100.00	100.00		4 119	
Finantel, SGPS	3 335 840	0.50	2.19		7 305	3 000
Fit – Fomento e Industria do Tomate, S.A.	148	4.99	16.95		3	

Natureza e espécie dos títulos	Quantidade	Valor nominal	Valor médio de aquisição	Valor de cotação	Valor de balanço	Provisões
			euros		m. euros	
Valores de rendimento variável – emitidos por residentes						
Acções (cont.)						
Foncar – Org. Industrial Com. Textil, S.A.	6	4.99	4.11			
Futebol Clube do Porto	105 000	5.00	5.13	3.31	539	192
Gap – Gestão Agro-Pecuária, SGPS, S.A.	548	4.99	4.99		3	
GEIE – Gestão de Espaços de Incub. Empres. S.A.	12 500	1.00	1.00		13	
Gregório & Ca.	1 510	4.99	2.89		4	
Ibersol SGPS	104 473	1.00	4.91	3.50	512	147
Impresa – SGPS	270 713	1.00	5.68	1.90	602	88
Incal – Indústria e Comércio de Alimentação, S.A.	2 514	1.13	0.89		2	
Intersis, S.A.	42 147	4.99	31.01		1 307	1 307
Investimento Directo – Soc. Corretora, S.A.	300 000	10.00	12.43		3 729	845
J. Soares Correia – Armazéns de Ferro, S.A.	84	5.00	21.16		2	
Jotocar – João Tomás Cardoso, S.A.	3 020	4.99	2.49		8	
Lisnave – Est. Navais	180	5.00	4.99		1	
Matur – Sociedade de Empreend. Tur. da Madeira, S.A.	13 435	4.99	10.85		146	142
Matur – Sociedade de Empreend. Tur. da Madeira, S.A.	4	5.00				
Maxstor	8 190	4.99	4.99		41	41
Metalurgia Casal, S.A.	127	4.99	4.94		1	
Multitema	405 379	1.00	1.34		542	
Myplace – Conteúdos Imobiliários Internet	16 667	1.00	1.00		17	17
Nutroton – Industrias da Avicultura	11 395	5.00	4.38		50	
Pema, S.A.	532	2.49	0.07			
Pirites Alentejanas, S.A.	78 473	5.00	0.00			
Porto de Cavaleiros, SGPS	2	4.99				
Portugal Telecom – N	4 080	1.00	14.04	6.55	57	31
Ricon	76 923	5.00	32.42		2 494	
Salvador Caetano, Ind. Maq. e Veic. de Transp., S.A.	161 925	1.00	4.70	3.00	638	152
Salvor – Soc. Investimentos Hoteleiros, S.A.	10	5.00				
Secca – Construções Metálicas – Ac. Ord. Em. 92	3 627	4.99	4.99		18	18
Secca – Pref. S/ Voto – Em. 92	3 627	4.99	4.99		18	18
Semapa – Soc. Inv. Gestão – SGPS – Stock Split	728	1.00	4.34	3.30	3	
Senal – Soc. Nacional de Promoção de Empresas, S.A.	450	0.50				
Sociedade de Construções ERG	50	4.99	7.38	0.90		
Sociedade Industrial Aliança, S.A.	1	2.49	2.00			
Somotel – Soc. Portuguesa de Moteis, S.A.	40	2.50	2.49			
Sonae SGPS	51 868	1.00	2.55	0.40	132	112
Sopeal – Soc. Promoção Educacional Alcacerense, S.A.	100	4.99	4.99			
Sorefame – Socs. Reunidas Fabricações Metálicas, S.A.	31	5.00	9.81			
SPC – Serviço Português de Contentores, S.A.	2	4.99	4.99			
Sport Lisboa e Benfica (Pub. Geral)	16 010	5.00	4.99		80	
Star – Turismo, S.A.	533	4.99	4.99		3	
SVB, SGPS, S.A.	1 250	4.99	5.00		6	
TECMIC	11 324	5.00	121.13		1 372	
Telecine Moro, S.A.	170	4.99	6.48		1	1
Terologos – Tecnologias de Manutenção – P	7 960	4.99	4.98		40	
Textil Lopes da Costa, S.A.	4 900	4.99	1.70		8	8
Turopa – Operadores Turisticos, S.A.	5	4.99	4.98			
TVTEL – G.P.	191 250	4.98	7.18		1 374	
Unicer – União Cervejeira, S.A.	1 002	1.00	8.07		8	
Whatevernet	132 600	0.50	9.78		1 297	
Xelb Cork – Co. e Ind. Cortiça	87	4.99	4.99			
					40 512	**9 005**

Natureza e espécie dos títulos	Quantidade	Valor nominal	Valor médio de aquisição	Valor de cotação	Valor de balanço	Provisões
		euros			m. euros	
Valores de rendimento variável – emitidos por residentes (cont.)						
Unidades de participação						
Frie BPI 1	600 000	4.99	4.99		2 993	306
Frie – IPE Capital Retex / Paiep	20	24 939.89	24 939.89		499	
Frie – Norpedip – Fundo de Reest. Intern. Empresarial	575 000	4.99	4.99		2 868	1 332
Frie – Sulpedip – Fundo de Reest. Intern. Empresarial	575 000	4.99	4.99		2 868	540
Frie – Sulpedip – Retex	200 000	4.99	4.99		998	185
Fundo BPI – América	200 000	0.01	4.98		997	
Fundo Grupo BFE Imobiliário	73 707	4.99	5.01	5.74	371	
					11 594	**2 363**
Outros valores						
Atlântis – Pref. S/ Voto – Dir. Inc. / Em. 97	1					
Banco BPI – Dir. Inc. 94	1					
Oliva – Direitos de redução	100		0.44			
Cimpor – Cim. Portugal – SGPS – Dir. Inc. – Em – 99	1					
Cofina SGPS – warrant (obrig. 98)	13 020			1.55		
Fabricas Triunfo – Dir. reduçao Em. 2001	8		4.99			
Soc. Construções Erg / 93	3					
Somague – SGPS – Warrant (Obgs. 98)	115 015			0.35		
Sonae Industria – SGPS – D.I. / Em. 97 – 2.ª	1					
De rendimento variável – emitidos por não residentes						
Acções						
Altitude Software	5 984 560	0.04	2.32		13 911	11 340
BPI Strategies, LTD. – Class B	5 000	0.01	953.56	974.13	4 768	
Cis Corporation	39 512	4.49	4.67	0.24	155	145
European Investment Fund	6	1 000 000.00	1 000 000.00		6 000	
Growela Cabo Verde	19 000	4.99	7.34		139	139
Liaoyang EFACEC	1 700	0.95	696.82		1 185	1 185
Multiwave	151 516	0.00	1.88		284	
Parques Reunidos	304 140	0.25	5.19	2.35	1 580	865
Sofaris	13	49.55	94.75		1	
Unirisco Galicia	80	1 202.00	1 202.03		96	
					28 119	**13 674**
Valores de rendimento variável – emitidos por residentes						
Acções preferenciais / Perp.						
Anglo Irish Cap Funding – 7.75% – Pref. Perp.	36 660	25.00	24.46	25.82	897	
BBVA Cap Fund. Cayman – Pref. Perp. – 6.35%	52 800	51.13	44.99	44.50	2 376	26
BBVA International Ltd. – Pref. Perp. – 7%	50 000	100.00	98.43	100.00	4 922	
BCH Eurocapital – Pref. B. – 97 / 2049 – Tx. Vr.	56 739	23.84	21.36	16.21	1 212	292
BCI Funding Acções Pref. Perp.	12 800	1 000.00	981.74	950.00	12 566	406
BES Overseas Sr. A. – Acções Pref. Perp.	917 400	23.84	23.60	22.89	21 651	656
Central Hispano Euroc. – Acç. Pref. S/ voto – A	200 000	23.84	24.29	23.55	4 858	148
Deutsche BK Cap Fund III – Pref. Perp. 6.6%	100 000	100.00	101.35	101.25	10 135	10
Erste Finance (Jersey) – 6.625% Pref. Perp.	101 820	25.00	23.11	23.00	2 353	12
Espirito Santo F. Group – Acções Pref. Perp.	5 000	511.29	509.25	462.72	2 546	233
K2 Corporation – Tx. Vr. – Pref. Perp.	5 000	953.56	953.56	953.55	4 768	
					68 284	**1 783**
Unidades de participação						
Fundo BPI – Europa (Luxemburgo)	23 405	0.01	7.32		171	
Fundo E Millenium	2 821 312		1.00		2 821	
Scudder New Europe Fund Inc.	10 000	9.54	11.91	17.76	119	
					3 111	

Natureza e espécie dos títulos	Quantidade	Valor nominal	Valor médio de aquisição	Valor de cotação	Valor de balanço	Provisões
		euros			m. euros	
Títulos subordinados						
BNU – PTE / 1998 – Tx. Vr. (15/10/2008) – Ob. Cx. Sub.	947 716 004	0.01	0.01	0.01	9 477	293
					9 477	**293**
Títulos próprios						
Banco BPI	161 318	1.00	2.13	2.18	334	
					334	
					1 627 754	**32 009**
IMOBILIZAÇÕES FINANCEIRAS						
Partes de capital em empresas associadas						
Participações sujeitas ao regime transitório definido no Aviso do Banco de Portugal n.º 4 / 2002						
Aquapor – Serviços, S.A.	323 400	5.00	35.78		11 572	502
Banc Post, S.A.	113 015 995	0.04	0.05		17 424	
Caravela Gest, SGPS, S.A.	108 572	5.00	4.99		542	
Companhia de Seguros Allianz Portugal, S.A.	2 768 178	5.00	15.06		37 734	
Cosec – Companhia de Seguros de Crédito, S.A.	750 000	5.00	9.40		11 610	
F.Turismo – Capital de Risco, S.A.	250 000	5.00	4.98		1 338	
Finangeste – Emp. Financeira de Gestão e Desenvolvimento, S.A.	1 814 125	5.00	14.90		11 807	
Telemanutenção – Assistência Remota e Computadores, S.A.	4 900	4.99	49.88		244	122
Vera Cruz Exportação – Indústria e Comércio, S.A.	689 145	0.27	0.81		558	558
Viacer – Sociedade Gestora de Participações Sociais, Lda.			54 446 783.25		15 314	
					108 143	**1 182**
Partes de capital em empresas filiais excluídas da consolidação						
Participações sujeitas ao regime transitório definido no Aviso do Banco de Portugal n.º 4 / 2002						
BPI, Inc.	300		15.89		117	
BPI Locação de Equipamentos, Lda.			150 000.00			
BPI Pensões – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A.	200 000	5.00	7.23		4 757	
BPI Rent – Comércio e Aluguer de Bens, Lda.			2 492 286.55		4 596	
BPI Strategies Ltd.	1 000	0.01	0.01			
BPI Vida – Companhia de Seguros de Vida, S.A.	3 597 510	5.00	5.57		34 196	
Douro – Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A.	3 580 088	5.00	3.48		3 797	
Eurolocação – Comércio e Aluguer de Veículos e Equipamento, S.A.	30 000	5.00	3.54		470	
Promática – Soc. Informação e de Organização de Empresas, S.A.	150 000	5.00	5.71		1 066	
Simofer – Soc. de Empreendimentos Imobiliários e Construção Civil, Lda.			8 510.49			
					48 999	
Outras participações financeiras						
Participações sujeitas ao regime transitório definido no Aviso do Banco de Portugal n.º 4 / 2002						
No país – em instituições de crédito						
SPGM – Sociedade de Investimentos, S.A.	1 936 300	1.00	1.00		1 932	
No país – em outras empresas						
Alberto Gaspar, S.A.	60 000	4.99	4.99		299	107
Arco Bodegas Unidas	63 382	6.01	69.41		4 400	50
Barbosa & Almeida	1 090 493	5.00	14.71	16.48	16 039	
Cofina SGPS	4 354 960	0.50	2.75	2.09	12 018	111
Conduril – Construtora Duriense, S.A.	184 262	5.00	4.37	4.50	805	
Digitmarket – Sistemas de Informação, S.A.	742 500	1.00	1.00		764	718
EIA – Ensino, Investigação e Administração, S.A.	10 000	4.99	4.98		50	4
Ibersol – SGPS, S.A.	1 265 930	1.00	4.30	3.10	5 443	70
IES – A	266 000	4.99	4.99		1 327	
Impresa – Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A.	7 380 687	1.00	10.25	1.94	61 265	3 776
International Factors Group	12	50.00	50.00		1	
Mimalha, S.A.	40 557	4.99	8.27		336	336
NET – Novas Empresas e Tecnologias, S.A.	6 099	4.99	0.51		3	
Pararede – SGPS, S.A.	4 811 910	0.40	1.44	0.20	6 951	3 053

Natureza e espécie dos títulos	Quantidade	Valor nominal	Valor médio de aquisição	Valor de cotação	Valor de balanço	Provisões
			euros		m. euros	
No país – em outras empresas (cont.)						
PME Capital – Sociedade Portuguesa de Capital de Risco, S.A.	261 250	5.00	4.99		1 303	
PME Investimentos – Sociedade de Investimentos S.A.	261 250	5.00	4.98		1 303	
Portugal Telecom, S.A.	20 743 391	1.00	10.75	6.11	223 197	6 298
Ricardo Gallo – Vidro de Embalagem, S.A.	39 600	5.00	7.27		288	72
SIBS – Sociedade Interbancária de Serviços, S.A.	738 455	5.00	4.22		3 115	
SIC – Sociedade Independente de Comunicação, S.A.	997 657	4.99	194.45		145 281	7 784
Soc. Portuguesa de Inovação, Consultoria Empresarial e Fomento da Inovação, S.A.	8 580	5.00	4.98		43	1
Soset – Sociedade Desenvolvimento Regional Peninsula Setúbal, S.A.	68 000	4.99	4.99		339	175
Tagusparque – Sociedade de Promoção e Desenvolvimento do Parque, S.A.	480 000	5.00	4.99		2 394	
Unicre – Cartão Internacional de Crédito	299 265	5.00	3.52		1 057	
VAA – Vista Alegre Atlantis SGPS (Fusão)	8 391 597	1.00	1.43	0.75	12 036	394
VAA – Vista Alegre Atlantis SGPS (St. Split.)	988 485	1.00	2.71	0.75	2 680	902
Vista Alegre Investimentos, SGPS, S.A.	1 025	4.99	4.99		5	
No estrangeiro – em outras empresas						
CLD – Credit Logement Developpment	100	15.24	15.25		1	
Empresa Prestadora de Serviços aos Bancos					76	
InterBancos	42 500	900.62	0.90		38	
Nasdaq Europe SA / VN	100		250.31		25	21
Swift – Society for Worldwide Inf. Dev	5	123.95	1 234.51		6	
Tharwa Finance (dirhams)	20 895		9.39		196	
					505 016	**23 872**
Participações não sujeitas ao regime transitório definido no Aviso do Banco de Portugal n.º 4 / 2002						
No país – em outras empresas						
Plastrade	19 200		5.00		96	
No estrangeiro – em outras empresas						
Euronext	190 000	1.00	20.64	21	3 924	
					4 020	
Outras imobilizações financeiras						
Cauções					384	
Empréstimos subordinados					128	
Prestações suplementares de capital:						
Plastrade					154	
Contratos de suprimento:						
Acesa					16	
Auto Estradas do Atlântico					9 144	
Caderno Verde					150	113
Caravela Gest SGPS					1 354	
Digitmarket					879	
GEIE – GESTÃO DE ESPAÇOS DE INCB.					10	
IES – A					267	
IES – B					401	
InterBancos – Suprimentos					224	
Intersis					50	50
Maxstor – Suportes e Matrizes Informáticos, S.A.					957	957
Myplace					1 378	1 378
Sociedade Imobiliária Urbanização do Parque, S.A.					137	
SVB SGPS, S.A.					2 301	
ViaLitoral – Conc. Rodoviária da Madeira					975	
					18 243	**2 498**

Natureza e espécie dos títulos	Quantidade	Valor nominal	Valor médio de aquisição	Valor de cotação	Valor de balanço	Provisões
		euros			m. euros	
Outros						
Participações sujeitas ao regime transitório definido no Aviso do Banco de Portugal n.º 4 / 2002						
Ambelis – Agência p/ Modernização Economica de Lisboa, S.A.	400	49.88	49.88		20	
Amsco – African Management Services Com	1 807	953.56	527.70		954	954
Apor – Agência p/ Modernização do Porto – Cl. B	2 400	4.99	4.99		12	
Associação para Escola Gestão do Porto / 2000	2		24 939.89		50	4
Auto-Estradas Atlantico II – Conc. Serviços	1 000	5.00	5.00		5	
Auto-Estradas Atlantico	1 100 000	5.00	4.98		5 487	
Citeve – Cent. Tec. Ind. Tex. Vest. Portugal	20		498.80		10	
Club Financiero Vigo	1	15 626.31	17 730.00		18	2
Coimbravita – Agência Desenvolvimento Regional	15 000		4.99		75	
FIEP – Fundo para a Internacionalização das Empresas Portuguesas SGPS, S.A.	3 900 000	4.99	4.22	5.05	19 465	
Frie Ipe Capital – Retex / Paiep	20		24 939.89	25 439.98	499	
Frie – PME Capital – Retex	200 000		4.98		998	110
Fundo Inv. Capital de Risco – F. Turismo	43	24 939.89	25 222.90		1 084	196
Fundo Inv. Imobiliário Margueira Cap.	2 949 761		4.99		14 713	
Gestinsua – Aq. Al. Patrimonio	430	5.00	5.00	0.01	2	2
Margueira – Soc. Gestora de Fundos Investimento Imobiliário, S.A.	3 362	5.00	4.99		17	
Parque Industrial da Matola – MZM	295 384	0.04	0.04		12	
Parque Industrial da Matola – PTE	10 384 620		0.00		52	3
Porticentro – Sociedade de Construção, Gestão e Turismo, Lda.					100	100
Primus – Prom. e Desenvolvimento Regional, S.A.	8 000	4.99	4.99		40	17
Ricardo Gallo – Vidro de Embalagem, S.A.	100 100	5.00	0.79		793	
Sanjimo – Sociedade Imobiliária	1 620	4.99	4.99		8	8
SIC – Sociedade Independente de Comunicação, S.A. (adiantamento)					585	
Socera – Investimentos e Projectos	1 950	24.94	20.78		40	
Sociedade Imobiliária Urbanização do Parque, S.A.	11 350	1.00	1.00		11	11
Spidouro – Sociedade Promoção e Investimento Douro e Tras-os-Montes	15 000	4.99	4.99		75	41
SUBLOC – Locação de submarinos, S.A.	2 500	10.00	10.00		25	
Swift – Society for Worldwide Inf. Dev	57	123.95	235.02		41	
ViaLitoral – Conc. Rodoviária da Madeira	4 750	161.25	166.64		791	80
Participações não sujeitas ao regime transitório definido no Aviso do Banco de Portugal n.º 4 / 2002						
Auto-Estradas Atlantico	1 100 000	5.00	16.45		18 104	2 615
Auto-Estradas Atlantico II – Conc. Serviços	1 000	5.00	5.00		5	2
Fundo Inv. Imobiliário Margueira Cap.	130 730	4.99	4.99		652	
Garval – Sociedade de Garantia Mutua	62 500	1.00	1.00		62	
Margueira – Soc. Gestora de Fundos Investimento Imobiliário, S.A.	149		4.99		1	
SDEM – Soc. de Desenvolvimento Empr. Madeira, SGPS	937 500	1.00	1.00		937	
Sociedade Imobiliária Urbanização do Parque, S.A.	2 670	1.00	1.00		3	3
					65 746	**4 148**
					84 655	**6 646**
					750 833	**31 700**

Em 31 de Dezembro de 2002, os valores de balanço e os valores de mercado (ou valores atribuíveis, se aqueles não existirem) das participações financeiras detidas pelo Grupo BPI são:

	Valor de balanço				Valor de mercado[4]	Valor atribuível[5]	Mais (menos) valia latente
	Valor bruto[2]	Mais-valia suspensa[3]	Provisão	Valor líquido			
Partes de capital em associadas							
Aquapor – Serviços, S.A.	11 572		502	11 070		4 818	(6 252)
Caravela Gest, SGPS, S.A.	542			542		500	(42)
Telemanutenção – Assistência Remota e Computadores, S.A.	244		122	122		100	(22)
Viacer – Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A.[1]	15 314			15 314		130 000	114 686
Vera Cruz Exportação – Indústria e Comércio, S.A.	558		558				
	28 230		**1 182**	**27 048**		**135 418**	**108 370**
Outras participações financeiras							
Alberto Gaspar, S.A.	299		107	192		192	
Arco Bodegas Unidas	4 400		50	4 350		3 243	(1 107)
Barbosa & Almeida	16 905	866		16 039	17 971		1 932
CLD – Credit Logement Developpment	2			2		3	1
Cofina SGPS	13 239	1 221	111	11 907	9 102		(2 805)
Conduril – Construtora Duriense, S.A.	805			805	829		24
Digitmarket – Sistemas de Informação, S.A.	742	(22)	718	46		47	1
EIA – Ensino, Investigação e Administração, S.A.	50		4	46			(46)
Empresa Prestadora de Serviços aos Bancos	76			76		76	
Euronext	3 924			3 924		3 912	(12)
Ibersol – SGPS, S.A.	5 475	32	70	5 373	3 924		(1 449)
IES	2 815	1 488		1 327		2 051	724
Impresa – Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A.	75 653	14 388	3 776	57 489	14 319		(43 170)
InterBancos	38			38		64	26
International Factors Group	1			1			(1)
Mimalha, S.A.	336		336				
Nasdaq Europe SA / VN	24		21	3		4	1
NET – Novas Empresas e Tecnologias, S.A.	3			3		42	39
Pararede – SGPS, S.A.	10 081	3 130	3 053	3 898	962		(2 936)
Plastrade – Com. Intern. Plasticos – S.A.	96			96		144	48
PME Capital – Sociedade Portuguesa de Capital de Risco, S.A.	1 303			1 303		1 748	445
PME Investimentos – Sociedade de Investimentos S.A.	1 303			1 303		1 387	84
Portugal Telecom, S.A.	223 197		6 298	216 899	126 742		(90 157)
Ricardo Gallo – Vidro de Embalagem, S.A.	288		72	216		216	
SIBS – Sociedade Interbancária de Serviços, S.A.	3 115			3 115		11 253	8 138
SIC – Sociedade Independente de Comunicação, S.A.	193 997	48 716	7 784	137 497		45 643	(91 854)
Soc. Port. Inovação, Consultoria Empresarial e Fomento Inovação, S.A.	43		1	42		27	(15)
Soset – Sociedade Desenvolvimento Regional Peninsula Setúbal, S.A.	339		175	164		164	
Swift – Society for Worldwide Inf. Dev	6			6		11	5
SPGM – Sociedade de Investimentos, S.A. – N	1 932			1 932		3 031	1 099
Tagusparque – Sociedade de Promoção e Desenvolvimento Parque, S.A.	2 394			2 394		8 252	5 858
Tharwa Finance (dirhams)	196			196		298	102
Unicre – Cartão Internacional de Crédito	1 421	364		1 057		5 841	4 784
VAA – Vista Alegre Atlantis SGPS (Fusão)	11 259	(777)	394	11 642	6 294		(5 348)
VAA – Vista Alegre Atlantis SGPS (St. Split.)	3 295	615	902	1 778	741		(1 037)
Vista Alegre Investimentos, SGPS, S.A.	5			5			(5)
	579 057	**70 021**	**23 872**	**485 164**	**180 884**	**87 649**	**(216 631)**
	607 287	**70 021**	**25 054**	**512 212**	**180 884**	**223 067**	**(108 261)**

1) A participação na Viacer – Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A. é incluída no perímetro de consolidação do Grupo BPI.
2) O valor bruto de balanço corresponde ao valor de aquisição ou, no caso de participações reavaliadas pelo método da equivalência patrimonial, ao valor da participação do BPI nos capitais próprios.
3) A mais valia suspensa é dedutível ao valor de balanço por o seu reconhecimento como resultado do exercício se encontrar suspenso.
4) O valor de mercado é determinado pela média de cotações diárias dos últimos seis meses completos.
5) Excepto quanto à Viacer – Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A. e à SIC – Sociedade Independente de Comunicação, S.A., o valor atribuível é determinado pelo produto da parte correspondente à situação líquida da sociedade participada pelo factor 1.5. No caso da Viacer, o valor atribuível corresponde a avaliação do BPI; no caso da SIC, o valor atribuível depende do valor de mercado da Impresa e corresponde à percentagem do valor da SIC considerada no valor da Impresa à data da entrada em bolsa.

4. NOTAS

4.1. Caixa e disponibilidades em bancos centrais

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2002	2001
Caixa	152 525	166 217
Depósitos à ordem no Banco de Portugal	310 569	283 359
Depósitos à ordem em bancos centrais estrangeiros	61 012	57 150
	524 106	**506 726**

A rubrica DEPÓSITOS À ORDEM NO BANCO DE PORTUGAL inclui os depósitos constituídos para satisfazer as exigências do Sistema de Reservas Mínimas do Sistema Europeu de Bancos Centrais. Estes depósitos são remunerados e correspondem a 2% dos depósitos e títulos de dívida com prazo até 2 anos, excluindo destes os depósitos e os títulos de dívida de instituições sujeitas ao regime de reservas mínimas do SEBC.

4.2. Disponibilidades à vista sobre instituições de crédito

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2002	2001
Disponibilidades sobre instituições de crédito no País		
Depósitos à ordem	30 869	24 469
Cheques a cobrar	180 631	223 888
Outras disponibilidades	12 295	14 989
Disponibilidades sobre instituições de crédito no estrangeiro		
Depósitos à ordem	98 112	85 336
Cheques a cobrar	8 158	4 976
Outras disponibilidades		30
	330 065	**353 688**

O saldo da rubrica CHEQUES A COBRAR SOBRE INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO NO PAÍS corresponde a cheques sacados por terceiros sobre outras instituições monetárias residentes, os quais, em geral, não permanecem nesta conta por mais de um dia útil.

4.3. Outros créditos sobre instituições de crédito

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2002	2001
Aplicações em bancos centrais		
No Banco de Portugal		
Títulos de depósito	186 638	273 044
Outros	4 172	1 000
Em bancos centrais estrangeiros		724
	190 810	**274 768**
Aplicações em outras instituições monetárias		
Mercado monetário interbancário	44 000	33 000
Outros	100 087	123 182
	144 087	**156 182**
Aplicações em outras instituições de crédito		
No país	619 878	425 257
No estrangeiro	2 213 205	2 655 734
	2 833 083	**3 080 991**
	3 167 980	**3 511 941**
Crédito e juros vencidos	100 019	119 334
Provisões para crédito vencido	(99 790)	(118 928)
Provisões para risco país	(28)	(27)
	(99 818)	**(118 955)**
	3 168 181	**3 512 320**

Os títulos de depósito representam depósitos constituídos junto do Banco de Portugal sob forma escritural que foram subscritos, em montantes fixados pelo Banco Central, no âmbito da alteração do regime de constituição das disponibilidades mínimas de caixa entrado em vigor em 1 de Novembro de 1994. Em 31 de Dezembro de 2002 e 2001, estes títulos venciam juros às taxas de 3.28% e 3.76%, respectivamente.

A rubrica CRÉDITO E JUROS VENCIDOS respeita a créditos sobre um Banco Central.

O movimento ocorrido nas provisões durante os exercícios de 2002 e 2001 é apresentado na nota 4.27.

Em 31 de Dezembro de 2002 e 2001, esta rubrica apresenta a seguinte estrutura, de acordo com os prazos residuais de vencimento:

	2002	2001
Até 3 meses	2 510 173	2 731 412
De 3 meses a 1 ano	339 304	390 073
De 1 a 5 anos	300 385	362 176
Superior a 5 anos	11 804	14 076
Indeterminado	6 314	14 204
	3 167 980	**3 511 941**

Nota: não inclui crédito e juros vencidos.

4.4. Créditos sobre Clientes

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2002	2001
Crédito a curto prazo		
Interno		
Desconto	370 923	379 655
Créditos titulados por efeitos	307 050	309 539
Créditos em conta corrente	2 709 102	1 622 006
Descobertos em depósitos à ordem	521 559	621 024
Créditos tomados – factoring	305 682	300 283
Outros créditos	7 212	9 336
Ao exterior	257 766	313 174
	4 479 294	**3 555 017**
Crédito a médio e longo prazos		
Interno		
Desconto	23 111	29 698
Empréstimos		
Imobiliário	5 537 166	4 489 727
Outros	4 228 502	3 920 983
Créditos titulados por efeitos	15 186	17 856
Créditos em conta corrente	174 738	1 238 352
Outros créditos	1 874	4 300
Ao exterior	884 484	1 011 604
	10 865 061	**10 712 520**
Locação financeira mobiliária	594 348	647 207
Locação financeira imobiliária	401 945	369 917
Empréstimos subordinados	19 892	11 242
Aplicações de recursos consignados	626	696
	16 361 166	**15 296 599**
Crédito e juros vencidos	**254 028**	**174 414**
Provisões para crédito de cobrança duvidosa	(21 383)	(4 403)
Provisões para crédito vencido	(120 077)	(91 756)
Provisões para risco país	(1 142)	(2 715)
	(142 602)	**(98 874)**
	16 472 592	**15 372 139**

O movimento ocorrido nas provisões durante os exercícios de 2002 e 2001 é apresentado na nota 4.27.

Em 31 de Dezembro de 2002 e 2001, esta rubrica apresenta a seguinte estrutura, de acordo com os prazos residuais de vencimento:

	2002	2001
Até 3 meses	2 416 919	1 985 142
De 3 meses a 1 ano	2 266 076	1 746 317
De 1 a 5 anos	2 892 975	4 225 505
Superior a 5 anos	8 393 941	6 814 123
Indeterminado	391 255	525 512
	16 361 166	**15 296 599**

Nota: não inclui crédito e juros vencidos.

4.5. Obrigações e outros títulos de rendimento fixo

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	Valor de balanço		Valor de mercado	
	2002	2001	2002	2001
A. Emissores públicos				
Títulos cotados				
De negociação				
Obrigações de emissores públicos nacionais				
Taxa fixa	302 460	169 458	302 460	169 458
Obrigações de emissores públicos estrangeiros	1 081 566	897 826	1 081 566	897 826
De investimento				
Obrigações de emissores públicos nacionais				
Taxa fixa	723 767	277 993	742 725	303 698
Taxa variável	949	66 765	949	66 775
Obrigações de emissores públicos estrangeiros	36 307	57 473	37 385	59 848
Provisões para depreciação de títulos	(2)	(22)		
	2 145 047	**1 469 493**	**2 165 085**	**1 497 605**
Títulos não cotados				
De negociação				
Obrigações de emissores públicos estrangeiros		509		
Outros títulos de emissores públicos estrangeiros		426		
De investimento				
Obrigações de emissores públicos estrangeiros		47 885		
	0	**48 820**		
	2 145 047	**1 518 313**		
B. Outros emissores				
Títulos cotados				
De investimento				
Obrigações de outros emissores nacionais	69 298	241 486	68 246	240 361
Obrigações de organismos financeiros internacionais	42 530	49 239	41 811	49 108
Obrigações de outros emissores estrangeiros	310 304	375 788	311 180	378 310
Títulos subordinados	9 477	24 806	9 184	24 219
Provisões para depreciação de títulos	(4 836)	(3 207)		
	426 773	**688 112**	**430 421**	**691 998**
Títulos não cotados				
De negociação				
Obrigações de outros emissores estrangeiros	574	541		
De investimento				
Obrigações de outros emissores nacionais	141 068	300 614		
Obrigações de organismos financeiros internacionais	117 459	117 459		
Obrigações de outros emissores estrangeiros	24 641	80 567		
Provisões para depreciação de títulos	(346)	(393)		
	283 396	**498 788**		
Provisões para risco país	**(409)**	**(409)**		
Títulos e juros vencidos	2 358	522		
Provisões para títulos e juros vencidos	(341)	(439)		
	2 017	**83**		
	711 777	**1 186 574**		

Em 31 de Dezembro de 2002 e 2001, a rubrica OBRIGAÇÕES DE OUTROS EMISSORES NACIONAIS NÃO COTADAS, da carteira de investimento, inclui 137 208 m. euros e 292 899 m. euros, respectivamente, relativos a papel comercial. Em 31 de Dezembro de 2002 e 2001, a rubrica OBRIGAÇÕES DE OUTROS EMISSORES ESTRANGEIROS NÃO COTADAS, da carteira de investimento, inclui 19 833 m. euros e 56 725 m. euros, respectivamente, relativos a papel comercial.

Em 31 de Dezembro de 2002 e 2001, as obrigações da carteira de investimento estão, em parte, afectas à cobertura de passivos e elementos extrapatrimoniais. Em 31 de Dezembro de 2002, as obrigações da carteira de investimento estão, em parte, cobertas por elementos extrapatrimoniais.

O movimento ocorrido nas provisões durante os exercícios de 2002 e 2001 é apresentado na nota 4.27.

4.6. Acções e outros títulos de rendimento variável

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	Valor de balanço		Valor de mercado	
	2002	2001	2002	2001
Títulos cotados				
De negociação				
Acções	10 004	53 336	10 017	53 336
Unidades de participação	462	1 489	462	1 490
Flutuação de valores	13	1		
De investimento				
Acções	9 707	20 462	7 886	14 654
Acções preferenciais	68 284	23 973	66 629	23 721
Outras unidades de participação	490	764	601	686
Outros valores				53
Provisões para depreciação de títulos	(3 728)	(6 227)		
	85 232	**93 798**	**85 595**	**93 940**
Títulos não cotados				
De negociação				
Acções	62 607			
De investimento				
Acções	58 924	57 454		
Unidades de participação em FRIEs	10 225	10 225		
Outras unidades de participação	3 990	3 881		
Provisões para depreciação de títulos	(71 278)	(9 920)		
	64 468	**61 640**		
	149 700	**155 438**		

O movimento ocorrido nas provisões durante os exercícios de 2002 e 2001 é apresentado na nota 4.27.

4.7. Partes de capital em empresas associadas

As partes de capital em empresas associadas correspondem a:

	Participação efectiva (%)		Valor de balanço (líq.)	
	2002	2001	2002	2001
Aquapor – Serviços, S.A.[1]	24.5	24.5	11 070	9 831
Banc Post, S.A.	17.0	17.0	17 424	17 915
Caravela Gest, SGPS, S.A.	16.7	16.7	542	542
Centro de Educação Integral, S.A.[2]		19.7		
Companhia de Seguros Allianz Portugal, S.A.	35.0	35.0	37 734	38 819
Cosec – Companhia de Seguros de Crédito, S.A.	50.0	50.0	11 610	12 600
Digitmarket – Sistemas de Informação, S.A.[3]		25.0		641
F. Turismo – Capital de Risco, S.A.	25.0	25.0	1 338	1 311
Finangeste – Empresa Financeira de Gestão e Desenvolvimento, S.A.	32.8	32.8	11 807	11 382
Solo – Investimentos em Comunicação, SGPS, S.A.[4]		45.0		21
Telemanutenção – Assistência Remota a Computadores, S.A.	22.8	22.8	122	122
Vera Cruz Exportação – Indústria e Comércio, S.A.[5]	20.9	20.9		
Viacer – Sociedade Gestora de Participações Sociais, Lda.	26.0	26.0	15 314	12 191
			106 961	**105 375**

Nota: O valor de balanço das empresas associadas integradas no Grupo BPI (nota 1) corresponde à reavaliação da participação pelo método de equivalência patrimonial.

1) Esta participação não é incluída no perimetro de consolidação por o Grupo BPI dispôr de uma opção de venda.
2) Esta participação foi vendida durante o exercício de 2002. Em 31 de Dezembro de 2001, esta participação estava integralmente provisionada.
3) Em 31 de Dezembro de 2002, esta participação está registada na rubrica OUTRAS PARTICIPAÇÕES por a percentagem de participação ter sido reduzida para 9.9% (nota 4.9).
4) O Grupo BPI adquiriu, inicialmente, a totalidade do capital social da Solo – Investimentos em Comunicação, SGPS, S.A. Posteriormente, o Grupo BPI alienou 55% daquele capital social e emitiu uma opção de venda, a favor do adquirente, abrangendo a totalidade do capital alienado. Em 2002, a opção de venda foi exercida pelo que o Grupo BPI passou a deter 100.0% do capital da Solo SGPS passando a ser consolidada pelo método de integração global.
5) Esta participação está integralmente provisionada.

O movimento ocorrido nas provisões durante os exercícios de 2002 e 2001 é apresentado na nota 4.27.

Em 31 de Dezembro de 2002, os saldos respeitantes a operações com as empresas associadas integradas no Grupo BPI são os seguintes:

Crédito concedido	1
Depósitos	15 250
Credores	1
Garantias prestadas	391

4.8. Partes de capital em empresas filiais excluídas da consolidação

As partes de capital em empresas filiais excluídas da consolidação correspondem a:

	Participação efectiva (%)		Valor de balanço (líq.)	
	2002	2001	2002	2001
BPI, Inc.	100.0	100.0	117	128
BPI Locação de Equipamentos, Lda.[1]	100.0	100.0		
BPI Pensões – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A.	100.0	100.0	4 758	5 131
BPI Rent – Comércio e Aluguer de Bens, Lda.	100.0	100.0	4 596	4 279
BPI Strategies, Ltd.	100.0	100.0		
BPI Vida – Companhia de Seguros de Vida, S.A.	100.0	100.0	34 196	34 934
Douro – Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A.	100.0	100.0	3 797	3 858
Eurolocação – Comércio e Aluguer de Veículos e Equipamento, S.A.	100.0	100.0	470	448
Promática – Sociedade de Informação e de Organização de Empresas, S.A.	100.0	100.0	1 065	1 042
Simofer – Sociedade de Empreendimentos Imobiliários e Construção Civil, Lda.[2]	100.0	100.0		
			48 999	**49 820**

Nota: O valor de balanço das empresas filiais integradas no Grupo BPI (nota 1) corresponde à reavaliação da participação pelo método de equivalência patrimonial.

1) Esta participação apresenta valor de balanço nulo em virtude de os seus capitais próprios serem negativos. De acordo com a política do BPI, a rubrica CONTAS DE REGULARIZAÇÃO (PASSIVO) regista os capitais negativos da sociedade (nota 4.18).

2) O valor desta participação para efeitos de consolidação é nulo, estando constituída uma provisão (na rubrica PROVISÕES PARA RISCOS E ENCARGOS) para fazer face aos prejuízos acumulados pela empresa.

Em 31 de Dezembro de 2002, os saldos respeitantes a operações realizadas por empresas do Grupo com as suas filiais não consolidadas pelo método de integração global são os seguintes:

Crédito concedido	134 396
Depósitos	9 449
Garantias prestadas	15 266

4.9. Outras participações financeiras

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2002	2001
Títulos cotados		
Acções	341 678	436 155
Outros		79 862
	341 678	**516 017**
Títulos não cotados		
Acções	167 358	162 375
Outros		25
	167 358	**162 400**
	509 036	**678 417**
Provisões para depreciação de participações	(23 872)	(6 468)
	485 164	**671 949**

O movimento ocorrido nas provisões durante os exercícios de 2002 e 2001 é apresentado na nota 4.27. Em 31 de Dezembro de 2002 e 2001, o saldo desta rubrica corresponde a:

	Participação efectiva (%)		Valor de balanço (líq.)	
	2002	**2001**	**2002**	**2001**
Arco Bodegas Unidas	1.8	1.8	4 350	4 399
B.A. – Fábrica de Vidros Barbosa & Almeida, S.A.	14.5	14.5	16 039	16 039
Brisa – Autoestradas de Portugal, S.A.[1]		5.6		158 130
Cofina, SGPS, S.A.	8.7	8.7	11 907	12 018
Conduril – Construtora Duriense, S.A.	7.7	7.7	805	805
Euronext	0.2		3 924	
Ibersol – SGPS, S.A.	6.3	6.3	5 373	5 444
IES – Indústria, Engenharia e Serviços, SGPS, S.A.	13.3	13.3	1 327	1 327
Impresa – Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A.	10.3	10.3	57 489	75 652
Pararede – SGPS, S.A.	3.8	9.3	3 898	5 296
PME Capital – Sociedade Portuguesa de Capital de Risco, S.A.	4.8	4.8	1 303	926
PME Investimentos – Sociedade de Investimentos, S.A.	4.8	4.8	1 303	926
Portugal Telecom, S.A.	1.7	1.7	216 899	223 197
SIBS – Sociedade Interbancária de Serviços, S.A.	15.0	15.0	3 115	3 115
SIC – Sociedade Independente de Comunicação, S.A.	19.9	14.7	137 497	142 774
Sonae, SGPS, S.A.[1]		0.0		573
S.P.G.M. – Sociedade de Investimentos, S.A.	15.5	16.2	1 932	2 017
Tagusparque, S.A.	11.0	11.0	2 394	2 394
Tharwa Finance	19.9	13.1	196	1 026
Unicre – Cartão Internacional de Crédito, S.A.	17.6	17.6	1 057	1 057
VAA – Vista Alegre Atlantis, SGPS, S.A.	16.6	16.4	13 420	13 813
Outras			936	1 021
			485 164	**671 949**

Nota: O quadro individualiza as participações financeiras de montante global superior a 500 mil euros (líquidas de provisões).

1) Participação alienada em 2002.

4.10. Imobilizações incorpóreas

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	Valor bruto				
	Saldo em 31-12-01	Aquisições	Alienações e abates	Transferências e outros	Saldo em 31-12-02
Trespasse	268	376		(66)	578
Despesas de estabelecimento	15 039	282	(803)	(1 515)	13 003
Custos plurienais	3 784	455	(298)	(95)	3 846
Despesas de investigação e desenvolvimento	19 906			2 406	22 312
Sistemas de tratamento automático de dados	47 697	3 845	(1 348)	812	51 006
Outras imobilizações	13 192	480	(626)	86	13 132
	99 886	**5 438**	**(3 075)**	**1 628**	**103 877**
Imobilizações em curso	2 389	1 084		(3 231)	242
	102 275	**6 522**	**(3 075)**	**(1 603)**	**104 119**

4.11. Imobilizações corpóreas

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	Valor bruto				
	Saldo em 31-12-01	Aquisições	Alienações e abates	Transferências e outros	Saldo em 31-12-02
Imóveis em uso					
Imóveis de serviço próprio	204 356	531	(217)	(1 333)	203 337
Outros imóveis	6 674	7	(2 196)	2 194	6 679
Obras em imóveis arrendados	85 588	546	(5 533)	1 659	82 260
Imóveis em curso					
Imóveis de serviço próprio	2 336	2 459		(2 131)	2 664
Outros imóveis		157		(157)	
Obras em imóveis arrendados	2 259	3 619		(2 788)	3 090
	301 213	**7 319**	**(7 946)**	**(2 556)**	**298 030**
Equipamento					
Mobiliário e material	37 117	1 732	(965)	(18)	37 866
Máquinas e ferramentas	14 868	524	(793)	193	14 792
Equipamento informático	130 676	6 089	(12 758)	(495)	123 512
Instalações interiores	56 793	3 013	(1 206)	5 860	64 460
Material de transporte	20 191	2 172	(3 643)	(331)	18 389
Equipamento de segurança	15 839	744	(418)	205	16 370
Outro equipamento	257	3	(1)	(10)	249
	275 741	**14 277**	**(19 784)**	**5 404**	**275 638**
Outras imobilizações					
Património artístico	1 856	149		(36)	1 969
Outras imobilizações em locação financeira	1 700	17		(40)	1 677
Outras	15 279	62	(652)	(354)	14 335
	18 835	**228**	**(652)**	**(430)**	**17 981**
Imobilizações em curso					
Equipamento	2 364	10 448		(5 053)	7 759
Outras imobilizações	123	17		(81)	59
Adiantamentos por conta de imobilizações	20 927	1 526		(553)	21 900
	23 414	**11 991**		**(5 687)**	**29 718**
	619 203	**33 815**	**(28 382)**	**(3 269)**	**621 367**

	Amortizações					Valor líquido	
	Saldo em 31-12-01	Amortizações do exercício	Alienações e abates	Transferências e outros	Saldo em 31-12-02	Saldo em 31-12-02	Saldo em 31-12-01
	80	124		(80)	124	454	188
	14 561	344	(803)	(1 564)	12 538	465	478
	3 228	420	(298)	(21)	3 329	517	556
	12 458	4 148		1 012	17 618	4 694	7 448
	40 318	5 307	(1 348)	(869)	43 408	7 598	7 379
	10 775	1 492	(625)	(29)	11 613	1 519	2 417
	81 420	**11 835**	**(3 074)**	**(1 551)**	**88 630**	**15 247**	**18 466**
						242	2 389
	81 420	**11 835**	**(3 074)**	**(1 551)**	**88 630**	**15 489**	**20 855**

	Amortizações					Valor líquido	
	Saldo em 31-12-01	Amortizações do exercício	Alienações e abates	Transferências e outros	Saldo em 31-12-02	Saldo em 31-12-02	Saldo em 31-12-01
	60 783	3 399	(14)	(824)	63 344	139 993	143 573
	1 583	106	(487)	648	1 850	4 829	5 091
	46 945	6 546	(3 807)	(163)	49 521	32 739	38 643
						2 664	2 336
						3 090	2 259
	109 311	**10 051**	**(4 308)**	**(339)**	**114 715**	**183 315**	**191 902**
	24 914	2 614	(926)	(24)	26 578	11 288	12 203
	11 803	1 003	(792)	346	12 360	2 432	3 065
	103 973	13 420	(12 733)	(684)	103 976	19 536	26 703
	35 522	3 776	(857)	1 436	39 877	24 583	21 271
	11 317	3 918	(3 005)	(233)	11 997	6 392	8 874
	9 836	1 567	(359)	3	11 047	5 323	6 003
	210	94	(1)	(87)	216	33	47
	197 575	**26 392**	**(18 673)**	**757**	**206 051**	**69 587**	**78 166**
						1 969	1 856
	441	646		(10)	1 077	600	1 259
	7 608	1 274	(377)	(58)	8 447	5 888	7 671
	8 049	**1 920**	**(377)**	**(68)**	**9 524**	**8 457**	**10 786**
						7 759	2 364
						59	123
						21 900	20 927
						29 718	**23 414**
	314 935	**38 363**	**(23 358)**	**350**	**330 290**	**291 077**	**304 268**

4.12. Outros activos

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2002	2001
Ouro, metais preciosos e numismática	1 321	1 045
Outras disponibilidades	83	4 596
Devedores		
Bonificações a receber	44 612	45 020
Adiantamentos BPI Taxa Garantida	37 168	40 517
Cessão de créditos à Finangeste	7 515	14 725
Impostos a recuperar	10 962	8 767
Outros	22 197	36 077
Aplicações por recuperação de créditos		
Imóveis	35 002	32 825
Outros	3 062	2 567
Devedores por operações com futuros e opções	1 857	2 143
Outras aplicações	17 187	552
Outras imobilizações financeiras	84 655	113 430
	265 621	**302 264**
Provisões para devedores de cobrança duvidosa	(55)	(21)
Provisões para aplicações por recuperação de créditos	(7 238)	(6 872)
Provisões para risco país		(27 821)
Provisões para depreciação de outras imobilizações financeiras	(6 646)	(2 626)
	(13 939)	**(37 340)**
	251 682	**264 924**

O detalhe do saldo da rubrica OUTRAS IMOBILIZAÇÕES FINANCEIRAS em 31 de Dezembro de 2002 é apresentado na nota 3.2.

O movimento ocorrido nas provisões durante os exercícios de 2002 e 2001 é apresentado na nota 4.27.

4.13. Contas de regularização (activo)

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2002	2001
Proveitos a receber		
De aplicações em instituições de crédito	9 366	13 115
De crédito	67 879	71 283
De títulos	35 888	28 157
De operações cambiais, de taxas de juro e sobre cotações (swaps)	360 559	253 386
Reavaliação das obrigações Capital Seguro e Risco Limitado	72 860	1 005
Outros	41 537	34 254
	588 089	**401 200**
Despesas com custo diferido		
De responsabilidades representadas por títulos	6 939	8 854
De campanhas de publicidade	9 527	18 603
De contribuições para fundos de pensões	90 835	41 367
De prémios de opções associadas às operações Capital Seguro	61 676	94 436
De operações de swap	8 305	11 094
De outras operações extrapatrimoniais	37	55
Outras	9 408	10 534
	186 727	**184 943**
Flutuação de valores		
Fundos de pensões	120 390	71 179
Outras	243	139
Outras contas de regularização		
Dividendos antecipados relativos a acções preferenciais	9 568	17 046
Operações sobre valores mobiliários a regularizar	3 148	
Operações activas a regularizar	45 593	53 575
Reavaliação de opções compradas associadas às operações Capital Seguro	4 928	28 085
Outras	6 504	1 030
	190 374	**171 054**
Outras contas internas (nota 2.6)		11 652
	965 190	**768 849**

Em 31 de Dezembro de 2002 e 2001, o saldo das despesas com custo diferido / campanhas de publicidade resulta de:

	2002	2001
Saldo no início do exercício	18 603	21 593
Despesas efectuadas no exercício	3 809	10 050
Imputação a custos efectuada no exercício	(12 885)	(13 040)
Saldo no fim do exercício	**9 527**	**18 603**

Em 31 de Dezembro de 2002 e 2001, o saldo das despesas com custo diferido / contribuições para fundos de pensões inclui os seguintes saldos (nota 4.20):

	2002	2001
Excesso de cobertura nos fundos de pensões		93
Acréscimo de responsabilidades por reformas antecipadas	87 027	40 004
Perdas resultantes de diferenças entre os pressupostos actuariais e os valores efectivamente realizados (montante não enquadrável no "corredor")	65	1 270
Perdas resultantes de alterações nos pressupostos actuariais	2 204	
Por transferência de saldos devedores de outras exigibilidades	1 539	
	90 835	**41 367**

Em 31 de Dezembro de 2002 e 2001, o saldo da rubrica FLUTUAÇÃO DE VALORES / FUNDOS DE PENSÕES corresponde a perdas actuariais relativas à cobertura das responsabilidades por pensões de reforma e sobrevivência, resultantes de diferenças entre os pressupostos actuariais e financeiros e os valores efectivamente realizados (pelo montante enquadrável no "corredor"), nos termos do *Aviso do Banco de Portugal* n.º 12 / 2001 de 23 de Novembro. Em 31 de Dezembro de 2002, a rubrica OPERAÇÕES SOBRE VALORES MOBILIÁRIOS A REGULARIZAR corresponde ao valor líquido das operações sobre valores mobiliários registadas entre a data de execução das operações e a data prevista nos regulamentos para a respectiva liquidação financeira (nota 4.18).

Em 31 de Dezembro de 2002, a rubrica OPERAÇÕES ACTIVAS A REGULARIZAR inclui 14 306 m. euros relativos a impostos em contencioso pagos ao abrigo do Decreto-Lei n.º 248-A / 02, de 14 de Novembro.

4.14. Débitos para com instituições de crédito

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2002	2001
À vista		
No País	31 133	29 839
No estrangeiro	14 615	13 738
	45 748	**43 577**
A prazo ou com pré-aviso		
Recursos do Banco de Portugal		
Depósitos a prazo		38 512
	0	**38 512**
Recursos de outras instituições monetárias		
Mercado monetário interbancário	219 000	329 780
Depósitos a prazo ou com pré-aviso	278 401	185 078
Outros	31 913	20 927
	529 314	**535 785**
Recursos de outras instituições de crédito		
No País		
Depósitos a prazo ou com pré-aviso	13 851	576
Outros	5	9
No estrangeiro		
Organismos financeiros internacionais	264 970	234 813
Depósitos a prazo ou com pré-aviso	3 211 722	3 772 371
Margens para cobertura de derivados	216 283	150 760
Outros	1 003 697	879 927
	4 710 528	**5 038 456**
Vendas a descoberto	1 341 666	1 036 514
	6 581 508	**6 649 267**
	6 627 256	**6 692 844**

Em 31 de Dezembro de 2002 e 2001, o saldo dos recursos de outras instituições de crédito no estrangeiro inclui, respectivamente, 391 896 m. euros e 221 596 m. euros de fundos captados pelas sucursais financeiras exteriores dos Bancos do Grupo.

Os débitos para com instituições de crédito a prazo ou com pré--aviso apresentam a seguinte estrutura, de acordo com os prazos residuais de vencimento:

	2002	2001
Até 3 meses	5 363 623	4 121 274
De 3 meses a 1 ano		1 807 713
De 1 a 5 anos	525 290	554 779
Superior a 5 anos	325 135	125 130
Indeterminado	367 460	40 371
	6 581 508	**6 649 267**

4.15. Débitos para com Clientes

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2002	2001
Depósitos de poupança	868 361	833 304
Outros débitos		
À vista	4 922 142	4 706 046
A prazo		
Depósitos	6 434 065	5 954 955
Empréstimos	11 959	3 382
Outros recursos		
Cheques e ordens a pagar	68 641	86 620
Operações de venda com acordo de recompra – títulos		441 198
Recursos por operações sobre futuros e opções	5 853	2 336
Outros	19 909	25 275
	6 540 427	**6 513 766**
	12 330 930	**12 053 116**

Em 31 de Dezembro de 2002 e 2001, a rubrica DÉBITOS PARA COM CLIENTES inclui, respectivamente, 779 956 m. euros e 418 269 m. euros de depósitos de Fundos de Investimento geridos pelo Grupo BPI bem como de depósitos da BPI Vida (sociedade que processa os seguros de capitalização vendidos pelo Grupo BPI).

Os DÉBITOS PARA COM CLIENTES A PRAZO (incluindo depósitos de poupança) apresentam a seguinte estrutura, de acordo com os prazos residuais de vencimento:

	2002	2001
Até 3 meses	4 062 898	4 309 802
De 3 meses a 1 ano	2 538 029	2 578 998
De 1 a 5 anos	583 803	430 265
Superior a 5 anos	9 259	5 179
Indeterminado	214 799	22 826
	7 408 788	**7 347 070**

4.16. Débitos representados por títulos

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2002	2001
Obrigações de caixa de taxa fixa		
BPI 95 / Cupão Zero	5 544	5 544
BPI 96 – 1.ª Emissão / Cupão Zero	2 032	2 032
BPI 97 – 1.ª Emissão / Cupão Zero	768	768
BPI Rendimento Fixo 2 Anos 4.00%	3 623	
BPI Rendimento Fixo 2 Anos 4.10%	500	4 808
BPI Rendimento Fixo 3 Anos 3.10%	749	751
BPI Rendimento Fixo 3 Anos 3.25%	6 828	
BPI Rendimento Fixo 3 Anos 3.40%	10 338	
BPI Rendimento Fixo 3 Anos 3.50%	1 889	1 236
BPI Rendimento Fixo 3 Anos 3.60%	39 690	
BPI Rendimento Fixo 3 Anos 3.75%	1 696	
BPI Rendimento Fixo 3 Anos 3.85%	38 429	
BPI Rendimento Fixo 3 Anos 4.00%	38 095	25 636
BPI Rendimento Fixo 3 Anos 4.10%	23 047	24 348
BPI Rendimento Fixo 3 Anos 4.20%	16 434	17 082
BPI Rendimento Fixo 3 Anos 4.25%	85 268	10 990
BPI Rendimento Fixo 3 Anos 4.40%	11 787	12 972
BPI Rendimento Fixo 3 Anos 4.65%	1 261	1 277
BPI Rendimento Fixo Crescente 3 Anos	21 539	22 733
BPI Aplicação 4.1%		46 032
BPI Aplicação 4.1% – 2.ª Emissão		70 101
BPI Rendimento Fixo 5 Anos 4.04%	750	
BPI Rendimento Fixo 5 Anos 4.28%	5 000	5 000
BPI Rendimento Fixo 5 Anos 4.40%	866	911
BPI Rendimento Fixo 5 Anos 4.50%	3 973	4 046
BBPI CAY EMT 4% 28/05/2005 USD	39 979	
BPI Cayman 08/03/2001 – 2007 4.25%	5 000	5 000
BPI Rendimento Fixo 2 Anos 4.2%		5 555
BPI Rendimento Fixo 2 Anos 4.3%		6 495
BPI Rendimento Fixo 2 Anos 4.32%		500
BPI Rendimento Fixo 2 Anos 4.5%		3 880
BPI Rendimento Fixo 2 Anos 4.7%		1 359
BPI Rendimento Fixo 3 Anos 3.65%		67 908
BPI Rendimento Fixo 5 Anos 4.1%	65 463	69 092
Obrigações de caixa de taxa variável		
BFE 9.ª Emissão – Série B		1 702
BBPI CAY USD 20/10/2010 SER.1	19 071	
BBPI CAY USD 20/10/2010 SER.2	28 607	
BPI Cayman 26/02/2001-2003	100 000	100 000
BBPI CAY EMT 15/11/2005	15 000	
BBPI CAY EMT 15/11/2005 FUNG	7 500	
BPI Cayman 18/03/2002-2005	400 000	
BPI Cayman 09/02/2001-2004	400 000	400 000
BPI Cayman 28/07/2000-2003	300 000	300 000
BBPI CAY EMT 30/05/2006	10 000	
BPI Cayman 01/03/2001-2006	15 000	15 000
BPI Cayman 03/05/2001-2006	600 000	600 000

	2002	2001
Obrigações de caixa de rendimento variável[1]		
BPI Capital Seguro 10 Uncommon Values USD / 2000	3 566	5 483
BPI Capital Seguro Biotecnologia USD / 2000	4 796	6 438
BPI Capital Seguro Cinco Mais 2002	19 766	
BPI Capital Seguro Comunicações Móveis EUR / 2000 2.ª Emissão	49 470	48 780
BPI Capital Seguro Comunicações Móveis EUR / 2000 3.ª Emissão	54 029	53 457
BPI Capital Seguro Comunicações Móveis EUR / 2000 4.ª Emissão	50 813	50 688
BPI Capital Seguro Comunicações Móveis EUR / 2000	49 212	48 506
BPI Capital Seguro Comunicações Móveis USD / 2000	5 406	10 697
BPI Capital Seguro Directo 2001	1 268	1 312
BPI Capital Seguro Euro BPI 2000-2003	2 500	2 500
BPI Capital Seguro Euro Imobiliário 2002-2007	5 860	
BPI Capital Seguro Euro Stoxx 50 2005	1 490	1 935
BPI Capital Seguro Euro Stoxx 50 / 2008	2 500	2 500
BPI Capital Seguro Healthcare 2001-2006	5 203	5 300
BPI Capital Seguro Healthcare 2006 – 2.ª emissão	2 498	2 500
BPI Capital Seguro Euro Imobiliário 2002-2007	42 700	
BPI Capital Seguro Índices Mundiais 2001	38 880	40 153
BPI Capital Seguro Internet Euro / 99	32 778	32 325
BPI Capital Seguro Internet Euro / 99 – 2.ª Emissão	14 632	14 753
BPI Capital Seguro Internet USD / 99	3 711	5 395
BPI Capital Seguro PTNC 2004	4 285	4 325
BPI Capital Seguro Quattro 2004	25 047	26 581
BPI Capital Seguro Rendimento Máximo 27.5% 2002-2005	24 250	
BPI Capital Seguro Rendimento Máximo 25% 2002-2005	5 583	
BPI Capital Seguro Rendimento Máximo 5% 2002	38 640	
BPI Capital Seguro Rendimento Euribor 5.75% 2001	37 638	39 669
BBPI CS REVERSE LIBOR USD 2002-07	38 142	
BPI Capital Seguro Selecção Europa 2003 – 2.ª emissão	27 470	27 492
BPI Capital Seguro Selecção Europa 2003 – 1.ª emissão	30 605	29 992
BPI Capital Seguro Zona Euro 2006 – 2.ª emissão	22 796	24 153
BPI Capital Seguro Zona Euro 2005 2.ª Emissão	44 547	47 245
BPI Capital Seguro Zona Euro 2007	29 548	30 608
BPI Capital Seguro Zona Euro 2006	24 673	24 798
BPI Capital Seguro Zona Euro 2003	47 724	49 444
BPI Capital Seguro Euro Stoxx 50 / 2003	7 500	7 500
BBPI OBRG CX INFL Z EURO 2002 / 2012	10 000	
BPI Capital Seguro Rendimento Máximo 27.5% 2001-2004	7 659	7 861
BPI Capital Seguro Brasil / 99	1 578	1 826
BPI Capital Seguro Euro Stoxx 50 / 2007	8 940	9 627
BPI Capital Seguro Euro Stoxx 50 2001-2004	650	1 150
BPI Capital Seguro Multinacionais / 1999	43 841	45 895
BPI Capital Seguro Portugal / 1999	11 998	12 723
BPI Capital Seguro Zona Euro 2004	19 613	19 571
BPI Risco Limitado Biotecnologia USD / 2000		13 571
BPI Risco Limitado Sector 10 Uncommon Values USD / 2000	3 051	8 377

	2002	2001
Obrigações de caixa de rendimento variável (cont.)[1]		
BPI Risco Limitado 10 Uncommon Values USD / 2000		3 390
BPI Risco Limitado Sector Biotecnologia USD / 2000	8 375	8 475
BPI Risco Limitado Sector Comunicações Móveis USD / 2000		2 109
BPI Risco Limitado Comunicações Móveis USD / 2000	20 341	35 065
BPI Risco Limitado Euro PT 2000 – 2.ª emissão	1 460	5 000
BPI Risco Limitado Portugal Telecom 2002	9 164	
BPI Risco Limitado Euro Stoxx 50 2005	2 980	2 980
BPI Risco Limitado Euro Telefonica 2000	4 610	6 002
BPI Risco Limitado Sector Internet USD / 2000		4 520
BPI Risco Limitado Sector Nasdaq-100 USD / 2000		4 520
BPI Risco Limitado Portugal Telecom 2001	6 500	5 000
BPI Risco Limitado PT 2001		1 500
BPI Risco Limitado Portugal Telecom 2002-2004	2 500	
BPI Risco Limitado Tecnologia 2001	7 140	7 444
BFB Capital Seguro Europa – 100 / 98	33 750	36 995
BFB Capital Seguro França / 98	16 117	18 123
BFB Capital Seguro Itália / 98	16 563	16 316
BFB Capital Seguro Japão / 98	26 922	25 405
BFB Capital Seguro Portugal / 98	81 063	78 224
BFB Risco Limitado Europa & América / 98	337	1 506
BPI Cayman 18/11/2001-2005	7 500	30 000
BPI Cayman 18/10/2001-2006	63 525	63 525
BPI Risco PT 2000-2002		2 750
BFB Capital Seguro Espanha / 97		4 001
BFE Capital Seguro Alemanha / 97		9 713
BFE Capital Seguro América do Sul / 97		20 284
BFB Risco Limitado Portugal / 97		4 112
BFB Risco Limitado Europa-100 / 97		10 645
BPI Risco Limitado Euro PT 2000		16 905
BPI Euro PT – 1999 – 1.ª e 2.ª Emissões		11 488
BPI Capital Seguro Zona Euro 2002		12 577
BPI Capital Seguro Euro Stoxx 50 / 2000		2 867
BPI Capital Seguro Empresas Internacionais / 1999		30 044
BPI Capital Seguro Bolsas Mundiais / 1999		42 377
	3 541 429	**3 121 750**

1) O Grupo BPI dispõe de opções para cobertura dos riscos de variação dos custos suportados com estas obrigações.

As emissões de títulos a que se referem os saldos em 31 de Dezembro de 2002 têm as características seguintes:

	Valor nominal	Remuneração	Taxa de juro em vigor a 31-12-02 (%)	Data de reembolso
Obrigações de caixa de taxa fixa				
BPI 95 / Cupão Zero	5 544	Diferença entre o respectivo valor de reembolso e preço de emissão (2 494 m. euros)		Dezembro de 2003
BPI 96 – 1.ª Emissão / Cupão Zero	2 032	Diferença entre o respectivo valor de reembolso e preço de emissão (998 m. euros)		Abril de 2004
BPI 97 – 1.ª Emissão / Cupão Zero	768	Diferença entre o respectivo valor de reembolso e preço de emissão (499 m. euros)		Novembro de 2005
BPI Rendimento Fixo 2 Anos 4.% (2 emissões)	3 698	Fixada em 4.0%	4.0	Entre Março de 2004 e Abril de 2004
BPI Rendimento Fixo 5 Anos 4.1% (3 emissões)	75 150	Fixada em 4.1%	4.1	Outubro de 2004
BPI Rendimento Fixo 3 Anos 4.1% (3 emissões)	26 058	Fixada em 4.1%	4.1	Entre Fevereiro de 2003 e Setembro de 2004
BPI Rendimento Fixo 5 Anos 4.5% (2 emissões)	4 182	Fixada em 4.5%	4.5	Fevereiro de 2005
BPI Rendimento Fixo 3 Anos 4.0% (10 emissões)	41 553	Fixada em 4.0%	4.0	Entre Março de 2003 e Agosto de 2005
BPI Rendimento Fixo 5 Anos 4.4% (2 emissões)	937	Fixada em 4.4%	4.4	Março de 2005
BPI Rendimento Fixo 3 Anos 4.2% (4 emissões)	18 291	Fixada em 4.2%	4.2	Entre Maio de 2003 e Fevereiro de 2004
BPI Rendimento Fixo 3 Anos 4.25% (17 emissões)	87 722	Fixada em 4.25%	4.25	Entre Fevereiro e Agosto de 2005
BPI Rendimento Fixo 2 Anos 4.1%	500	Fixada em 4.1%	4.1	Abril de 2004
BPI Rendimento Fixo 3 Anos 3.6% (2 emissões)	40 165	Fixada em 3.6%	3.6	Outubro de 2005
BPI Rendimento Fixo 3 Anos 4.65%	1 377	Fixada em 4.65%	4.65	Janeiro de 2003
BPI Rendimento Fixo 3 Anos 3.85% (2 emissões)	38 762	Fixada em 3.85%	3.85	Setembro de 2005
BPI Rendimento Fixo 3 Anos 4.4% (2 emissões)	13 468	Fixada em 4.4%	4.4	Entre Julho de 2003 e Agosto de 2003
BPI Rendimento Fixo 3 Anos 3.4% (2 emissões)	10 894	Fixada em 3.4%	3.4	Novembro de 2005
BPI Rendimento Fixo Crescente (8 emissões)	23 895	Fixada em 4.0% em 2001, 4.5% em 2002 e 5.5% em 2003	5.5	Entre Setembro e Dezembro de 2003
BPI Rendimento Fixo 7 Anos 4.04%	750	Fixada em 4.04%	4.04	Outubro de 2009
BPI 2006	5 000	Fixada em 4.28%	4.28	Agosto de 2006
BPI Cayman 2007	5 000	Fixada em 4.25%	4.25	Agosto de 2007
BPI Rendimento Fixo 3 Anos 3.5% (2 emissões)	1 935	Fixada em 3.5%	3.5	Entre Novembro de 2004 e Fevereiro de 2005
BPI Rendimento Fixo 3 Anos 3.1%	751	Fixada em 3.1%	3.1	Dezembro de 2004
BPI Rendimento Fixo 3 Anos 3.25% (3 emissões)	6 959	Fixada em 3.25%	3.25	Entre Janeiro de 2005 e Dezembro 2005
BPI Rendimento Fixo 3 Anos 3.75%	1 730	Fixada em 3.75%	3.75	Março de 2005
BPI Cayman USD 28/05/02-2005 4%	41 045 (USD 43 044 000)	Fixada em 4%	4.0	Maio de 2005
Obrigações de caixa de taxa variável				
BPI Cayman 28/07/2000-2003	300 000	Indexada à Euribor a 3 meses	3.577	Julho de 2003
BPI Cayman 09/02/2001-2004	400 000	Indexada à Euribor a 3 meses	3.564	Fevereiro de 2004
BPI Cayman 26/02/2001-2003	100 000	Indexada à Euribor a 3 meses	3.588	Junho de 2003
BPI Cayman 01/03/2001-2006	15 000	Indexada à Euribor a 3 meses	3.604	Abril de 2006
BPI Cayman 03/05/2001-2006	600 000	Indexada à Euribor a 3 meses	3.61	Maio de 2006
BPI Cayman EMT 30/05/2006	10 000	Indexada à Euribor a 6 meses	3.594	Maio de 2006
BPI Cayman EMT 15/11/2005	22 500	Indexada à Euribor a 3 meses	4.8	Novembro de 2005
BPI Cayman 18/03/2002-2005	400 000	Indexada à Euribor a 3 meses	3.092	Março de 2005
BPI Cayman USD 20/10/2010 (2 emissões)	47 678 (USD 50 000 000)	Indexada à USD-Libor-BBA	1.62105	Outubro de 2010
Obrigações de caixa de rendimento variável				
BFB Risco Limitado Europa & América / 98	4 988	Indexada ao índice BPI Europa & América, tendo como limites por obrigação -4.99 euros e 34.92 euros		Janeiro de 2003
BFB Capital Seguro Europa & América / 98	2 494	Indexada ao índice BPI Europa & América, tendo como limites por obrigação zero e 80% dessa variação		Janeiro de 2003

	Valor nominal	Remuneração	Taxa de juro em vigor a 31-12-02 (%)	Data de reembolso
Obrigações de caixa de rendimento variável (cont.)				
BFB Capital Seguro Europa – 100 / 98	109 736	Indexada ao índice FTSE Eurotop-100, tendo como limites por obrigação zero e 34.92 euros		Fevereiro de 2003
BFB Capital Seguro Japão / 98	34 916	Indexada ao índice NIKKEI225, tendo como limites por obrigação zero e 39.90 euros		Março de 2003
BFB Capital Seguro Portugal / 98	124 699	Indexada ao índice PSI-20, tendo como limites por obrigação zero e 27.43 euros		Março de 2003
BFB Capital Seguro Itália / 98	39 904	Indexada ao índice MIB30, tendo como limites por obrigação zero e 24.94 euros		Abril de 2003
BFB Capital Seguro França / 98	50 129	Indexada ao índice CAC40, tendo como limites por obrigação zero e 24.94 euros		Maio de 2003
BPI Capital Seguro Portugal / 1999	15 000	Indexada ao índice PSI-20, tendo como limite mínimo por obrigação zero		Abril de 2004
BPI Capital Seguro Multinacionais / 1999	50 000	Indexada a um índice composto por um conjunto de acções de empresas multinacionias cotadas em bolsas internacionias, tendo como limite mínimo por obrigação zero		Junho de 2004
BPI Capital Seguro Brasil / 99	7 500	25% do valor nominal na data de reembolso ou zero se se verificar alguma das condições de incumprimento por parte da República Federal do Brasil		Julho de 2004
BPI Capital Seguro Zona Euro 2004	25 000	Indexada ao índice DJ Eurostoxx 50 Price, tendo como limite mínimo por obrigação zero		Julho de 2004
BPI Capital Seguro Zona Euro 2007	39 500	Indexada ao índice DJ Eurostoxx 50 Price, tendo como limite mínimo por obrigação 0.16 euros		Agosto de 2007
BPI Capital Seguro Internet USD / 99	24 793 (USD 26 000 000)	Indexada ao índice DJ Internet Composite, tendo como limite mínimo por obrigação zero		Outubro de 2004
BPI Capital Seguro Internet Euro / 99	35 000	Indexada ao índice DJ Internet Composite, tendo como limite mínimo por obrigação zero		Novembro de 2004
BPI Capital Seguro Internet Euro / 99 – 2.ª Emissão	15 000	Indexada ao índice DJ Internet Composite, tendo como limite mínimo por obrigação zero		Novembro de 2004
BPI Risco Limitado Comunicações Móveis USD / 2000	31 229 (USD 32 750 000)	Indexada ao índice BPI Comunicações Móveis, tendo como limite mínimo por obrigação USD -0.1		Janeiro de 2005
BPI Capital Seguro Comunicações Móveis USD / 2000	12 635 (USD 13 250 000)	Indexada ao índice BPI Comunicações Móveis, tendo como limite mínimo por obrigação zero		Janeiro de 2005
BPI Capital Seguro Comunicações Móveis EUR / 2000	50 250	Indexada ao índice BPI Comunicações Móveis, tendo como limite mínimo por obrigação zero		Fevereiro de 2005
BPI Capital Seguro Comunicações Móveis EUR / 2000 2.ª Emissão	50 750	Indexada ao índice BPI Comunicações Móveis (2.ª Emissão), tendo como limite mínimo por obrigação zero		Março de 2005
BPI Risco Limitado Sector Nasdaq-100 USD / 2000	3 814 (USD 4 000 000)	Indexada ao índice Nasdaq-100, tendo como limite mínimo por obrigação USD -0.1		Março de 2005
BPI Risco Limitado Sector Comunicações Móveis USD / 2000	3 814 (USD 4 000 000)	Indexada ao índice BPI Comunicações Móveis, tendo como limite mínimo por obrigação USD -0.1		Março de 2003
BPI Risco Limitado Sector Internet USD / 2000	3 814 (USD 4 000 000)	Indexada ao índice Dow Jones Internet Composite, tendo como limite mínimo por obrigação USD -0.1		Março de 2005
BPI Risco Limitado Sector 10 Uncommon Values USD / 2000	2 861 (USD 3 000 000)	Indexada ao índice 10 Uncommon Values, tendo como limite mínimo por obrigação USD -0.1		Março de 2005
BPI Risco Limitado Sector Biotecnologia USD / 2000	7 152 (USD 7 500 000)	Indexada ao índice Amex Biotechnology, tendo como limite mínimo por obrigação USD -0.1		Março de 2005
BPI Capital Seguro Comunicações Móveis EUR / 2000 3.ª Emissão	55 200	Indexada ao índice BPI Comunicações Móveis (3.ª Emissão), tendo como limite mínimo por obrigação zero		Março de 2005
BPI Capital Seguro Biotecnologia USD / 2000	7 724 (USD 8 100 000)	Indexada ao índice Amex Biotechnology, tendo como limite mínimo por obrigação zero		Março de 2005
BPI Risco Limitado Biotecnologia USD / 2000	21 646 (USD 22 700 000)	Indexada ao índice Amex Biotechnology, tendo como limite mínimo por obrigação USD -0.1		Março de 2005
BPI Risco Limitado 10 Uncommon Values USD / 2000	8 487 (USD 8 900 000)	Indexada ao índice 10 Uncommon Values, tendo como limite mínimo por obrigação USD -0.1		Abril de 2005
BPI Capital Seguro Comunicações Móveis EUR / 2000 4.ª Emissão	51 250	Indexada ao índice BPI Comunicações Móveis (4.ª Emissão), tendo como limite mínimo por obrigação zero		Abril de 2005
BPI Capital Seguro 10 Uncommon Values USD / 2000	5 840 (USD 6 125 000)	Indexada ao índice 10 Uncommon Values, tendo como limite mínimo por obrigação zero		Abril de 2005
BPI Capital Seguro Zona Euro 2005 – 2.ª Emissão	50 000	Indexada ao índice Dow Jones Eurostoxx 50 Price, tendo como limite mínimo por obrigação zero		Junho de 2005

	Valor nominal	Remuneração	Taxa de juro em vigor a 31-12-02 (%)	Data de reembolso
Obrigações de caixa de rendimento variável (cont.)				
BPI Capital Seguro Euro Stoxx 50 / 2008	2 500	Indexada ao índice Dow Jones Eurostoxx 50 Price, tendo como limite mínimo por obrigação 0.05 euros		Julho de 2008
BPI Risco Limitado Euro Telefonica 2000	10 520	Indexada à cotação das acções da Telefonica na Bolsa de Madrid tendo como limites por obrigação -0.73 euros e 0.27 euros		Julho de 2003
BPI Risco Limitado Euro Stoxx 50 2005	3 000	Indexada ao índice Dow Jones Eurostoxx 50 Price, tendo como limite mínimo por obrigação -0.1 euros		Agosto de 2005
BPI Capital Seguro Euro Stoxx 50 2005	2 125	Indexada ao índice Dow Jones Eurostoxx 50 Price, tendo como limite mínimo por obrigação zero		Agosto de 2005
BPI Capital Seguro Selecção Europa 2003	31 154	Indexada ao índice 10 Uncommon Values, tendo como limite mínimo por obrigação zero		Agosto de 2003
BPI Capital Seguro Selecção Europa 2003 – 2.ª Emissão	28 085	Indexada ao índice 10 Uncommon Values, tendo como limite mínimo por obrigação zero		Setembro de 2003
BPI Capital Seguro Zona Euro 2003	50 000	Indexada ao índice Dow Jones Eurostoxx 50 Price, tendo como limite mínimo por obrigação 9 euros		Outubro de 2003
BPI Capital Seguro Euro BPI 2000-2003	2 500	Indexada à cotação das acções do Banco BPI na Euronext tendo como limites por obrigação zero e 16.5 euros		Dezembro de 2003
BPI Risco Limitado Euro PT 2000 – 2.ª Emisão	5 000	Indexada à cotação das acções da Portugal Telecom na Euronext tendo como limites por obrigação -80 euros e 20 euros		Janeiro de 2003
BPI Capital Seguro Euro Stoxx 50 / 2003	7 500	Indexada ao índice Dow Jones Eurostoxx 50 Price tendo como limites por obrigação zero e 16 euros		Abril de 2003
BPI Capital Seguro Euro Stoxx 50 2001-2007	10 000	Indexada ao índice Dow Jones Eurostoxx 50 Price tendo como limite mínimo por obrigação zero		Abril de 2007
BPI Capital Seguro Índices Mundiais 2001	50 000	Indexada aos índices Nikkei225, FTSE100, Dow Jones Eurostoxx 50, Nasdaq-100 e S&P 500, tendo como limite mínimo por obrigação zero		Março de 2006
BPI Capital Seguro Rendimento Euribor 5.75% 2001	40 000	Indexada à Euribor a 1 ano		Março de 2004
BPI Risco Limitado Portugal Telecom 2001	5 000	Indexada à cotação das acções da Portugal Telecom e à Euribor a 3 meses		Março de 2003
BPI Risco Limitado Tecnologia 2001	7 450	Indexada ao índice Nasdaq-100 tendo como limites por obrigação -70 euros e 20 euros		Abril de 2003
BPI Risco Limitado PT 2001	6 500	Indexada à cotação das acções da Portugal Telecom tendo como limite mínimo por obrigação 20 euros		Abril de 2003
BPI Capital Seguro Zona Euro 2006	25 000	Indexada ao índice Dow Jones Eurostoxx 50 Price tendo como limites por obrigação -80 euros e 20 euros		Maio de 2006
BPI Capital Seguro PTNC 2004	4 325	Indexada às cotações das acções Portugal Telecom, Telefonica, Nokia e Cisco, tendo como limites por obrigação 9 euros e 22 euros		Maio de 2004
BPI Capital Seguro Zona Euro 2006 – 2.ª Emissão	25 000	Indexada ao índice Dow Jones Eurostoxx 50 Price tendo como limite mínimo por obrigação 10 euros		Junho de 2006
BPI Capital Seguro Quattro 2004	27 100	Indexada às cotações das acções Portugal Telecom, Telefonica, Nokia e Cisco Systems, tendo como limites por obrigação 6 euros e 25 euros		Junho de 2004
BPI Capital Seguro Rendimento Máximo 27.5% 2001-2004	8 000	Indexada às cotações das acções Portugal Telecom, Telefonica, AXA e Bayer, tendo como limites por obrigação 6 euros e 27.5 euros		Julho de 2004
BPI Capital Seguro Directo 2001	2 500	Indexada às cotações das acções Portugal Telecom, Telefonica, Nokia e Cisco Systems, tendo como limites por obrigação 6 euros e 20 euros		Dezembro de 2004
BPI Capital Seguro Healthcare 2001-2006	5 300	Indexada ao índice Dow Jones Stoxx Healthcare Price, tendo como limite minímo por obrigação zero		Dezembro de 2006
BPI Capital Seguro Healthcare 2006 – 2.ª Emissão	2 500	Indexada ao índice Dow Jones Europe Stoxx Healthcare Price, tendo como limite minímo por obrigação zero		Dezembro de 2006
BPI Capital Seguro Euro Stoxx 50 2001-2004	1 150	Indexada ao índice Dow Jones Eurostoxx 50 Price tendo como limite mínimo por obrigação 3 euros		Dezembro de 2004
BPI Cayman 2006	63 525	Indexada a um conjunto de índices		Outubro de 2006
BPI Cayman 2005	7 500	Indexada a um conjunto de índices Dow Jones		Novembro de 2005
BPI Cayman 2007	38 142 (USD 40 000 000)	Taxa fixa de 5.4% até 25 de Novembro de 2003 e, a partir dessa data, indexada à USD Libor a 12 meses		Novembro de 2007

	Valor nominal	Remuneração	Taxa de juro em vigor a 31-12-02 (%)	Data de reembolso
Obrigações de caixa de rendimento variável (cont.)				
BPI Capital Seguro Imobiliário 2002	50 000	Indexada ao índice European Public Real Estate Index, tendo como limite minímo por obrigação 10 euros		Junho de 2007
BPI Capital Seguro Euro Imobiliário 2002-2007	6 000	Indexada ao índice European Public Real Estate Index, tendo como limite minímo por obrigação 8 euros		Maio de 2007
BPI Capital Seguro Cinco Mais 2002	25 000	Indexada à cotação das acções da Endesa, JP Morgan Chase, Nestlé, Portugal Telecom e Royal Dutch Petroleum, tendo como limite mínimo por obrigação zero		Junho de 2007
BPI Risco Limitado Portugal Telecom 2002	2 500	Indexada à cotação das acções da Portugal Telecom		Março de 2004
BPI Risco Limitado Euro Portugal Telecom 2002-2004	9 950	Indexada à cotação das acções da Portugal Telecom, tendo como limite máximo por obrigação 17 euros		Março de 2004
BPI Capital Seguro Rendimento Máximo 5% 2002	39 600	Indexada à USD Libor a 6 meses		Março de 2005
BPI Capital Seguro Rendimento Máximo 25% 2002-2005	5 750	Indexada à cotação das acções da Acesa, Aegon NV, Bayer e British American Tobacco		Março de 2005
BPI Inflação Zona Euro	10 000	Indexada ao HICP (Indice de preços do consumidor, excluindo o tabaco, harmonizado para a zona Euro)		Outubro de 2012
BPI Capital Seguro Rendimento Máximo 27.5% 2002-2005	25 000	Indexada à cotação das acções da Intel, AT&T, Hewlett-Packard e Deutsche Telekom		Maio de 2005

4.17. Outros passivos

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2002	2001
Credores		
Fornecedores	8 840	26 194
Credores por contratos de factoring	11 544	14 496
Credores diversos	145 579	102 384
Outras exigibilidades		
Sector Público Administrativo		
IRC a pagar	7 713	38 983
Retenção de impostos na fonte	12 709	13 468
Outros	8 056	3 450
Contribuições para fundos de pensões	48	3 230
Outras	3 608	4 485
	198 097	**206 690**

Em 31 de Dezembro de 2002 e 2001, a rubrica CREDORES DIVERSOS inclui 35 894 m. euros e 39 707 m. euros, respectivamente, relativos a cobranças efectuadas a Clientes do Banco de Fomento, S.A.R.L. (Angola) e da Sucursal de Luanda que aguardam autorização do Banco Nacional de Angola para a emissão de ordens de pagamento ao exterior.

4.18. Contas de regularização (passivo)

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2002	2001
Custos a pagar		
De recursos de instituições de crédito	35 208	57 462
De depósitos	61 889	61 163
De responsabilidades representadas por títulos	41 072	36 498
De custos administrativos		
Remunerações variáveis	27 314	27 141
Outros	41 820	42 963
De operações cambiais, de taxas de juro e sobre cotações (swaps)	207 914	132 595
Reavaliação das obrigações Capital Seguro e Risco Limitado	86 223	21 820
Outros	9 312	19 177
	510 752	**398 819**
Receitas com proveito diferido		
De rendimento de títulos emitidos a valor descontado	7 547	18 278
De fundos de pensões	655	758
De prémios de opções vendidas associadas às operações Capital Seguro	1 739	5 578
De operações de swap	16 886	20 614
De outras operações extrapatrimoniais	2 698	2 609
Outras	14 376	9 450
	43 901	**57 287**
Flutuação de valores	13	10
Outras contas de regularização		
Operações sobre valores mobiliários a regularizar	152	21 461
Operações passivas a regularizar	57 889	63 528
Reavaliação de opções associadas às operações Capital Seguro	11 820	10 055
IRC – Pagamentos por conta	7 011	733
Outras	10 602	70 277
	87 474	**166 054**
Outras contas internas (nota 2.6)	61 526	
	703 666	**622 170**

Em 31 de Dezembro de 2002, a rubrica OUTRAS RECEITAS COM PROVEITO DIFERIDO inclui 6 309 m. euros relativos à operação de compra do Fundo EFTA. Este montante resulta de os créditos detidos pelo Fundo terem sido adquiridos pelo BPI por preço inferior ao valor nominal.

Em 31 de Dezembro de 2002 e 2001, a rubrica OPERAÇÕES SOBRE VALORES MOBILIÁRIOS A REGULARIZAR corresponde ao valor líquido das operações sobre valores mobiliários registadas entre a data de execução das operações e data prevista nos regulamentos para a respectiva liquidação financeira (nota 4.13).

Em 31 de Dezembro de 2001, a rubrica OUTRAS CONTAS DE REGULARIZAÇÃO inclui 63 104 m. euros relativos à mais valia apurada na alienação de 30% do capital social da IMC – Investimentos, Média e Conteúdos, SGPS, S.A (IMC). Esta mais valia encontra-se suspensa de reconhecimento na conta de resultados uma vez que o Grupo BPI adquiriu participações na Impresa – Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A. (Impresa) e na SIC – Sociedade Independente de Comunicação, S.A. (SIC), anteriormente detidas pela IMC. Os montantes a considerar na determinação dos resultados de uma eventual alienação das participações na Impresa e na SIC ascendem a 14 388 m. euros e 48 716 m. euros, respectivamente (nota 3.2). Em 31 de Dezembro de 2002, estes montantes foram abatidos aos custos de aquisição das participações na Impresa e na SIC (nota 3.2).

4.19. Provisões para riscos e encargos e fundo para riscos bancários gerais

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2002	2001
Para pensões	14 541	9 442
Outras provisões (nota 2.10)		
Para riscos gerais de crédito	188 397	180 896
Para outros riscos e encargos	12 042	54 680
	200 439	**235 576**
Fundo para riscos bancários gerais (nota 2.11)	5 059	6 658
	220 039	**251 676**

Os Administradores que integram a Comissão Executiva do Banco BPI, S.A. bem como os demais Administradores do BPI Investimentos beneficiam de um plano complementar de pensões de reforma e sobrevivência. Em 31 de Dezembro de 2002 e 2001, o valor actual das responsabilidades por serviços passados correspondentes ao plano era de 12 208 m. euros e 10 478 m. euros, respectivamente.

Estas responsabilidades estão a ser reconhecidas como custos através de um plano de amortizações uniformes anuais à taxa de 7% e ao longo de um período que corresponde à vida activa remanescente dos Administradores a que respeitam. Em 31 de Dezembro de 2002 e 2001, o saldo da rubrica PROVISÕES PARA PENSÕES E ENCARGOS SIMILARES inclui, respectivamente, 8 786 m. euros e 5 480 m. euros para cobertura destas responsabilidades.

Em 31 de Dezembro de 2002 e 2001, o saldo da rubrica PROVISÕES PARA PENSÕES E ENCARGOS SIMILARES inclui ainda 5 755 m. euros e 3 962 m. euros, respectivamente, respeitantes a responsabilidades por serviços passados de Colaboradores da Sucursal de Madrid do Banco BPI, do Banco Fomento, S.A.R.L. (Moçambique) e do Banco de Fomento, S.A.R.L. (Angola).

O movimento ocorrido nas provisões durante os exercícios de 2002 e 2001 é apresentado na nota 4.27.

4.20. Responsabilidades por pensões de reforma e sobrevivência

As responsabilidades por serviços passados de Pensionistas e de Colaboradores que estão, ou estiveram, ao serviço de empresas[1] do Grupo BPI e cuja cobertura se encontra assegurada por fundos de pensões são calculadas em conformidade com o estabelecido no *Aviso do Banco de Portugal* n.º 12 / 2001, de 23 de Novembro, com as alterações que lhe foram introduzidas pelo *Aviso do Banco de Portugal* n.º 7 / 2002, de 31 de Dezembro.

A BPI Pensões é a entidade a quem compete a responsabilidade de elaborar as avaliações actuariais necessárias ao cálculo das responsabilidades por pensões de reforma e sobrevivência bem como a de gerir os fundos de pensões respectivos.

Os métodos de valorização actuarial utilizados são o *"Projected Unit Credit"*, para o cálculo do custo normal e das responsabilidades com serviços passados por velhice, e os Prémios Únicos Sucessivos, para o cálculo dos custos relativos aos benefícios de invalidez e sobrevivência.

1) Empresas consolidadas pelo método de integração global (em 31 de Dezembro de 2001: BPI SGPS, BPI Investimentos, Banco BPI, BPI Dealer, BPI Factor, BPI Leasing e BPI Fundos; em 31 de Dezembro de 2002: Banco BPI, BPI Investimentos, BPI Fundos e Inter-Risco).

Os principais pressupostos actuariais e financeiros utilizados no cálculo das responsabilidades por pensões bem como os valores efectivamente verificados em 2002 e 2001 são:

	Pressupostos	Realizado	
		2002	2001
Tábua de mortalidade	TV – 73 / 77	-	-
Tábua de invalidez	EKV 80	-	-
Taxa de desconto	7.0%	-	-
Taxa de rendimento dos activos dos fundos de pensões	7.0%	3.1%	1.8%
Taxa de crescimento dos salários pensionáveis	4.0%	3.5%	5.25%
Taxa de crescimento das pensões	3.0%	3.2%	3.9%
Taxa de rotação do pessoal	0%	-	-
Decrementos	Por mortalidade	-	-

Em 31 de Dezembro de 2002 e 2001, os Pensionistas e Colaboradores beneficiários de planos de pensões financiados pelos fundos de pensões são em número de:

	2002	2001
Pensionistas por reforma	5 300	4 866
Pensionistas por sobrevivência	865	836
Colaboradores em actividade	6 786	7 305
Ex-trabalhadores (cláusula 137.ª A e 140.ª)	970	615
	13 921	**13 622**

Em 31 de Dezembro de 2002 e 2001, o valor actual das responsabilidades por pensões de reforma e sobrevivência é:

	2002	2001
A. Responsabilidades por serviços passados		
Responsabilidades por pensões em pagamento	1 134 265	1 014 257
Das quais: [acréscimo de responsabilidades resultante de reformas antecipadas efectuadas no exercício]	[57 387]	[53 984]
Responsabilidades por serviços passados de Colaboradores no activo	315 445	335 538
	1 449 710	**1 349 795**
B. Responsabilidades por serviços passados a reconhecer até 2021	87 880	90 077
C. Responsabilidades por serviços passados reconhecidas no balanço (A-B)	1 361 830	1 259 718
D. Responsabilidades por serviços futuros	306 601	314 591
E. Responsabilidades por serviços totais (A+D)	**1 756 311**	**1 664 386**

De acordo com a disciplina do *Aviso do Banco de Portugal* n.º 12 / 2001, não são utilizados desde 31 de Dezembro de 2001 decrementos por invalidez no cálculo das responsabilidades por serviços passados de Colaboradores no activo. Esta alteração implicou um acréscimo das responsabilidades por serviços passados no valor de 90 077 m. euros que, mediante acordo do Banco de Portugal, será reconhecido no balanço e financiado de acordo com um plano de amortização de prestações uniformes anuais, durante um período máximo de 20 anos iniciado em 2002 (nota 4.28).

Em 31 de Dezembro de 2002 e 2001, a cobertura financeira das responsabilidades por serviços passados é:

	2002	2001
A. Responsabilidades por serviços passados reconhecidas no balanço[1]	1 361 830	1 259 718
B. Situação patrimonial dos fundos de pensões		
Saldo inicial	1 256 581	1 162 342
Contribuições de empresas do Grupo BPI		
Relativas ao custo corrente do exercício	19 566	17 822
Extraordinárias	121 008	122 554
Outras	0	39
Contribuições de Colaboradores	1 477	1 459
Rendimento dos fundos de pensões (líquido)	41 890	20 584
Pensões pagas pelos fundos de pensões	(77 196)	(68 219)
	1 363 326	**1 256 581**
C. Contribuições a transferir para os fundos de pensões (notas 4.17)	48	3 230
D. Cobertura total (B+C)	**1 363 374**	**1 259 811**
E. Excesso de cobertura (D-A)	1 544	93
F. Grau de cobertura (D/A)	100%	100%

1) Não é incluido o acréscimo de responsabilidades decorrente da não utilização de decrementos de invalidez.

Em 2002, as contribuições para os fundos de pensões foram realizadas em dinheiro. Em 2001, as contribuições para os fundos de pensões foram realizadas em dinheiro (124 749 m. euros) e através da entrega de obrigações (17 125 m. euros).

Em 31 de Dezembro de 2002 e 2001, os fundos de pensões detinham imóveis utilizados em regime de arrendamento por sociedades do Grupo BPI cujos valores globais são de 86 645 m. euros e 86 556 m. euros, respectivamente.

Em 31 de Dezembro de 2002 e 2001, as responsabilidades por serviços passados (excluindo o acréscimo de responsabilidades decorrente da não utilização de decrementos de invalidez) ainda não reconhecidas como custo são:

	2002	2001
A. Acréscimo de responsabilidades por reformas antecipadas	87 027	40 004
B. Perdas (ganhos) resultantes de alterações nos pressupostos actuariais		
B1. Reconhecidos como despesas com custo diferido	2 204	
B2. Reconhecidos como receitas com proveito diferido	(655)	(655)
C. Perdas (ganhos) resultantes de diferenças entre os pressupostos actuariais e financeiros e os valores efectivamente realizados		
C1. Reconhecidos como flutuação de valores	120 390	71 179
C2. Reconhecidos como despesas com custo diferido	65	1 270
C3. Reconhecidos como receitas com proveito diferido		(103)
D. Responsabilidades a amortizar (A+B+C2+C3)	**88 641**	**40 516**

Em 31 de Dezembro de 2002 e 2001, o acréscimo de responsabilidade decorrentes da não utilização de decrementos de invalidez é de 87 880 m. euros e 90 077 m. euros, respectivamente.

Em 30 de Junho de 2001, o Grupo BPI efectuou a amortização, por contrapartida de reservas, da totalidade do saldo das despesas com custo diferido relativas à cobertura do acréscimo de responsabilidades por reformas antecipadas realizadas em 1999, 2000 e no primeiro semestre de 2001 e ainda não amortizadas (80 402 m. euros).

Em 31 de Dezembro de 2002 e 2001, as demonstrações financeiras consolidadas registam os seguintes custos relacionados com a cobertura de responsabilidades por pensões:

	2002	2001
Em custos com pessoal		
Custo do ano	19 566	17 822
Em perdas (ganhos) extraordinários		
Prestação relativa ao reconhecimento no balanço do acréscimo de responsabilidades por não utilização dos decrementos	8 503	
Amortização do acréscimo de responsabilidades por reformas antecipadas[1]	10 364	4 512
Amortização de perdas (ganhos) actuariais devidas a:		
– diferenças entre os pressupostos e os valores verificados		130
– alterações dos pressupostos actuariais	169	(73)
	19 036	**4 569**

1) Em 2001, o valor desta rubrica corresponde à amortização do acréscimo de responsabilidades por reformas antecipadas realizadas no segundo semestre de 2001.

4.21. Passivos subordinados

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2002	2001
Títulos de participação		
Títulos de participação BFE 1.ª Emissão	8 673	9 397
Títulos de participação BFE 2.ª Emissão	7 740	8 317
Empréstimos subordinados		
Obrigações de Caixa Subordinadas BPI 94	49 880	49 880
Obrigações de Caixa Subordinadas BPI 96	74 820	74 820
Obrigações Perpétuas Subordinadas BPI 96	74 820	74 820
Obrigações Perpétuas Subordinadas BPI 96 em yenes	60 294	64 549
Obrigações de Caixa Subordinadas BFB 1997 / 2007	74 820	74 820
Obrigações de Caixa Subordinadas BBI / 92	24 697	24 697
Obrigações de Caixa Subordinadas BPI Rendimento Mais 2001	99 932	99 797
Obrigações de Caixa Subordinadas BPI 2001 / 2011	150 000	150 000
	625 676	**631 097**

As emissões dos títulos a que se referem os saldos em 31 de Dezembro de 2002 têm as características seguintes:

	Valor nominal	Remuneração	Taxa de juro em vigor a 31-12-02 (%)	Data de reembolso
Títulos de participação				
Títulos de Participação BFE 87 – 1.ª emissão	14 209	Indexada à Euribor a 1 ano e aos resultados do Banco BPI		
Títulos de Participação BFE 87 – 2.ª emissão	13 872	Indexada à Euribor a 1 ano e aos resultados do Banco BPI		
Empréstimos subordinados				
Obrigações de Caixa Subordinadas BPI 94	49 880	Indexada à Euribor a 6 meses	3.909	Outubro de 2004
Obrigações de Caixa Subordinadas BPI 96	74 820	Indexada à Euribor a 6 meses	3.084	Junho de 2006
Obrigações Perpétuas Subordinadas BPI 96	74 820	Indexada à Euribor a 3 meses	3.683	
Obrigações Perpétuas Subordinadas BPI 96 em yenes	60 294 (7 500 milhões JPY)	4% até Novembro de 2011 e, posteriormente, indexada à taxa de rendimento dos títulos do Governo Japonês a 5 anos	4.0	
Obrigações de Caixa Subordinadas BFB 1997 / 2007	74 820	Indexada à Euribor a 3 meses	3.4625	Novembro de 2007
Obrigações de Caixa Subordinadas BBI / 92	24 940	Indexada à taxa base anual (TBA) calculada e divulgada pelo Banco de Portugal	3.0625	Junho de 2003
Obrigações de Caixa Subordinadas BPI Rendimento Mais 2001	100 000	Indexada à Euribor a 6 meses	4.405	Julho de 2011
Obrigações de Caixa Subordinadas BPI 2001 / 2011	150 000	5% no 1.º ano, 5.1% no 2.º ano, 5.2% no 3.º ano, 5.3% no 4.º ano, 5.4% no 5.º ano, 5.5% no 6.º ano, 5.85% no 7.º ano, 6.2% no 8.º ano, 6.55% no 9.º ano e 7% no 10.º ano	5.1	Julho de 2011

O Banco de Portugal considera que os fundos provenientes destes passivos são equiparados, para efeitos de cumprimento dos requisitos de solvabilidade, a fundos próprios sujeitos a um programa de redução gradual dos respectivos montantes nos cinco anos que precedem o respectivo reembolso.

4.22. Interesses minoritários

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	Balanço		Demonstração de resultados	
	2002	**2001**	**2002**	**2001**
Accionistas minoritários de:				
BPI Capital Finance Ltd.	248 290	300 007	9 893	17 478
CrediUniverso – Serviços de Marketing, S.A.	1 031	848	201	116
Inter-Risco – Sociedade de Capital de Risco, S.A.	3 784	4 060	(280)	(337)
BPI (Suisse), S.A.	1		(1)	
Solo – Investimentos em Comunicação, S.A.[1]			(11)	
	253 106	**304 915**	**9 802**	**17 257**

1) Resultados adquiridos a minoritários.

Em 31 de Dezembro de 2002, os interesses minoritários da BPI Capital Finance Ltd. incluem 238 390 m. euros correspondentes ao contravalor em euros de 6 000 000 de acções preferenciais Série A e de 4 000 000 de acções preferenciais Série B, ambas as séries sem direito de voto, com o valor nominal de 25 dólares americanos cada e emitidas por aquela filial do Banco BPI em Dezembro de 1996.

O pagamento de dividendos e o reembolso das acções preferenciais são garantidos pelo Banco BPI.

As acções preferenciais da Série A dão direito ao pagamento de um dividendo preferencial não cumulativo determinado pela aplicação de uma taxa anual correspondente à Libor (USD – 3 meses) acrescida de uma margem de 1.95 pontos percentuais sobre o valor nominal, pago trimestralmente em 18 de Março, 18 de Junho, 18 de Setembro e 18 de Dezembro de cada ano. As acções preferenciais da Série B dão direito ao pagamento de um dividendo preferencial não cumulativo determinado pela aplicação de uma taxa anual correspondente à Libor (USD – 3 meses) acrescida de uma margem de 1.15 pontos percentuais

(até 19 de Dezembro de 2001) e de 2.65 pontos percentuais (depois de 19 de Dezembro de 2001) sobre o valor nominal, pago trimestralmente em 19 de Março, 19 de Junho, 19 de Setembro e 19 de Dezembro de cada ano.

Durante o exercício de 2002, o valor dos dividendos (antecipados) pagos pela BPI Capital Finance aos detentores destas acções preferenciais ascendeu a 9 568 m. euros.

As acções preferenciais da Série A são reembolsáveis, no todo ou em parte, ao valor nominal por opção da BPI Capital Finance, Ltd., mediante aprovação prévia do Banco de Portugal e do Banco BPI, em qualquer data de pagamento do dividendo a partir de Dezembro de 2003. As acções preferenciais da Série B são reembolsáveis, no todo ou em parte, ao valor nominal por opção da BPI Capital Finance, Ltd., mediante aprovação prévia do Banco de Portugal e do Banco BPI, em qualquer data de pagamento do dividendo.

Estas acções são subordinadas em relação a qualquer passivo do Banco BPI e *pari passu* relativamente a quaisquer acções preferenciais que venham a ser emitidas pelo Grupo.

4.23. Capital subscrito

Por escritura pública de 3 de Junho de 2002, o capital social do Banco BPI foi aumentado de 645 625 m. euros para 760 000 m. euros por emissão de 114 375 000 acções ordinárias nominativas e escriturais com o valor nominal de 1 euro por subscrição pública reservada a accionistas. As acções foram pagas a um preço de subscrição de 1.75 euros cada, o que, em função do seu valor nominal unitário, correspondeu a um prémio de emissão de 0.75 euros por acção (nota 4.24).

Em 2002, a Assembleia Geral de 3 de Abril atribuiu ao Conselho de Administração do Banco BPI poderes para, no prazo de dezoito meses:

a) comprar em mercados regulamentados acções do Banco BPI representativas de até 10% do seu capital social, sendo o preço máximo igual a 110% da média ponderada das médias diárias ponderadas da cotação das acções do Banco BPI nas 20 sessões de bolsa anteriores à data da compra e o mínimo de 1 euro;

b) alienar aos Colaboradores do Banco BPI e de Sociedades por ele dominadas, bem como aos respectivos Administradores, a título de remuneração variável, acções e opções de compra de acções do Banco BPI, nos termos e condições constantes do Regulamento em vigor para o Programa de Remuneração Variável em Acções (RVA);

c) alienar a terceiros ao preço mínimo de 10% abaixo da cotação média ponderada de Bolsa nas 20 sessões anteriores à data de venda, devendo esta ser feita em Bolsa, salvo se tal venda se relacionar com a colocação de ADR's (*American Depositary Receipts*) nos Estados Unidos da América.

Em 31 de Dezembro de 2002, o capital social do Banco BPI está representado por 760 000 000 acções de valor nominal de 1 euro e encontra-se integralmente realizado.

4.24. Prémios de emissão

Entre 31 de Dezembro de 2000 e 31 de Dezembro de 2002, o movimento ocorrido nos prémios de emissão foi o seguinte:

Saldo em 31 de Dezembro de 2000	201 052
Aumento de capital realizado em Junho de 2002 (Escritura pública de 3 de Junho de 2002)	
Prémios de emissão realizados (nota 4.23)	85 781
Saldo em 31 de Dezembro de 2002	**286 833**

Nos termos da Portaria n.º 408 / 99, de 4 de Junho, publicada no Diário da República – I Série B, n.º 129, os prémios de emissão não podem ser utilizados para a atribuição de dividendos nem para a aquisição de acções próprias.

4.25. Reservas

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2002	2001
Reserva legal	21 416	19 201
Reservas livres	45 457	81 543
Reservas de fusão	7 360	156 256
	74 233	**257 000**
Reservas de consolidação	(92 260)	(328 273)
	(18 027)	**(71 273)**

De acordo com o disposto no artigo 97 do *Regime Geral das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras*, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 298 / 91, de 31 de Dezembro e alterado pelo Decreto-Lei n.º 201 / 2002, de 25 de Setembro, o Banco BPI deve destinar uma fracção não inferior a 10% dos lucros líquidos apurados em cada exercício à formação de uma reserva legal, até um limite igual ao valor do capital social ou ao somatório das reservas livres constituídas e dos resultados transitados, se superior.

Em 31 de Dezembro de 2002, as reservas de fusão incluem o efeito da incorporação, por fusão, do Banco BPI, da BPI Factor, da BPI Leasing, da Estratégia, da Dixit e da BPI Ventures no BPI SGPS e da incorporação, por cisão, de parte do património do Banco Português de Investimento no BPI SGPS. Posteriormente,

o BPI SGPS alterou a sua denominação para Banco BPI e o seu objecto social que passou a ser o exercício da actividade bancária. Em 31 de Dezembro de 2001 as reservas de fusão resultam da incorporação, por fusão, da BPI Capital, da BPI Participações e da BPI Private Equity no BPI SGPS.

Em 31 de Dezembro de 2002 e 2001, os prémios de emissão e as reservas legais das Sociedades que integram o Grupo BPI, indisponíveis em conformidade com a legislação aplicável, ascendem a 128 789 m. euros e 291 833 m. euros, respectivamente, as quais, ponderadas pela percentagem (efectiva) de participação do Banco BPI, ascendem a 41 448 m. euros e a 208 222 m. euros, respectivamente. Estas reservas são incluídas na rubrica RESERVAS DE CONSOLIDAÇÃO.

Em 31 de Dezembro de 2002 e 2001, as reservas de reavaliação das Sociedades que consolidam pelo método de integração global ascendem a 1 383 m. euros e 21 550 m. euros. Estas reservas são incluídas na rubrica RESERVAS DE CONSOLIDAÇÃO.

A rubrica RESERVAS DE CONSOLIDAÇÃO representa a diferença entre a quota-parte que corresponde à percentagem (efectiva) de participação do Banco BPI nos capitais próprios das participadas e o valor do respectivo custo de aquisição após a introdução dos ajustamentos considerados necessários.

Entre 31 de Dezembro de 2000 e 31 de Dezembro de 2002, o movimento ocorrido nas reservas foi o seguinte:

Reservas em 31 de Dezembro de 2000	**(69 042)**
Lucro consolidado de 2000	152 355
Dividendos distribuídos em 2001	(58 097)
Goodwill na aquisição de 8.4% da Viacer	(15 298)
Goodwill na aquisição de 20.1% da Douro SGPS	(2 798)
Badwill na aquisição de 17.0% do Banc Post	3 368
Amortização de reformas antecipadas	(80 402)
Variação das reservas regulamentares das seguradoras	33
Distribuição de resultados a orgãos sociais	(1 201)
Outros	(191)
Reservas em 31 de Dezembro de 2001	**(71 273)**
Lucro consolidado de 2001	133 283
Dividendos distribuídos em 2002	(57 875)
Provisões para imobilizações financeiras (Aviso n.º 4 / 2002)	(19 000)
Variação das reservas regulamentares das seguradoras	(3 123)
Distribuição de resultados a orgãos sociais	(50)
Outros	11
Reservas em 31 de Dezembro de 2002	**(18 027)**

4.26. Goodwill

O valor do *goodwill* relativo à aquisição, pela BPI Ventures, de 8% do capital social da Viacer no exercício de 2001 foi:

Valor do aumento dos capitais próprios da Viacer	42 579
Valor dos capitais próprios da Viacer adquiridos pela BPI Ventures (8.4%)	10 183
Valor de custo da participação adquirida pela BPI Ventures	(25 481)
Valor do goodwill na Viacer	**(15 298)**

O valor do *goodwill* relativo à aquisição, pelo Banco BPI, de 20% do capital social da Douro SGPS em 2001 foi:

Valor dos capitais próprios da Douro SGPS	3 961
Valor dos capitais próprios da Douro SGPS adquiridos pelo Banco BPI (20.1%)	794
Valor de custo da participação adquirida pelo Banco BPI	(3 592)
Valor do goodwill na Douro SGPS	**(2 798)**

O valor do *badwill* relativo à aquisição, pelo BPI Investimentos, de 17% do capital social do Banc Post, reconhecido no exercício de 2001, foi:

Valor dos capitais próprios do Banc Post	87 815
Valor dos capitais próprios do Banc Post adquiridos pelo BPI Investimentos (17.0%)	14 928
Valor de custo da participação adquirida pelo BPI Investimentos	(11 560)
Valor do badwill no Banc Post	**3 368**

4.27. Provisões para crédito, títulos e outros activos

O movimento ocorrido nas provisões do Grupo durante o exercício de 2002 foi o seguinte:

	Saldo em 31-12-01	Dotações	Transferências	Utilizações	Reposições	Reavaliação cambial e outros	Saldo em 31-12-02
Provisões para créditos de cobrança duvidosa							
Para crédito (nota 4.4)	4 403	7 319	(562)		(6 192)	16 415	21 383
Para devedores e outras aplicações (nota 4.12)	21	34					55
Provisões para crédito e juros vencidos							
Para aplicações em instituições de crédito (nota 4.3)	118 928			(322)	(975)	(17 841)	99 790
Para crédito (nota 4.4)	91 756	65 769	262	(28 464)	(8 327)	(919)	120 077
Para títulos (nota 4.5)	439	217		(297)	(9)	(9)	341
Provisões para risco-país							
Para aplicações em instituições de crédito (nota 4.3)	27	5			(4)		28
Para crédito (nota 4.4)	2 715	50			(1 623)		1 142
Para títulos (nota 4.5)	409						409
Para outras aplicações (nota 4.12)	27 821				(27 821)		0
Provisões para obrigações e outros títulos de rendimento fixo (nota 4.5)	3 622	2 251		(1)	(689)	1	5 184
Provisões para acções e outros títulos de rendimento variável (nota 4.6)	16 147	17 516	44 139	(782)	(1 986)	(28)	75 006
Provisões para partes de capital em empresas associadas	938			(258)		502	1 182
Provisões para depreciação de imobilizações financeiras							
Para outras participações financeiras (nota 4.9)	6 468	45		(22)	(1 847)	19 228	23 872
Para outras imobilizações financeiras (nota 4.12)	2 626	4 187				(167)	6 646
Provisões para aplicações por recuperação de créditos (nota 4.12)	6 872	536		(38)	(132)		7 238
Provisões para pensões de reforma e sobrevivência (nota 4.19)	9 442	4 546				553	14 541
Provisões para riscos gerais de crédito (nota 4.19)	180 896	19 280	299		(11 732)	(346)	188 397
Provisões para outros riscos e encargos (nota 4.19)	54 680	2 908	(44 138)	(178)	(1 230)		12 042
Fundo para riscos bancários gerais (nota 4.19)	6 658	6 063		(7 552)	(50)	(60)	5 059
	534 868	**130 726**	**0**	**(37 914)**	**(62 617)**	**17 329**	**582 392**

Em 31 de Dezembro de 2002, as reposições de provisões para risco país – outras aplicações correspondem à reposição de uma provisão para fazer face ao risco de transferência da situação líquida da antiga Sucursal de Luanda do Banco BPI. Esta reposição decorre de, no âmbito da transformação da Sucursal em banco de direito angolano, o Banco BPI ter convertido parte do património transmitido num crédito sobre o novo banco garantido por um depósito em euros.

Em 31 de Dezembro de 2002, as rubricas PROVISÕES PARA PARTES DE CAPITAL EM EMPRESAS ASSOCIADAS e PROVISÕES PARA DEPRECIAÇÃO DE IMOBILIZAÇÕES FINANCEIRAS incluem, sob a epígrafe reavaliação cambial e outros, 19 000 m. euros relativos a provisões constituídas por contrapartida de reservas nos termos do Aviso n.º4 / 2002 (notas 2.4 e 4.25). De acordo com o regime transitório permitido no referido aviso, e descrito na nota 2.4, no exercício de 2003, aquele montante será complementado com a constituição de provisões, por contrapartida de reservas, no valor de 57 000 m. euros, tomando por base a média das cotações diárias do segundo semestre de 2002.

Em 31 de Dezembro de 2002, a reavaliação cambial e outros inclui 18 492 m. euros de provisões relativas à aquisição de créditos do Fundo EFTA.

O movimento ocorrido nas provisões do Grupo durante o exercício de 2001 foi o seguinte:

	Saldo em 31-12-00	Dotações	Transferências	Utilizações	Reposições	Reavaliação cambial e outros	Saldo em 31-12-01
Provisões para créditos de cobrança duvidosa							
Para crédito (nota 4.4)	2 271	2 362	(86)		(144)		4 403
Para devedores e outras aplicações (nota 4.12)	947				(926)		21
Provisões para crédito e juros vencidos							
Para aplicações em instituições de crédito (nota 4.3)	113 130	306				5 492	118 928
Para crédito (nota 4.4)	96 057	18 479	437	(19 692)	(1 473)	(2 052)	91 756
Para títulos (nota 4.5)	1 198	31		(790)			439
Provisões para risco-país							
Para aplicações em instituições de crédito (nota 4.3)	21	6					27
Para crédito (nota 4.4)	4 769				(2 054)		2 715
Para títulos (nota 4.5)	409						409
Para outras aplicações (nota 4.12)	27 821						27 821
Provisões para obrigações e outros títulos de rendimento fixo (nota 4.5)	3 370	818		(1)	(565)		3 622
Provisões para acções e outros títulos de rendimento variável (nota 4.6)	14 231	9 074	(444)	(2 750)	(3 972)	8	16 147
Provisões para partes de capital em empresas associadas	567	371					938
Provisões para depreciação de imobilizações financeiras							
Para outras participações financeiras (nota 4.9)	3 974	3 946	902	(2 361)	7		6 468
Para outras imobilizações financeiras (nota 4.12)	1 951	1 078	(458)			55	2 626
Provisões para aplicações por recuperação de créditos (nota 4.12)	9 744	15		(58)	(2 829)		6 872
Provisões para pensões de reforma e sobrevivência (nota 4.19)	5 886	3 753				(197)	9 442
Provisões para riscos gerais de crédito (nota 4.19)	160 579	24 196			(3 134)	(745)	180 896
Provisões para outros riscos e encargos (nota 4.19)	22 194	46 623		(653)	(13 484)		54 680
Fundo para riscos bancários gerais (nota 4.19)	5 679	4 050	(351)	(644)	(2 008)	(68)	6 658
	474 798	**115 108**	**0**	**(26 949)**	**(30 582)**	**2 493**	**534 868**

Nos exercícios de 2002 e 2001, as utilizações de provisões para crédito e para títulos vencidos correspondem a *writte-offs* efectuados naqueles períodos.

Em 31 de Dezembro de 2001, as reposições relativas à rubrica PROVISÕES PARA OUTROS RISCOS E ENCARGOS incluem 12 141 m. euros relativos à reposição de parte da provisão para impostos a pagar decorrentes de ganhos em curso de operações cujo reconhecimento fiscal apenas tem lugar no exercício da liquidação dessas operações (nota 2.10).

4.28. Contas extrapatrimoniais

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2002	2001
Garantias prestadas e outros passivos eventuais		
Garantias e avales	3 045 337	3 224 501
Créditos documentários abertos	77 010	72 889
Aceites e endossos	368	146
Cartas de crédito stand-by		260
Fianças e indemnizações	66	51
Outros passivos eventuais		13
	3 122 781	**3 297 860**
Activos dados em garantia	322 910	395 993
Compromissos perante terceiros		
Compromissos irrevogáveis		
Linhas de crédito irrevogáveis	54 475	115 573
Subscrição de títulos	24 500	26 688
Responsabilidades por pensões de reforma (nota 4.20)	87 880	90 077
Responsabilidades a prazo de contribuições anuais para o Fundo de Garantia de Depósitos	25 621	18 629
Responsabilidade potencial para com o Sistema de Indemnização aos Investidores	9 957	11 677
Outros compromissos irrevogáveis	14 848	5 869
Compromissos revogáveis	2 929 187	3 067 035
	3 146 468	**3 335 548**
Responsabilidades por prestação de serviços		
Por depósito e guarda de valores	19 172 830	22 156 887
Por cobrança de valores	286 213	257 732
Por valores administrados pela instituição	3 482 376	3 688 465
Outras	11 795	12 031
	22 953 214	**26 115 115**

Em 31 de Dezembro de 2002, o saldo da rubrica ACTIVOS DADOS EM GARANTIA inclui:

– títulos dados em garantia ao BEI por empréstimos concedidos ao Banco BPI no montante de 126 218 m. euros;

– títulos dados em garantia ao BEI por swaps de taxa de juro efectuados com o Banco BPI no montante de 81 806 m. euros;

– títulos dados em garantia ao Banco de Portugal no âmbito do Sistema de Pagamento de Grandes Transacções no montante de 78 337 m. euros; e

– títulos dados em garantia ao Fundo de Garantia de Depósitos no montante de 25 726 m. euros;

– títulos dados em garantia à Euronext no âmbito da actividade de derivados no montante de 1 606 m. euros.

A garantia prestada ao BEI por empréstimos concedidos substitui a garantia de uma segunda assinatura (bancos de 1.ª ordem ou Estado Português) estatutariamente exigida por aquela Instituição.

Em 31 de Dezembro de 2002 e 2001, o saldo da rubrica RESPONSABILIDADES POR PENSÕES DE REFORMA NÃO COBERTAS PELO FUNDO DE PENSÕES corresponde integralmente ao acréscimo de responsabilidades resultante de terem deixado de ser utilizados decrementos por invalidez no cálculo das responsabilidades por serviços passados de Colaboradores no activo (nota 4.20).

Em 31 de Dezembro de 2002 e 2001, o saldo da rubrica RESPONSABILIDADES A PRAZO DE CONTRIBUIÇÕES ANUAIS PARA O FUNDO DE GARANTIA DE DEPÓSITOS corresponde ao compromisso irrevogável que o BPI assumiu, por força da lei, de entregar àquele Fundo, em caso de solicitação deste, as parcelas não realizadas das contribuições anuais.

Em 31 de Dezembro de 2002 e 2001, o saldo da rubrica RESPONSABILIDADE POTENCIAL PARA COM O SISTEMA DE INDEMNIZAÇÃO AOS INVESTIDORES corresponde à obrigação irrevogável que o BPI assumiu, por força da lei aplicável, de entregar àquele Sistema, em caso de accionamento deste, os montantes necessários para pagamento da sua quota-parte nas indemnizações que forem devidas aos investidores.

Em 31 de Dezembro de 2002, a rubrica OUTROS COMPROMISSOS IRREVOGÁVEIS inclui 10 127 m. euros relativos a opções sobre acções emitidas pelo Grupo BPI no âmbito do programa RVA – Remuneração variável em acções.

Em 31 de Dezembro de 2002, o Grupo BPI detinha sob gestão os seguintes activos de terceiros:

Fundos de Investimento e PPRs	3 652 714
Fundos de pensões[1]	1 979 934
Produtos de capitalização	1 063 794

1) Inclui os fundos de pensões de empresas do Grupo.

O Grupo BPI realiza operações derivadas no âmbito da sua actividade, gerindo posições próprias com base em expectativas de evolução dos mercados, satisfazendo as necessidades dos seus Clientes ou cobrindo posições de natureza estrutural.

O Grupo BPI transacciona derivados financeiros, nomeadamente sob a forma de contratos sobre taxas de câmbio, de contratos sobre taxas de juro, de contratos sobre preços futuros de mercadorias e de contratos sobre acções ou sobre índices. Estas transacções são efectuadas em mercados de balcão (OTC) e em mercados organizados (especialmente bolsas de valores).

A negociação de derivados em mercados organizados rege-se pelas normas e regulamentação próprias desses mercados. A negociação de derivados no mercado de balcão baseia-se normalmente num contrato bilateral *standard* (no caso de relações interprofissionais um contrato ISDA; no caso de relações com Clientes um contrato próprio do BPI) que engloba o conjunto das operações sobre derivados existentes entre as partes e em que se prevê a compensação de responsabilidades em caso de incumprimento (compensação cuja abrangência está prevista no próprio contrato e é regulada na lei).

Os derivados podem ser reconhecidos pelos seus valores contabilísticos, de substituição e líquido de mercado. O valor contabilístico tem por base o valor nocional, isto é, o valor de referência para efeitos de cálculo dos fluxos de pagamentos e recebimentos originados pela operação. O valor de substituição corresponde à perda potencial, em termos de valor actual, no caso de incumprimento da contraparte. No caso de um contrato de derivados em que esteja prevista a compensação de responsabilidades em caso de incumprimento o valor de substituição é igual à soma algébrica dos valores de mercado do conjunto das operações regidas por esse contrato quando positiva. No caso de operações cujo contrato não preveja a compensação de responsabilidades, o valor de substituição é igual à soma dos valores de mercado de cada transacção individual, quando positivos. A abrangência das cláusulas de compensação em caso de incumprimento é considerada pelo Grupo BPI de forma conservadora, sendo em caso de dúvida considerado que a compensação não existe. O valor líquido de mercado *(fair value)* corresponde ao valor que os derivados teriam se fossem transaccionados no mercado na data de referência.

Diferentemente das operações tradicionais de mútuo em que o valor de mercado é directamente relacionado com o capital mutuado, nas operações derivadas com fluxos financeiros determinados o valor líquido de mercado é representado pelo valor actual desses fluxos, dado o conjunto de taxas de juros relevantes vigentes no momento do cálculo (*swaps* ou *forwards*) ou é determinado pelo próprio mercado (futuros). No caso das opções, o valor de mercado é determinado por recurso a modelos que procuram reflectir o preço e a volatilidade do preço dos activos subjacentes no momento do cálculo bem como as características próprias da opção (preço de exercício e período de tempo até à data de vencimento).

O valor contabilístico das operações derivadas constitui, apenas, um indicador do volume de actividade nos diferentes mercados, não se podendo estabelecer relação directa entre aquele valor e o risco de crédito da operação. O risco de crédito das operações derivadas num dado momento é dado pelo seu valor de substituição nesse momento. No caso dos futuros, as contrapartes do Grupo BPI são bolsas de valores pelo que o risco de crédito é eliminado diariamente através da liquidação financeira. Nas operações derivadas a médio e longo prazos, os contratos que enquadram as operações prevêm em geral a compensação entre saldos devedores e credores com a mesma contraparte, o que elimina ou reduz o risco de crédito. Com a finalidade de controlar o risco de crédito em derivados OTC, foram também assinados alguns acordos pelos quais o Banco recebe da (ou transfere para a) sua contraparte valores (em divisas ou em títulos) que servem de garantia ao bom cumprimento das responsabilidades.

As operações com derivados estão, principalmente, associadas a operações sobre activos e passivos reconhecidos nos balanços, devendo a correcta avaliação do valor dessas transacções tomar em conta essa associação.

Em 31 de Dezembro de 2002 e 2001, a actividade desenvolvida pelo Grupo BPI em operações derivadas traduz-se pelos seguintes valores:

	2002			2001
	Valor contabilístico	Valor de substituíção[1]	Valor líquido de mercado[2]	Valor contabilístico
Contratos de taxa de câmbio				
Transaccionados em mercado de balcão (OTC)				
Cambiais a prazo (outright forwards)	154 177	1 499	(5 778)	163 418
Swaps cambiais	2 575 810	19 322	(54 499)	1 928 728
Swaps de médio e longo prazo	90 802	1 541	(8 297)	230 390
	2 820 789	**22 362**	**(68 574)**	**2 322 536**
Contratos de taxa de juro				
Transaccionados em mercado de balcão (OTC)				
FRA (forward rate agreements)	100 000		(10)	193 000
Swaps de médio e longo prazo (interest rate swaps)	11 484 972	388 934	265 278	7 398 309
Opções compradas	3 750	109	109	3 750
Opções vendidas				24 940
Transaccionados em Bolsa				
Futuros[3]	714 873	0	(1 538)	253 399
	12 303 595	**389 043**	**263 839**	**7 873 398**
Contratos sobre acções				
Transaccionados em mercado de balcão (OTC)				
Opções compradas[4]	916 630	14 797	14 797	960 525
Opções vendidas[4]	76 309		(13 164)	116 827
Transaccionados em Bolsa				
Futuros[3]	12 697		131	62 602
	1 005 636	**14 797**	**1 764**	**1 139 954**
Contratos sobre mercadorias				
Transaccionados em Bolsa				
Futuros[3]	81		2	
	81	**0**	**2**	**0**
	16 130 101	**426 202**	**197 031**	**11 335 888**
Acordos de redução de risco de crédito de derivados		(215 311)		
Efeito do netting[5]		(22 402)		
	16 130 101	**188 489**	**197 031**	**11 335 888**

1) Soma dos valores de substituição das contrapartes, tomando em conta as cláusulas de compensação, quando existentes.
2) Soma algébrica dos valores de mercado das operações na data de referência (não corresponde ao impacto nas demonstrações financeiras do registo da reavaliação destas operações).
3) O valor de substituição dos futuros é nulo por serem transaccionados em bolsas de valores.
4) Não inclui opções inseridas em obrigações emitidas ou compradas. O valor líquido de mercado destas opções está, principalmente, afecto às variações de rendimento das obrigações Capital Seguro e Risco Limitado emitidas pelo Grupo.
5) Efeito da compensação entre valores de substituição de transacções com a mesma contraparte mas registadas em linhas diferentes do quadro.

Em 31 de Dezembro de 2002, a repartição do valor contabilístico por maturidades residuais é:

	< = 3 meses	> 3 meses < = 6 meses	> 6 meses < = 1 ano	> 1 ano < = 5 anos	> 5 anos	Total
Contratos de taxa de câmbio						
Transaccionados em mercado de balcão (OTC)						
Cambiais a prazo (outright forwards)	143 429	4 866	3 347	2 535		154 177
Swaps cambiais	2 279 209	138 173	158 428			2 575 810
Swaps de médio e longo prazo			73 432	17 370		90 802
	2 422 638	**143 039**	**235 207**	**19 905**		**2 820 789**
Contratos de taxa de juro						
Transaccionados em mercado de balcão (OTC)						
FRA (forward rate agreements)	50 000		50 000			100 000
Swaps de médio e longo prazo (interest rate swaps)	1 917 632	833 742	1 407 458	5 800 188	1 525 952	11 484 972
Opções compradas				3 750		3 750
Transaccionados em Bolsa						
Futuros	278 148	25 675	187 350	223 700		714 873
	2 245 780	**859 417**	**1 644 808**	**6 027 638**	**1 525 952**	**12 303 595**
Contratos sobre acções						
Transaccionados em mercado de balcão (OTC)						
Opções compradas	218 534	16 184	52 025	628 012	1 875	916 630
Opções vendidas	43 744	13 650	4 615	14 300		76 309
Transaccionados em Bolsa						
Futuros	12 697					12 697
	274 975	**29 834**	**56 640**	**642 312**	**1 875**	**1 005 636**
Contratos sobre mercadorias	81					81
	4 943 474	**1 032 290**	**1 936 655**	**6 689 855**	**1 527 827**	**16 130 101**

Em 31 de Dezembro de 2002, a repartição das operações derivadas por categorias de contrapartes é:

	Valor contabilístico	%
Contratos sobre taxa de câmbio		
OTC com Instituições Financeiras	2 591 697	16
OTC com Clientes	229 092	2
	2 820 789	**18**
Contratos sobre taxa de juro		
OTC com Instituições Financeiras	11 024 925	68
OTC com Clientes	563 797	3
Em bolsa	714 873	5
	12 303 595	**76**
Contratos sobre acções		
OTC com Instituições Financeiras	992 939	6
Em bolsa	12 697	
	1 005 636	**6**
Contratos sobre mercadorias		
Bolsas	81	
	16 130 101	**100**

Em 31 de Dezembro de 2002, a repartição das operações derivadas por *rating* externo de contrapartes é:

	Valor contabilístico	Valor de substituição	Valor líquido de mercado
Transaccionados em mercado de balcão (OTC)			
AAA	1 220 809	19 424	(57 011)
AA	5 383 862	123 428	52 943
A	7 745 700	209 410	165 018
BBB	66 099	373	304
N.R.	985 980	51 165	37 182
	15 402 450	**403 800**	**198 436**
Transaccionados em Bolsa	727 651	0	(1 405)
	16 130 101	**403 800**	**197 031**
Acordos de redução de risco de crédito de derivados		(215 311)	
	16 130 101	**188 489**	**197 031**

Nota: Os valores foram agregados por níveis de *rating* das contrapartes, tomando em conta os *ratings* da dívida senior de médio longo prazo atribuídos pelas agências Moody's, Standard & Poor's e Fitch e vigentes na data de referência. A escolha do *rating* a considerar para uma dada contraparte segue a regra aconselhada pelo Comitê de Basileia (quando há *ratings* divergentes escolher o segundo melhor). Em termos de *mapping* considerou-se uma correspondência perfeita dos níveis atribuídos pelas três agências a partir do topo (Aaa = AAA; Aa1 =AA+; etc). As operações com entidades sem *rating* por estas agências (N.R.) representam sobretudo Clientes sujeitos a *rating* interno.

4.29. Margem financeira

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2002	2001
Juros e proveitos equiparados		
Juros de aplicações		
Instituições de crédito	107 832	155 452
Crédito	838 276	903 658
Títulos	152 233	171 533
Devedores e outras aplicações	808	1 898
Crédito vencido	8 308	6 874
Juros de operações de swap	469 174	418 021
Outros juros e proveitos equiparados	28 226	26 832
	1 604 857	**1 684 268**
Rendimento de títulos	**10 393**	**15 908**
Juros e custos equiparados		
Juros de recursos alheios		
Instituições de crédito	229 953	290 952
Depósitos	258 560	318 376
Débitos representados por títulos	106 485	86 588
Outros recursos	898	6 882
Juros de capitais próprios e equiparados	28 808	34 758
Contribuições para o Fundo de Garantia de Depósitos	2 331	1 692
Juros de operações de swap	460 975	424 298
Outros juros e custos equiparados	39 647	41 066
	1 127 657	**1 204 612**

4.30. Comissões líquidas

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2002	2001
Comissões recebidas		
Por garantias prestadas	22 679	19 444
Por compromissos perante terceiros	4 886	5 720
Por serviços bancários prestados	143 003	144 661
Por operações de factoring	2 966	3 169
Por operações realizadas por conta de terceiros	14 517	15 525
Outras	19 013	21 583
	207 064	**210 102**
Comissões pagas		
Por serviços bancários de terceiros	12 869	10 226
Por operações realizadas por terceiros	7 882	5 640
Outras	1 224	1 365
	21 975	**17 231**

4.31. Lucros líquidos em operações financeiras

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2002	2001
Lucros em operações financeiras		
Lucros e diferenças de reavaliação na posição cambial	194 933	134 790
Lucros e diferenças de reavaliação em aplicações	330 351	324 753
Diferenças de reavaliação em recursos alheios	236 309	185 381
Lucros em operações extrapatrimoniais	48 285	18 101
Outros lucros e proveitos	204 128	395 649
	1 014 006	**1 058 674**
Prejuízos em operações financeiras		
Prejuízos e diferenças de reavaliação na posição cambial	196 761	133 968
Prejuízos e diferenças de reavaliação em aplicações	291 051	296 336
Diferenças de reavaliação em recursos alheios	277 904	185 475
Custos em operações extrapatrimoniais	52 382	14 045
Outros custos e prejuízos	176 360	388 219
	994 458	**1 018 043**

Em 31 de Dezembro de 2002, os lucros em operações extrapatrimoniais incluem 20 127 m. euros relativos a prémios recebidos pela amortização antecipada e pela renegociação das condições de *swaps*.

Em 31 de Dezembro de 2002, as rubricas OUTROS LUCROS E PROVEITOS e OUTROS CUSTOS E PREJUÍZOS incluem, respectivamente, 96 125 m. euros e 96 047 m. euros associados às operações Capital Seguro e Risco Limitado.

4.32. Custos com o pessoal

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2002	2001
Remuneração dos órgãos de gestão e fiscalização	8 317	9 068
Remuneração de empregados	209 810	212 443
Encargos sociais		
Obrigatórios	59 858	58 840
Facultativos	2 790	2 857
Outros custos com o pessoal	4 886	5 069
	285 661	**288 277**

Em 31 de Dezembro de 2002 e 2001, a rubrica CUSTOS COM PESSOAL inclui a totalidade dos custos relativos à atribuição de remunerações variáveis, nomeadamente os custos da aplicação, nos exercícios de 2002 e 2001, do programa RVA – Remuneração Variável em Acções. Este programa integra-se no sistema de remuneração e incentivo em acções contemplando duas modalidades – atribuição de acções e opções sobre acções – e abrangendo os Administradores Executivos e os Colaboradores do Grupo BPI cuja remuneração variável seja igual ou superior a 2 500 euros (nota.2.5).

4.33. Outros proveitos e custos de exploração

Estas rubricas têm a seguinte composição:

	2002	2001
Outros proveitos e lucros		
Rendimento de imóveis	1 118	1 209
Remuneração pelo exercício de cargos sociais	16	19
Prestação de serviços diversos	9 352	1 706
Reembolso de despesas	28 956	27 552
Mais-valias em bens de locação financeira	942	781
Recuperação de créditos e juros vencidos	14 678	18 855
Outros	13 225	12 615
	68 287	**62 737**
Outros custos e prejuízos		
Quotizações e donativos	2 784	2 170
Remuneração de títulos de participação	140	140
Menos-valias em bens de locação financeira	804	1 778
Outros	4 158	4 017
	7 886	**8 105**

4.34. Ganhos e perdas extraordinários

Estas rubricas têm a seguinte composição:

	2002	2001
Ganhos extraordinários		
Mais-valias realizadas na venda de valores imobilizados	24 923	8 144
Indemnizações por incumprimento de contratos	96	115
Outros ganhos relativos a exercícios anteriores	16 689	74 056
Outros ganhos extraordinários	1 530	2 181
	43 238	**84 496**
Perdas extraordinárias		
Menos-valias realizadas na venda de valores imobilizados	3 942	278
Outras perdas em valores imobilizados	2 421	296
Multas e outras penalidades legais	112	118
Prejuízos por roubo, extravio e falsificação de valores	363	151
Indemnizações por incumprimento de contratos	32	5
Perdas relativas a exercícios anteriores	20 858	69 940
Outras perdas extraordinárias	20 834	8 672
	48 562	**79 460**

Em 31 de Dezembro de 2002, a rubrica MAIS VALIAS REALIZADAS NA VENDA DE VALORES IMOBILIZADOS inclui 12 107 m. euros relativos a ganhos na venda da participação do Grupo BPI na Brisa e 9 892 m. euros relativos a ganhos na venda da participação do Grupo BPI na BVLP.

Em 31 de Dezembro de 2001, as rubricas OUTROS GANHOS RELATIVOS A EXERCÍCIOS ANTERIORES e PERDAS RELATIVAS A EXERCÍCIOS ANTERIORES incluem 64 024 m. euros e 64 479 m. euros, respectivamente, relativos à reavaliação das componentes de operações Capital Seguro.

Em 31 de Dezembro de 2002 e 2001, as rubricas PERDAS e GANHOS EXTRAORDINÁRIOS incluem 19 036 m. euros e 4 569 m. euros de custos relativos à cobertura de responsabilidades por pensões de reforma e sobrevivência (nota 4.20). Em 31 de Dezembro de 2002 e 2001, a rubrica OUTRAS PERDAS EXTRAORDINÁRIAS inclui ainda 12 978. m. euros e 4 456 m. euros, respectivamente, relativos a outros custos relacionados com reformas antecipadas realizadas em 2002 e em 2001.

4.35. Impostos sobre os lucros

A carga fiscal, medida pela relação entre a dotação para impostos sobre os lucros e o lucro do exercício antes daquela dotação, foi a seguinte:

	2002	2001
Impostos sobre os lucros	44 743	59 630
Lucro do período antes de impostos[1]	186 729	195 679
Carga fiscal	24.0%	30.5%

1) Considera o lucro antes de impostos adicionado dos interesses minoritários e deduzido dos resultados de filiais excluídas da consolidação.

Nos exercícios de 2002 e 2001, os lucros gerados pelas Sucursais Financeiras Exteriores do Grupo e isentos de tributação foram:

	2002	2001
Sucursal Financeira Exterior do Funchal	7 836	15 338
Sucursal Financeira Exterior de Sta. Maria	2 821	16 407

Em 31 de Dezembro de 2002, os prejuízos fiscais reportáveis do Banco BPI eram de 43 845 m. euros.

4.36. Lucro consolidado

A formação do lucro consolidado nos exercícios de 2002 e 2001 foi a seguinte:

	2002	2001
Resultado contabilístico (não consolidado) do Banco BPI[1]	118 018	124 682
Resultado contabilístico (não consolidado) do BPI Investimentos	11 174	(479)
Resultado contabilístico (não consolidado) do Banco de Fomento S.A.R.L. (Moçambique)	4 347	2 855
Resultado contabilístico (não consolidado) do Banco de Fomento S.A.R.L. (Angola)[2]	11 205	
Resultado contabilístico (não consolidado) do Banc Post	848	1 208
Contribuição das filiais e associadas do Banco BPI (excluindo os Bancos) para o lucro consolidado	20 172	28 185
Resultados gerados pela recuperação de ajustamentos considerados no goodwill pago na aquisição do BFE, associados a:		
– Mais valias potenciais na carteira de títulos		(293)
– Provisões diversas	132	925
Reversão dos custos com a amortização de reformas no Banco BPI, já amortizadas por reservas no consolidado	14 685	14 696
Resultados gerados pela recuperação de ajustamentos considerados no goodwill pago na aquisição do Universo Banco Directo		33
Anulação de dividendos	(41 204)	(55 700)
Reconhecimento e anulação de mais e menos valias geradas entre empresas do Grupo	(761)	44 088
Outros ajustamentos de consolidação	1 453	(26 917)
	140 069	**133 283**

1) Os resultados indicados incluem os resultados das sociedades que, em 31 de Dezembro de 2002, se encontram integradas no Banco BPI.

2) O resultado indicado para o Banco de Fomento, S.A.R.L. (Angola) corresponde à actividade desenvolvida no segundo semestre de 2002; os resultados correspondentes à actividade desenvolvida em 2001 e no primeiro semestre de 2002 estão incluídos no resultado do Banco BPI.

Nos exercícios de 2002 e 2001, a contribuição do Banco BPI e das empresas suas filiais e associadas para o resultado consolidado é a seguinte:

	2002		2001	
	Montante	%	Montante	%
Bancos				
Banco BPI, S.A.[1, 2]	110 489	78.9	107 295	80.5
Banco Português de Investimento, S.A.[1,3]	(3 220)	(2.2)	(4 972)	(3.7)
Banco de Fomento S.A.R.L. (Moçambique)[1]	2 274	1.6	510	0.4
Banco de Fomento S.A.R.L. (Angola)[1]	10 539	7.5		
Banco Post S.A.[1]	(330)	(0.2)	3 348	2.5
Crédito especializado				
BPI Locação de Equipamentos, Lda.	15	0.0	(18)	0.0
BPI Rent – Comércio e Aluguer de Bens, Lda.	318	0.2	909	0.7
Eurolocação – Comércio e Aluguer de Veículos e Equipamentos, S.A.	57	0.0	12	0.0
Gestão de activos e corretagem				
BPI Dealer – Sociedade Financeira de Corretagem, S.A.[3]		0.0	1 529	1.1
BPI Dealer – Sociedade Financeira de Corretagem (Moçambique), S.A.R.L.[1]	(13)	0.0	(29)	0.0
BPI Fundos – Gestão de Fundos de Investimento Mobiliários, S.A.	12 643	9.0	12 380	9.3
BPI – Global Investment Fund Management Company, S.A.	812	0.6	1 239	0.9
BPI Pensões – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A.	1 983	1.4	2 358	1.8
Sofinac – Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Imobiliário, S.A.	193	0.1	116	0.1
BPI (Suisse), S.A.[1]	(353)	(0.2)		
Capital de risco / desenvolvimento				
F. Turismo – Capital de Risco, S.A.	52	0.0	29	0.0
Inter-Risco – Sociedade de Capital de Risco, S.A.[1]	(1 299)	(0.9)	(1 655)	(1.2)
Solo – Investimentos em Comunicação, SGPS, S.A.	(10)	0.0	(1)	0.0
Seguros				
BPI Vida – Companhia de Seguros de Vida, S.A.	2 407	1.7	1 502	1.1
Cosec – Companhia de Seguros de Crédito, S.A.	750	0.5	1 035	0.8
Companhia de Seguros Allianz Portugal, S.A.	(808)	(0.6)	2 536	1.9
Outros				
BPI, Inc.[1]	(12)	0.0	17	0.0
BPI Madeira, SGPS, Unipessoal, S.A.	(2)	0.0		
CrediUniverso – Serviços de Marketing, S.A.	201	0.1	116	0.1
Douro SGPS, S.A.	(54)	0.0	1 797	1.3
Finangeste – Empresa Financeira de Gestão e Desenvolvimento, S.A.	425	0.3	422	0.3
Promática – Sociedade de Informação e Organização de Empresas, S.A.	229	0.2	216	0.2
Simofer – Sociedade de Empreendimentos Imobiliários e Construção Civil, Lda.	(20)	0.0	(218)	(0.2)
Digitmarket – Serviços de Informação, S.A.[1]	(595)	(0.4)	(1 233)	(0.9)
Viacer – Sociedade Gestora de Participações Sociais, Lda.	3 398	2.4	4 043	3.0
	140 069	**100.0**	**133 283**	**100.0**

1) Lucro ajustado.
2) Em 2001, o resultado indicado para o Banco BPI corresponde à soma dos contributos do BPI SGPS, Banco BPI, BPI Ventures SGPS, Dixit SGPS, Estratégia SGPS, BPI Leasing e BPI Factor.
3) Em 2002, o Banco Português de Investimento incorporou, por fusão, a BPI Dealer.

Os resultados gerados pelas sociedades extintas no âmbito do processo de reestruturação concretizado em 20 de Dezembro de 2002 são os seguintes:

	2002[1]	2001
Banco BPI, S.A.	69 920	107 755
BPI Leasing	6 156	6 794
BPI Factor	2 285	1 894
BPI Ventures	(7 181)	(39 770)
Dixit SGPS / BPI Sfac	(74)	(178)
Estratégia SGPS	196	474

1) Até 20 de Dezembro de 2002.

4.37. Efectivos

Nos exercícios de 2002 e 2001, o número de efectivos[1], em média e no final do período, eram os seguintes:

	2002		2001	
	Média do período	Final do período	Média do período	Final do período
Administradores	17	14	18	18
Quadros superiores	545	504	557	571
Outros quadros	3 220	3 177	3 325	3 293
Outros Colaboradores	3 870	3 685	4 105	3 951
	7 652	**7 380**	**8 005**	**7 833**

1) Efectivos das empresas do Grupo consolidadas pelo método da integração global. Inclui os efectivos ao serviço das Sucursais do Banco BPI no exterior.

4.38. Crédito aos membros do Conselho de Administração do Banco BPI

De acordo com a política definida, os membros da Comissão Executiva do Conselho de Administração do Banco BPI beneficiam do Regime de Concessão de Crédito Bonificado à Habitação em vigor nos Bancos para todos os seus Colaboradores. Deste modo, em 31 de Dezembro de 2002, o saldo global do crédito hipotecário concedido aos elementos da Comissão Executiva do Conselho de Administração por Bancos do Grupo com vista à aquisição de habitação própria ascendia a 1 025 m. euros.

Certificação legal das contas e relatório de auditoria

MAGALHÃES, NEVES E ASSOCIADOS

Sociedade de Revisores Oficiais de Contas
Inscrição n.º 95
Registo na CMVM n.º 223
NIPC 502 558 610

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS E RELATÓRIO DE AUDITORIA
CONTAS CONSOLIDADAS

(Montantes expressos em milhares de euros – m. euros)

Introdução

1. Nos termos da legislação aplicável, apresentamos a Certificação Legal das Contas e Relatório de Auditoria sobre a informação financeira consolidada contida no Relatório de Gestão e as demonstrações financeiras consolidadas anexas do exercício de 2002 do Banco BPI, S.A. (anteriormente denominado BPI – SGPS, S.A., tendo o seu objecto e denominação social sido alterados em 20 de Dezembro de 2002 – nota 1), as quais compreendem o Balanço consolidado em 31 de Dezembro de 2002 que evidencia um total de 25 669 074 m. euros e capitais próprios de 1 168 875 m. euros, incluindo um resultado líquido de 140 069 m. euros, as demonstrações consolidadas dos resultados por naturezas e por funções e a demonstração consolidada dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data e as correspondentes notas.

Responsabilidades

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração do Banco BPI, S.A. (Banco): (i) a preparação de demonstrações financeiras consolidadas que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira do conjunto das empresas incluídas na consolidação, o resultado consolidado das suas operações e os seus fluxos consolidados de caixa; (ii) que a informação financeira histórica seja preparada de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites e que seja completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita, conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários; (iii) a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de sistemas de controlo interno apropriados; (iv) a informação de qualquer facto relevante que tenha influenciado a actividade do conjunto das empresas incluídas na consolidação, a sua posição financeira ou os seus resultados.

3. A nossa responsabilidade consiste em examinar a informação financeira contida nos documentos de prestação de contas acima referidos, incluindo a verificação se, para os aspectos materialmente relevantes, é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita, conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários, competindo-nos emitir um relatório profissional e independente baseado no nosso exame.

Âmbito

4. O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão / Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas estão isentas de distorções materialmente relevantes. Este exame incluiu a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e informações divulgadas nas demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação. Este exame incluiu, igualmente, a verificação das operações de consolidação, da aplicação do método da equivalência patrimonial e de terem sido apropriadamente examinadas as demonstrações financeiras das empresas incluídas na consolidação, a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas, a sua aplicação uniforme e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias, a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade das operações, a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras consolidadas, e a apreciação, para os aspectos materialmente relevantes, se a informação financeira é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita. O nosso exame abrangeu ainda a verificação da concordância da informação financeira consolidada constante do Relatório de Gestão com os restantes documentos de prestação de contas consolidadas. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

Sede em Lisboa:	Amoreiras – Torre 1 – 7.º – 1070-101 Lisboa	Telefone 21 387 00 15
Escritório no Porto:	Av. da Boavista, 3523 – 1.º – 4100-139 Porto	Telefone 22 610 11 79

Opinião

5. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas referidas no parágrafo 1 acima apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira consolidada do Banco BPI, S.A. em 31 de Dezembro de 2002, o resultado consolidado das suas operações e os seus fluxos consolidados de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal para o sector bancário, os quais, excepto para a alteração descrita no parágrafo 6 abaixo, foram aplicados de forma consistente face ao exercício anterior, e a informação financeira nelas constante é, nos termos das definições incluídas nas Directrizes mencionadas no parágrafo 4 acima, completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita.

Ênfases

6. Conforme descrito em maior detalhe na nota 2.4, no exercício de 2002 o Banco de Portugal, através do seu Aviso n.º 4 / 2002, de 25 de Junho, introduziu uma nova metodologia de determinação das menos-valias potenciais na carteira de participações financeiras e respectivo provisionamento, tendo estabelecido um regime transitório de registo gradual das provisões ao longo de um período de cinco anos, aplicável ao conjunto de participações financeiras em carteira em 31 de Dezembro de 2001. As provisões constituídas em 2002 ao abrigo do novo regime ascenderam a 21 616 m. euros, tendo 19 000 m. euros sido registados por contrapartida de reservas, nos termos das disposições transitórias previstas no Aviso acima referido (notas 3.2, 4.25 e 4.27).

7. As demonstrações financeiras consolidadas relativas ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2001 são apresentadas pelo Banco de forma a dar cumprimento aos requisitos de publicação de contas. Estas demonstrações financeiras foram por nós examinadas e a nossa opinião sobre as mesmas, expressa no nosso relatório datado de 28 de Fevereiro de 2002, incluía uma ênfase sobre as alterações na metodologia de cálculo e registo contabilístico das responsabilidades com pensões de reforma, na sequência da entrada em vigor do Aviso n.º 12 / 2001, de 23 de Novembro, do Banco de Portugal (notas 2.12, 4.13, 4.20 e 4.28) e sobre a amortização de despesas com custo diferido relativas a responsabilidades com reformas antecipadas, efectuada por contrapartida de reservas (notas 2 e 4.25).

Porto, 28 de Fevereiro de 2003

Augusta Francisco

Magalhães, Neves e Associados – SROC
Representada por Maria Augusta Cardador Francisco

Relatório dos Auditores

Deloitte & Touche

Aos Exmos. Senhores Accionistas do
Banco BPI, S.A.

(Montantes expressos em milhares de euros – m. euros)

1. Auditámos as demonstrações financeiras consolidadas anexas do Banco BPI, S.A. (anteriormente denominado BPI – SGPS, S.A., tendo o seu objecto e denominação social sido alterados em 20 de Dezembro de 2002 – nota 1), as quais compreendem o balanço consolidado em 31 de Dezembro de 2002, as demonstrações consolidadas dos resultados por naturezas e por funções e a demonstração consolidada dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data e as correspondentes notas. Estas demonstrações financeiras consolidadas são da responsabilidade do Conselho de Administração do Banco BPI, S.A. (Banco). A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada na nossa auditoria daquelas demonstrações financeiras consolidadas.

2. A nossa auditoria foi efectuada de acordo com as normas de auditoria geralmente aceites em Portugal, as quais exigem que seja planeada e executada com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Esta auditoria incluiu a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e informações divulgadas nas demonstrações financeiras consolidadas e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação. Esta auditoria incluiu igualmente, a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias, a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade das operações e a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras consolidadas. Entendemos que a auditoria efectuada proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

3. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas referidas no parágrafo 1 acima apresentam de forma apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira consolidada do Banco BPI, S.A. em 31 de Dezembro de 2002, bem como o resultado consolidado das suas operações e os seus fluxos consolidados de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal para o sector bancário, os quais, excepto para a alteração descrita no parágrafo 4 abaixo, foram aplicados de forma consistente face ao exercício anterior.

4. Conforme descrito em maior detalhe na nota 2.4, no exercício de 2002 o Banco de Portugal, através do seu Aviso n.º 4 / 2002, de 25 de Junho, introduziu uma nova metodologia de determinação das menos-valias potenciais na carteira de participações financeiras e respectivo provisionamento, tendo estabelecido um regime transitório de registo gradual das provisões ao longo de um período de cinco anos, aplicável ao conjunto de participações financeiras em carteira em 31 de Dezembro de 2001. As provisões constituídas em 2002 ao abrigo do novo regime ascenderam a 21 616 m. euros, tendo 19 000 m. euros sido registados por contrapartida de reservas, nos termos das disposições transitórias previstas no Aviso acima referido (notas 3.2, 4.25 e 4.27).

5. As demonstrações financeiras consolidadas relativas ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2001 são apresentadas pelo Banco de forma a dar cumprimento aos requisitos de publicação de contas. O relatório de auditoria sobre estas demonstrações financeiras, datado de 28 de Fevereiro de 2002, incluía uma ênfase sobre as alterações na metodologia de cálculo e registo contabilístico das responsabilidades com pensões de reforma, na sequência da entrada em vigor do Aviso n.º 12 / 2001, de 23 de Novembro, do Banco de Portugal (notas 2.12, 4.13, 4.20 e 4.28) e sobre a amortização de despesas com custo diferido relativas a responsabilidades com reformas antecipadas, efectuada por contrapartida de reservas (notas 2 e 4.25).

Porto, 28 de Fevereiro de 2003

Deloitte & Touche

Relatório e parecer do Conselho Fiscal

RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL
CONTAS CONSOLIDADAS

Aos Accionistas do
Banco BPI, S.A.

Em conformidade com a legislação em vigor e o mandato que nos foi conferido, vimos submeter à vossa apreciação o nosso Relatório e Parecer que abrange a actividade por nós desenvolvida e os documentos consolidados de prestação de contas do Banco BPI, S.A. (anteriormente denominado BPI – SGPS, S.A., tendo o seu objecto e denominação social sido alterados em 20 de Dezembro de 2002) relativos ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2002, os quais são da responsabilidade do Conselho de Administração.

Ao longo do exercício de 2002 acompanhámos a evolução da actividade e os negócios do Banco BPI, S.A. e das principais empresas participadas, a regularidade dos seus registos contabilísticos e o cumprimento dos estatutos em vigor, tendo recebido do Conselho de Administração, dos diversos serviços do Banco e dos órgãos sociais e serviços das principais empresas participadas, as informações e esclarecimentos solicitados.

No âmbito das nossas funções examinámos o balanço consolidado em 31 de Dezembro de 2002, as demonstrações consolidadas de resultados por naturezas e por funções e dos fluxos de caixa e as respectivas notas anexas, bem como o Relatório de Gestão, preparado pelo Conselho de Administração, para o exercício findo naquela data. Adicionalmente, analisámos a Certificação Legal das Contas e Relatório de Auditoria, elaborado pelo Revisor Oficial de Contas vogal deste Conselho, o qual mereceu o nosso acordo.

Face ao exposto, somos de opinião que, após considerado o assunto descrito no parágrafo 6 da Certificação Legal das Contas e Relatório de Auditoria, as demonstrações financeiras consolidadas supra referidas e o Relatório de Gestão, bem como a proposta nele expressa, estão de acordo com as disposições contabilísticas e estatutárias aplicáveis, pelo que poderão ser aprovados em Assembleia Geral de Accionistas.

Desejamos ainda manifestar ao Conselho de Administração e aos serviços do Banco BPI, S.A. o nosso apreço pela colaboração prestada.

Porto, 28 de Fevereiro de 2003

Jorge Figueiredo Dias
Presidente

José Ferreira Amorim
Vogal

Magalhães, Neves e Associados – SROC
Representada por Maria Augusta Cardador Francisco
Vogal

Anexos

Pontos no Relatório sobre o Governo do Grupo BPI e capítulos do Relatório de Gestão onde é possível encontrar informação correspondente ao esquema de Relatório constante no Regulamento da CMVM N.º 07 / 2001 – Governo das Sociedades Cotadas e no documento «Recomendações da CMVM sobre o Governo das Sociedades Cotadas – Dezembro 2001»

	Pontos no Relatório sobre o Governo do Grupo BPI	Capítulo do Relatório de Gestão
I – Divulgação de Informação	2.1, 2.2, 3.2, 8.1, 8.2, 8.3, 9.1 e 9.2	«Acções BPI»
II – Exercício do direito de voto e de representação de accionistas	5.1, 5.2, 5.3, 5.4 e 5.5	
III – Regras societárias	2.2.4, 4.1, 4.2 e 7.1	«Gestão de riscos»
IV – Órgão de Administração	2.2.3, 2.2.4, 2.2.6, 2.2.7, 3.1, 3.2 e Apêndice	
V – Investidores Institucionais	6.1	

Relatório sobre o Governo do Grupo BPI

1. Reorganização do Grupo BPI

1.1. Reorganização societária 202

1.2. Reorganização da gestão 203

2. Estrutura, repartição de competências e funcionamento dos principais órgãos de gestão e controlo do Grupo BPI

2.1. Estrutura principal do governo e fiscalização do Grupo 204

2.2. Assembleia Geral e principais órgãos de gestão e de fiscalização do Grupo 205

2.2.1. Assembleia Geral 205

2.2.2. Conselho Fiscal 206

2.2.3. Conselho de Administração 206

2.2.4. Comité de Controlo Interno 208

2.2.5. Comissão de Remunerações 209

2.2.6. Comissão Executiva 209

2.2.7. Administração do Banco Português de Investimento 211

2.2.8. Organograma funcional do Grupo 212

3. Remuneração

3.1. Remuneração dos membros do Conselho de Administração do Banco BPI e do Banco Português de Investimento 214

3.2. Programa de remuneração variável em acções (RVA) 214

4. Controlo accionista e transmissibilidade das acções

4.1. Controlo accionista 217

4.2. Acordos parassociais relativos ao exercício de direitos sociais ou relativos à transmissibilidade de acções 217

5. Exercício do direito de voto e representação de Accionistas

5.1. Promoção do exercício do direito de voto 217

5.2. Atribuição do direito de voto 218

5.3. Procedimentos relativos à representação 218

5.4. Procedimentos relativos ao voto por correspondência 218

5.5. Voto por correspondência electrónica 218

6. Investidores institucionais

6.1. Exercício diligente, eficiente e crítico dos direitos sociais 218

7. Ética e deontologia

7.1. Salvaguarda de situações de conflito de interesses, violação do sigilo profissional e respeito por normas de natureza ética e deontológica 218

8. Comunicação com o mercado

8.1. Direcção de Relações com os Investidores 219

8.2. Representante para as relações com o mercado 220

8.3. Utilização das novas tecnologias de informação na divulgação de informação financeira e dos documentos preparatórios das reuniões da Assembleia Geral 220

9. Evolução em bolsa da acção Banco BPI e política de dividendos

9.1. Evolução em bolsa da acção Banco BPI 221

9.2. Política de dividendos 221

10. Apêndice

10.1. Outros cargos de Administração ou de fiscalização em sociedades desempenhados pelos membros Conselho de Administração do Banco BPI 222

RELATÓRIO SOBRE O GOVERNO DO GRUPO BPI

1. REORGANIZAÇÃO DO GRUPO BPI

1.1. Reorganização societária

O peso determinante do Banco BPI nas actividades do Grupo, a revisão do quadro fiscal das SGPS – que resultou numa tributação mais penalizadora – e a necessidade de melhorar a capacidade de resposta do Grupo BPI aos desafios de um mercado cada vez mais competitivo determinaram um significativo processo de reorganização interna. Concluído no final de 2002, este deu origem a alterações importantes nas estruturas societária, organizativa e de governo do Grupo.

Estas alterações visaram, fundamentalmente, os seguintes objectivos:

- ☐ simplificar a estrutura jurídica do Grupo, tornando-a mais facilmente compreensível pelo mercado;
- ☐ aperfeiçoar o modelo de governo do Grupo;
- ☐ dotar o BPI de uma organização mais flexível;
- ☐ optimizar a alocação dos recursos humanos;
- ☐ reduzir os custos de funcionamento.

A reorganização realizada envolveu, como principal e mais visível alteração, a incorporação por fusão, do Banco BPI no ▷ BPI SGPS e simultânea alteração do objecto social deste último para o exercício da actividade bancária e a da sua designação para "Banco BPI". O Grupo BPI deixou, deste modo, de ser encabeçado por uma sociedade gestora de participações sociais (SGPS) e tem agora no topo da estrutura o Banco Comercial – Banco BPI. Em conformidade com aquele estatuto, o Banco BPI tornou-se na sociedade do Grupo BPI com cotação na Euronext e tornou-se na entidade responsável pelo comando estratégico do Grupo.

O programa de reorganização caracterizou-se, ainda, pela concentração das actividades típicas de banca comercial e de banca de investimento no Banco BPI e no Banco Português de Investimento, respectivamente. No que se refere à banca comercial, as áreas de *Leasing* e *Factoring* foram, por este motivo, integradas na estrutura do Banco BPI, com a consequente extinção das sociedades que até então exerciam estas actividades: a BPI Leasing e a BPI Factor. Os produtos das restantes sociedades de crédito especializado – BPI Rent, Eurolocação e BPI Locação de Equipamentos – foram integrados na oferta comercial do Banco BPI, pelo que a existência autónoma destas sociedades se manterá até ao momento em que expirem os contratos que actualmente as vinculam.

ESTRUTURA DO GRUPO BPI EM 31 DE DEZEMBRO DE 2002 (após reorganização)

Banca Comercial doméstica e participações financeiras

Banco BPI

Banca de Investimento	Banca Comercial no estrangeiro	Gestão de Activos	Private Equity	Seguros
Banco Português de Investimento 100%	Banco BPI Cayman 100%	BPI Fundos 100%	Inter-risco 84%	Allianz Portugal 35%
	Banco de Fomento Angola 100%	BPI Pensões 100%		Cosec 50%
	Banco de Fomento Moçambique 100%	BPI Vida 100%		

Quanto à banca de investimento, importa destacar a integração da actividade de corretagem, já que a BPI Dealer foi incorporada, por fusão, no Banco Português de Investimento. É ainda importante destacar que algumas actividades próprias da banca comercial, até então exercidas pelo Banco de Investimento, passaram a ser assumidas pelo Banco BPI.

A área de *Private Equity* foi igualmente abrangida no processo de reorganização: a BPI Ventures – sociedade cujo objecto social previa a gestão de participações com natureza de capital de desenvolvimento – foi incorporada no BPI SGPS (actual Banco BPI), à semelhança do que havia sucedido em Agosto de 2001 com as sociedades BPI Participações, BPI Private Equity e BPI Capital. O Banco BPI passou, deste modo, a concentrar todas as participações de *private equity*, exceptuando aquelas que estão afectas à Inter-Risco. O enquadramento legal (sociedade de capital de risco) e a circunstância operacional (parceria com o IAPMEI) muito específicos desta sociedade levaram à manutenção da respectiva autonomia jurídica.

1.2. Reorganização da gestão

A alteração da arquitectura societária do Grupo e, em particular, a fusão do BPI SGPS e do Banco BPI numa única entidade levaram a um reajustamento da estrutura da gestão de topo. A Comissão Executiva do Conselho de Administração do Banco BPI é responsável pela condução dos negócios do Grupo BPI e desdobra-se em quatro comissões executivas especializadas que reúnem semanalmente: banca comercial, banca de investimento, riscos de crédito e riscos de mercado. As comissões executivas da banca comercial, de riscos de crédito e de riscos de mercado são compostas não só pelos membros da comissão executiva do Banco BPI, mas também pelos directores centrais e outros elementos que ocupam cargos de alta direcção nos assuntos em discussão, o que contribui para aprofundar o grau de reflexão e aumentar a qualidade do processo de tomada de decisão.

O Conselho de Administração do Banco de Investimento delega a gestão corrente do banco numa comissão executiva, criada para o efeito. A Comissão Executiva é formada por quatro administradores executivos, participando ainda nas reuniões três directores centrais, dois directores do banco de investimento e o responsável pela área de *Private Equity*. O Conselho de Administração reúne mensalmente.

Por último, importa referir que o processo de reorganização teve um impacto global na arquitectura do Grupo, não tendo sido limitado a uma redefinição da gestão de topo. Na verdade, foram criadas, modificadas e extintas direcções em número substancial, com a consequente redistribuição das áreas de responsabilidade, cargos de direcção e recursos humanos afectos às mesmas.

2. ESTRUTURA, REPARTIÇÃO DE COMPETÊNCIAS E FUNCIONAMENTO DOS PRINCIPAIS ÓRGÃOS DE GESTÃO E CONTROLO DO GRUPO BPI

2.1. Estrutura principal do governo e fiscalização do Grupo

As grandes linhas estratégicas do Grupo BPI são definidas pelo Conselho de Administração do Banco BPI. Tais orientações, periodicamente validadas em Assembleia Geral de Accionistas, são depois implementadas pela Comissão Executiva do Conselho de Administração do Banco BPI, cuja actividade é sistematicamente acompanhada pelo Conselho de Administração.

Com efeito, o Conselho de Administração avalia a evolução do Grupo face ao orçamento, aprecia a respectiva posição relativamente às principais instituições com que concorre no mercado e analisa todos os juízos emitidos por agências de *rating*, por entidades de supervisão e por analistas financeiros sobre a actividade do Grupo BPI. Nas reuniões plenárias – em 2002 realizaram-se seis – são ainda aprovados os resultados trimestrais do Grupo e as respectivas comunicações ao mercado.

A Comissão Executiva do Conselho de Administração do Banco BPI é o órgão executivo responsável pela gestão da actividade do Grupo, e as funções mais relevantes que assume são a alocação de capital, a avaliação da rendibilidade dos principais negócios, a gestão dos riscos financeiros, a decisão e acompanhamento dos riscos de crédito (quando a exposição é superior a 25 milhões de euros), a decisão de investimento ou de desinvestimento nas participações de capital e a definição da política de recursos humanos.

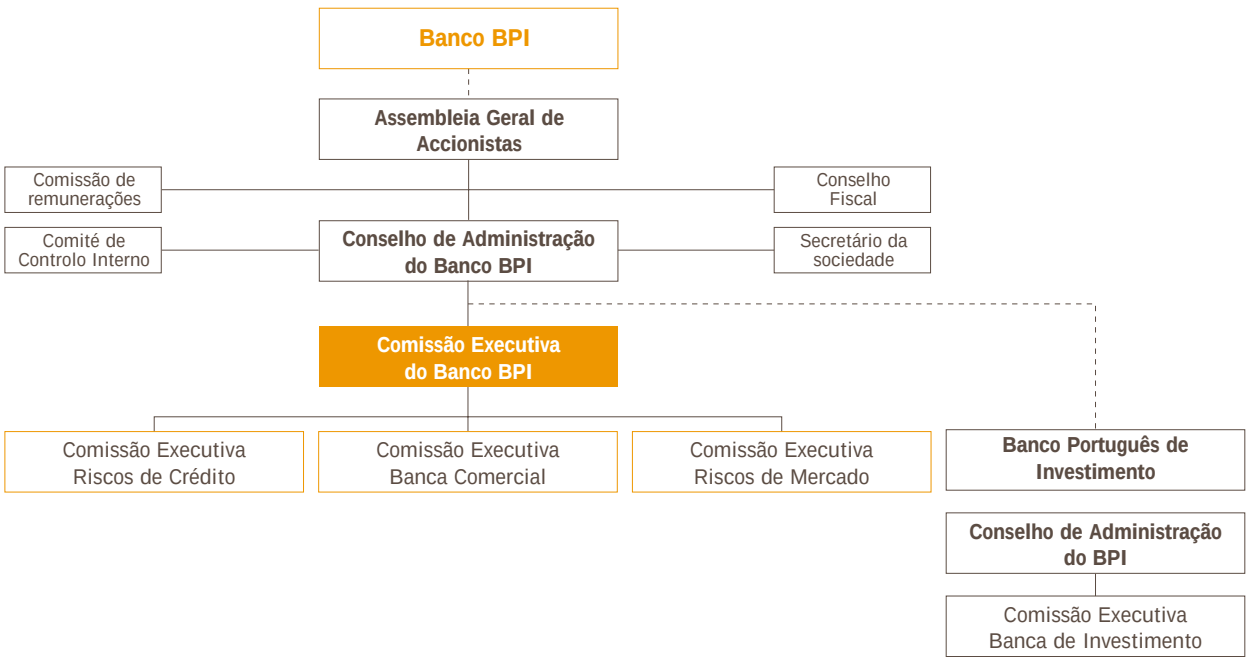
A fim de assegurar um mais estreito acompanhamento de todas as áreas de risco do Grupo BPI, foi criado, em 1999, no âmbito do Conselho de Administração, o Comité de Controlo Interno. Este integra quatro Administradores não executivos, dos quais dois são vice-presidentes do Conselho de Administração, e tem por principais funções a escolha dos auditores externos, fixar os programas anuais para as auditorias internas e externas, acompanhar os procedimentos do sistema de controlo interno dos dois bancos portugueses do Grupo e ter em atenção as áreas cuja actividade dê lugar aos riscos operacionais mais importantes a suportar pelo Grupo BPI.

Ao Conselho Fiscal compete acompanhar toda a actividade do Banco BPI, zelando pela observância da lei e dos estatutos.

A Comissão de Remunerações fixa a remuneração dos titulares dos órgãos sociais do Banco BPI e procede à avaliação dos elementos da Comissão Executiva do Banco BPI e do Conselho de Administração do Banco Português de Investimento com vista à determinação das respectivas remunerações variáveis anuais.

O Secretário da Sociedade, além de desempenhar as funções previstas na lei, é responsável pelas relações com as autoridades de supervisão e fiscalização, nomeadamente, Banco de Portugal, CMVM, Instituto de Seguros de Portugal, Direcção Geral de Impostos e Inspecção de Finanças. Compete ainda ao Secretário do Banco BPI elaborar as actas do Conselho de Administração e da Comissão Executiva, promovendo a circulação das mesmas por todos os membros e assegurando o envio dos documentos de suporte para as reuniões do Conselho de Administração.

ESTRUTURA DO GOVERNO E FISCALIZAÇÃO DO GRUPO BPI



2.2. Assembleia Geral e principais órgãos de gestão e de fiscalização do Grupo

2.2.1. Assembleia Geral

A Assembleia Geral (AG) do Banco BPI é o órgão social que reúne todos os Accionistas com direito a voto, ou seja, todos os titulares de, pelo menos, mil acções do Banco BPI. Os accionistas que não possuam esta quantidade de acções podem agrupar-se, por forma a perfazê-la, e adquirir assim direito de voto. Os accionistas dispõem de três formas de participação na AG: presencial, mediante representação (por outros accionistas ou terceiros), ou por correspondência.

Por disposição estatutária, não são considerados os votos emitidos por um só accionista, em nome próprio ou como representante de outro ou de outros, que excedam em doze e meio por cento a totalidade dos votos correspondentes ao capital social.

Cabe à Assembleia Geral:

- ☐ apreciar a gestão e fiscalização da Sociedade;
- ☐ eleger os membros do Conselho de Administração, do Conselho Fiscal e da Comissão de Remunerações;
- ☐ apreciar o relatório do Conselho de Administração, discutir e votar o balanço e contas consolidadas e individuais, assim como o parecer do Conselho Fiscal;
- ☐ deliberar sobre a aplicação dos resultados do exercício, os aumentos de capital e a emissão de obrigações convertíveis em acções ou com direito a subscrever acções;
- ☐ deliberar sobre alterações aos estatutos.

Mesa da Assembleia Geral

Presidente
Rui Manuel Chancerelle de Machete

Vice-Presidente
Vasco Manuel Airão Marques

Secretários
Galucho – Indústrias Metalomecânicas, S.A.
(Vitalina Justino Antunes)
Produtos Sarcol, Lda. (Estela M. Barbot)

Secretário da Sociedade
Rui de Faria Lélis

Em 2002, a Assembleia Geral reuniu por duas vezes:

a) a 3 de Abril, a Assembleia Geral de Accionistas do BPI SGPS reuniu no Porto, tendo estado presentes ou representados Accionistas detentores de acções correspondentes a 57.2% dos direitos de voto. Foram aprovadas, com 99.8% de votos a favor, as propostas apresentadas relativamente aos seguintes assuntos:

– relatório de Gestão e Contas, individuais e consolidadas, do BPI SGPS (agora Banco BPI) relativas ao exercício de 2001;

– aplicação dos resultados do exercício de 2001, que incluía a distribuição de um dividendo de nove cêntimos a cada uma das 645 625 000 acções representativas do capital social, em 31 de Dezembro de 2001;

– voto de confiança e louvor ao Conselho de Administração e aos restantes órgãos sociais pelo modo como exerceram os respectivos mandatos durante o exercício de 2001;

– eleição dos membros dos órgãos sociais para o mandato de 2002 / 2004;

– aumento do capital da sociedade de 645 625 000 para 760 000 000 euros, por entrada de numerário e mediante a emissão de 114 375 000 acções reservadas aos Accionistas, ao preço de 1.75 euros por acção;

– aquisição e alienação de acções próprias, destinadas designadamente ao programa de remuneração variável em acções e opções – RVA – para Colaboradores e Administradores com funções executivas.

b) a 8 de Novembro, a Assembleia Geral de Accionistas do BPI SGPS voltou a reunir no Porto, tendo comparecido ou tendo-se feito representar por Accionistas detentores de acções correspondentes a 60.4% dos direitos de voto. A Assembleia Geral aprovou, por unanimidade, as propostas apresentadas relativas aos:

– projecto de incorporação, por fusão, da BPI Ventures, SGPS, S.A., e da Dixit – Investimentos Estratégicos, S.A., no BPI SGPS, S.A.;

– projecto de cisão do Banco Português de Investimento, S.A., na modalidade de cisão-fusão, envolvendo o destaque de elementos do respectivo património para o BPI SGPS, S.A., cisão que, nos termos do respectivo projecto, envolveu igualmente a redução do capital social do Banco Português de Investimento, S.A. de 175 180 000 para 20 000 000 de euros e a correspondente alteração do artigo 4.º dos estatutos daquela sociedade cindida;

– projecto de fusão por incorporação do Banco BPI, S.A., no

BPI SGPS, S.A., e sobre a alteração dos artigos 1.º, firma (mudança do nome BPI SGPS para Banco BPI); 3.º, objecto social (banco); e 8.º, contrato de sociedade do BPI SGPS, S.A., a fim de possibilitar a esta sociedade a emissão de *warrants* autónomos;

– projecto de fusão por incorporação do BPI Factor – Sociedade Portuguesa de Factoring, S.A., do BPI Leasing – Sociedade de Locação Financeira, S.A., e da Estratégia, SGPS, S.A., no BPI SGPS, S.A.

2.2.2. Conselho Fiscal

Compete ao Conselho Fiscal fiscalizar a actividade da Sociedade, observando o cumprimento rigoroso da Lei e dos Estatutos. Nesse sentido, o Conselho Fiscal elabora anualmente um relatório sobre a sua actuação e emite um parecer sobre os documentos de prestação de contas e sobre a proposta de aplicação de resultados, apresentados pelo Conselho de Administração à Assembleia Geral.

Conselho Fiscal

Presidente

Jorge de Figueiredo Dias

Vogais

José Ferreira Amorim

Magalhães, Neves & Associados, SROC (Augusta Francisco)

António Dias & Associados, SROC (suplente) (António Dias)

É obrigatório que um dos membros efectivos e um dos membros suplentes do Conselho Fiscal sejam revisores oficiais de contas (ou sociedades de revisores oficiais de contas).

O Conselho Fiscal reuniu cinco vezes, ao longo de 2002.

2.2.3. Conselho de Administração

O Conselho de Administração do Banco BPI é o órgão social ao qual cabe zelar pelos interesses da Sociedade em geral, e assegurar a gestão dos seus negócios, designadamente através da coordenação, articulação e controlo da actividade das empresas directa ou indirectamente participadas. Cabe ainda ao Conselho de Administração regular o respectivo funcionamento interno, elaborando e aprovando o regulamento do Conselho de Administração e da Comissão Executiva. Estes regulamentos foram revistos pela última vez em 21 de Abril de 1999.

O Conselho é composto por dezanove membros. Destes, doze são administradores não executivos, dos quais dez representam accionistas que detêm 47.1% do capital do Banco BPI e dois são independentes (ou seja, não representam directa ou indirectamente accionistas de referência). Constituem a Comissão Executiva sete administradores executivos que, no seu conjunto, detinham, em 31 de Dezembro de 2002, 0.2% do capital social.

O Conselho de Administração só pode deliberar estando presente ou estando representada a maioria dos seus membros. As decisões são tomadas por maioria absoluta de votos e o Presidente tem voto de qualidade. Qualquer membro do Conselho de Administração pode fazer-se representar por outro membro do Conselho de Administração, mas nenhum poderá representar, em cada reunião, mais de um membro.

Os membros do Conselho de Administração são eleitos por períodos de três anos, sendo sempre possível a sua reeleição.

Composição do Conselho de Administração do Banco BPI

	Conselho de Administração			Comité de Controlo Interno	Comissão de Remunerações
	Comissão Executiva	Administradores não executivos	Administradores não executivos (independentes)		
Presidente					
Artur Santos Silva	Presidente				
Vice-Presidentes					
Carlos da Câmara Pestana		○		○	Presidente[4]
Fernando Ulrich	Vice-Presidente				
Rui Octávio Matos de Carvalho			○	Presidente	
Vogais					
Alfredo Rezende de Almeida		○		○	○[5]
António Domingues	●				
António Farinha Morais[1]	●				
Armando Leite de Pinho		○			○[6]
Fernando Ramirez[2]		○		○	
Isidro Fainé Casas		○			
João Sanguinetti Talone			○		
José Pena do Amaral	●				
Klaus Dührkop		○			
Manuel de Oliveira Violas		○			
Manuel Ferreira da Silva	●				
Maria Celeste Hagatong	●				
Diethart Breipohl[3]		○			
Roberto Egydio Setúbal		○			
Tomaz Jervell		○			

1) Cooptado para preencher a vaga deixada em aberto pela renúncia de António Seruca Salgado, estando em curso o processo de registo junto das entidades competentes.
2) Em representação da Caixa Holding, S.A.
3) Em representação da RAS International, N.V.
4) Em representação da IPI – Itaúsa Portugal, SGPS, S.A.
5) Em representação da Cotesi – Companhia de Têxteis Sintéticos, S.A.
6) Em representação da Arsopi – Indústria Metalúrgica Arlindo Soares de Pinho, S.A.

Compete ao Conselho de Administração do Banco BPI:

- escolher a Comissão Executiva e estar sistematicamente a par da sua actividade;
- aprovar o plano estratégico, bem como o plano e orçamento anual do Grupo BPI, acompanhando, estreitamente, a sua execução;
- aprovar exposições de risco superiores a 15% do capital próprio e manter-se informado a respeito das mesmas;
- apreciar, anualmente, o sistema interno de *rating*, elaborado pelo banco e aplicado a médias e grandes empresas;
- manter-se informado acerca das principais participações financeiras do Grupo BPI;
- deliberar sobre investimentos e parcerias estratégicas, isto é, na área financeira;
- preparar os documentos de prestação de contas e a proposta de aplicação de resultados a apresentar à Assembleia Geral;
- acompanhar a evolução das responsabilidades e dos activos dos fundos de pensões dos Colaboradores do Grupo;
- propor à Assembleia Geral eventuais alterações aos estatutos, aumentos de capital e emissões de obrigações que não sejam da sua competência (obrigações convertíveis em acções e obrigações com direito a subscrever acções);
- deliberar a emissão de obrigações, quando para tal for competente;
- aprovar o código de conduta das sociedades que domina totalmente.

A relação dos cargos desempenhados pelos membros do Conselho de Administração do Banco BPI em empresas do Grupo BPI ou em outras sociedades é apresentada em apêndice a este relatório.

Durante o exercício de 2002, o Conselho de Administração do Banco BPI reuniu seis vezes.

2.2.4. Comité de Controlo Interno

O Comité de Controlo Interno, criado no âmbito do Conselho de Administração e em funcionamento desde 1999, é constituído por quatro administradores não executivos. Tem por objectivo supervisionar a realização de auditorias internas e externas e zelar pelo efectivo cumprimento dos objectivos do sistema de controlo interno.

Comité de Controlo Interno

Presidente

Ruy Octávio Matos de Carvalho

Vogais

Carlos da Câmara Pestana

Alfredo Rezende de Almeida

Caixa Holding, S.A., Sociedad Unipersonal (Fernando Ramirez)

O Comité tem os seguintes objectivos:

- avaliar a eficiência do Grupo no uso dos seus recursos e no estabelecimento de mecanismos de controlo que o protejam de eventuais perdas decorrentes do exercício da sua actividade, nomeadamente, de riscos de crédito, de mercado, de liquidez e do risco operacional nela envolvidos;
- assegurar a integridade, fiabilidade e actualidade da informação contabilística e financeira que alimenta os sistemas de informação de gestão;
- assegurar a conformidade das operações e dos negócios dos bancos do Grupo com os dispositivos legais e outros normativos emitidos pelas autoridades de supervisão, bem como com os regulamentos e a política do Grupo BPI;
- supervisionar a auditoria interna dos Bancos do Grupo, aprovando os planos de actividade dos Auditores Internos e Externos e acompanhando a respectiva execução;
- acompanhar a execução dos programas de auditoria externa e interna, procedendo nomeadamente à avaliação das recomendações de alteração de procedimentos elaboradas pelos auditores externos;
- aprovar o relatório de controlo interno dos dois bancos portugueses do Grupo;
- analisar as provisões económicas da carteira de crédito, as provisões específicas para participações financeiras e a carteira de títulos;

- analisar as ocorrências geradoras de prejuízos resultantes de fraudes de Clientes ou Colaboradores;
- apreciar as exposições a risco de crédito superiores a 5% e inferiores a 15% dos capitais próprios consolidados do Banco BPI;
- apreciar os incumprimentos superiores a 90 dias, relativos a exposições a risco de crédito superiores a 500 mil euros;
- manter-se a par das menos-valias decorrentes da carteira de títulos e participações financeiras;
- acompanhar a situação dos fundos de pensões dos Colaboradores do Grupo BPI;
- analisar as reclamações de Clientes sistematicamente reportadas nos relatórios elaborados pela Direcção de Qualidade.

Por disposição do regulamento do Conselho de Administração, o Comité de Controlo Interno só pode incluir membros sem funções executivas. A independência dos membros deste Comité perante a Comissão Executiva visa assegurar o cumprimento dos objectivos.

Os auditores externos e internos dos bancos do Grupo BPI participam nas reuniões do Comité de Controlo Interno e prestam-lhe directa colaboração.

Assistem, igualmente, e prestam apoio às reuniões do Comité de Controlo Interno os auditores internos e externos, o Presidente do Conselho de Administração, bem como os Administradores e Directores Centrais responsáveis pelas áreas analisadas nas reuniões.

O Comité de Controlo Interno reuniu quatro vezes, ao longo de 2002.

2.2.5. Comissão de Remunerações

A Comissão de Remunerações tem por objectivos fixar a remuneração dos titulares dos órgãos sociais do Banco BPI, definir a política de remunerações e o regime de reforma a aplicar aos membros da Comissão Executiva do Banco BPI e do Conselho de Administração do Banco Português de Investimento.

A Comissão de Remunerações é composta por três accionistas eleitos trienalmente pela Assembleia Geral, os quais, por sua vez, elegem o Presidente, que dispõe de voto de qualidade.

Comissão de Remunerações

Presidente

Itaúsa Portugal – Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A.

Vogais

Cotesi – Companhia de Têxteis Sintéticos, S.A.

Arsopi – Industrias Metalúrgicas Arlindo Soares de Pinho, S.A.

A Comissão de Remunerações reuniu duas vezes, em 2002.

2.2.6. Comissão Executiva

A Comissão Executiva do Banco BPI é o órgão responsável pela gestão global da actividade do Grupo. Todos os membros da Comissão Executiva desempenham um papel activo na gestão corrente do negócio do Grupo, tendo sob sua responsabilidade uma ou mais áreas específicas de negócio, de acordo com o respectivo perfil e com as especializações individuais. Sem prejuízo da maior ou menor concentração de um ou outro elemento numa determinada área, o processo de tomada de decisão em matéria relacionada com a condução estratégica do Grupo desenrola-se de modo colegial.

Comissão Executiva do Banco BPI

Presidente

Artur Santos Silva

Vice-Presidente

Fernando Ulrich

Vogais

António Domingues

José Pena do Amaral

Maria Celeste Hagatong

Manuel Ferreira da Silva

António Farinha Morais

Principais responsabilidades da Comissão Executiva do Banco BPI

- ☐ alocação de capital e avaliação da rendibilidade dos principais negócios do Grupo;
- ☐ gestão dos riscos de mercado;
- ☐ decisão e acompanhamento dos riscos de crédito;
- ☐ decisão de investimento ou desinvestimento em participações de capital;
- ☐ definição da política de Recursos Humanos e acompanhamento da sua execução;
- ☐ avaliação da alta direcção do Grupo BPI;
- ☐ poder disciplinar sobre os Colaboradores do Grupo BPI.

São ainda conferidos à Comissão Executiva do Conselho de Administração do Banco BPI, no âmbito da gestão das participações sociais, amplos poderes como sejam:

- ☐ representar a Sociedade em juízo ou fora dele;
- ☐ adquirir, alienar ou onerar quaisquer bens ou direitos;
- ☐ designar as pessoas que deverão exercer os cargos sociais para que a Sociedade venha a ser eleita;
- ☐ dar instruções vinculativas às sociedades que estiverem sob domínio total do Banco BPI.

Com o objectivo de manter os administradores não-executivos permanentemente informados sobre a situação do Grupo é-lhes enviada mensalmente informação sobre a situação económico--financeira consolidada do Grupo, bem como sobre a evolução das principais unidades de negócio. Esta informação contém texto justificativo das alterações mais salientes e compara a evolução no mês e a acumulada com o orçamento e com o período homólogo do ano anterior. Paralelamente, os administradores não-executivos são regularmente informados das principais decisões tomadas pela Comissão Executiva, quando, antes de 2002, essa mesma informação era apenas prestada nas reuniões trimestrais plenárias do Conselho de Administração.

A Comissão Executiva só pode deliberar estando presente a maioria dos seus membros; e as suas decisões são tomadas por maioria absoluta de votos, tendo o Presidente voto de qualidade. Não é admitido o voto por representação. Os administradores que são membros da Comissão Executiva cessam funções na Comissão, assim que são aprovadas as contas respeitantes ao exercício em que completem 62 anos. No exercício de 2002, a Comissão Executiva reuniu 33 vezes.

A Comissão Executiva reúne pelo menos uma vez por mês para tratar de assuntos de interesse geral relacionados com o Banco BPI e com as suas participadas, ocupando-se semanalmente de três áreas especializadas da gestão do Grupo, para as quais foram criadas três comissões específicas:

a) Comissão Executiva para a Banca Comercial

A Comissão Executiva para a Banca Comercial, presidida pelo Vice-Presidente da Comissão Executiva do Conselho de Administração do Banco BPI, é o órgão responsável pela gestão da infra-estrutura tecnológica, das estruturas centrais de apoio às redes comerciais e da actividade relacionada com Clientes Particulares, Pequenos Negócios e Empresas.

A Comissão é constituída por cinco Administradores Executivos do Banco BPI, um Administrador não Executivo do Banco de Investimento (Manuel Menezes) e dois Directores Centrais do Banco BPI (Benjamim Pinho e Pedro Barreto).

Principais áreas de responsabilidade dos membros da Comissão Executiva da Banca Comercial

	Área de responsabilidade
Fernando Ulrich (Presidente)	Gestão de Activos, Contabilidade e Planeamento, Financiamento Imobiliário
António Domingues	Direcção Financeira, Cartões, Sistemas de Informação, Operações e Aprovisionamento, Segurança, Instalações e Património e Direcção Internacional
José Pena do Amaral	Comunicação, Marca, Qualidade, Formação, Seguros, Banca de Protocolos, Banca Automática, Financiamento Automóvel e Crédito Pessoal
Maria Celeste Hagatong	Banca de Empresas, *Wholesale Banking*, *Marketing* de Empresas, Banca Institucional e Project Finance
António Farinha Morais	Rede de Particulares e Pequenos Negócios, Riscos de Crédito de Particulares, Emigração
Manuel Menezes	Auditoria e Inspecção, Títulos e Transferências, Organização, Leasing Mobiliário, Factoring, Créditos Documentários e Recursos de Clientes
Benjamim Pinho	Riscos de Crédito a Empresas
Pedro Barreto	*Marketing* Operacional e Estratégico e Novos Canais (Internet, Banca Telefónica e Banca Electrónica)

b) Comissão Executiva para os Riscos de Crédito

A Comissão Executiva para os Riscos de Crédito é o órgão que toma as principais decisões relacionadas com a concessão, acompanhamento e recuperação de processos de crédito. Este órgão inclui (para além dos elementos da Comissão Executiva do Banco BPI) dois Administradores não Executivos do Banco de Investimento – Francisco Costa e Maria do Carmo Oliveira, responsáveis respectivamente pelas áreas de *Wholesale Banking*, Sul e Norte –, os Directores Centrais do Banco BPI – Benjamim de Pinho e Filipe Cartaxo, responsáveis respectivamente pela Direcção de Riscos de Crédito e por *Project Finance* –, bem como os directores centrais da Banca de Empresas, Maria Isabel Lacerda (Direcção de Grandes Empresas, Norte), João Alvares Ribeiro (Direcção de Médias Empresas, Norte), João Coutinho (Direcção de Grandes Empresas, Sul) e Joaquim Pinheiro (Direcção de Médias Empresas, Sul).

c) Comissão Executiva para os Riscos de Mercado

A Comissão Executiva para os Riscos de Mercado é o órgão que procede à análise da conformidade das posições e dos mecanismos associados à avaliação dos riscos de taxa de juro, cambial e de acções. Para além de incluir os membros da Comissão Executiva do Banco BPI, este órgão é composto pelo Administrador do Banco de Investimento, Rui Martins dos Santos, responsável pela área de Análise e Controlo de Riscos e pelo Departamento de Estudos Económicos e Financeiros; pela Directora Central, Isabel Castelo Branco, responsável pelas Direcções Financeiras de ambos os bancos do Grupo; e pelo Director Central José Manuel Toscano, responsável pela Direcção Internacional do Grupo.

A política, os procedimentos e a repartição de competências entre os vários órgãos e departamentos em matérias de controlo e gestão dos riscos do Grupo – risco de crédito, risco de mercado, risco de liquidez e risco operacional – encontram-se pormenorizadamente descritos em capítulo autónomo do relatório de gestão.

2.2.7. Administração do Banco Português de Investimento

O Banco Português de Investimento é a unidade que desenvolve o negócio de banca de investimento do Grupo, nomeadamente as actividades de *Private Banking*, Acções e *Corporate Finance*.

O Conselho de Administração do Banco Português de Investimento é constituído por 11 elementos: o presidente e o vice-presidente, que são os mesmos da Comissão Executiva do Banco BPI, cinco administradores executivos e quatro administradores não executivos. A gestão corrente da actividade encontra-se delegada numa comissão executiva constituída por quatro administradores executivos e três directores centrais. Preside a este órgão Manuel Ferreira da Silva, que é também administrador na Comissão Executiva do Banco BPI.

Conselho de Administração do Banco Português de Investimento

Administradores	Executivos	Não executivos
Artur Santos Silva		Presidente
Fernando Ulrich		Vice-Presidente
Manuel Ferreira da Silva	●	
Rui Lélis	●	
José Carlos Agrellos	●	
António Borges de Assunção	●	
Rui Martins dos Santos	●	
Maria Celeste Hagatong		○
Francisco Costa		○
Maria do Carmo Oliveira		○
Manuel Meneses		○

Comissão Executiva do Banco Português de Investimento

Administradores	Responsabilidade
Manuel Ferreira da Silva	Presidente
Rui Lélis	Jurídica
José Carlos Agrellos	Private Banking
António Borges de Assunção	Corporate Finance
Carlos Casqueiro	Corporate Finance
Henrique Cabral Meneses	Acções
Rui Ferreira	Private Equity

2.2.8. Organograma funcional do Grupo BPI

O modelo organizativo de negócio do Grupo BPI baseia-se na interacção de três conceitos-chave: multiespecialização, segmentação da base de Clientes e distribuição multicanal.

Gestão executiva, fiscalização e controlo

A composição e funções dos órgãos de gestão, fiscalização e controlo do Grupo BPI são pormenorizadamente apresentadas nos pontos 2.1 a 2.2.7 deste relatório.

Estruturas Centrais

Este bloco compreende todo o conjunto de serviços partilhados, com natureza de *back-office*, que actuam em apoio directo às restantes unidades do Grupo ao assegurarem o desenvolvimento e manutenção das suas infraestruturas operacionais, físicas e tecnológicas.

Funções corporativas

As unidades agrupadas em torno de "funções corporativas" estão associadas a funções sob comando directo da Comissão Executiva do Banco BPI.

Marketing

A função de *marketing* é desenvolvida de forma segregada de acordo com a segmentação entre Particulares e Pequenos Negócios, e Empresas. O *marketing* de Particulares e Pequenos Negócios é desenvolvido por duas direcções que reportam ao mesmo responsável executivo: a Direcção de *Marketing* Estratégico – concentrada, sobretudo, nas soluções de CRM (*customer relationship management*) – e a de *Marketing* Operacional – concentrada na coordenação da função de vendas. A Direcção de *Marketing* de empresas trata dos aspectos relacionados com a comunicação, gestão de informação e gestão de bases de dados associados à actividade comercial com empresas.

Riscos de crédito

A Comissão Executiva para os Riscos de Crédito é o órgão que toma as principais decisões relativas à concessão, ao acompanhamento e à recuperação de processos de crédito. A um nível mais operacional, a gestão do risco de crédito encontra-se segregada por quatro segmentos: particulares, pequenos negócios, empresas e títulos. O modo como os diversos riscos são geridos no Grupo BPI encontra-se exaustivamente pormenorizado em capítulo autónomo do Relatório de Gestão.

Fábricas de produtos

O desenvolvimento da oferta comercial dos Bancos encontra-se repartido por diversas direcções especializadas (fábricas de produtos), parte das quais – financiamento imobiliário, automóvel, *leasing* e *factoring* – servem em simultâneo os segmentos de particulares, pequenos negócios e empresas. Importa salientar a constituição, em final de 2002, de uma nova unidade, denominada "Recursos de Clientes", na qual se encontra concentrada toda a oferta de produtos de passivo do Banco, como sejam os depósitos a prazo, os fundos de investimento, os produtos estruturados e os seguros de capitalização.

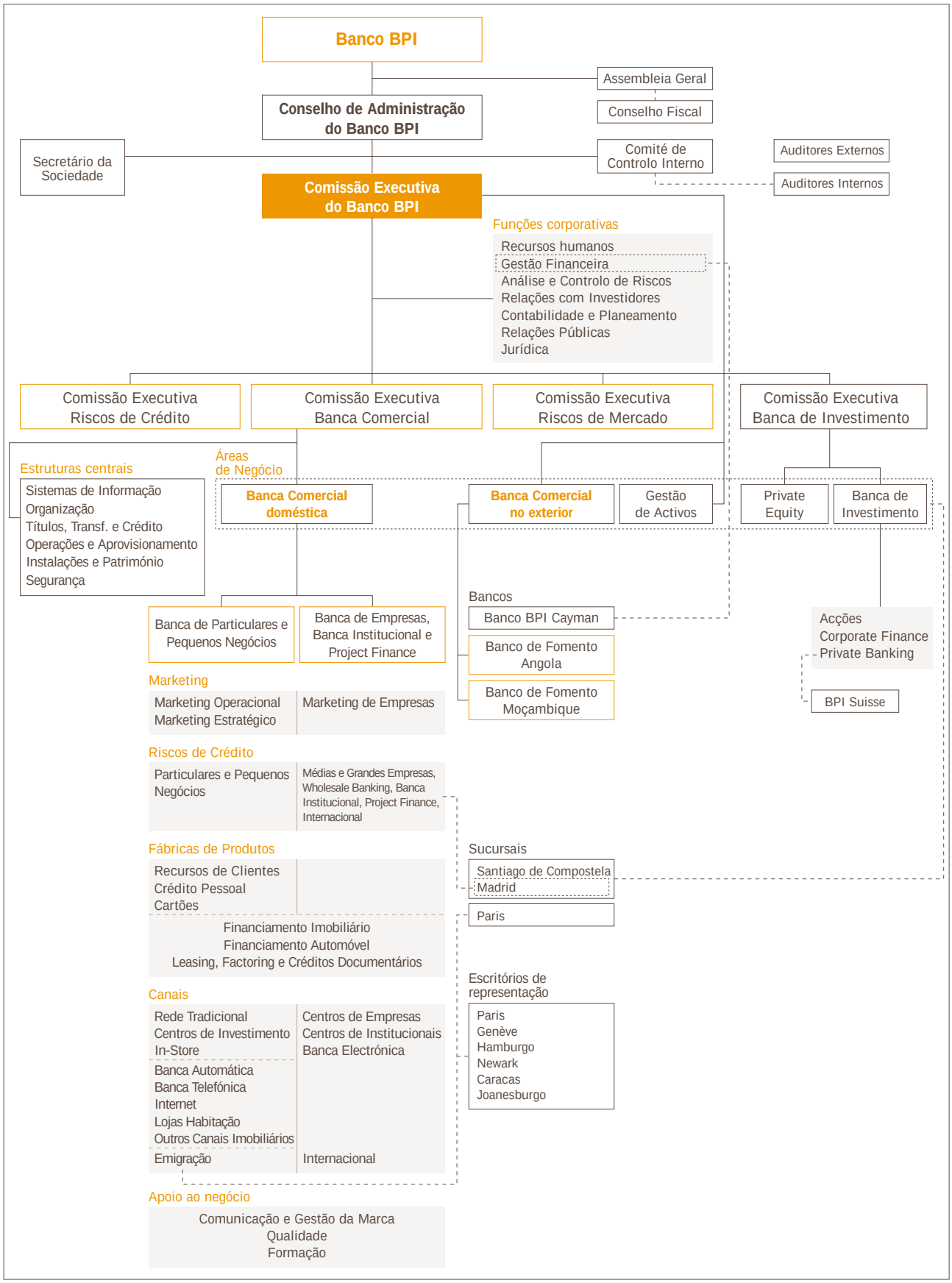
Canais

O BPI possui uma rede de distribuição multicanal, totalmente integrada, composta por aproximadamente 500 balcões de retalho, serviço de homebanking (BPI Net), banca telefónica (BPI Directo), balcões especializados e estruturas dedicadas ao segmento de empresas e clientes institucionais. Fora de Portugal, o BPI desenvolve uma operação de banca comercial em Angola e Moçambique, através de dois Bancos de direito local, tendo ainda diversas sucursais e escritórios de representação, que prestam, essencialmente, apoio às comunidades de emigrantes.

Apoio ao negócio

Este bloco compreende três áreas – Qualidade, Formação, Comunicação e Gestão da Marca – geridas de forma integrada sob o comando do mesmo membro da Comissão Executiva do Banco BPI. Esta circunstância tem em vista o objectivo de o Grupo BPI de ser a referência do mercado quanto a qualidade e serviço, o que determina a estreita coordenação dos programas de qualidade, de formação técnica e comportamental e de comunicação e desenvolvimento da marca.

ORGANOGRAMA FUNCIONAL DO GRUPO BPI



3. REMUNERAÇÃO

3.1. Remuneração dos membros dos Conselhos de Administração do Banco BPI e do Banco Português de Investimento

As remunerações dos membros do Conselho de Administração do Banco BPI e do Banco Português de Investimento são fixadas pela Comissão de Remunerações, órgão que, conforme já referido, é composto por três accionistas do Banco BPI, eleitos trienalmente pela Assembleia Geral.

O valor da remuneração variável do Presidente e do Vice-Presidente da Comissão Executiva do Conselho de Administração do Banco BPI é estabelecido de acordo com uma fórmula que tem, essencialmente, em consideração a evolução dos resultados consolidados obtidos e as provisões não afectas a riscos específicos.

Quanto aos restantes membros da Comissão Executiva do Banco BPI e aos membros dos Conselhos de Administração do Banco Português de Investimento, o Presidente do Conselho de Administração do Banco BPI, tendo em conta nomeadamente a performance do Grupo e o desempenho de cada um, propõe os montantes a atribuir, a título de remuneração variável, à Comissão de Remunerações, que depois os define.

Os administradores não executivos recebem os valores definidos através de senhas de presença e remunerações mensais fixas.

Os montantes auferidos pelos membros do Conselho de Administração do Banco BPI, a título de remuneração pelo exercício dos seus cargos, em 2001 e os estimados para 2002 são os seguintes:

Remuneração dos membros do Conselho de Administração do Banco BPI[1,2]

	2001			2002		
	Fixa	Variável	Total	Fixa	Variável	Total
Executivos[3]	1 569.8[4]	2 524.3	4 094.1	1 668.0	2 524.0	4 192.0
Não executivos	486.8	0	486.8	486.8	0	486.8
Total	**2 056.6**	**2 524.3**	**4 580.9**	**2 154.8**	**2 524.0**	**4 678.8**

Nota: valores em milhares de euros.
1) Designado, até 21 de Dezembro de 2002, Conselho de Administração do BPI SGPS.
2) A remuneração variável dos Administradores que integram a Comissão Executiva do Banco BPI é deliberada pela Comissão de Remunerações em data posterior à da realização da Assembleia Geral anual. A informação apresentada, relativamente a 2002, constitui uma estimativa. Os valores que a Comissão de Remunerações venha a atribuir podem diferir ligeiramente desta estimativa.
3) Remunerações recebidas por funções exercidas nos Conselhos de Administração do BPI SGPS, Banco BPI e Banco Português de Investimento.
4) As remunerações fixas foram alteradas em Março de 2001, pelo que, em 2002, tais alterações aplicam-se a todo o ano.

3.2. Programa de remuneração variável em acções (RVA)

Caracterização

Está em vigor no Grupo BPI, desde o exercício de 2001, um programa de remuneração variável em acções (RVA) que, no essencial, é um esquema remuneratório cujo nível de rendimento está intrinsecamente ligado à valorização das acções do Banco BPI em bolsa. O RVA constitui, pois, um importante instrumento de gestão dos recursos humanos do Grupo de acordo com a política definida, já que reforça o alinhamento dos interesses dos Colaboradores e Administradores com o interesse dos Accionistas.

O programa abrange a Comissão Executiva do Banco BPI e o Conselho de Administração do Banco Português de Investimento, assim como todos os Colaboradores cuja remuneração variável anual seja igual ou superior a 2 500 euros.

As características do RVA-2002 mantiveram-se, no essencial, idênticas ao programa RVA-2001, à excepção da forma de atribuição das acções. Por deliberação da Comissão Executiva do Conselho de Administração do Banco BPI, a atribuição foi apenas feita sob condição resolutiva, enquanto no RVA-2001 o fora sob condição resolutiva ou suspensiva.

A remuneração variável que, até ao exercício de 200O, era integralmente paga em numerário passou, a partir do exercício de 2001, a incluir, para os Administradores e Colaboradores abrangidos pelo RVA, uma parte em numerário e uma parte em acções e opções. Para estes, o peso da componente em acções e opções (RVA) na remuneração variável oscila entre um mínimo de 10% e um máximo de 50%, sendo a percentagem tanto maior quanto maior for o nível de responsabilidade do Colaborador ou Administrador.

O RVA contempla duas modalidades: atribuição de acções e de opções de compra sobre acções. Cada uma destas parcelas representa, tendencialmente, metade do valor global do incentivo que é atribuído do seguinte modo:

– atribuição de acções do Banco BPI, cuja disponibilidade ocorre de forma faseada em quatro momentos: 25% ficam livres no momento da atribuição; os restantes 75% são disponibilizados no final dos primeiro, segundo e terceiro anos, a contar da data de atribuição;

– atribuição de opções de compra de acções do Banco BPI, exercíveis entre o primeiro e o quinto ano a contar da data de atribuição.

Programa de Remuneração Variável em Acções 2001 e 2002

O número de administradores executivos dos Bancos, quadros directivos e outros Colaboradores do Grupo BPI abrangidos pelo RVA-2002 ascende a 2 157, o que representa 33% do quadro de efectivos do Grupo em Portugal.

O montante da remuneração variável atribuído a quadros directivos e a outros Colaboradores relativamente ao exercício de 2002, quer em dinheiro quer em incentivos do RVA (acções e opções), totalizou 25.2 milhões de euros. A parte da remuneração variável dos Colaboradores atribuída através dos incentivos do RVA ascendeu a 3.5 milhões de euros, ou seja, 14% da remuneração variável total atribuída a Colaboradores.

O montante da remuneração variável atribuída aos membros da Comissão Executiva do Conselho de Administração do Banco BPI e do Conselho de Administração do Banco Português de Investimento é definida pela Comissão de Remunerações do Banco BPI, e esta apenas delibera após a realização da Assembleia Anual de Accionistas do Banco BPI. No momento da realização do presente relatório, não era portanto ainda possível determinar, com exactidão, o número e o valor global das acções e opções a atribuir a estes elementos. As verbas indicadas relativamente ao exercício de 2002, para os membros da Comissão Executiva do Banco BPI e para o Conselho de Administração do Banco Português de Investimento, são estimativas.

Em 2001, as remunerações variáveis dos Administradores com funções executivas foram reduzidas em 15%, em consonância com a evolução dos resultados do Grupo.

Estima-se que os membros da Comissão Executiva do Conselho de Administração do Banco BPI venham a auferir 2.5 milhões de euros, a título de remuneração variável relativa ao exercício de 2002. Deste valor, estima-se que 1.1 milhões de euros digam respeito a incentivos do RVA, i.e., 44% do valor de remuneração variável.

	% do RVA na remuneração variável	N.º de elementos abrangidos	
		RVA-2001	RVA-2002
Presidente e Vice-Presidente da Comissão Executiva do Banco BPI[1]	50%	2	2
Outros Administradores da Comissão Executiva do Banco BPI[1]	40%	5	5
Outros Administradores do Banco Português de Investimento[2]	35%	8	8
Quadros directivos, dos quais:		498	482
Directores centrais	30%	45	38
Directores coordenadores	25%	61	59
Directores	20%	73	78
Directores adjuntos e subdirectores	15%	319	307
Outros Colaboradores	10%	1 566	1 660
Total	**-**	**2 079**	**2 157**

1) Administradores Executivos do BPI SGPS, em 2001 e até 20 de Dezembro de 2001.
2) Outros Administradores do Banco BPI e do Banco Português de Investimento, em 2001 e até 20 de Dezembro de 2002.

Programa de atribuição de acções

O número de acções que se estima atribuir aos Administradores Executivos do Banco BPI, no âmbito do programa de 2002, ascende a cerca de 259 mil. A data de atribuição, para efeitos do regulamento do RVA, é 22 de Fevereiro de 2003 e a valorização das acções, para efeitos do cálculo do número de acções a atribuir, é de 2.14 euros.

Programa de atribuição de acções	RVA 2001	RVA 2001 (valores ajustados por dividendos e aumento de capital de 2002)	RVA 2002[1]
Data de atribuição	21-Mar-02		22-Fev-03
Cotação[2]	2.67 euros	2.54 euros[3]	2.14 euros
N.º de acções atribuídas[4]			
Comissão Executiva do Banco BPI[5]	215 875	218 996	259 mil
Conselho de Administração do Banco Português de Investimento[6]	86 888	89 452	69 mil
Quadros Directivos e outros Colaboradores do Grupo	635 217	679 497	816 096

1) O número de acções atribuídas ou a atribuir a título de RVA-2002 corresponde: para Quadros Directivos e Colaboradores do Grupo, ao valor efectivo de atribuição; para a Comissão Executiva do Banco BPI e para o Conselho de Administração do Banco Português de Investimento, ao valor estimado, ainda dependente da deliberação da Comissão de Remunerações.
2) Resulta da média ponderada das cotações do Banco BPI nas últimas dez sessões de bolsa anteriores à data de atribuição dos benefícios do RVA.
3) Preço de atribuição do RVA-2001 ajustado pelo aumento de capital realizado em Maio de 2002.
4) O número de acções atribuído inicialmente a título do RVA-2001 foi ajustado pelo pagamento de dividendos e pelo aumento de capital do BPI SGPS (agora Banco BPI), em Maio de 2002. Os ajustamentos consistiram na atribuição adicional de 37 211 acções (por contrapartida do pagamento de 1.75 euros por acção) a administradores, quadros directivos e Colaboradores, a título de ajustamento pelo aumento de capital realizado, e de 12 754 acções como ajustamento à distribuição de dividendos relativos ao exercício de 2001. Quanto a este último aspecto, importa notar que apenas os Administradores ou Colaboradores que optaram pelo regime de condição suspensiva – no qual as acções em situação de indisponibilidade permanecem, em termos jurídicos, propriedade do Banco – foram alvo do referido ajustamento. Os elementos que optaram pelo regime de condição resolutiva receberam o dividendo referente a todas as acções – cativas ou disponíveis – em numerário.
5) Administradores executivos do BPI SGPS, em 2001 e até 20 de Dezembro de 2002.
6) Outros Administradores do Banco BPI e do Banco Português de Investimento, em 2001 e até 20 de Dezembro de 2002.

O calendário da disponibilidade das acções atribuídas no âmbito do programa do RVA-2001 e RVA-2002 é o seguinte:

Disponibilidade	RVA-2001	RVA-2002
25%	21 Março 2002	-
25%	21 Março 2003	22 Fevereiro 2003
25%	21 Março 2004	22 Fevereiro 2004
25%	21 Março 2005	22 Fevereiro 2005
25%	-	22 Fevereiro 2006

1) A efectiva disponibilidade ocorre após o cumprimento dos procedimentos essenciais à contratualização da operação de atribuição.

Programa de atribuição de opções de compra de acções

O número estimado de opções a atribuir aos Administradores Executivos do Banco BPI, no âmbito do programa de 2002, ascende a cerca de 1.7 milhões. À semelhança do programa de atribuição de acções, a data fixada para atribuição das opções foi de 22 de Fevereiro de 2003 e o preço de exercício foi fixado em 2.14 euros. O valor da opção foi estabelecido em 0.33 euros.

Programa de atribuição de opções	RVA 2001	RVA-2001 (valores ajustados pelo aumento de capital de 2002)[1]	RVA 2002[2]
Data de atribuição		21-Mar-02	22-Fev-03
Período de exercício		21-Mar-03 a 21-Mar-07	22-Fev-04 a 22-Fev-08
N.º de acções adquiríveis por cada opção detida	1	1	1
Preço exercício[3]	2.67 euros	2.54 euros	2.14 euros
Valor de cada opção	0.65 euros	0.62 euros	0.33 euros
N.º de opções atribuídas			
Comissão Executiva do Banco BPI[4]	859 725	904 216	1.7 milhões
Conselho de Administração do Banco Português de Investimento[5]	346 818	364 767	448 mil
Quadros Directivos e outros Colaboradores do Grupo	2 606 474	2 741 681	5 286 397

1) Em virtude do aumento do capital do BPI SGPS (agora Banco BPI), realizado em Maio de 2002, o preço de exercício, das opções resultantes do RVA-2001 foi ajustado de 2.67 euros para 2.54 euros e o número de opções atribuídas, no âmbito do RVA de 2001, foi acrescido em 5%.
2) O número de opções atribuídas ou a atribuir a título de RVA-2002 corresponde: para Quadros Directivos e Colaboradores do Grupo, ao valor efectivo de atribuição; para a Comissão Executiva do Banco BPI e para o Conselho de Administração do Banco Português de Investimento, ao valor estimado, ainda dependente da deliberação da Comissão de Remunerações.
3) Resulta da média ponderada das cotações do Banco BPI nas últimas dez sessões de bolsa, anteriores à data de atribuição dos benefícios do RVA.
4) Administradores Executivos do BPI SGPS, em 2001 e até 20 de Dezembro de 2002.
5) Outros Administradores do Banco BPI e do Banco Português de Investimento, em 2001 e até 20 de Dezembro de 2002.

Programa de atribuição de opções de compra de acções – 2001 e 2002

	Comissão Executiva do Banco BPI[1, 2]	Conselho de Administração do Banco Português de Investimento[1, 3]	Quadros Directivos e outros Colaboradores
RVA 2001 (número de opções)			
atribuídas em Março 2002[4, 5]	904 216	364 767	2 741 681
exercidas em 2002	0	0	0
extintas em 2002	0	0	24 131
Opções do RVA 2001 existentes em 31 Dez. 02	904 216	364 767	2 717 550
Opções do RVA 2001 exercíveis em 31 Dez. 02	0	0	150 648
RVA 2002 (número de opções)			
atribuídas em Fevereiro 2003[5]	1.7 milhões	448 mil	5 286 397
exercíveis em 2003	0	0	0
extintas em 2003	-	-	-
Opções do RVA 2002 existentes em 31 Dez. 03[6]	1.7 milhões	448 mil	5 286 397
Total do Programa RVA			
Número de opções:			
opções existentes em Fev. 03[7]	2.6 milhões	812 mil	8 003 947
opções não exercíveis até 31 Dez. 03	1.7 milhões	448 mil	5 286 397
opções exercíveis até 31 Dez. 03	904 216	364 767	2 717 550
Número de acções necessárias para fazer face ao exercício de:			
Opções atribuídas (e não exercíveis)			
no início de 2003	904 216	364 767	2 566 902
no final de 2003[6]	1.7 milhões	448 mil	5 286 397
Opções exercíveis			
no início de 2003	0	0	150 648
no final de 2003[6]	904 216	364 767	2 717 550

1) Valor efectivo para RVA 2001 e valor estimado para RVA 2002.
2) Administradores Executivos do BPI SGPS, em 2001 e até 20 de Dezembro de 2002 (data de transformação do BPI SGPS em Banco BPI).
3) Outros Administradores do Banco BPI e do Banco Português de Investimento, em 2001 e até 20 de Dezembro de 2002.
4) Número de opções atribuídas ajustado pelo aumento do capital do BPI SGPS (agora Banco BPI), realizado em Maio de 2002.
5) Segundo o regulamento do RVA, o número de acções objecto de opções atribuídas no ano não poderá exceder 1% do capital social do Banco BPI à data da atribuição dos referidos incentivos. Simultaneamente, o total de acções objecto de opções em vigor, vencidas ou não, não poderá exceder, em momento algum, 5% do capital social do Banco BPI.
6) Pressupondo que não se exercem ou extinguem quaisquer opções durante 2003.
7) Após a atribuição de opções do RVA 2002.

O Grupo BPI executa a cobertura própria do programa de atribuição de acções e opções (RVA), detendo para o efeito carteiras de acções afectas à cobertura das responsabilidades derivadas da atribuição de acções sob condição suspensiva e de opções. Para a cobertura do programa de opções, o BPI utiliza um modelo próprio que tem por base o modelo Black-Scholes.

Competências da Comissão Executiva para a execução / modificação do RVA

No quadro do regulamento do programa Remuneração Variável em Acções (RVA), as principais competências atribuídas à Comissão Executiva para a execução ou modificação do programa são as seguintes:

– fixar o número máximo de acções e opções a atribuir em cada ano, assim como os critérios (dos quais fará sempre parte o da avaliação do mérito de cada Colaborador) e as condições de distribuição das mesmas pelos Colaboradores do Grupo;

– interpretar o regulamento do RVA e preencher eventuais lacunas;

– proceder, pontualmente, a alterações em disposições contratuais do RVA, como por exemplo a antecipação da data de vencimento de opções ou a dispensa de verificação de condições suspensivas.

4. CONTROLO ACCIONISTA E TRANSMISSIBILIDADE DAS ACÇÕES

4.1. Controlo accionista

O Banco BPI não adoptou qualquer cláusula defensiva susceptível de impedir a livre transmissibilidade das acções e a livre apreciação, pelos Accionistas, do desempenho dos titulares do órgão de administração.

O capital detido pelos Accionistas representados no Conselho de Administração e no Conselho Fiscal era, em 31 de Dezembro de 2002, de 47.8%. A percentagem dos direitos de voto correspondente, tendo em conta as acções próprias detidas pelo Grupo e a limitação estatutária, era de 42.9%. O capital do Banco BPI era, naquela data, detido por 24 364 Accionistas.

Os estatutos do Banco BPI estipulam que não são contados os votos emitidos por um só Accionista, em nome próprio ou como representante de outro ou outros, que excedam 12.5% da totalidade dos votos correspondentes ao capital social.

4.2. Acordos parassociais relativos ao exercício de direitos sociais ou relativos à transmissibilidade de acções

Não existe qualquer acordo parassocial da natureza dos mencionados no Art.º 19 do Código dos Valores Mobiliários, relativamente ao exercício de direitos sociais ou à transmissibilidade das acções do Banco BPI. Não existe, nomeadamente, qualquer sindicato de voto ou acordo de defesa contra ofertas públicas de aquisição.

Foi celebrado, em 1986, um acordo de preferência entre alguns dos mais significativos Accionistas do BPI. Este tem vindo a ser sucessivamente renovado por períodos de três anos.

Qualquer um dos contraentes que pretenda transmitir, a título oneroso, a totalidade ou parte das acções abrangidas pelo referido acordo, obriga-se a dar preferência, nessa alienação, em igualdade de condições, aos restantes contraentes.

O referido acordo, revalidado em Agosto de 2000, é actualmente subscrito por seis Accionistas do Banco BPI. Abrangia, em 31 de Dezembro de 2002, um número de acções representativas de 42.6% do capital social do Banco BPI.

5. EXERCÍCIO DO DIREITO DE VOTO E REPRESENTAÇÃO DE ACCIONISTAS

5.1. Promoção do exercício do direito de voto

O Banco BPI promove activamente o exercício do direito de voto através de:

– uma ampla divulgação da realização das Assembleias Gerais (por correio postal, por correio electrónico e pela Internet), dos temas a serem deliberados e das diferentes formas de exercício do voto;

– a descrição, no texto das convocatórias enviado aos Accionistas, dos procedimentos a adoptar para o exercício do voto por correspondência ou por representação (regime consagrado estatutariamente).

As propostas a submeter à apreciação e deliberação em Assembleia, bem como os demais elementos de informação necessários à preparação das reuniões, são colocadas à disposição dos Accionistas, até 15 dias antes da realização da Assembleia, na sede do Banco BPI (Rua Tenente Valadim, 284, Porto) e no *site* www.bpi.pt. O envio de qualquer um dos elementos supra-referidos, incluindo exemplares de boletins de voto para o exercício do voto por correspondência, poderá ser solicitado também para o endereço de *e-mail* divulgado publicamente.

5.2. Atribuição de direito de voto

Terá direito de voto o Accionista que seja titular de pelo menos 1 000 acções do Banco BPI, no 15.º dia anterior ao designado para a reunião da Assembleia Geral. O registo dessa titularidade deverá ser comprovado perante o Banco BPI até às 18 horas do quinto dia útil anterior ao designado para a reunião. A cada 1 000 acções corresponde um voto.

5.3. Procedimentos relativos à representação

O BPI segue, por iniciativa própria, a política de enviar aos Accionistas o conteúdo das propostas incluídas na agenda de trabalhos, bem como os impressos próprios para a atribuição do mandato de representação, acompanhados de envelope de porte-pago e pré-endereçado.

As representações são comunicadas por carta endereçada ao Presidente da Mesa da Assembleia Geral, com assinatura devidamente reconhecida (por notário, advogado ou solicitador) ou certificada pela Sociedade. Esta carta deverá dar entrada na sede do Banco BPI até às 18 horas do quinto dia útil anterior ao dia designado para a Assembleia Geral.

O Presidente da Mesa da Assembleia disponibiliza-se, regra geral, para representar os Accionistas que assim o desejem, expressando de forma clara o sentido do seu voto, no caso de o representado não estipular quaisquer instruções.

5.4. Procedimentos relativos ao voto por correspondência

O BPI envia, em anexo à convocatória da Assembleia Geral, boletins de voto endereçados ao Presidente da Mesa da Assembleia Geral, através dos quais o Accionista poderá exprimir de forma clara o sentido do seu voto. Cada boletim deverá ser assinado, e o reconhecimento da assinatura (por notário, advogado ou solicitador) deverá ser nele registado. Os boletins de voto devem dar entrada na sede do Banco BPI até às 18 horas do quinto dia útil anterior ao dia designado para a Assembleia Geral.

Os votos por correspondência contam para a formação do quórum constitutivo da Assembleia Geral, e as respectivas declarações de voto serão abertas pelo Presidente da Mesa da Assembleia Geral, a quem cabe verificar a respectiva autenticidade e conformidade com as regras, após contagem dos votos presenciais de cada uma das propostas. Considera-se revogado o voto por correspondência, no caso da presença do accionista ou do respectivo representante na Assembleia Geral.

5.5. Voto por correspondência electrónica

O BPI entende que, no presente momento, não se encontram ainda reunidas todas as condições necessárias para garantir a total segurança e fiabilidade operacional na recepção das declarações de voto emitidas por correspondência electrónica.

6. INVESTIDORES INSTITUCIONAIS

6.1. Exercício diligente, eficiente e crítico dos direitos sociais

As entidades do Grupo BPI que actuam no mercado como investidores institucionais – Sociedades Gestoras de Fundos de Investimento, Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, Banco de Investimento e Sociedades de Capital de Desenvolvimento – estão vinculadas a regras que tendem a assegurar uma utilização diligente, eficiente e crítica dos direitos inerentes aos valores mobiliários de que são titulares ou cuja gestão lhes esteja confiada, nomeadamente, a regras respeitantes aos direitos de informação e de voto.

7. ÉTICA E DEONTOLOGIA

7.1. Salvaguarda de situações de conflito de interesses, violação do sigilo profissional e respeito por normas de natureza ética e deontológica

Com vista a salvaguardar o absoluto respeito por todas as normas de natureza ética e deontológica em cada sociedade do Grupo BPI, os Colaboradores, os membros dos órgãos sociais, os prestadores de serviços e os consultores externos comprometem-se a respeitar as normas que declaram, por escrito, conhecer através dos seguintes documentos:

– códigos de conduta das respectivas associações;

– códigos de conduta próprios, ajustados em conformidade com o tipo de actividade desenvolvida por cada um dos bancos e empresas participadas. Estes contêm, em certos casos, regras mais restritivas do que as estabelecidas pelas directrizes emanadas pelas associações a que pertencem e pelas entidades de supervisão.

Os normativos éticos e deontológicos impostos àqueles que exercem actividades no seio do Grupo BPI pretendem acautelar, designadamente, o sigilo profissional, a defesa dos interesses dos Clientes, e impedir a utilização de informação privilegiada em benefício próprio.

Os limites à actuação são particularmente rigorosos em tudo quanto respeite à execução de operações com valores mobiliários por conta própria (e de familiares), especialmente nas sociedades directamente envolvidas neste tipo de actividade, como sejam o Banco de Investimento e o BPI Fundos. Exemplo de tal é o facto de os valores mobiliários adquiridos por colaboradores e membros dos órgãos sociais destas sociedades só poderem ser alienados decorridos 30 dias sobre a sua aquisição, o que limita efectivamente o risco de envolvimento impróprio em operações de natureza especulativa.

Importa referir, em termos mais gerais, a obrigação de todos os Colaboradores e Administradores do Grupo em comunicar à administração, num prazo de 24 horas, todas as operações realizadas com os valores mobiliários, excepto no caso de terem sido utilizados os canais de intermediação do Grupo, o que vale, para este efeito, como comunicação da operação. Os referidos canais constituem um meio obrigatório para os Colaboradores afectos à actividade de intermediação.

Os requisitos são ainda mais exigentes, no que respeita à acção BPI. Os membros da administração ou outros com categoria igual ou superior a director, assim como os Colaboradores envolvidos na preparação de documentos de prestação de contas ou de emissão de acções ou de títulos nelas convertíveis, estão impedidos de transaccionar acções representativas do capital do Banco BPI, bem como títulos nelas convertíveis ou que a elas confiram direitos:

– no período compreendido entre o 15.º dia anterior ao termo de cada trimestre ou de cada exercício e o momento da divulgação dos correspondentes resultados;

– no período compreendido entre a decisão da administração do BPI em propor uma emissão de acções representativas do seu capital social ou de títulos nelas convertíveis ou que a elas confiram direito e o momento da respectiva divulgação pública.

Refira-se, por último, que os códigos de conduta, em vigor no Grupo BPI, estão disponíveis mediante solicitação à Direcção de Relações com Investidores.

8. COMUNICAÇÃO COM O MERCADO

8.1. Direcção de Relações com Investidores

O Banco BPI atribui uma especial importância à manutenção de uma relação franca e transparente com os analistas financeiros, os investidores, os accionistas, as autoridades, a comunicação social e os restantes intervenientes no mercado.

De acordo com esta permanente preocupação, o BPI tem em funcionamento, desde 1993, uma estrutura exclusivamente dedicada às relações com os investidores e com o mercado. A Direcção de Relações com Investidores (DRI), que reporta directamente à Comissão Executiva do Conselho de Administração do Banco BPI, tem a missão de prestar ao mercado informação rigorosa, regular, oportuna e equilibradamente disseminada acerca do Grupo BPI, especialmente a que é relevante para a formação do preço das acções do Banco BPI, cotadas em bolsa.

A Direcção de Relações com Investidores tem as funções principais de assegurar, junto das autoridades e do mercado, o cumprimento das obrigações legais e regulamentares de reporte que impendem sobre o Banco BPI, dar resposta às solicitações de informação dos investidores, analistas financeiros e demais agentes, e apoiar a Comissão Executiva em aspectos relacionados com o estatuto de entidade cotada que o Banco BPI tem no mercado.

No âmbito da primeira daquelas responsabilidades, destaca-se a difusão da informação enquadrável na moldura de "facto relevante" ou "outras comunicações", a prestação de informação trimestral sobre a actividade e os resultados do Grupo e a preparação dos relatórios e contas anuais e semestrais.

No âmbito da assessoria à Comissão Executiva, merecem referência o acompanhamento da evolução das acções Banco BPI em mercado, nas suas múltiplas vertentes, o apoio nos contactos directos que a Comissão Executiva regularmente realiza com analistas financeiros e investidores institucionais (nacionais e estrangeiros), quer no âmbito de conferências e roadshows, quer através de reuniões individuais.

Relativamente a este aspecto é de destacar a Conferência para Investidores e Analistas Financeiros que a Comissão Executiva, desde 2001, realiza anualmente. O BPI tem por política divulgar ao mercado através de comunicado a informação relevante apresentada nestas reuniões e disponibilizar, no seu *website* institucional as apresentações relevantes feitas a Analistas e Investidores qualificados.

É importante referir que, desde o último trimestre de 1991, o BPI divulga informação relativa à respectiva actividade e aos resultados consolidados, com periodicidade trimestral. O BPI segue, desde a sua admissão à cotação em bolsa (1986), a política de promover uma auditoria completa às suas contas do primeiro semestre, embora a lei apenas exija uma revisão limitada.

A disponibilidade e os contactos da Direcção de Relações com Investidores são amplamente divulgados. Toda a informação pública sobre o Grupo BPI pode ser solicitada à Direcção de Relações com Investidores através da página de contactos do site www.bpi.pt, por telefone (22 607 33 37), correio electrónico (*e-mail*: investor_relations@bpi.pt), fax (22 600 47 38) ou carta (Rua Tenente Valadim, 284, 4100-476 Porto).

8.2. Representante para as relações com o mercado

Rui Lélis é o representante do Banco BPI para as relações com o mercado.

8.3. Utilização das novas tecnologias de informação na divulgação de informação financeira e dos documentos preparatórios das reuniões da Assembleia Geral

Site institucional – www.bpi.pt

O BPI dispõe de um site, cujo endereço é www.bpi.pt, dedicado à divulgação de informação de carácter institucional acerca do Grupo. O site, disponível em português e em inglês, foi amplamente utilizado em 2002 na divulgação dos factos relevantes para o mercado, tendo-se, no caso dos eventos «Assembleia Geral», «Distribuição de Dividendos» e «Aumento de Capital», criado páginas web específicas para a difusão de informação sobre os referidos acontecimentos.

O site contém ainda informação de natureza genérica sobre o Grupo BPI, como sejam notícias, órgãos sociais, marcos históricos, *corporate governance*, estrutura accionista, responsabilidade pública, canais de distribuição e informação de carácter financeiro, designamente os relatórios e contas, *press releases* (incluindo os de divulgação de resultados), apresentações, informação sobre a acção do Banco BPI, indicadores financeiros e notações de *rating*, calendário de eventos, etc.

O número de acessos a páginas do *site* www.bpi.pt ascendeu, em 2002, a três milhões, tendo o site sido visitado 427 mil vezes.

Correio electrónico (e-mail)

Paralelamente, a divulgação trimestral de resultados do Grupo BPI – comunicação periódica com maior significado no relacionamento com o mercado – assenta prioritariamente na difusão por correio electrónico (*e-mail*), sendo dirigida às autoridades de supervisão, aos média, aos analistas, bem como a todos os investidores institucionais ou particulares que expressamente o solicitem.

De uma forma geral, todos os documentos emitidos em suporte de papel (incluindo os documentos preparatórios das Assembleias Gerais), estão disponíveis para envio em formato electrónico, mediante solicitação.

9. EVOLUÇÃO EM BOLSA DA ACÇÃO BANCO BPI E POLÍTICA DE DIVIDENDOS

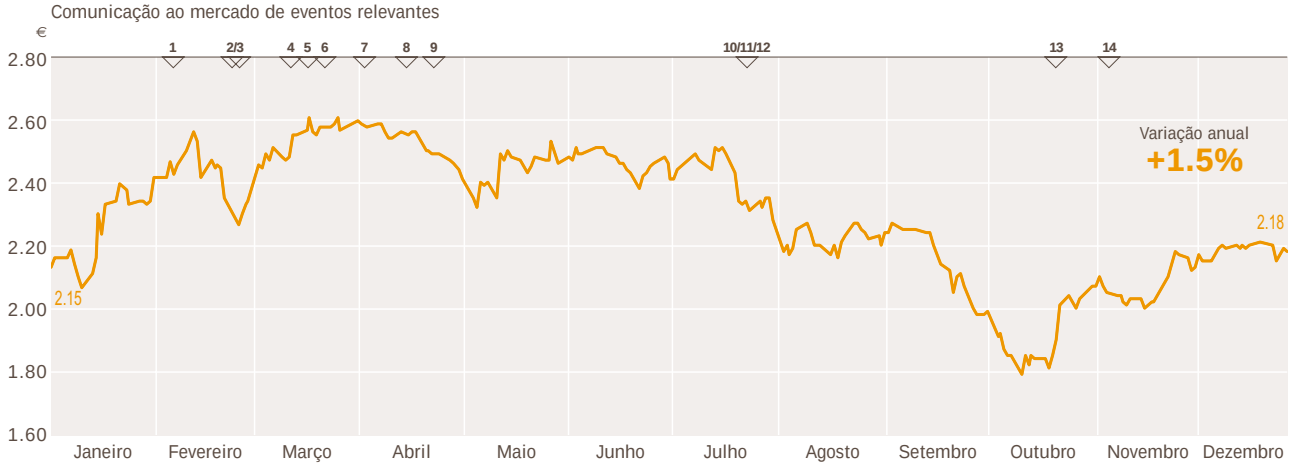
Em capítulo próprio do relatório, "Acções BPI", é apresentada uma descrição pormenorizada do comportamento bolsista das acções do Banco BPI, que inclui o valor, nos últimos cinco anos, dos resultados por acção, do dividendo distribuído, das cotações em bolsa, da rendibilidade do accionista, indicadores de liquidez, capitalização bolsista e indicadores de valorização pelo mercado. Estas séries históricas são ajustadas por eventos relevantes (aumentos de capital e stock split), de forma a assegurar a sua comparabilidade.

9.1. Evolução em bolsa da acção Banco BPI

O gráfico em baixo apresenta a evolução da acção Banco BPI em 2002 e a comunicação ao mercado de factos relevantes e outros eventos. As cotações encontram-se ajustadas pelo aumento de capital realizado em Maio do mesmo ano.

Evolução da acção do Banco BPI em 2002

Comunicação ao mercado de eventos relevantes



Comunicação ao mercado de eventos relevantes

N.º	Data de comunicação ao mercado	1ª sessão de bolsa após comunicação	Descritivo
1	07 Fev 2002	08 Fev 2002	Divulgação dos resultados relativos ao exercício de 2001
2	22 Fev 2002	25 Fev 2002	Proposta de distribuição de dividendos e aumento de capital
3	25 Fev 2002	26 Fev 2002	Convocatória para Assembleia Geral
4	13 Mar 2002	14 Mar 2002	Anúncio de novos objectivos estratégicos para o triénio 2002 / 2004
5	18 Mar 2002	19 Mar 2002	Alienação de uma participação de 5.6% do capital social da Brisa à Acesa
6	22 Mar 2002	25 Mar 2002	Banco BPI adquire à ACESA uma participação de 10% no capital da Auto-Estradas do Atlântico elevando a sua posição para 20%
7	03 Abr 2002	04 Abr 2002	Deliberações e resultados da Assembleia Geral de Accionistas
8	16 Abr 2002	17 Abr 2002	BPI informa sobre a composição dos órgãos sociais para o triénio 2002 / 2004
9	24 Abr 2002	26 Abr 2002	Divulgação dos resultados relativos ao 1.º trimestre de 2002
10	25 Jul 2002	26 Jul 2002	Divulgação dos resultados relativos ao 1.º semestre de 2002
11	25 Jul 2002	26 Jul 2002	BPI informa o mercado sobre a actividade do Grupo BPI em Angola
12	25 Jul 2002	26 Jul 2002	Anúncio do projecto de reorganização do Grupo BPI
13	24 Out 2002	25 Out 2002	Divulgação dos resultados relativos ao 3.º trimestre de 2002
14	08 Nov 2002	11 Nov 2002	Projecto de reorganização do Grupo BPI é aprovado por unanimidade em Assembleia Geral de Accionistas

Nota: a) Foram tomadas como referência as comunicações enviadas à CMVM para publicação no seu sistema de difusão de informação na Internet;
b) O BPI segue a política de divulgar os factos relevantes após o encerramento da sessão de bolsa, pelo que o eventual efeito nas cotações é apenas sentido na sessão de bolsa seguinte;
c) As cotações constantes no gráfico encontram-se ajustadas pelo aumento de capital realizado em Maio de 2002.

9.2. Política de dividendos

A política de dividendos do Grupo BPI caracteriza-se por:

– considerar o lucro líquido consolidado do Grupo como base de cálculo relevante para o dividendo a distribuir;

– em termos históricos, o BPI ter mantido um *payout* não inferior a 30%, retendo resultados que possam assegurar o financiamento das necessidades de crescimento do Grupo;

– fixar o dividendo por acção em termos ajustados, designadamente por aumentos de capital (em dinheiro ou por incorporação de reservas) e por desdobramento de acções (*stock splits*).

10. APÊNDICE DO RELATÓRIO SOBRE O GOVERNO DA SOCIEDADE

10.1. Outros cargos de Administração ou de fiscalização em sociedades desempenhados pelos membros do Conselho de Administração do Banco BPI

Artur Santos Silva, 61 anos de idade, exerce funções executivas no Grupo BPI há 21 anos. É Presidente do Conselho de Administração do Banco Português de Investimento, S.A., do Banco de Fomento, SARL (Angola), do Banco de Fomento, SARL (Moçambique), do Banco BPI Cayman Ltd, do BPI Madeira, SGPS, S.A., e da Inter-Risco – Sociedade de Capital de Risco, S.A., É, ainda, Gerente da Viacer – Sociedade Gestora de Participações Sociais, Lda.

Carlos da Câmara Pestana, 71 anos de idade, é membro do Conselho de Administração do Banco Itaú, S.A. (Brasil), membro do Conselho de Administração da Itaúsa Portugal, SGPS, S.A. (Portugal), Vice-Presidente do Conselho de Administração do Banco Itaú Europa, S.A. (Portugal), membro do Conselho de Gerência da Itaúsa Madeira – Investimentos, SGPS, Lda., membro do conselho de Gerência da IPI – Itaúsa Portugal Investimentos, SGPS, Lda., membro do Conselho de Gerência da Itaú Europa, SGPS, Lda., e membro do Conselho de Gerência da Cashedge – Consultores e Serviços, Lda.

Fernando Ulrich, 50 anos de idade, exerce funções executivas no Grupo BPI há 19 anos. É Vice-Presidente do Conselho de Administração do Banco Português de Investimento, S.A., e do Banco de Fomento, SARL (Moçambique); Presidente do Conselho de Administração do BPI Capital Finance Limited, do BPI Fundos – Gestão de Fundos de Investimento Mobiliário, S.A., do BPI Global Investment Fund Management Company, S.A., da BPI Pensões – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A., da BPI Vida – Companhia de Seguros de Vida, S.A., e da Solo – Investimentos em Comunicação, SGPS, S.A. Exerce, ainda, as funções de Vogal do Conselho de Administração do Banco BPI Cayman, Lda., do Banco de Fomento, SARL (Angola), do BPI Madeira SGPS, S.A., da Companhia de Seguros Allianz Portugal, S.A., da Inter-Risco – Sociedade de Capital de Risco, S.A., da Impresa-SGPS, S.A., e da SIC – Sociedade Independente de Comunicação, S.A. É, também, membro não executivo do Conselho de Administração da Portugal Telecom, S.A., e da PT Multimédia, S.A.

Ruy Octávio Matos de Carvalho, 70 anos de idade, é Presidente do Conselho Fiscal da EFACEC, Vice-Presidente da Yura International e da Vittoria Capital e Vogal do Conselho de Administração da João Marques Pinto – Investimentos Imobiliários, S.A.

Alfredo Costa Rezende de Almeida, 69 anos de idade, é Presidente do Conselho de Administração da Arco-Têxteis – Empresa Industrial de Santo Tirso, S.A., e da Arco-Fio – Fiação, S.A., Vice-Presidente do Conselho de Administração da Arcotinto – Tinturaria, S.A., Vogal do Conselho de Administração da Fábrica do Arco – Recursos Energéticos, S.A., e Sócio--Gerente da Casa de Ardias – Sociedade Agrícola e Comercial, Lda.

António Domingues, 46 anos de idade, exerce funções executivas no Grupo BPI há 13 anos. É Presidente do Conselho de Administração da Crediuniverso – Serviços de Marketing, S.A. É, ainda, Vogal do Conselho de Administração do Banco de Fomento, SARL (Angola), do Banco BPI Cayman, Ltd, do BPI Capital Finance Limited, do BPI Madeira SGPS, S.A., da Digitmarket – Sistemas de Informação, S.A., da SIBS – Sociedade Interbancária de Serviços, S.A. e da Unicre – Cartão Internacional de Crédito, S.A.

António Farinha Morais, 51 anos de idade, exerce funções executivas no Grupo BPI na sequência da aquisição do ex-BFE em 1996. Anteriormente, exercia actividade profissional no BFE, desde 1978. É Vogal do Conselho de Administração do BPI Global Investment Fund Management Company, S.A. e da BPI Fundos – Gestão de Fundos de Investimento Mobiliário, S.A.

Armando Costa Leite de Pinho, 68 anos de idade, é Presidente do Conselho de Administração da Arsopi – Indústrias Metalúrgicas Arlindo S. Pinho, S.A., e da Arsopi – Holding, SGPS, S.A., A. P. Invest, SGPS, S.A. É, também, Vice-Presidente do Conselho de Administração da Unicer – Bebidas de Portugal, SGPS, S.A., bem como Vogal do Conselho de Administração da Plurimodus – Sociedade Imobiliária, S.A., da Pluricasas – Sociedade Imobiliária, S.A., e da Pluridomus Turismo, S.A. É, ainda, Gerente da Arsopi--Thermal, Equipamentos Térmico, Lda., da Tecnocon-Teconologia e Sistemas de Controle, Lda., da Equitrade-Equipamentos e Tecnologia Industrial, Lda., da Acinox-Acessórios Inoxidáveis, Lda., da Viacer- Sociedade Gestora de Participações Sociais, Lda., e da IPA – Imobiliária Pinhos & Antunes, Lda.

Caixa Holding S.A. Sociedade Unipersonal – representada por Fernando Ramirez, 49 anos de idade, Director-Geral Adjunto da Caja de Ahorros y Pensiones de Barcelona, "la Caixa", Presidente do Conselho de Administração de Invercaixa Holding, S.A., Vice-Presidente do Conselho de Administração da MEFF, Sociedad Holding de Productos Financieros Derivados, e Vogal dos Conselhos de Administração do Servicio de Compensación y Liquidación de Valores, da Sociéte Monegasque de Banque Privée, da Bolsa de Barcelona, da E-lacaixa, da Caixabank Banque Privée (Suïsse), da Iberclear, da Bolsas y Mercados Españoles – Sociedad Holding de Mercados y Sistemas Financieros, S.A.

Isidro Fainé Casas, 60 anos de idade, é Director Geral da Caixa de Ahorros y Pensiones de Barcelona, "la Caixa", Presidente de Acesa Infraestructuras, S.A., da Inversiones Autopistas, S. L., e Vice-Presidente da Telefónica, S.A., e da Águas de Barcelona, S.A. É, ainda, membro do Conselho de Administração da Gas Natural, S. A., da Sociedad de Aparcamientos de Barcelona, S.A. (Saba), da Inmobiliaria Colonial, S.A. (Incosa), da Caixaholding, S.A. – Sociedad Unipersonal, da Caixabank Andorra e da Caixabank France.

João Sanguinetti Talone, 79 anos de idade, não desempenha outras funções em outras sociedades que não a de membro do Conselho de Administração do Banco BPI, S.A.

José Alberto Ferreira Pena do Amaral, 47 anos de idade, exerce funções executivas no Grupo BPI há 16 anos. É Presidente do Conselho de Administração da Eurolocação – Comércio e Aluguer de Veículos e Equipamentos, S.A., Vogal do Conselho de Administração da BPI Madeira, SGPS, e da Companhia de Seguros Allianz Portugal, S.A. É, ainda, Gerente da BPI Locação de Equipamentos, Lda., e da BPI Rent – Comércio e Aluguer de Bens, Lda.

Klaus Dührkop, 50 anos de idade, é Vice-Presidente Executivo do Conselho de Administração da Allianz, AG, e Vogal do Conselho de Administração da RAS (Itália), da Lloyd Adriatico (Itália), da Allianz Portugal, S.A., da Allianz Greece, da Assurances Federales (France) e da Koc Allianz (Turquia).

Manuel Ferreira da Silva, 45 anos de idade, exerce funções executivas no Grupo BPI há 19 anos. É Vogal do Conselho de Administração do Banco Português de Investimento, S.A., da Inter-Risco, Sociedade de Capital de Risco, S.A., e do BPI Madeira SGPS, S.A.

Manuel Soares de Oliveira Violas, 44 anos de idade, é Presidente do Conselho de Administração da Violas – SGPS, S.A., da Cotesi – Companhia de Têxteis Sintéticos, S.A., da Solverde – Sociedade de Investimentos Turísticos da Costa Verde, S.A., da Sociedade Imobiliária da Praia da Rocha, S.A., da I.I.I. – Investimentos Industriais e Imobiliários, S.A., da Corfi – Organizações Industriais Têxteis Manuel de Oliveira Violas, S.A. e do Clip – Colégio Luso Internacional do Porto. É ainda Vice-Presidente do Oporto Golf Club e membro do Conselho Geral da Associação Empresarial de Portugal.

Maria Celeste Hagatong, 50 anos de idade, exerce funções executivas no Grupo BPI há 17 anos. É membro não executivo do Conselho de Administração do Banco Português de Investimento, S.A., e da CVP – Sociedade de Gestão Hospitalar, S.A. É, ainda, Vogal do Conselho de Administração do BPI Madeira SGPS, S.A.

Riunione Adriática di Sicurtá, representada por Diethart Breipohl, 63 anos de idade, Vogal do Conselho de Supervisão da Allianz AG (München), da Beiersdorf AG (Hamburg), da Continental AG, (Hannover), da Karstadt Quelle AG (Essen), da Mg Technologies AG, (Frankfurt), da KM Europa Metal AG (Osnabrück) e membro do Conselho de Administração do Crédit Lyonnais (Paris), da Assurances Générales de France AGF (Paris), do Banco Popular Español (Madrid) e da Euler & Hermes (Paris).

Roberto Egydio Setúbal, 48 anos de idade é Vice-Presidente do Conselho de Administração, Director Presidente, Director-Geral e membro do Comité Consultivo Internacional do Banco Itaú Holding Financeira, S.A., Director Presidente e Director-Geral do Banco Itaú S.A., Director Vice-Presidente Executivo da Itaúsa – Investimentos Itaú, S.A., Presidente do Conselho de Administração e Director Presidente do Banco Bemge, S.A., Banco Beg S.A., Banco Banestado, S.A., Itaú Banco de Investimento, S.A., CIA Itauleasing de Arendamento Mercantil, Investimentos Bemge S.A., Itauint Itaú Participações Internacionais S.A. e Itaú Administradora de Consórcios Lda. É Director Presidente do Banco Banerj, S.A., Itaú Capitalização, S.A., Itaú Previdencia e Seguros, S.A., Itaucard Financeira S.A., Crédito, Financiamento e Investimento, Banco Itaú Europa, S.A., Itaú Bank, Ltd., e Banco Itaú Buen Ayre, S.A. É, ainda, Administrador da Itaúsa Portugal, SGPS, S.A.

Tomaz Jervell, 59 anos de idade, é Presidente do Conselho de Gerência da Auto-Sueco, Lda., Presidente do Conselho de Administração da Norbase, SGPS, S.A., da Auto-Sueco (Angola), S.A.R.L., da Auto-Sueco (Minho), S.A., da Soma, S.A., da Biosafe, S.A., da Vellar, SGPS, S.A. e membro do Conselho de Gerência da Auto-Sueco (Coimbra), Lda. É, também, Cônsul da Suécia e da Noruega.

Informação sobre participações no capital

Participação dos membros do Conselho de Administração do Banco BPI, S.A.[1] no capital da sociedade

Membros do Conselho de Administração	Acções				
	Detidas em 31-12-01	Adquiridas	Subscritas	Vendidas	Total em 31-12-02
Artur Santos Silva	569 750	55 280	114 726		739 756
Carlos da Câmara Pestana	290 000		53 230	43 230	300 000
Fernando Ulrich	264 325	49 178	57 544	88 000	283 047
Ruy de Carvalho	119 905		21 334	21 147	120 092
Alfredo Rezende de Almeida	1 510 000	16 908	203 093	50 000	1 680 000
António Seruca Salgado[2]	4 881	21 340	3 780		30 001
António Domingues	4 306	34 472	6 870		45 648
Armando Leite de Pinho	4 969 743		912 219		5 881 962
Fernando Ramirez	4 148		734		4 882
Isidro Fainé Casas	0				0
João Sanguinetti Talone	10 173	24	1 803		12 000
José Pena do Amaral	34 101	16 416	8 214		58 731
Klaus Dührkop	0				0
Manuel de Oliveira Violas	26 772		4 914		31 686
Diethart Breipohl	4 148		734		4 882
Roberto Egydio Setúbal	0				0
Tomaz Jervell	7 256		1 285		8 541
Maria Celeste Hagatong	59 340	4 945	11 388	5 000	70 673
Manuel Ferreira da Silva	12 000	19 895	5 854		37 749
António Farinha Morais[3]	26 291[4]				26 291

1) Sucedeu ao BPI – SGPS, S.A. em consequência de fusão por incorporação (escritura de 19 de Dezembro de 2002).
2) Renunciou ao cargo com efeitos a partir de 1 de Dezembro de 2002.
3) Cooptado para preencher a vaga deixada em aberto pela renúncia de António Seruca Salgado, estando em curso o processo de registo junto das entidades competentes.
4) Acções detidas na data em que foi cooptado (11 de Dezembro de 2002).
Observações:
a) os preços indicados são sempre unitários.
b) a subscrição de acções no aumento de capital de €645 625 000 para €760 000 000 foi efectuada ao preço unitário de €1.75.
c) RVA – Programa de Remunerações Variáveis em Acções destinado aos Colaboradores do Grupo BPI.

ARTUR SANTOS SILVA – Adquiriu, em 29 de Abril de 2002, no âmbito do RVA, 55 280 acções valorizadas em €2.58, das quais parte se encontra sob condição resolutiva, nos termos do respectivo regulamento. Subscreveu, no aumento de capital do BPI – SGPS, S.A. 114 726 acções das quais 4 000 lhe couberam em rateio. No âmbito do programa RVA, em 21 de Março de 2002 e na sequência do aumento do capital social do BPI SGPS foram-lhe atribuídas 219 664 e 11 367 opções de compra de acções BPI, respectivamente.

CARLOS DA CÂMARA PESTANA – Subscreveu no aumento de capital do BPI – SGPS, S.A., 53 230 acções. Vendeu: em 3 de Junho de 2002, 10 000 acções ao preço de €2.47; em 4 de Junho de 2002, 5 000 acções ao preço de €2.45; em 5 de Junho de 2002, 10 000 acções ao preço de €2.50 e em 7 de Junho de 2002, 18 230 acções ao preço de €2.46.

A IPI Itaúsa Portugal SGPS, Lda. de que é membro do Conselho de Gerência, subscreveu no aumento de capital do BPI – SGPS, S.A., 17 776 127 acções. Em 31 de Dezembro de 2002, esta sociedade detinha em carteira 114 619 877 acções.

FERNANDO ULRICH – Adquiriu, em 29 de Abril de 2002, no âmbito do RVA, 49 178 acções, valorizadas em €2.58, das quais parte se encontra sob condição resolutiva, nos termos do respectivo regulamento. Subscreveu, no aumento de capital do BPI – SGPS, S.A., 57 544 acções, das quais 2 006 lhe couberam em rateio. Vendeu: em 09 de Setembro, 5 000 acções ao preço de €2.26; em 10 de Setembro, 5 000 acções ao preço de €2.24; em 11 de Setembro, 5 000 acções ao preço de €2.24; em 12 de Setembro, 5 000 acções ao preço de €2.24; em 13 de Setembro, 5 000 acções ao preço de €2.24; em 11 de Novembro, 3 455 acções ao preço de €2.04; em 12 de Novembro, 6 667 acções ao preço de €2.02 e 15 078 acções ao preço de €2.03; em 13 de Novembro, 12 600 acções ao preço de €2.01; em 14 de Novembro, 12 600 acções ao preço de €2.01 e em 15 de Novembro, 12 600 acções ao preço de €2.02. No âmbito do programa RVA, em 21 de Março de 2002 e na sequência do aumento do capital social do BPI SGPS foram-lhe atribuídas 195 417 e 10 113 opções de compra de acções BPI, respectivamente.

RUY DE CARVALHO – Subscreveu, no aumento de capital do BPI – SGPS, S.A., 21 334 acções das quais 92 lhe couberam em rateio. Vendeu: em 27 de Maio de 2002, 19 295 acções ao preço de €2.46 e em 29 de Maio de 2002, 1 852 acções ao preço de €2.48.

ALFREDO REZENDE DE ALMEIDA – Subscreveu, no aumento de capital do BPI – SGPS, S.A., 203 093 acções, das quais 7 082 lhe couberam em rateio. Comprou: Em 3 de Setembro de 2002, 1 907 acções ao preço de €2.21; em 30 de Setembro de 2002, 3 000 acções ao preço de €1.99 e 2 000 acções ao preço de €1.98; em 18 de Outubro de 2002, 847 acções ao preço de €1.82 e em 22 de Outubro de 2002, 9 153 acções ao preço de €1.81. Vendeu: em 14 de Maio de 2002, 10 000 acções ao preço de €2.43 e em 4 de Junho de 2002, 40 000 acções ao preço de €2.53.

A Arcotêxteis – Empresa Industrial de S. Tirso, S.A., de que é Presidente do Conselho de Administração, subscreveu, no aumento de capital do BPI – SGPS, S.A., 171 920 acções, das quais 5 995 lhe couberam em rateio. Vendeu: em 23 de Janeiro de 2002, 100 000 acções ao preço de €2.50; em 25 de Janeiro de 2002, 1 950 acções ao preço de €2.58, 100 000 acções ao preço de €2.55 e 100 000 acções ao preço de €2.52; em 28 de Janeiro de 2002, 800 acções ao preço de €2.61, 50 000 acções ao preço de €2.59, 48 050 acções ao preço de €2.58 e 29 200 acções ao preço de €2.61; em 11 de Fevereiro de 2002, 10 000 acções ao preço de €2.58; em 14 de Fevereiro de 2002, 10 000 acções ao preço de €2.62; em 15 de Fevereiro de 2002, 10 000 acções ao preço de €2.64; em 18 de Fevereiro de 2002, 9 753 acções ao preço de €2.69; em 19 de Fevereiro de 2002, 247 acções ao preço de €2.69

e em 4 de Junho, 20 000 acções ao preço de €2.55. Em 31 de Dezembro de 2002, esta sociedade detinha em carteira 1 888 540 acções.

A Arcofio – Fiação, S.A. de que é Presidente do Conselho de Administração subscreveu, no aumento de capital do BPI – SGPS, S.A. 53 230 acções, das quais 1 856 lhe couberam em rateio. Em 31 de Dezembro de 2002, esta Sociedade detinha em carteira 743 230 acções.

A Arcotinto – Tinturaria, S.A. subscreveu no aumento de capital do BPI – SGPS, S.A. 69 750 acções, das quais 2 432 lhe couberam em rateio. Em 31 de Dezembro de 2002, esta Sociedade detinha em carteira 849 750 acções.

ANTÓNIO SERUCA SALGADO – Procedeu-se à correcção do saldo indicado no Relatório anterior. Adquiriu, em 29 de Abril de 2002, no âmbito do RVA, 21 340 acções valorizadas em €2.58, das quais parte se encontra sob condição resolutiva, nos termos do respectivo regulamento. Subscreveu, no aumento de capital do BPI – SGPS, S.A., 3 780 acções. No âmbito do programa RVA, em 21 de Março de 2002 e na sequência do aumento do capital social do BPI SGPS foram-lhe atribuídas 84 796 e 4 388 opções de compra de acções BPI, respectivamente.

ANTÓNIO DOMINGUES – Adquiriu, em 29 de Abril de 2002, no âmbito do RVA, 34 472 acções valorizadas em €2.58, das quais parte se encontra sob condição resolutiva, nos termos do respectivo regulamento. Subscreveu, no aumento de capital do BPI – SGPS, S.A., 6 870 acções. No âmbito do programa RVA, em 21 de Março de 2002 e na sequência do aumento do capital social do BPI SGPS foram-lhe atribuídas 136 978 e 7 089 opções de compra de acções BPI, respectivamente.

ARMANDO LEITE DE PINHO – Subscreveu, no aumento de capital do BPI – SGPS, S.A. 912 219 acções.

A Arsopi – Indústrias Metalúrgicas Arlindo S. Pinho, S.A. de que é Presidente do Conselho de Administração subscreveu, no aumento de capital do BPI – SGPS, S.A., 348 678 acções. Em 31 de Dezembro de 2002 esta Sociedade detinha em carteira 2 248 271 acções.

FERNANDO RAMIREZ – Subscreveu, no aumento de capital do BPI – SGPS, S.A., 734 acções.

A Corporació de Participacions Estrangeres, S.L. subscreveu, no aumento de capital do BPI – SGPS, S.A., 14 269 701 acções. Em 15 de Julho de 2002, a Corporació, detida a 100% pela Caixa Holding, S.A., Sociedad Unipersonal foi por esta absorvida, através de fusão. Consequentemente, a Caixa Holding passou a deter todas as acções do BPI – SGPS, S.A. que pertenciam à extinta sociedade absorvida, perfazendo a sua participação no capital do BPI, em 31 de Dezembro, 113 956 379 acções.

ISIDRO FAINÉ CASAS – Não detém quaisquer títulos.

A Caixa Holding, S.A. Sociedade Unipersonal de cujo Conselho de Administração faz parte, subscreveu, no aumento de capital do BPI – SGPS, S.A., 2 879 983 acções. Em 15 de Julho de 2002, a Caixa Holding que detinha a 100% a Corporació de Participacions Estrangeres, S.L., aborveu esta sociedade, através de fusão. Consequentemente, a Caixa Holding passou a deter as acções do BPI – SGPS, S.A. que pertenciam à sociedade absorvida. Assim, em 31 de Dezembro de 2002, esta sociedade detinha em carteira 113 956 379 acções.

JOÃO SANGUINETTI TALONE – Adquiriu, em 9 de Maio de 2002, 24 acções ao preço de €2.39. Subscreveu, em 21 de Maio de 2002, no aumento de capital do BPI – SGPS, S.A., 1 803 acções.

JOSÉ PENA DO AMARAL – Adquiriu, em 29 de Abril de 2002, no âmbito do RVA, 16 416 acções valorizadas em €2.58, das quais parte se encontram sob condição resolutiva, nos termos do respectivo regulamento. Subscreveu, no aumento de capital do BPI – SGPS, S.A., 8 214 acções. No âmbito do programa RVA, em 21 de Março de 2002 e na sequência do aumento do capital social do BPI SGPS foram-lhe atribuídas 65 228 e 3 376 opções de compra de acções BPI, respectivamente.

KLAUS DÜHRKOP – Não detém quaisquer títulos.

MANUEL DE OLIVEIRA VIOLAS – Subscreveu no aumento de capital do BPI – SGPS, S.A., 4 914 acções, das quais 171 lhe couberam em rateio.

A Violas – SGPS, S.A, de cujo Conselho de Administração faz parte, subscreveu no aumento de capital do BPI – SGPS, S.A. 3 372 579 acções das quais 117 605 lhe couberam em rateio. Vendeu em 29 de Maio de 2002, 65 228 acções ao preço de €2.50. Em 31 de Dezembro de 2002 esta Sociedade detinha em carteira 21 681 062 acções.

DIETHART BREIPOHL – Subscreveu, no aumento de capital do BPI – SGPS, S.A., 734 acções.

A RAS International N.V. que o indicou para o Conselho de Administração do BPI – SGPS, S.A., subscreveu no aumento de capital do BPI – SGPS, S.A., 8 870 369 acções. Em 31 de Dezembro de 2002, esta Sociedade detinha em carteira 65 659 233 acções.

ROBERTO SETÚBAL – Não detém quaisquer títulos.

TOMAZ JERVELL – Subscreveu, no aumento de capital do BPI – SGPS, S.A., 1 285 acções.

A Norsócia SGPS, S.A., de cujo Conselho de Administração faz parte, vendeu, no aumento de capital, os direitos de subscrição relativos às acções que detinha. Em 31 de Dezembro de 2002 esta sociedade detinha 6 018 395 acções. A Auto Maquinaria Tea Aloya, de cujo Conselho de Administração faz parte, vendeu, no aumento de capital, os direitos de subscrição relativos às acções detidas em carteira. Em 31 de Dezembro de 2002 esta sociedade detinha 6 037 256 acções.

MARIA CELESTE HAGATONG – Adquiriu, em 29 de Abril de 2002, no âmbito do RVA, 4 945 acções valorizadas em €2.62. Subscreveu, no aumento de capital do BPI – SGPS, S.A., 11 388 acções. Vendeu, em 01 de Agosto de 2002, 5 000 acções ao preço de €2.35. No âmbito do programa RVA, em 21 de Março de 2002 e na sequência do aumento do capital social do BPI SGPS foram-lhe atribuídas 78 586 e 4 067 opções de compra de acções BPI, respectivamente.

MANUEL FERREIRA DA SILVA – Adquiriu, em 29 de Abril de 2002, no âmbito do RVA, 19 895 acções valorizadas em €2.58, das quais parte se encontra sob condição resolutiva, nos termos do respectivo regulamento. Subscreveu no aumento da capital do BPI – SGPS, S.A., 5 854 acções das quais 204 lhe couberam em rateio. No âmbito do programa RVA, em 21 de Março de 2002 e na sequência do aumento do capital social do BPI SGPS foram-lhe atribuídas 79 056 e 4 091 opções de compra de acções BPI, respectivamente.

ANTÓNIO FARINHA MORAIS – Não tem movimentos.

RVA 2001 – Opções

As opções de compra de acções BPI atribuídas aos Administradores Executivos no âmbito do RVA 2001 têm as seguintes características:

- data de atribuição: 21 de Março de 2002;
- número de acções adquiríveis por cada opção detida:1;
- preço de exercício: €2.67 por acção (ajustada para €2.54 por acção na sequência do aumento do capital social);
- período de exercício: 21 de Março de 2003 a 21 de Março de 2007;
- Valor de cada opção: €0.65.

Participação dos membros do Conselho Fiscal do Banco BPI, S.A. no capital da sociedade

Membros do Conselho Fiscal	Acções				
	Detidas em 31-12-01	Adquiridas	Subscritas	Vendidas	Total em 31-12-02
Jorge de Figueiredo Dias	0	0	0	0	0
José Ferreira Amorim	3 773 717	448 076	758 207	0	4 980 000
Revisores Oficiais de Contas: Magalhães, Neves & Associados	0	0	0	0	0

Observação: os preços indicados são sempre unitários.
A subscrição de acções no aumento de capital de €645 625 000 para €760 000 000 foi efectuada ao preço unitário de €1.75.

JORGE DE FIGUEIREDO DIAS – Não detém quaisquer títulos.

JOSÉ FERREIRA AMORIM – Adquiriu: em 11 de Janeiro de 2002, 10 000 acções ao preço de €2.20; em 12 de Março de 2002, 20 000 acções ao preço de €2.60, em 4 de Abril, 50 000 acções ao preço de €2.70 e por herança 276 976 acções; em 24 de Julho de 2002, 40 000 acções ao preço de €2.35; em 6 de Agosto, 25 000 acções ao preço de €2.18; em 18 de Setembro de 2002, 6 100 acções ao preço de €2.15; em 23 de Setembro, 10 000 acções ao preço de €2.10 e em 30 de Setembro, 10 000 acções ao preço de €1.98. Subscreveu, no aumento de capital do BPI SGPS, 758 207 acções.

MAGALHÃES NEVES & ASSOCIADOS – Não detém quaisquer títulos.

Apêndices

CONCEITOS, SIGLAS, ABREVIATURAS E EXPRESSÕES ESTRANGEIRAS

CONCEITOS

Entidades do Grupo BPI – algumas designações adoptadas

Grupo BPI / BPI, se o conteúdo o permitir

Grupo financeiro com a configuração definida nas páginas 20, 138, 139 e 140.

Banco BPI / Banco BPI, S.A. / o Banco, o Banco Comercial, se o contexto o permitir

Entidade de topo do Grupo e responsável pela condução do negócio de Banca Comercial; cotado em bolsa.

Banco Português de Investimento / Banco Português de Investimento, S.A. / / BPI ou o **Banco de Investimento**, se o contexto o permitir.

Banco de investimento do Grupo.

BPI SGPS / BPI – SGPS, S.A.

Entidade que até 20 de Dezembro de 2002 encabeçava o Grupo BPI, desempenhando funções de holding e de comando estratégico. Em 21 de Dezembro incorporou o Banco BPI, adoptou o objecto social de um banco comercial e a designação da instituição incorporada – Banco BPI.

SIGLAS

Instituições, entidades

BCE	Banco Central Europeu
BEI	Banco Europeu de Investimento
BIS	Bank of International Settlements
BVLP	Bolsa de Valores de Lisboa e Porto
CMVM	Comissão do Mercado de Valores Mobiliários
EFTA	European Free Trade Association
FED	Federal Reserve System (sistema americano de bancos centrais)
IAPMEI	Instituto de Apoio às Pequenas e Médias Empresas e ao Investimento
SIBS	Sociedade Interbancária de Serviços
UE	União Europeia
UEM	União Económica e Monetária

Várias

ACTV	Acordo Colectivo de Trabalho Vertical
AEX25	Índice de acções
ALD	Aluguer de Longa Duração
BEL20	Índice de acções
CAC40	Índice de acções
CRM	Customer Relationship Management
DAX	Índice de acções
DJIA	Índice de acções
EUA	Estados Unidos da América
FIM	Fundo de Investimento Mobiliário
FTSE	Índice de acções
FRIE	Fundo de Restruturação e Internacionalização Empresarial
Ibex Geral	Índice de acções
IPC	Índice de Preços no Consumidor
IPO	Initial Public Offering (Oferta Pública Inicial)
IRC	Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas
LIBOR	London Interbank Offered Rate
LISBOR	Lisbon Interbank Offered Rate
MIB30	Índice de acções
Nasdaq-100	Índice de acções
OMX	Índice de acções
OTC	Over-the-counter (Mercado de balcão)
OT	Obrigações do Tesouro de taxa fixa
OTRV	Obrigações do Tesouro de Rendimento Variável
PIB	Produto Interno Bruto
PME	Pequenas e Médias Empresas
POE	Plano Operacional da Economia
POS	Point of sale
PPA	Plano Poupança Acções
PPR	Plano Poupança Reforma
PPR/E	Plano Poupança Reforma/Educação
PSI-20	Índice de acções
SEBC	Sistema Europeu de Bancos Centrais
SGPS	Sociedade Gestora de Participações Sociais
SMI	Índice de acções
SROC	Sociedade de Revisores Oficiais de Contas

Financeiras

EPS	Earnings per share
ROA	Return on Assets (rendibilidade do activo)
ROE	Return on Equity (rendibilidade do capital próprio)
ROI	Return on Investment (rendibilidade do investimento)
VaR	Value at Risk (valor em risco)

ABREVIATURAS

Unidades

€	euro
Bi.€	biliões de euros
m.€, m. euros	milhares de euros
M.€, M. euros	milhões de euros
p.b.	pontos base
p.p.	pontos percentuais
10^3	milhares
10^6	milhões
Bilião	mil milhões
Trilião	mil biliões

Sinais convencionais

.	ponto decimal
%	percentagem
Δ	variação
.., nd	dados não disponíveis
0	nulo ou negligenciável
-, nr	irrelevante
<	menor que
>	maior que

Moedas

EUR	euro
JPY	iene japonês
GBP	libra esterlina (Reino Unido)
USD	dólar americano

Várias

Cfr.	conforme
Dez.	Dezembro
dta.	direita
e.g.	*exempli gratia* (por exemplo)
esq.	esquerda
etc.	*et caetera*
Lda.	limitada
líq.	líquido(a)
m^2	metro quadrado
n.º	número
neg.	negativo
Net	Internet
pág(s).	página(s)
s/	sem
S.A.	Sociedade Anónima
un.	unidade
v.	*vide* (veja-se)
Var.	variação
vs.	versus
$^1/_2$	um meio
$^1/_4$	um quarto
$^3/_4$	três quartos

EXPRESSÕES ESTRANGEIRAS

Badwill	conceito próximo do de valor de trespasse, se negativo (ver também *goodwill*).
Back-office	serviços centrais partilhados de apoio ao negócio.
call	opção de compra.
cash-dispenser	terminal idêntico a um ATM, que fornece notas de várias denominações, mas não aceita depósitos.
Cap	taxa de juro máxima, em dívida da taxa variável.
Core business	negócio principal.
Fair (market) value	preço ao qual um activo ou serviço é transaccionado, assumindo-se que comprador e vendedor actuam racionalmente e têm um conhecimento razoável dos factos relevantes.
Fed funds (taxa de juro dos)	taxa de remuneração de fundos depositados por bancos comerciais nos bancos da reserva federal americana.
Floor	taxa de juro mínima garantida, em dívida de taxa variável.
Forward rate agreements (forwards)	contratos a prazo de taxas de juro.
Funding	recursos.
Gap	montante pelo qual os activos de taxa de juro diferem dos passivos de taxa de juro para um determinado período de tempo.
Goodwill	conceito próximo do de valor de trespasse.
Homebanking	serviço bancário *on-line* através de Internet, telefone ou televisão por cabo.
In-store banking	serviço bancário assente numa rede de distribuição localizada em locais de elevado tráfego (centros comerciais, hipermercados)
Initial public offering (IPO)	primeira oferta de acções ao público realizada por uma empresa.
Interest rate swap	operação de permuta de taxa de juro fixa por variável ou vice-versa.
Joint venture	acordo entre duas ou mais entidades para cooperar num determinado projecto.
Layout	design; disposição dos elementos funcionais numa agência bancária, por exemplo.
Outsourcing	por contraposição à produção própria, satisfação de necessidades de produtos ou serviços por recursos a terceiros, que podem ser fabricantes, distribuidores, agentes, etc.
Outstanding	montante em dívida.
Overrule	anulação.
Rating	classificação de empresas quanto ao risco de crédito (de curto e longo prazo).
Site	sítio na Internet.
Small cap	empresas cotadas de reduzida capitalização, normalmente inferior a 500 milhões de USD.
Spread	diferencial percentual entre a taxa de juro dos empréstimos e o custo dos recursos.
Step-up	acréscimo da taxa de juro de um empréstimo obrigacionista com opção de reembolso, se este não for feito até uma data pré-fixada.
Swap	operação de permuta de divisas ou de taxa de juro.
Value at Risk (VaR)	valor em risco.
Write-off	abate de elementos do activo pela utilização de provisões.

GLOSSÁRIO

Acção ordinária com direito a voto – título representativo de uma parcela de capital da empresa emitente. Confere aos seus detentores, como direitos principais, o direito a receber um dividendo, a participar e votar nas Assembleias Gerais e a uma quota parte dos activos em situação de liquidação.

Acção preferencial sem direito de voto – título representativo de uma parcela do capital da empresa emitente. Confere aos seus detentores prioridade no recebimento do dividendo (a uma taxa pré-definida) e na liquidação de activos, face aos detentores de acções ordinárias.

Acordo de recompra – acordo entre duas partes, associado a uma venda de títulos, segundo o qual o vendedor readquire os títulos a um preço e numa data pré-fixados. Resulta numa cedência de fundos normalmente de curto prazo e garantida por títulos, existindo dessa forma uma taxa de juro implícita. É frequente ser utilizada pelo Banco de Portugal (vendedor) em operações de absorção de liquidez no mercado monetário.

American Depositary Receipts (ADR) – certificados de depósitos transaccionáveis, emitidos por bancos dos Estados Unidos da América, representando acções de empresas sediadas fora dos EUA sob sua guarda e que conferem aos seus titulares o direito a dividendos e ganhos de capital.

Benchmark – valor de referência para o mercado, de aceitação generalizada, utilizado na avaliação de títulos e na análise da rendibilidade de investimentos.

Bilhete do Tesouro – título de dívida pública de curto prazo, emitido pelo Tesouro, com prazo de vencimento inferior a um ano. É um título emitido a desconto e reembolsado pelo valor nominal, no momento do vencimento.

Call-option – contrato entre duas partes, mediante o qual o comprador adquire, através da entrega de uma contrapartida monetária (prémio), o direito a comprar à outra parte o activo de suporte numa data futura (ou até uma determinada data futura), ao preço fixado no contrato.

Decrementos por invalidez – redução no valor calculado das responsabilidades com pensões por serviços passados de Colaboradores no activo, em resultado da utilização, no cálculo do valor destas, de probabilidades de saída dos Colaboradores do activo por invalidez, ou seja, antes do tempo normal de reforma. As responsabilidades com pensões por invalidez são inferiores face à situação da reforma por velhice uma vez que as prestações a atribuir a título de reforma por velhice, e invalidez são definidas como uma percentagem crescente do salário, em função do número de anos de serviço.

Day-trade – compra e venda de valores mobiliários ao longo de uma sessão de bolsa, de modo tal, que no momento de encerramento desta, o investidor não detém qualquer posição aberta nem sofreu qualquer alteração na composição da sua carteira.

Emissão reservada a Accionistas – aumento de capital, quer por incorporação de reservas, quer por entrada de dinheiro, destinado exclusivamente aos Accionistas. No aumento de capital por entrada de dinheiro é normalmente definido um preço de subscrição inferior ao do mercado.

Equity method – metodologia de reconhecimento de uma participação nas contas consolidadas. Regista-se uma percentagem da situação líquida e dos resultados correspondente à percentagem de capital detida, directa ou indirectamente, no capital dessa empresa.

Euribor – média das taxas de juro fornecidas por um painel de 57 dos maiores bancos da União Europeia. É calculada e divulgada diariamente.

***Forward* (de divisas)** – contrato mediante o qual duas partes fixam uma taxa de câmbio para uma determinada data futura e um certo montante de moeda.

***Forward rate agreements* (FRA)** – contrato graças ao qual duas partes fixam uma taxa de juro para uma certa data futura, sobre um determinado montante e com determinado prazo de vencimento.

Futuro – contrato estandardizado e negociado em bolsa no qual duas partes fixam o preço de um activo para uma determinada data futura.

Hedging – estratégia de cobertura do risco de um investimento (risco de variação dos preços de determinado activo); um *hedging* perfeito elimina a possibilidade de qualquer ganho ou perda futura.

Incorporação de reservas – aumento de capital mediante conversão de reservas. As novas acções são atribuídas gratuitamente aos Accionistas, pelo que a empresa não obtém qualquer encaixe financeiro e nessa medida o seu valor não se altera.

Investment grade – designação atribuída a todos os emissores de obrigações cuja notação de *rating* é igual ou superior a BBB ou Baa.

Market-maker – membro do mercado de bolsa que, com o objectivo de promover a liquidez, mantém posições firmes de compra e de venda em determinado(s) título(s), publicitando os preços aos quais assegura (em determinadas condições), a compra ou a venda.

Mercados emergentes – mercados financeiros com elevado potencial de crescimento evoluem rapidamente para níveis superiores de maturidade e desenvolvimento. Localizam-se essencialmente na Ásia e América do Sul.

Mismatch – não concordância entre prazos de vencimento e pagamento de juros de aplicações de crédito e fundos provenientes de depósitos e restante dívida remunerada. Uma das preocupações fundamentais na gestão de fundos e aplicações numa instituição de crédito (em geral as aplicações têm um prazo de vencimento superior ao das responsabilidades) é a redução da exposição ao risco de variação de taxa de juro e a garantia da existência de fundos disponíveis, à medida que as responsabilidades se tornam exigíveis.

Obrigação subordinada (dívida de longo prazo) – título representativo de empréstimo cujo reembolso, em caso de falência ou liquidação do emitente, está dependente do prévio reembolso de todos os demais credores não subordinados ou, pelo menos, de determinados tipos de dívida.

Obrigação perpétua – título representativo de empréstimo que não confere direito ao reembolso do valor nominal da dívida e cujo vencimento não tem prazo.

Obrigação com *cap* ou *floor* – obrigação de taxa de juro variável à qual está associado um cupão designado por *cap (floor)* que pode ser transaccionado separadamente. O *cap* é um contrato através do qual a entidade emitente fixa, em troca de um prémio (remuneração implícita no cap que acresce à taxa de juro do empréstimo), uma taxa máxima para o empréstimo. O *floor* é um contrato mediante o qual a entidade emitente estabelece, a troco de um prémio (remuneração implícita no *floor* que se deduz à taxa de juro do empréstimo), uma taxa mínima para o empréstimo.

Obrigação com *call (callable bonds)* – obrigação que confere à entidade emitente o direito de, em condições pré-fixadas (período de tempo de exercício da opção, preço, etc.), proceder ao reembolso da dívida. A opção contida na obrigação não pode ser transaccionada separadamente desta. Está geralmente associada a um step-up que designa o acréscimo da taxa de juro da dívida, se a opção de reembolso antecipado acordada não for exercida até uma data futura.

Private Equity – forma de financiamento de empresas em início de actividade, em fase de forte crescimento ou em processos de reeestruturação, através da participação no seu capital, em regra com perspectivas de posterior dispersão em mercado de capitais.

Produto estruturado capital seguro / risco limitado – títulos de dívida de taxa variável cuja remuneração está indexada, na sua totalidade ou em parte, à evolução do preço de acções ou índices de acções. Para o caso da evolução dos preços dos activos que servem de indexante ser negativa, garantem na data de vencimento o reembolso da totalidade do capital investido (capital seguro) ou a limitação das perdas a um valor pré--determinado (risco limitado).

Project Finance – investimento cujo serviço de dívida é assegurado pelos *cash flows* do próprio projecto; financiamento de projectos estruturados deste modo.

Provisões económicas – designação dada à estimativa das perdas efectivas (ou quase efectivas) por incumprimento de crédito. São utilizadas para avaliar a suficiência das provisões contabilísticas.

Put-option – contrato entre duas partes, mediante o qual o comprador adquire, através da entrega de uma contrapartida monetária (prémio), o direito a vender à outra parte o activo de suporte numa data futura (ou até uma determinada data futura), ao preço fixado no contrato.

***Rating* de crédito** – classificação atribuída a uma instituição por uma entidade especializada e independente e que visa reflectir a capacidade da instituição para solver as suas responsabilidades de curto ou de longo prazo.

Ratio de solvabilidade – (regras do Banco de Portugal) relação entre o total dos fundos próprios e o total dos activos e elementos extrapatrimoniais ponderados pelo respectivo grau de risco (de crédito para a carteira de investimento e de mercado para a carteira de negociação), devendo ser observado um valor mínimo de oito por cento. Pretende assegurar um mínimo de fundos próprios que cubram o total de perdas potenciais inerentes aos activos e posições em elementos extrapatrimonias, garantindo a capacidade da instituição para satisfazer o total das suas responsabilidades. Muito semelhante ao ratio BIS, pois adopta os mesmos princípios e metodologia, difere apenas no tratamento dado a alguns elementos dos fundos próprios e na determinação do risco inerente a alguns elementos do activo e extrapatrimoniais.

Ratio BIS – ratio de adequação de capital, de aceitação internacional, que corresponde à relação entre o total dos fundos próprios e o total de activos e elementos extrapatrimoniais ponderados pelo respectivo grau de risco (de crédito para carteira de investimento e de mercado para a carteira de negociação), devendo ser observado um valor mínimo de oito por cento.

Risco-país – perda potencial na exposição em activos e elementos extrapatrimoniais cuja contraparte seja constituída por residentes de países que, pela sua situação política e económica, sejam considerados de risco.

Rotação do capital – relação entre o número de acções transaccionadas e o número médio de acções admitidas à cotação.

Sindicato de colocação – conjunto de intermediários financeiros que participam de forma coordenada na preparação e realização de uma operação de emissão de valores mobiliários.

Start-up – empresa nova ou muito recente, que usualmente desenvolve negócios modernos / emergentes, e quase sempre financiada por empresas de capital de risco / desenvolvimento e pelo recurso ao mercado de capitais.

Stop-loss – definição prévia do preço a que um activo financeiro deve ser vendido (por referência aos preços de mercado) com o objectivo de limitar as perdas, se o activo se desvalorizar, ou proteger ganhos já obtidos.

***Swap* (divisas / taxas de juro)** – contrato segundo o qual duas partes trocam a modalidade de um determinado financiamento (taxa fixa por taxa variável – *swap* de taxas de juro; de uma moeda para outra – *swap* de divisas), através de uma instituição financeira (intermediário).

Tomada firme – acordo entre a entidade emitente e as instituições encarregues da venda dos valores mobiliários ao público, segundo o qual estas se comprometem, por contrapartida de um prémio, a adquirir todos os títulos não subscritos, eliminando o risco de insucesso da operação.

Valor nocional (de um derivado) – preço actual do activo de suporte do instrumento financeiro derivado no mercado a contado.

***Value-at-Risk* (valor em risco de mercado)** – corresponde à perda máxima potencial no valor dos activos detidos, resultante de uma evolução desfavorável dos mercados e dos preços, num determinado horizonte temporal. O *Value-at-Risk* é avaliado através de modelos que assumem determinadas hipóteses, nomeadamente, quanto à distribuição de probabilidades das variações dos preços, correlações entre variações de preços e nível de confiança estatístico.

Volatilidade – conceito utilizado para caracterizar a flutuação dos preços de um activo, quer em amplitude, quer em frequência.

***Warrant* autónomo (de acções)** – contrato transaccionável emitido por instituições financeiras que confere ao seu detentor o direito de compra (*call warrant*) ou de venda (*put warrant*) de um activo financeiro, designado por activo subjacente, em condições pré-determinadas (período de conversão, preço de conversão, etc.). Os activos subjacentes mais usuais são acções e índices de acções.

***Warrant* "tradicional" (de acções)** – contrato transaccionável que confere ao seu detentor o direito de conversão em acções da empresa que o emitiu, em condições pré-determinadas (período de conversão, preço de conversão, etc.). A sua conversão implica normalmente o aumento do capital da empresa. A situação mais usual é acompanharem a emissão de obrigações, tornando-a mais atractiva.

Write-offs – abate do crédito vencido, registado no activo, que se encontra integralmente provisionado e em relação ao qual não existam perspectivas de recuperação. O abate faz-se por contrapartida de provisões, pelo que não gera qualquer impacto na conta de resultados.

FORMULÁRIO

Activo total mais desintermediação:

Activo total líquido[1] + Recursos captados de Clientes com registo fora do balanço

1) Corrigido de duplicações de registo

Recursos totais de Clientes:

Recursos registados no balanço + Recursos registados fora do balanço

Recursos captados de Clientes com registo fora do balanço:

Fundos de investimento + PPA e PPR + Produtos de capitalização

Produto bancário:

Margem financeira + Comissões e outros proveitos (líq.) + Lucros em operações financeiras (líq.)

Custos de funcionamento:

Custos com pessoal + Outros gastos administrativos

Cost-to-income:

$$\frac{\text{Custos de funcionamento}}{\text{Produto bancário}}$$

Custos de estrutura:

Custos de funcionamento + amortizações

Ratio de eficiência:

$$\frac{\text{Custos de estrutura}}{\text{Produto bancário – Lucros em operações financeiras}}$$

***Cash flow* corrente:**

Produto bancário – Custos de funcionamento

Lucro líquido atribuível aos Accionistas do Grupo BPI:

Lucro antes de impostos – Impostos sobre lucros – Interesses minoritários no lucro + Resultados de subsidiárias reavaliadas pelo *equity method*

***Cash flow* após impostos:**

Lucro líquido + Amortizações + Provisões líquidas de anulações e reposições

Rendibilidade do activo total médio (ROA):

$$\frac{\text{Lucro líquido atribuível aos accionistas do Grupo BPI}}{\text{Média dos valores mensais do activo líquido}} \times 100$$

Rendibilidade dos capitais próprios (ROE):

$$\frac{\text{Lucro líquido atribuível aos accionistas do Grupo BPI}}{\text{Média dos valores mensais da situação líquida}} \times 100$$

Ratio de crédito vencido há mais de 30 dias em % do crédito a Clientes:

$$\frac{\text{Crédito e juros vencidos há mais de 30 dias}}{\text{Carteira de crédito a Clientes bruta}} \times 100$$

Cobertura do crédito vencido por provisões:

$$\frac{\text{Provisões para crédito vencido + Provisões para riscos gerais de crédito}}{\text{Crédito e juros vencidos há mais de 30 dias}} \times 100$$

Financiamento das responsabilidades com pensões:

$$\frac{\text{Fundos de pensões}}{\text{Responsabilidades com pensões em pagamento e por serviços passados de Colaboradores no activo}} \times 100$$

Valores por acção:

$$\frac{\textit{Cash flow}\text{, lucro líquido ou dividendo}}{\text{N.º médio ponderado de acções}}$$

$$\frac{\text{Valor contabilístico}}{\text{N.º final de acções*}}$$

* Ajustado pelos efeitos de diluição de aumentos de capital reservados a Accionistas

N.º médio ponderado de acções:

N.º médio de acções existentes com direito a dividendos*

* Ajustado pelos efeitos de diluição de aumentos de capital reservados a Accionistas ocorridos no exercício e em anos posteriores.

Rendibilidade total do Accionista:

Apreciação da cotação em bolsa + apreciação do reinvestimento de dividendos

Preço como múltiplo de ...

$$\frac{\text{Cotação de fecho ajustada em 31 de Dezembro}}{\textit{Cash flow}\text{, lucro líquido ou valor contabilístico por acção}}$$

***Dividend yield* (%):**

$$\frac{\text{Dividendo por acção relativo ao ano e pago no ano seguinte}}{\text{Cotação de fecho ajustada em 31 de Dezembro}} \times 100$$

***Earnings yield* (%):**

$$\frac{\text{Resultado líquido por acção}}{\text{Cotação de fecho ajustada em 31 de Dezembro}} \times 100$$

NOTAS METODOLÓGICAS

CRIAÇÃO DE VALOR PARA O ACCIONISTA

A perspectiva mais adequada sobre o valor criado para o Accionista é obtida efectuando a análise do ponto de vista do próprio investidor. Quando este adquire acções espera obter um ganho superior ao que obteria em alternativas de investimento com nível de risco semelhante.

Ganho do accionista

Ganho do accionista por acção = Preço de venda – Preço de aquisição + Dividendo

O ganho total do Accionista decompõe-se em ganho de capital, que resulta da valorização das acções em bolsa, e em apropriação de resultados da empresa, sob a forma de dividendo recebido.

Taxa de retorno do Accionista

A taxa de retorno considera o período de tempo do investimento para estabelecer a relação entre o capital utilizado na aquisição de acções e o ganho obtido, e possibilita a análise da rendibilidade do investimento pela comparação com oportunidades de investimento alternativas.

No cálculo da taxa de retorno, dado os *cash flows* ocorrerem em diferentes momentos temporais, utiliza-se a metodologia da taxa interna de rendibilidade (TIR). A taxa de retorno será, deste modo, a taxa média do período de investimento que iguala o valor actual dos fluxos de entrada, que resultam da venda das acções e do dividendo pago, ao valor actual do capital investido.

$$\sum \frac{CFj}{(1 + \text{Taxa de retorno média anual do accionista})^{(dj-d0)\,/\,365}} = 0$$

CFj – *cash flow* no momento j (os fluxos de entrada são registados com valor positivo e fluxos de saída com valor negativo)
dj – data que corresponde ao momento j
d0 – data em relação à qual se faz a actualização dos *cash flows*, correspondente ao momento em que se realiza o primeiro investimento de capital
Considerou-se que todos os anos tinham 365 dias.

O investimento numa determinada acção proporciona diferentes taxas de rendibilidade em função dos momentos escolhidos para realizar o investimento e respectivo desinvestimento.

Matriz da rendibilidade média anual nominal do Accionista

A matriz de rendibilidade apresenta diversas taxas médias anuais de rendibilidade obtida pelo Accionista em função do período de tempo do investimento.

O Accionista tipo considerado realiza o investimento inicial em acções e durante o período de investimento faz o reinvestimento de dividendos em novas acções, no dia seguinte ao seu recebimento, e participa em todos os aumentos de capital e emissões de dívida convertível reservados a accionistas, subscrevendo a quantidade máxima a que tem direito.

INDICADORES POR ACÇÃO

O ratio "resultado por acção", que na terminologia anglo-saxónica se designa por *earnings per share* (EPS) assume uma grande importância no contexto da avaliação de um dado investimento.

A razão principal é o facto de este indicador constituir o denominador da relação entre o preço de uma acção e a parcela do resultado[1] que lhe cabe, relação vulgarmente designada por P/E ou PER (price to earnings ratio). O P/E prospectivo é provavelmente o indicador mais utilizado pelo mercado para avaliar o atractivo de um dado investimento, dado o preço num determinado momento e o fluxo estimado de lucros futuros da empresa em causa.

Na construção do indicador EPS, a única questão a resolver consiste na determinação do número de acções a utilizar como denominador – o número médio ponderado de acções com direito a dividendo em emissão no período em causa –, por forma, designadamente, a assegurar a comparabilidade da série histórica.

Um conjunto de eventos implicam o ajustamento desse número de acções; os dois mais comuns são os aumentos de capital, seja por incorporação de reservas (*bonus issue*), seja por subscrição reservada aos accionistas (*rights issue*).

O facto de o preço de emissão num aumento de capital reservado a accionistas ser inferior à cotação vigente no mercado (procedimento muito comum) implica que o direito do Accionista de subscrever novas acções tem um conteúdo patrimonial que é destacável da acção e negociável no mercado. Esse conteúdo é expresso pelo chamado "direito de subscrição".

Metodologicamente, uma emissão de acções reservada a accionistas, pode e deve, portanto, ser subdividida numa incorporação de reservas (teórica)[2] seguida de uma emissão de acções ao preço que teoricamente se formaria no mercado após o aumento de capital.

Para efeito de determinação do número médio ponderado de acções:

– quando ocorre uma incorporação de reservas, teórica (decorrente da subdivisão acima referida) ou real, deve considerar-se que tal sucede no primeiro dia do exercício;

– o número de acções emitidas "a preço de mercado" é considerado pela parte correspondente ao período durante o qual o encaixe do aumento concorreu para o resultado do exercício.

Quando as acções emitidas num determinado ano não conferirem direito ao dividendo desse exercício, concorrendo apenas ao dividendo dos exercícios seguintes, o procedimento adequado é, para todos os efeitos, considerar que o aumento de capital ocorreu no primeiro dia do exercício seguinte, mantendo-se a metodologia de base acima enunciada[3].

1) O resultado utilizado no cálculo de EPS é passível de diversos ajustamentos. Neste relatório é sempre usado o lucro líquido contabilístico do Grupo BPI sem qualquer ajustamento.
2) Um aumento de capital por incorporação de reservas consubstancia-se numa mera transferência entre rubricas contabilísticas de situação líquida, não implicando qualquer desembolso por parte dos accionistas.
3) Pelo contrário, o número de acções a utilizar para cálculo do indicador "valor contabilístico por acção" em 31 de Dezembro de um exercício que antecede o ano de realização de um aumento de capital, dado tratar-se de duas grandezas estáticas, deve ser o número final de acções existentes nessa data apenas ajustado por eventos subsequentes.

ÍNDICE DE FIGURAS, QUADROS, GRÁFICOS E "CAIXAS"

N.º	FIGURAS	Pág.
01	Crescimento, rendibilidade, solidez e valorização	5
02	Órgãos sociais do Banco BPI, S.A.	11
03	Estrutura financeira e negócio do Grupo BPI (principais entidades); Participações efectivas, directas e / ou indirectas	20
04	Redes de distribuição do Grupo BPI	21
05	Gestor de Oportunidades	27
06	Gestão de Processos de Crédito	29
07	Plataforma multicanal	31
08	Data warehouse	32
09	Procedimentos relativamente a crédito vencido de empresas	109

N.º	QUADROS	
01	Principais indicadores	4
02	Colaboradores do Grupo BPI	22
03	Colaboradores do Banco BPI – indicadores seleccionados	24
04	Principais indicadores de eficiência, disponibilidade e desempenho	25
05	Previsões pormenorizadas para Portugal e para a zona do euro	42
06	Índices accionistas	47
07	Principais indicadores da Banca de Particulares e Pequenos Negócios	48
08	Crédito a Clientes na Banca de Particulares e Pequenos Negócios	50
09	Contratação de crédito hipotecário pelos canais especializados	50
10	Recursos de Clientes sob a responsabilidade da Banca de Particulares e Pequenos Negócios	52
11	Crédito e garantias a Clientes da Banca de Empresas, Banca Institucional e Project Finance	55
12	Principais indicadores da actividade global do Fundo da EFTA	58
13	Principais indicadores do Banco de Fomento Angola	62
14	Principais indicadores do Banco de Fomento Moçambique	63
15	Principais indicadores do Banc Post	64
16	Activos sob gestão	66
17	Evolução do volume dos fundos de investimento BPI	67
18	Distribuição dos fundos de investimento BPI	67
19	Evolução da produção de seguros de vida de capitalização	68
20	Principais indicadores de Private Banking	74
21	Investimentos de Private Equity	76
22	Conta de resultados	78
23	ROE por áreas de negócio	80
24	Margem financeira	81
25	Taxas médias dos activos remunerados e dos passivos remunerados	82
26	Evolução dos proveitos e dos custos com juros	83
27	Comissões e outros proveitos equiparados (líquidos)	84
28	Lucros em operações financeiras	85
29	Custos de estrutura	86
30	Custos com pessoal	87
31	Colaboradores das empresas consolidadas por integração global	87
32	Fornecimentos e serviços de terceiros	88
33	Diferimento do custo de campanhas de publicidade	89
34	Aquisições e transferências de imobilizado, deduzidas de alienações e abates	90
35	Amortizações de imobilizado incorpóreo e corpóreo	90
36	Provisões (conta de resultados)	91
37	Resultados extraordinários líquidos	92
38	Balanço	94
39	Carteira de crédito a Clientes	96
40	Crédito hipotecário – repartição por modalidades de taxa	96
41	Carteira de títulos e participações	97
42	Cobertura de menos-valias latentes em imobilizações financeiras ao abrigo do Aviso 4 / 2002	98
43	Recursos totais com registo no balanço	99
44	Recursos totais de Clientes	99
45	Evolução da situação líquida	100
46	Fundos próprios	101
47	Requisitos de fundos próprios	102
48	Rácio de requisitos de fundos próprios	103
49	Financiamento das responsabilidades com pensões	104
50	Rating interno de empresas – repartição da exposição por classes de risco	111
51	Ratings da carteira de investimento de obrigações e títulos de rendimento fixo	112
52	Risco corrente de crédito – Valor de substituição de derivados por tipo de contraparte	112
53	Crédito a Clientes vencido e provisões	114
54	Crédito vencido há mais de 30 dias por segmentos de mercado	115
55	Crédito a Clientes vencido por antiguidade	115
56	Exposição a países de risco	116
57	Risco de mercado global	117
58	Notações de rating do BPI	120
59	Principais indicadores das acções Banco BPI	123
60	Distribuição do capital do Banco BPI	125
61	Accionistas com participações superiores a 2% do capital do Banco BPI	125
62	Criação de valor para os Accionistas do BPI	126

N.º	GRÁFICOS	
01	Crescimento via consolidação de activos	13
02	Colaboradores do Grupo BPI	22
03	Colaboradores do Banco BPI – distribuição por áreas	23
04	Colaboradores do Banco BPI – formação universitária e média de idades	23
05	Crescimento real do PIB	40
06	Expansão do crédito bancário	41
07	Expansão dos depósitos bancários	41
08	Cotações do euro em 2002	43
09	Taxas de juro a seis meses em 2002	44
10	Taxas de juro a dez anos em 2002	45
11	Prémios de risco de crédito em 2002	46
12	Principais índices bolsistas em 2002	47
13	Crédito e garantias a Clientes da Banca de Particulares e Pequenos Negócios	50
14	Crédito hipotecário a Clientes da Banca de Particulares e Pequenos Negócios	50
15	Recursos de Clientes da Banca de Particulares e Pequenos Negócios	52
16	BPI Net e BPI Directo – aderentes com password alterada	53
17	Sites do Grupo – páginas visualizadas	53
18	Crédito e garantias a Clientes da Banca de Empresas, Banca Institucional e Project Finance	55
19	Recursos de Clientes da Banca de Empresas, Banca Institucional e Project Finance	55
20	Nível de satisfação global dos Clientes do BPI	65
21	Comissões – intermediação de seguros	65
22	Activos de terceiros sob gestão	66
23	Fundos de investimento sob gestão	67
24	Distribuição dos fundos de investimento sob gestão	67
25	Seguros de vida de capitalização – produção anual	68
26	Fundos de pensões sob gestão	70
27	Fundos de pensões abertos	70
28	Rendibilidade de longo prazo dos fundos de pensões	70
29	Carteira de investimentos em Private Equity por sector de actividade em 31 Dezembro 2002	76
30	Lucro líquido	77
31	Contributos por área de negócio para o lucro líquido de 2002	79
32	Crédito a Clientes – saldos em fim de ano	81
33	Margem financeira	81

N.º	GRÁFICOS (cont.)	Pág.
34	Proveniência da margem financeira	81
35	Taxas de juro de crédito e recursos	82
36	Comissões e outros proveitos equiparados líquidos	84
37	Lucros em operações financeiras	85
38	Rácio de eficiência e cost-to-income	86
39	Custos com pessoal	86
40	Activo total líquido e desintermediação	95
41	Crédito a Clientes e garantias	95
42	Composição do activo	95
43	Composição do passivo	95
44	Recursos totais de Clientes	99
45	Evolução da situação líquida em 2002	100
46	Fundos próprios e requisitos de fundos próprios	103
47	Rácio de requisitos de fundos próprios	103
48	Património dos fundos e responsabilidades com pensões dos Colaboradores do Grupo BPI	106
49	Composição do fundo de pensões dos Colaboradores do Banco BPI	107
50	Fundos de pensões dos Colaboradores do Grupo BPI – rendimento vs. inflação e actualização do ACTV	107
51	Fundos de pensões dos Colaboradores do Grupo BPI – rendibilidade comparada com o mercado	107
52	Rácio de crédito a Clientes vencido	113
53	Cobertura de crédito a Clientes vencido	113
54	Perda líquida de crédito	113
55	Evolução das acções Banco BPI e dos índices de referência	122

"CAIXAS"	
Marcos Históricos	12
A identidade do BPI	14
Responsabilidade pública	18
Formação (dos recursos humanos)	24
Gestor de Oportunidades	27
Gestão de Processos de Crédito	29
Plataforma Multicanal	31
Data Warehouse	32
Reorganização da área de compras	36
Principais acontecimentos em 2002	38
Alterações estruturais na Banca de Particulares e Pequenos Negócios	48
BPI Net e BPI Directo Particulares	53
Novo Balcão BPI	54
Rede de Banca de Empresas, Banca Institucional e Project Finance	56
Fundo da EFTA	58
Projecto de fusão entre o Banco de Fomento Moçambique e o Banco Comercial e de Investimentos	63
Inquérito ao nível de satisfação dos Clientes de Bancassurance	65
Oferta da BPI Vida	69
Gestão de Activos do BPI	71
Fusões, aquisições, restruturações e consultoria	72
Aviso 4 / 2002 do Banco de Portugal (participações financeiras)	98
Responsabilidades com pensões – enquadramento regulamentar	105
Fundos de pensões do Grupo BPI	106
Direcção de Riscos de Crédito	110
Crédito à habitação – risco de crédito	111
Relatórios de rating	121

ÍNDICE GERAL

	Pág.
RELATÓRIO	
Principais indicadores	4
Crescimento, rendibilidade, solidez e valorização	5
Apresentação do relatório	6
No rumo certo	6
Crescimento selectivo	6
Eficiência e modernização	8
Solidez e confiança	10
Órgãos sociais	11
Marcos históricos	12
Liderança, inovação e crescimento	12
A identidade do BPI	14
A Marca BPI	15
Notoriedade	15
Eficiência	15
Satisfação	15
Governo do Grupo BPI	16
Reorganização societária e da gestão	16
Relatório sobre o Governo do Grupo BPI	16
Reconhecimento público	17
Responsabilidade pública	18
Cultura, investigação, ensino e solidariedade social	18
Estrutura financeira e negócio	20
Canais de distribuição	21
Recursos humanos	22
Racionalização, rejuvenescimento e qualificação	22
Banco BPI	23
Tecnologia	25
Apoio ao negócio e às vendas	27
Gestor de Oportunidades	27
Gestão de processos de negócio	28
GPC Habitação	28
GPC Crédito Pessoal	28
GPC Automóvel	28
GPC Cartões	28
Soluções de apoio ao negócio de empresas	30
Grupos de Empresas	30
Limites de crédito	30
Informação de Gestão	30
BPI Net Empresas	30
Outras soluções de apoio ao negócio	30
Disponibilização de soluções estruturais	30
Plataforma multicanal	30
Modelo global de operações bancárias e subsistema de interfaces	33
Sistema de Informação de Pessoas	33
Segurança	33
Aumento da eficiência interna	34
Reestruturação do grupo	34
Operações	35
Principais acontecimentos em 2002	38
Enquadramento	40
Enquadramento macroeconómico	40
Mercado cambial	43
Mercado monetário	44
Mercado de obrigações	45
Mercado de acções	46
Actividade doméstica de Banca Comercial	48
Banca de Particulares e Pequenos Negócios	48
Crédito a Clientes	50
Crédito à habitação	50
Crédito automóvel	51
Cartões	51
Recursos de Clientes	52
Banca de empresas, Banca Institucional e Project Finance	55
Wholesale Banking, Grandes e Médias Empresas	57
Apoio ao investimento	57
Protocolo no âmbito do Programa Operacional da Economia	57
Protocolo com o Instituto de Financiamento e Apoio ao Turismo	58
Linhas de Crédito BEI e KFW	58
Project Finance	59
Banca Institucional	61
Banca Comercial – actividade no estrangeiro	62
Banco de Fomento Angola	62
Banco de Fomento Moçambique	63
Banc Post	64
Seguros	65
Gestão de activos	66
Síntese da actividade	66
Criação da área de gestão de risco	66
Fundos de investimento	67
Clientes institucionais	68
Seguros de vida de capitalização	68
Fundos de pensões	70
Rendibilidade dos fundos de pensões	70
Banca de Investimento	72
Corporate Finance	72
Acções	73
Mercado primário de acções	73
Mercado secundário de acções	73
Research	73
Trading	73
Private Banking	74
BPI (Suisse), S.A.	74
Centros de investimento	74
Private Equity	75
Mercado	75
Estratégia de investimento	76
Investimentos	76
Análise financeira	77
Resultados consolidados	77
Síntese	77
Resultados por áreas de negócio	79
Rendibilidade por áreas de negócio	80
Margem financeira	81
Comissões	84
Lucros em operações financeiras	85
Custos de estrutura	86
Custos com pessoal	86
Fornecimentos e serviços de terceiros	88
Amortizações	90
Provisões	91
Resultados extraordinários	92
Resultados de subsidiárias consolidadas pelo equity method	93
Interesses minoritários	93
Balanço	94
Crédito a Clientes	95
Carteira de títulos e participações financeiras	97
Recursos captados	99
Situação líquida	100
Fundos próprios	101
Requisitos de fundos próprios	102
Rácio de requisitos de fundos próprios	103
Responsabilidades com pensões	104
Gestão de riscos	108
Riscos de crédito	108
Processo de gestão	108

Pág.
Avaliação da exposição ao risco de crédito – empresas, institucionais, financiamento especializado 110
Avaliação da exposição ao risco de crédito – particulares e pequenos negócios 111
Avaliação da exposição ao risco de crédito – carteira de títulos 112
Avaliação da exposição ao risco de crédito – Crédito interbancário de curto prazo 112
Avaliação da exposição ao risco de crédito – Operações de derivados 112
Níveis de incumprimento, provisionamento e recuperação 113
Risco-país 116
Riscos de mercado 117
Risco de liquidez 118
Riscos operacionais 118
Riscos legais 119
Rating 120
Acções BPI 122
Rendibilidade do accionista 122
Resultados por acção 122
Dividendos 122
Liquidez 122
Capitalização bolsista 122
Valorização pelo mercado 122
Capital social 122
Acções próprias 124
Accionistas 125
Estrutura e principais accionistas 125
Criação de valor para os Accionistas 126
Rendibilidade do investimento (ROI) 126
Referências finais 127
Proposta de aplicação dos resultados 128

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS
Balanços consolidados em 31 de Dezembro de 2002 e 2001 130
Demonstrações de resultados consolidados por naturezas para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2002 e de 2001 132
Demonstrações dos resultados consolidados por funções para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2002 e de 2001 134
Demonstrações dos fluxos de caixa consolidados para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2002 e de 2001 135

Notas às demonstrações financeiras consolidadas 137
Notas às demonstrações financeiras consolidadas em 31 de Dezembro de 2002 e de 2001 138
1. Grupo financeiro 138
2. Comparabilidade da informação, bases de apresentação, princípios de consolidação e principais políticas contabilísticas 141
Comparabilidade da informação 141
Bases de apresentação 141
Princípios de consolidação 141
Principais políticas contabilísticas 142
2.1. Especialização de exercícios 142
2.2. Imobilizações corpóreas 142
2.3. Imobilizações incorpóreas 142
2.4. Participações financeiras 142
2.5. Obrigações, acções e outros títulos de rendimento fixo ou variável 143
i) Títulos de negociação 143
ii) Títulos de investimento 144
iii) Vendas de títulos a descoberto 144
iv) Acções próprias afectas ao programa RVA – Remuneração Variável de Acções 144

Pág.
2.6. Operações em moeda estrangeira 144
i) Posição cambial e operações de permuta de divisas (swaps) 144
Notas e moedas estrangeiras 144
Posição à vista 145
Posição a prazo 145
Operações de permuta de divisas (swaps) 145
ii) Conversão em euros de saldos em moeda estrangeira 145
iii) Conversão em euros de resultados em moeda estrangeira 145
2.7. Provisões para risco específico de crédito 145
2.8. Provisões para depreciação de títulos e para outros activos 145
2.9. Provisões para risco-país 145
2.10. Provisões para riscos e encargos 145
i) Riscos gerais de crédito 145
ii) Outros riscos e encargos 146
2.11. Fundo para riscos bancários gerais 146
2.12. Pensões de reforma e de sobrevivência 146
2.13. Impostos sobre os lucros 147
2.14. Locação financeira 147
Como locatário 147
Como locador 147
2.15. Factoring 147
2.16. Operações em produtos derivados 147
Contratos de trocas de taxas de juro (swaps de taxas de juro) 147
Contratos a prazo de taxas de juro (FRA) 147
Futuros 148
Opções 148
2.17. Valores mobiliários de terceiros recebidos em depósito 148
3. Repartição sectorial das aplicações e inventário de títulos e participações financeiras 149
3.1. Repartição sectorial das aplicações 149
3.2 Inventário de títulos e participações financeiras 150
4. Notas 162
4.1. Caixa e disponibilidades em bancos centrais 162
4.2. Disponibilidades à vista sobre instituições de crédito 162
4.3. Outros créditos sobre instituições de crédito 162
4.4. Créditos sobre Clientes 163
4.5. Obrigações e outros títulos de rendimento fixo 164
4.6. Acções e outros títulos de rendimento variável 165
4.7. Partes de capital em empresas associadas 165
4.8. Partes de capital em empresas filiais excluídas da consolidação 166
4.9. Outras participações financeiras 166
4.10. Imobilizações incorpóreas 168
4.11. Imobilizações corpóreas 168
4.12. Outros activos 170
4.13. Contas de regularização (activo) 170
4.14. Débitos para com instituições de crédito 171
4.15. Débitos para com Clientes 172
4.16. Débitos representados por títulos 172
4.17. Outros passivos 177
4.18. Contas de regularização (passivo) 177
4.19. Provisões para riscos e encargos e fundo para riscos bancários gerais 178
4.20. Responsabilidades por pensões de reforma e sobrevivência 178
4.21. Passivos subordinados 180
4.22. Interesses minoritários 181
4.23. Capital subscrito 182
4.24. Prémios de emissão 182
4.25. Reservas 182

	Pág.
4.26. Goodwill	183
4.27. Provisões para crédito, títulos e outros activos	184
4.28. Contas extrapatrimoniais	186
4.29. Margem financeira	190
4.30. Comissões líquidas	190
4.31. Lucros líquidos em operações financeiras	190
4.32. Custos com o pessoal	190
4.33. Outros proveitos e custos de exploração	191
4.34. Ganhos e perdas extraordinários	191
4.35. Impostos sobre os lucros	191
4.36. Lucro consolidado	192
4.37. Efectivos	194
4.38. Crédito aos membros do Conselho de Administração do Banco BPI	194
Certificação legal das contas e relatório de auditoria	195
Relatório dos Auditores	197
Relatório e parecer do Conselho Fiscal	198

ANEXOS

Relatório sobre o Governo do Grupo BPI	201
1. Reorganização do Grupo BPI	202
2. Estrutura, repartição de competências e funcionamento dos principais órgãos de gestão e de controlo do Grupo BPI	204
3. Remuneração	214
4. Controlo accionista e transmissibilidade das acções	217
5. Exercício do direito de voto e representação de accionistas	217
6. Investidores institucionais	218
7. Ética e deontologia	218
8. Comunicação com o mercado	219
9. Evolução em bolsa da acção Banco BPI e politíca de dividendos	221
10. Apêndice do relatório sobre o governo da sociedade	222
Informação sobre participações no capital	223

Apêndices

Conceitos, siglas, abreviaturas e expressões estrangeiras	226
Glossário	228
Formulário	230
Notas metodológicas	231
Índice de figuras, quadros, gráficos e "caixas"	232
Índice geral	234
Informações gerais	237

Informações gerais

DIRECÇÃO DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES

Rua Tenente Valadim, 284

4100-476 Porto

Telefone: 22 607 33 37

Telecópia: 22 600 47 38

E-mail: investor_relations@bpi.pt

WEBSITE INSTITUCIONAL DO GRUPO BPI – www.bpi.pt

Site na Internet, disponível em português e em inglês, utilizado pelo BPI para difundir informação de natureza institucional acerca do Grupo, como seja: documentos preparatórios da realização de Assembleias Gerais de Accionistas, comunicados emitidos (incluindo os de divulgação de resultados), apresentações, informação sobre dividendos e sobre a acção do Banco BPI, etc.

Serviços aos accionistas e investidores

Toda a informação pública sobre o Grupo BPI está disponível junto da Direcção de Relações com Investidores e pode ser solicitada através de uma das formas de contacto acima referidas, ou através do preenchimento e envio do destacável abaixo.

Publicações

O Banco BPI publica, para além do relatório e contas anual, um relatório e contas semestral e procede à divulgação trimestral dos seus resultados e actividade.

Edições electrónicas

O presente relatório e outras publicações editadas pelo Banco BPI estão disponíveis em www.bpi.pt para download no formato PDF. Também podem ser obtidas mediante solicitação à Direcção de Relações com Investidores.

Endereço dos membros dos órgãos sociais do Banco BPI

Para todos os efeitos decorrentes do exercício dos mandatos dos órgãos sociais do Banco BPI, S.A., a morada dos membros daqueles órgãos é:
Rua Tenente Valadim, 284
4100-476 Porto

INFORMAÇÃO SOBRE AS ACÇÕES BANCO BPI

Em 31 de Dezembro de 2002, o capital social do Banco BPI, S.A. é representado por 760 000 000 acções ordinárias, nominativas e escriturais, com o valor nominal de 1 euro (um euro) cada. As acções do Banco BPI estão cotadas no Mercado de Cotações Oficiais da Euronext Lisboa.

Códigos

SIIB: 65096902 CVM: BPI AM

Tickers

Reuters: BPIN.IN Bloomberg: BPIN.PL

Informação pretendida:

☐ Relatório e Contas anual (correio)

☐ Relatório e Contas anual (e-mail)

☐ Relatório e Contas semestral (e-mail)

☐ Divulgação Trimestral de Resultados (e-mail)

☐ Outra (especifique, por favor)

_____

_____

Enviar para:

Empresa: _____

Nome: _____

_____

Morada: _____

_____

_____

E-mail: _____

BANCO BPI, S.A.
DIRECÇÃO DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES
Rua Tenente Valadim, 284
4100-476 Porto
PORTUGAL

BANCO BPI, S.A.

Sociedade com o capital aberto ao investimento do público

Pessoa Colectiva n.º 501 214 534

Matrícula na Conservatória do Registo Comercial do Porto, sob o n.º 35 619

Sede: Rua Tenente Valadim, n.º 284, 4100-476 Porto, PORTUGAL

Capital Social: 760 000 000 euros